

ADALBERTO GONÇALVES ARAÚJO JÚNIOR

**NO VENTRE DA BALEIA:
O MUNDO DE UM PADRE JUDAIZANTE NO SÉCULO XVIII**

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de História da Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São
Paulo, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª.
Anita Waingort Novinsky.

SÃO PAULO

2006

Índice

Agradecimento.....	3
Abstract.....	4
Introdução.....	5
Parte I: Um processo singular: Padre Manoel Lopes de Carvalho.....	9
Capítulo 1: Raízes Obscuras.....	10
Capítulo 2: Pároco nas Minas Gerais.....	32
Capítulo 3: Rumo a Tarsis dos Arrabidos.....	40
Capítulo 4: Nos cárceres do Santo Oficio.....	52
Capítulo 5: Leituras de um herege.....	61
Parte II: Obra de resgate: A via judeu-cristã.....	70
Capítulo 6: No ventre da baleia: o judaísmo do 2º Jonas.....	71
Capítulo 7: Gômer = A igreja infiel.....	115
Capítulo 8: A Torah de cor viva.....	124
Capítulo 9: Outro nome senão judeu.....	140
Capítulo 10: Um messias forjado.....	148
Conclusão.....	193
Bibliografia.....	198

Abstract

Padre Manoel Lopes de Carvalho nasceu na Bahia no final do século XVII. Foi aluno da Companhia de Jesus, ordenado sacerdote em 1707. Grande admirador do Padre Antônio Vieira, deixou a Colônia em direção ao Reino, onde apresentando-se como um 2^o Profeta Jonas, escreveu um “Memorial à Sua Majestade” El Rey D. João V. Prognostifica uma reforma da Igreja à luz de idéias vieirianas. Encontrou no judeu-cristianismo um referencial teológico que pudesse unir a Igreja à Sinagoga. Filosemita convicto, combateu com veemência a Inquisição e a perseguição aos cristãos-novos. Após acreditar que o Messias viria do Brasil, depois de sua prisão nos cárceres do Santo Ofício da Inquisição, iniciou um processo psicológico, onde acabaria por declarar-se Messias. Por fim, combinou uma série de complexos cruzamentos teológicos, sintetizando elementos judaicos, cristãos e gnósticos. Foi condenado à morte em Lisboa como “afirmativo, proficiente da Lei de Moisés” no Auto de Fé de 1726.

Priest Manoel Lopes de Carvalho was born in Bahia in the end of the 17th century. He was student of Jesus' Company, ordered priest in 1707. Great admirer of Priest Antônio Vieira, he left the Colony towards the Kingdom, where presenting himself as a 2nd Prophet Jonas, he wrote a “Memorial à Sua Majestade” El Rey D. João V. He prognosticates a reform of the Church to the light of Priest Antônio Vieira's ideas. He found in the Jew-Christianity a theological referencial that could join the Church to the Synagogue. Convict philosemitic, he combatted with vehemence the Inquisition and the persecution to the newChristian. After believing that the Messiah would come from Brazil, after his prison in the jails of Saint Service of the Inquisition, he began a psychological process, where he would end for declaring himself Messiah. Finally, he combined a series of complex theological crossings, synthesizing Jewish, Christians and Gnostics elements. He was condemned to the death in Lisbon as “affirmative, professed of the Moses' Law” in the Act of Faith of 1726.

Agradecimento

No decorrer deste trabalho contei com auxílio de grupo de estudo, professores, colegas, amigos e familiares, foi este apoio que me possibilitou chegar ao fim.

À Prof^a Anita Waingort Novinsky, orientação segura e incentivadora, própria do sólido conhecimento que possui da temática e perspicácia intelectual que lhe são característica e ainda pelo prestimoso empréstimo do processo inquisitorial do Pe. Manoel Lopes de Carvalho (IANTT, Inquisição de Lisboa) microfilmado de seu arquivo particular.

Ao Pe. Nazareth Magalhães pela generosidade e paciência na transcrição e tradução de numerosas passagens citações latinas inclusas no texto do referido processo.

Aos professores da USP, Dra. Rifka Berezin e Dr. Mário Miranda, pelas relevantes observações quando de meu Exame de Qualificação. Ao Prof. Dr. Cândido da Costa e Silva da UCSAL.

Ao Pe. Ulysses Roberto Lio Tropia pela sugestão de obras patristicas e apócrifas. Ao Pe. Carlo Brescianni, S.J. do COHIBA pelas relevantes informações sobre a Companhia de Jesus na Colônia. À Luciana Siana Assunção do Arquivo da Arquidiocese de Mariana; ao Lázaro Filho e à Prof^a Marlene, do Arquivo Público do Estado da Bahia e à Eliana Junqueira da Casa de Portugal, pela atenção e eficiente atendimento. Ao Frances Gontijo pelo eficiente trabalho em transcrições e digitações.

Aos amigos, colegas de curso que muito colaboraram comigo, apesar da distância Goiás-São Paulo: Benair Alcaraz Fernandes Ribeiro, Lina Gorenstein, Paulo Valadares e Marcelo Bogaciovas.

Aos meus pais Adalberto Gonçalves de Araújo e Grasiela Gonçalves Pacheco (*in memoriam*, que tanto incentivou no início desta tese) e minha irmã Grasiete Pacheco de Araújo Ribeiro, pelo apoio e generosidade ao longo desta tese.

A Diocese de Rubiataba-Mozarlândia na pessoa de Dom José Carlos de Oliveira, bispo diocesano, (sou sacerdote católico) pela compreensão e incentivo desde o início da pesquisa. Aos meus paroquianos pela paciência e compreensão em minhas ausências para estudo. À Ir. Terezinha de Fátima Reis pelo grande apoio; remediando minhas ausências na paróquia, tornou possível a viabilização desta tese.

A Deus infinitamente por tudo...

Introdução

A importância do “estudo de caso” tem sido evidenciada por diversos historiadores, como Natalie Davis em *Society and culture in early modern France*¹, que mostrou que os sistemas de crenças de valores e de representações estão relacionadas ao lugar social de seus portadores.

Com esta pesquisa pretendemos conhecer a vida e as idéias do Padre Manoel Lopes de Carvalho da hierarquia eclesiástica que fez vigorosa crítica a dogmas da Igreja, a Inquisição e sociedade de seu tempo. De forma abrangente pretende ser uma contribuição para o estudo da história das idéias no Brasil.

Aspectos essenciais da vida e das idéias deste homem da Igreja são trazidos à luz a partir da análise exaustiva do processo e dos documentos afins. O lugar social e a origem étnica de sua família, e neste ponto uma controvérsia entre os próprios inquisidores e as inquirições *in loco* na Bahia e em Portugal, apresentaram-se insatisfatória uma vez que ora reforça, ora atenua as origens judaicas de sua mãe. O espaço no qual passou a infância, sua formação humana, acadêmica e sua trajetória como sacerdote católico, são facetas fundamentais para o conhecimento dos traços de sua personalidade.

Sabe-se que quando jovem “estudou filosofia na cidade da Bahia donde tomou o capelo de mestre”². Tais estudos colaboraram para que sua mente sedenta de conhecimento buscasse na teologia explicações existenciais que a lógica filosófica não conseguia responder-lhe. Não contentando com “alguns anos de teologia especulativa e moral, aderiu-se voluntariamente ao estudo da Sagrada Escritura por expositores da Igreja”³. Podemos comprovar que estes estudos aconteceram através de pregadores e escritores milenaristas como os padres Antônio Vieira, Mateus Faletti e Valentim Escancel com pregações eivadas de apocalipcismo

¹ Cf. Davis, Natalie Zemon. *Society and Culture in Early Modern France*. Stanford University Press, 1975. A tradução portuguesa tem o título de: *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1990.

² IANTT. IL Proc. 9.255. fl. 6v.

³ Ibid. fl. 6, 6v.

e a viva influência da operosa comunidade criptojudáica baiana,⁴ com serias críticas à Inquisição.

O processo inquisitorial do Padre Manoel Lopes de Carvalho pode ser considerado *sui generis* por conter um elemento raro nos processos, um sistemático “tratado teológico” dividido em 66 artigos onde o próprio réu fundamenta suas proposições. Este, juntamente com as confissões do réu, apresentam-se como uma densa fonte de citações bíblicas e patrísticas: Encontramos referências à Torah, ao Novo Testamento e aos grandes doutores da Igreja como Santo Agostinho, São Jerônimo, Orígenes, Eutíquio de Constantinopla, Eusébio de Cesaréia e mesmo César Barônio o maior historiador de época da Reforma Católica. Outra pertinente fonte de inspiração do réu foi o Padre Vieira, ao qual o Inquisidor refere com veemência ao dizer que o réu “não é ignorante tem muito verbo é ímprobo estudo, nestas matérias inclinado às coisas do Padre Antônio Vieira”⁵. O que evidencia uma das fontes das idéias judaicas na cosmologia do Padre Manoel Lopes de Carvalho. Desta forma escreve Novinsky sobre Vieira: “Sua íntima convivência com os judeus na Holanda, França, assim como os cristãos-novos de Portugal e no Brasil marcaram de uma maneira profunda suas idéias sobre os judeus e seu destino que emergem nas entrelinhas de seus escritos”⁶. Baseando-se nestas fontes procurará dar corpo às suas elucubrações mentais ou como diriam os Inquisidores às suas “proposições heréticas”. Assim escreve seu tratado teológico onde preconiza suas principais teses: 1º.) A observância do Shabat no lugar do Domingo cristão; 2º.) Reforma do calendário litúrgico cristão, de modo especial a celebração da Páscoa de acordo como calendário judaico; 3º.) Observância das leis dietéticas judaicas; 4º.) A circuncisão; 5º.) Messianidade de Jesus. Refere-se também neste tratado sobre a situação dos cristãos-novos portugueses; o sofrimento como provação divina aos eleitos; a responsabilidade do apóstolo Paulo na deformação dos ensinamentos de Jesus e na difusão destes no mundo gentílico.

⁴ Cf. Novinsky, Cristãos Novos na Bahia. São Paulo: Perspectiva, 1970.

⁵ Ibid. fl. 23.

⁶ Novinsky, Anita. O judaísmo dissimulado do padre Antônio Vieira. In. Dissimulation – Dissimulação. Revista transdisciplinar luso-francesa sobre o segredo. Gris-France. Outono-inverno, 2001. p. 94.

Considerando o teor das proposições teológicas, suas idéias poderão ser analisadas sob as seguintes hipóteses de trabalho:

- Do sincretismo judaico-cristão, plasmado entre os cristãos-novos ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, quando, segundo João Lúcio de Azevedo, “A Bahia foi um centro judaizante com ambiente onde pairava o judaísmo”⁷

- Como fruto das elucubrações mentais que Michel Vovelle, denominou “intermediários culturais”⁸.

- Do judeu-cristianismo que durante os quatro primeiros séculos da Igreja alimentou a chama da fé de numerosos cristãos de origem judaica, formando uma expressiva corrente do cristianismo antigo.

Sob este último aspecto é digno de nota a citação que o réu faz de um texto de São Jerônimo, o qual demonstra sua profunda identificação com a via judeu-cristã: “E enquanto ao que diz São Jerônimo dos nazarenos usarem promiscuamente de umas e outras cerimônias porque assim nem eram judeus nem tampouco cristãos, pois que dele emanou esse mesmo costume usando promiscuamente de umas e outras cerimônias como foi a do batismo com a circuncisão e a do louvamento da Divina Eucaristia com a do cordeiro legal”. Sustentando a mesma tese, o réu, recorre a outras fontes cristãs dizendo: “que os apóstolos e muito especialmente São Paulo (de que se diz que não judaizava) na epístola 1^a aos Coríntios, cap. 11, como diz Barônio e todos os expositores. E antes eu entendo como assim é na verdade que o que verdadeiramente professa a Lei de Cristo não deve fazer outra coisa senão essa mesma promiscuidade de cerimônias”⁹.

Outro aspecto relevante foi o fato de que após três anos nos cárceres do Santo Ofício, sob terrível pressão mental, Padre Manoel Lopes de Carvalho, mantém intactos seus artigos teológicos, com exceção da messianidade de Jesus. Na questão messiânica, seu papel de profeta na conversão de Roma, por analogia da Igreja, a qual ele chamava de 2^a Nínive, é radicalmente transformado: Ele não será mais o precursor de uma igreja renovada pelas raízes judaicas, mas o próprio Messias tão

⁷ Op. cit., p. 334.

⁸ Cf. Ideologias e mentalidades. São Paulo, Brasiliense, 1987, pp. 207-24.

⁹ IANTT. IL Proc. 9.255. 1^o maço. Tratado Teológico; fl. 9. § 27.

esperado pelos judeus como vinda e pelos cristãos como retorno: O Malkuth¹⁰, a Parusia¹¹, o Novo Céu e a Nova Terra.

Quanto a esta nova postura, paira nova questão: Padre Manoel Lopes de Carvalho havia perdido, em decorrência das tetricas estruturas inquisitoriais, a sua saúde mental? Ou esta postura se fazia em função de uma lógica messiânica onde a restituição da harmonia cósmica só aconteceria através de um mediador terrestre? As respostas destas e de outras questões referentes à vida e ao pensamento de Padre Manoel Lopes de Carvalho, sistematicamente apresentadas neste trabalho no capítulo denominado “Um Messias Forjado” poderão esclarecer as razões e a determinação com que um homem religioso, mas livre de dogmas, pudesse enfrentar a Inquisição e corajosamente morrer por suas idéias.

¹⁰ “tWklm, reino, reinado, realeza, monarquia; o nome da décima esfera na cabalá”. Berezin, Rifka. Dicionário Hebraico-Português. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 370.

¹¹ Parusia. “Termo grego que significa ‘presença’ ou ‘vinda’. No Novo Testamento se utiliza para referir-se a segunda vinda de Cristo.” In. Manzanares, César Vidal. Diccionario de las tres religiones monoteístas: Judaísmo, cristianismo e islam. Madrid: Alianza Editorial, 1993; 0. 232.

Parte I

Um processo singular:

Padre Manoel Lopes de Carvalho

Capítulo 1

Raízes obscuras

Três séculos haviam se passado e a Igreja no Brasil colonial estava fortemente atrelada ao projeto expansionista português. Em 1551, sob o Regime do Padroado foi erigido na cidade da Bahia o primeiro bispado brasileiro, mas durante os séculos XVI e XVII não houve constituições eclesiais nem um episcopado organizado na Colônia. Com o descobrimento das minas auríferas e o aumento da população colonial, a necessidade de reestruturação do espaço administrativo da Igreja acontecerá em meados do século XVIII. Em 1745, Bento XIV cria as dioceses de São Paulo e Mariana e as Prelazias de Goiás e Cuiabá. No aspecto ideológico-doutrinário uma das medidas importantes foi a elaboração das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, que significou a instauração de um código padronizador das obrigações do clero e dos fiéis. Medidas foram implementadas com o intento de expandir e solidificar a estrutura paroquial e clerical. Entretanto havia rígidos obstáculos a serem superados: o clero secular estava submetido ao Padroado ou era dependente dos senhores locais. As cômputas, os salários dos clérigos quando recebidos geralmente não eram suficientes para a subsistência, por isso era comum que, além das atividades pastorais, quase sempre restritas a administrações dos sacramentos, o sacerdote aventurasse em atividades mais lucrativas vinculadas ao comércio e à política, o que o desvirtuava em parte ou totalmente de seu ofício original. Diferentemente da Europa, a ineficiência do Concílio de Trento (1545-1563) fez com que a Igreja Colonial fosse menos clerical e mais dependente da sociedade civil.

A formação cultural e religiosa do clero era deficiente e em decorrência da dificuldade de leitura, muitos sacerdotes sabiam apenas o essencial para administrar os ritos sacramentais. E embora o nível cultural do clero fosse precário, em relação ao resto da população era considerável.¹² Entretanto, a Capitania da Bahia era o epicentro cultural e eclesiástico da Colônia, distinguindo

¹² Azzi, Riolando. “Clero”, p. 183.



Altar-mor da Basílica de N. Sra. da Conceição da Praia. Salvador, BA.
Fonte: Ambrosiana – Cia. Gráfica e Editora. São Paulo, s/d.

substancialmente dos demais centros urbanos do período. Os clérigos recebiam uma instrução local mais próxima do modelo tridentino, sendo as aulas geralmente ministradas por membros da Companhia de Jesus. Na capital da Colônia havia bibliotecas conventuais como a dos franciscanos e beneditinos, mas os jesuítas possuíam a mais rica de todas as bibliotecas da América Portuguesa e fontes bibliográficas não chegaram a constituir um problema para a formação do clero: “Essa biblioteca começada modestamente com obras trazidas pelo Padre Manoel da Nóbrega, em 1544, chegaria a possuir 15.000 volumes quando foram expulsos os jesuítas”¹⁴.

Infância e estudos na Bahia

Em 4 de março de 1682, nasceu o Padre Manoel Lopes de Carvalho. Oriundo de uma família da pequena burguesia provincial, era filho primogênito¹⁵ do homem de negócios, João Lopes de Araújo e de sua mulher Maria da Assunção. Inclinado a questões metafísicas, passou sua infância na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição na Praia da Bahia de Salvador. De seus irmãos somos informados de José Lopes de Carvalho que também seguiu a vida clerical¹⁶, de uma irmã de nome ainda desconhecido e de um sobrinho de nome Salvador, o qual havia sido um vocacionado ao sacerdócio¹⁷. Devido a baixa densidade populacional durante o século XVII e início do XVIII, Salvador encontrava-se totalmente dividida em duas partes: Cidade baixa e Cidade alta, distintas por suas próprias características. Uma elevação natural em forma de muralha ou barranca tornava difícil a comunicação entre as duas cidades. “Quatro ladeiras íngremes serviam aos pedestres ou a carroças leves, mas qualquer mercadoria pesada tinha de ser içada por um guindaste que

¹⁴ Moraes, Rubens Borba de. Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial. Rio de Janeiro. Livros Técnicos e científicos Editora S. A., 1979, p.4.

¹⁵ Seus pais casaram em 1º de junho de 1781. In Proc. 9255. 1º maço, fl. 118.

¹⁶ ANTT. IL. Proc. 9255 Padre Manoel Lopes de Carvalho, fl. 76.

¹⁷ Um trecho do processo de Padre Manoel Lopes de Carvalho faz referência a um sobrinho e uma irmã do réu: “Um rapaz chamado Salvador, filho de uma irmã do dito padre Manoel Lopes de Carvalho. Ibid, fl. 103.

funcionava num sistema de contrapesos”.¹⁸ A cidade alta era toda murada possuindo muitas ruas pavimentadas rusticamente com casas bem construídas, numerosas igrejas artisticamente decoradas em depurado barroco. Sede de um bispado com bela catedral ou Sé, como seus habitantes ainda denominam, possui um colégio da Companhia de Jesus e mosteiros beneditino, carmelita e franciscano. Uma casa de misericórdia com significativo trabalho filantrópico era um reflexo da civilidade e do apogeu econômico do período. Ali, na parte alta da cidade, residiam senhores de engenho, funcionários públicos e nobres. Em baixo, contornada pela praia da Bahia de todos os Santos, encontrava-se casas bem construídas de ambos os lados de uma comprida e agradável avenida.¹⁹ Conforme podemos observar no mapa do período, o casario principal estava construído nas proximidades da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia; e esta parte da cidade estava povoada por todo tipo de mercadores, artesãos e operários. Além desta igreja; havia outras grandes construções como porões e armazéns para recebimento e despacho de mercadoria, de propriedade do Rei ou de particulares, proveniente do porto adjacente.²⁰ Em 1623 a Igreja da Conceição tornou-se sede de freguesia, mas o início desta comunidade retroage a quase um século quando em 1549 Thomé de Souza ergueu ali uma pequena ermida dedicada à Conceição de Nossa Senhora. Com a rápida expansão comercial e o conseqüente crescimento populacional, foi construído, a partir de meados do século XVII, um novo templo: Tendo um altar-mor dedicado à Nossa Senhora da Conceição, e dois altares colaterais aos dois lados do arco cruzeiro e várias capelas no corpo da igreja.²¹ Pela descrição, essa construção era muito semelhante a antiga igreja dos jesuítas, hoje catedral da Bahia e as igrejas de São Bento, Santa Tereza e N. Sra. do Carmo, que possuem planta típica dos templos católicos daquele período. Os trabalhos de ornamentação interna da velha matriz foram concluídos no início do século XVIII. As paredes da capela-mor foram

¹⁸ Russell-Wood, A. J. R. Fidalgos e filantropos: a Santa casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981; p. 40.

¹⁹ Dados obtidos a partir da descrição da cidade de Salvador pelo visitante francês, François Pyrard de Laval, em 1610. In. Gray, Albert. The voyage of François Pirard of Brasil. Londres: Hakluyt Society, 1887-90. Vol. 2/ pp. 310-11.

²⁰ Id.

²¹ Santa Maria, Agostinho de. Santuário Mariano. Lisboa, 1722, Vol. IX; p. 89. Aput. Smith, Robert. Aspectos da Arquitetura da Basílica da Conceição da Praia. In. O Bicentenário de um Monumento Bahiano. Salvador: Editora Beneditina Ltda, 1971. Coleção Conceição da Praia, Vol. II; p. 78.

fornadas, o consistório azulejado e um painel foi colocado a boca da tribuna. Em 1712 o dourador Antônio Brandão dourou o frontispício da igreja, e três anos depois o entalhador Antônio Duarte Moira executou a talha do arco da capela-mor, recebendo em pagamento 90\$100 rs”.²²

Foi neste belo templo²³ barroco que o pequeno Manoel Lopes de Carvalho foi batizado no décimo dia de seu nascimento: “Em 14 de março de 1682²⁴ batizei nesta Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Praia a Manoel filho de João Lopes de Araújo e de sua mulher Maria da Assunção, foram padrinhos, Manoel Carvalho Lima e D. Maria de Matos, mulher de Manuel Garcês da Silva, o vigário Nicolau Franco”.²⁵ Conforme poderemos verificar,²⁶ o menino teve como padrinho o avô materno e a ausência da avó materna, dona Ângela da Cruz, como madrinha pode evidenciar que a mesma já era falecida nesta ocasião. Nesta matriz haviam sido batizados sua mãe, a avó materna e casados seus pais, avós e bisavós maternos. Seu pai e seu avô materno eram naturais do Reino e negociantes. O primeiro “João Lopes de Araújo já falecido, e viveu sempre na praia desta cidade mercador de loja de fazendas secas na praia desta cidade onde faleceu”.²⁷ Então estabeleceram naquela freguesia por ser ali durante quase todo o século XVII e durante o século XVIII, o principal mercado de Salvador. O contemporâneo Frei Agostinho de Santa Maria, descreve que o bairro da Conceição, possuía “uma das melhores [igrejas] fabricadas, [sendo a sua freguesia] a maior da Cidade, & mais cheia de moradores, como é também das mais ricas [...] porque são nela moradores, quase todos os homens de negócio”.²⁸ Quanto a família de sua avó materna Ângela da Cruz Quaresma, não eram ricos mercadores do bairro, mas pessoas de menor poder aquisitivo. Os pais de Ângela da Cruz, Francisco Dias e Guiomar Quaresma,

²² Ibid. p. 41.

²³ O atual e majestoso templo foi construído por iniciativa da opulenta Irmandade do SS. Sacramento e da Irmandade da Conceição, a partir de 1742, em pedra liaz provinda do Reino, durante várias décadas do século XVIII e com o auxílio de Dom José I de Portugal foi feita a capela-mor, sacristia e casa da Fabrica.

²⁴ Leia-se 1682.

²⁵ IANTT. Proc. 9255 1º maço; fl. 117v.

²⁶ Cf. Árvore Genealógica página 31 desta tese.

²⁷ Ibid. fl. 107.

²⁸ In. Santa Maria, Agostinho de. Op. Cit. Vol. IX; p. 89. Esta obra escrita antes de 1722, possui ortografia do período a qual, neste texto, foi atualizada pelo autor desta tese.

“morava[m] nas Pedreiras, diante da Preguiça junto onde chamavam Unhão²⁹ onde vivia[m] de suas pescarias de canoas que tinha[m], e de um quintal, donde vendia[m] hortaliças e frutas”.³⁰ Francisco Dias e Guiomar Quaresma viveram longos anos no concubinato, pois o casamento eclesiástico do casal ocorreu apenas três anos antes do casamento de Ângela da Cruz Quaresma em 14 de junho de 1643. entretanto Francisco Dias e Guiomar Quaresma eram pessoas bem relacionadas e a quinta deste casal era freqüentada por pessoas de certa influência na sociedade local, conforme relata o professor octogenário, Jerônimo Pinheiro ao dizer que “o conhecimento que tem dos sobreditos é desde a sua meninice e por ir muitas vezes a casa do dito Francisco Dias a folgar sendo ele testemunha menino”.³¹ Sabe-se também que dona Ângela da Cruz, a velha, mãe de Guiomar Quaresma, casou segunda vez com Manoel Rosa Caldeira, dono de um trapiche denominado Caldeira, o qual era infamado de cristão-novo³². Deste casamento teve dois filhos “um que foi religioso de São Bento nesta Bahia e outro religioso do Carmo e desta geração também houve outro clérigo seu neto por nome padre João Caldeira. Quanto a Ângela da Cruz Quaresma, neta da primeira Ângela da Cruz, avó materna do Padre Carvalho, após a morte de seu primeiro marido, Manoel Carvalho Lima, casou segunda vez com o alferes Sebastião Medina Betancur, mas por ser idosa não teve filho algum deste casamento.”³³

Um buliço constante agitava a vida dos moradores da Freguesia de N. Sra. da Conceição, compreendidos não somente por homens de negócios e mercadores de lojas, mas também de funcionários dos armazéns, pescadores e ribeirinhos do litoral; gente miúda que vendiam seu peixe nas Pedreiras ou nos mercados da Conceição, marinheiros a embarcar e desembarcar nos cais do Varadouro, Pescadores e do Dezembargador Baltazar Ferraz. Sim, o porto da Bahia era o mais importante da Colônia, sendo na segunda metade do século XVII, o maior exportador de açúcar para a Europa, que reputava o açúcar brasileiro como de

²⁹ Com muita probabilidade este topônimo está relacionado à família do provedor Pedro de Unhão Castelo Branco que em 1693 serviu na guarnição baiana. Cf. Russel-Wood, A. J. R. Op. cit. p. 86.

³⁰ Proc. 9255 2º maço, fls. 100v, 101, 106v.

³¹ Ibid, fls. 106v, 107.

³² Ibid. fls. 105, 106v, 107.

³³ Ibid. fls. 106, 110v.

melhor qualidade que o das Antilhas, seu maior concorrente. Outros produtos também pesavam na exportação como o fumo, couros de boi, madeiras corantes, óleo de baleia e curiosidades como macacos e papagaios. Do Reino para o Brasil chegavam no porto da Bahia navios carregados de linho, lã, baeta, sarja, seda, brocados e porcelanas. Utensílios domésticos tais como ferramentas de ferro, vasos de estanho, pratos e colheres. Gêneros alimentícios como vinhos, azeite de oliveira, manteiga, queijo, carne salgada de boi e de porco. Navios negreiros oriundos de Luanda traziam a mercadoria humana: negros para o serviço escravo, por sua parte retornavam da Bahia para Luanda abarrotados de fumo, rum ou conhaque. Por outro lado, um negociante de Lisboa podia despachar um navio para Angola, vender ou trocar a carga por escravos, fazê-los transportar para o Brasil, e depois investir o lucro da sua venda na compra de açúcar ou tabaco para a venda em Lisboa.³⁴ Todo este magnífico comércio, somado às condições topográficas do bairro, fez com que o estilo de vida daquela freguesia fosse muito diversificado da cidade alta: “Criara-se insensivelmente, uma sociedade a parte, nascida com o século da descoberta e que vicejara por mais de duas centúrias com características próprias, de modéstia e retraimento, cheia de restrições e sacrifícios, à que a comunidade portuguesa do comércio se submetia, certa de que o futuro lhes traria compensações, e que poderiam, enriquecidos, viver das largas rendas que o trabalho insano lhes proporcionara, respeitáveis, embora vazios de cultura, quando então se transferiam para a cidade alta e iam residir no bairro da Sé, centro convergente da nobreza palaciana, quando não preferiam os bairros de Nazaré ou de São Pedro, pontos escolhidos pela aristocracia rural, pleiteando, a peso de ouro, uma comenda que os enobrecia ou o juizado de uma festa religiosa ou de uma irmandade que lhes dava uma notoriedade efêmera”.³⁵ Sendo a Conceição o principal núcleo comercial de Salvador no período colonial não seria equívoco inferir que havia ali um grande número de famílias cristãs-novas, haja vista que “diversos viajantes europeus à

³⁴ Russel-Wood, A. J. R. Op. cit. p. 46.

³⁵ Ruy, Affonso. A importância do bairro da Conceição da Praia no século XVIII. In O Bicentenário de um Monumento Bahiano. Op. Cit. P. 135.

Bahia no século XVIII comentaram o número de judeus dedicados ao comércio na Bahia”³⁶

Desconhecemos seus nomes, mas como senhores de engenhos recordamos André Lopes de Carvalho, Diogo Leão e Duarte Roiz Ulhoa.³⁷ O espírito empreendedor dos mercadores da cidade baixa evidenciava uma ética mercantilista muito mais próxima do espírito do capital do que da ética medieval norteada pela Escolástica. Para aqueles homens de negócio, o tempo valia ouro *Fazer aqui algumas considerações sobre “O Espírito do Capitalismo” De Max Weber e Sombart.* Assim em decorrência da “importância do negócio, que ali se alargava sempre, obrigava o comerciante a fixar-se ali, atendendo a freguesia a qualquer hora e em qualquer dia, numa permanente assistência que evitava roubos e assaltos”.³⁸ Foi neste ambiente comercial que o pequeno Manoel Lopes de Carvalho foi criado ajudando seu pai na loja da família e certamente observando o comportamento ambicioso de não poucos comerciantes e artesãos. Prova disso é sua crítica ao fato do comércio naquela sociedade não fechar nem mesmo no domingo: “E ainda essa observância ser tal que nem se difere de outro qualquer dia mais que só no costume de ir a Igreja a ouvir missa e Deus sabe com que intenção pois a sua mesma casa serve mais de ocasião de pecado do que de adorá-lo (e por certo que este vício não vem herdado dos judeus) e tirado disso o ferrador martela, o carro roda, a tendeira vende, o barbeiro ganha *et sic de ceteris.*”³⁹ Mas além da missa dominical, onde participava um bom número de fiéis, havia uma grande festa anual que mobilizava não somente os moradores da cidade baixa, mas também de toda Salvador e de outras paragens. Era a solenidade da padroeira Nossa Senhora da Conceição (em torno de sua capela nasceu no século XVI o bairro da Conceição) a qual já no primeiro quartel do século XVII era considerada “a mais antiga, a mais constante, a mais atraente, a mais popular e a mais solene das festas brasileiras”.⁴⁰

³⁶ Russell-Wood, A. J. R. Op. cit. p. 103.

³⁷ Novinsky, Anita W. Cristãos Novos na Bahia: A Inquisição. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992; pp. 103-40.

³⁸ Ruy, Affonso. Op. cit. p. 133.

³⁹ E assim a respeito do resto. Proc. 9255 1º maço. Tratado Teológico fl. 8v. § 26.

⁴⁰ Barbosa, Manoel de Aquino. Grande figura da história do Brasil. In. Freguesia da Conceição da Praia, 162301973: Dom Marcos Teixeira, Fundador. Coleção Conceição da Praia. Salvador: Editora Beneditina Ltda. Vol. III; p. 12.

Missa e procissões, segundo o antigo ritual romano de Trento, num ambiente repleto de imagens, entalhes e objetos litúrgicos dourados, davam a solenidade grande esplendor e intensa manifestação da piedade cristã. Conforme o costume da época, toda a família participava unida das celebrações e grandes pregadores eram convidados. No período colonial famosos oradores sacros como Frei Bento da Trindade, Padre Manuel da Madre de Deus Bulhões e o célebre Padre Antônio Vieira, pregaram na Matriz de N. Sra. da Conceição da Praia. Padre Vieira fez várias homilias naquele templo a começar de 1635, quando então tinha apenas 27 anos e ainda não havia recebido as últimas ordens sacerdotais.⁴¹ Num trecho do sermão posterior, o ilustre jesuíta, estimula o povo a lutar pela liberdade: “É este o significado maior das festas de agora: meditar nas verdades que salvam: a massa do povo que representar pode os lídimos anseios da nacionalidade é a do povo livre, que sabe pensar e concluir, sem, às cegas, deixar-se levar pelas falazes insinuações daqueles que do povo só desejam sacrifícios.

O povo, por si mesmo, para Christo se volta como se nos braços da cruz imans poderosos existissem.”⁴² Também por ocasião das festividades da padroeira, fez belos sermões dedicados a Conceição da Virgem Maria, tal como o ilustrativo texto: “Porém onde Maria está pura da lepra original; onde há almas que têm para si, confessam e protestam que foi a Senhora concebida em graça; assim como lá os filhos de Israel logo marcharão logo felizmente pelo caminho do céu alcançando-lhes tantas graças quantas lhe segurem e façam certos os prêmios da glória.”⁴³ Como morador na Freguesia da Conceição, Padre Manoel desde tenra idade, participou muitas vezes das festas paroquiais e certamente como a maioria das crianças deve ter-se impressionado pelo brilho e beleza dessas solenidades. Entretanto nestas ocasiões o que mais marcou a alma deste garoto foram os sermões do Padre Vieira, o qual ele considerava a melhor luz da Igreja.⁴⁴ Certamente a Matriz da Conceição

⁴¹ Abreu, Edith Mendes da Gama e. A Conceição da Praia e a Oratória Sacra. In. O Bicentenário de um Monumento Bahiano. Op. Cit. pp. 176, 178, 182.

⁴² Ibid. p. 184.

⁴³ Ibid. p. 183.

⁴⁴ Proc. 1º maço, fl. 85v.

não foi a única igreja na qual o menino⁴⁵ teve oportunidade de ouvir os sermões do Padre Vieira.

Filho mais velho do casal, Padre Carvalho tinha muita afinidade com o velho Manoel Carvalho Lima, seu avô-padrinho, falecido em Ilhéus por ocasião de uma viagem para cobrança de dívidas,⁴⁶ afinidade esta que se comprovaria anos mais tarde, quando, já falecido o avô, sonhava com ele muitas vezes nos cárceres do Santo Ofício. Embora décadas anteriores quando vivia no seio da família, jamais poderia imaginar o trágico destino que lhe esperava, ainda que desde criança fosse um pouco taciturno e nem mesmo em pesadelos havia visto as selas inquisitoriais.

Trajetória estudantil e vocacional

Sobre seus estudos primários, o processo inquisitorial não faz referência alguma. Talvez tenha freqüentado aulas em uma escola pública, ou o curso de “ler escrever e contar” no Colégio da Companhia de Jesus. “A turma deste primeiro grau foi sempre a mais numerosa, chegando ordinariamente a cem e mais alunos. Eram brancos e pardos, não havendo negros porque a condição de escravos não lhes permitia estudar, nem seus donos o desejavam”.⁴⁷ Por volta dos quinze anos “a partir de 697 para 698,⁴⁸ iniciou seu curso literário”,⁴⁹ provavelmente em uma localidade denominada Cachueira,⁵⁰ onde havia “uma casa sob a direção dos padres da Sociedade de Jesus, onde, por conta dos pais, se mantêm alguns jovens, que estudam gramática”.⁵¹ O curso literário referido pelo Padre Carvalho, era o curso de Letras Humanas, o qual seguindo o programa da *Ratio Studiorum*, antigo método pedagógico jesuítico para os colégios e escolas da Companhia de Jesus, possuía em

⁴⁵ Que tinha treze anos, quando em 1697 faleceu o Pe. Antônio Vieira.

⁴⁶ 2º maço; fl. 110v.

⁴⁷ Brescianni, Carlo. O antigo Colégio de Jesus, na cidade de Salvador-Bahia. In. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, n.º. 93, janeiro/dezembro 1997; p. 220.

⁴⁸ Leia 1697 e 1698.

⁴⁹ Proc. 9255, 1º maço, fl. 183v.

⁵⁰ Belém da Cachoeira.

⁵¹ Mattos, Waldemar. Arcebispos da Bahia e N. Senhora da Conceição no século XVIII. In. O Bicentenário de um Movimento Bahiano. Op. Cit. p. 235. Informação de Frei José da Encarnação, religioso do hábito de São Francisco em 21.05.1701.

sua grade curricular três disciplinas: “Gramática, Humanidades e Retórica, além do estudo direto das duas línguas grega e latina, deixando ao professor o encargo de ir dando simultaneamente aos discípulos os demais conhecimentos, úteis e necessários e reservando o hebraico para o tempo da teologia”.⁵² Nos últimos anos do século XVIII e início do seguinte, período em que Padre Carvalho fez sua formação sacerdotal, não havia na Bahia “um seminário segundo a prescrição do Concílio [Tridentino]”,⁵³ isto é, em um prédio onde os seminaristas vivessem em regime de internato sob a formação de sacerdotes e religiosos, fizessem os respectivos cursos de filosofia e teologia. Em muitos casos os alunos eram internos numa casa de formação como aquela de Belém da Cachoeira, outros moravam nos conventos de suas respectivas ordens religiosas, outros ainda como os do hábito de São Pedro (do clero secular) moravam com a família ou na companhia de um pároco o qual os orientavam nas atividades litúrgicas.

Quanto ao período de formação sacerdotal do Padre Carvalho, por falta de dados objetivos, está revestida de certa obscuridade, entretanto há evidências que já era vocacionado ao sacerdócio desde o tempo de seus estudos literários: “E que no princípio do seu curso literário que foi de 697 a 698 apareceu um fatal cometa no céu, que durou nos meses de fevereiro a março e por ser do signo de peixes, qual é o mês de fevereiro o significou o Padre Valentim Estancel da Companhia em uma baleia [...], pois a dita baleia apareceu no tempo em que ele para este fim começara a estudar. O que também confirma porque sendo batizado, digo, porque indo a Igreja a lhe porem os santos óleos depois de batizado em o dia de quatorze de março.”⁵⁴

É bem provável que o jovem Carvalho tenha feito seus estudos filosóficos residindo na casa paterna, pois “estudou filosofia na cidade da Bahia donde tomou o capelo de Mestre em Artes”,⁵⁵ freqüentando as aulas do “curso do Padre João Nogueira religioso e aí não disse”.⁵⁶ Não foi possível esclarecer se estes estudos ocorreram no colégio jesuíta de Salvador, pois neste período não havia nenhum

⁵² Madureira, J. M. de. A liberdade e seus resultados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927; Vol. I, p. 398.

⁵³ Mattos, Waldemar. Op. cit. p. 235.

⁵⁴ Proc. 9255, 1º maço, fl. 183v.

⁵⁵ Ibid. fl. 6.

⁵⁶ Ibid. 1º maço, fl. 162v.

padre de nome João Nogueira na Companhia de Jesus.⁵⁷ Entretanto pelo depoimento de Joseph Ferreira de Souza, mestre em Cortes, morador na Freguesia de Santo Antônio além do Carmo, antigo discípulo do Padre Carvalho no curso do Padre João Nogueira, somos informados que neste curso havia muitos alunos.⁵⁸ Por estes dados, cremos que Padre Carvalho tenha freqüentado uma cadeira pública de filosofia ou uma sala de aula jesuítica (sob a responsabilidade da Cia de Jesus) para alunos seculares onde “havia a tendência para reduzir os estudos a dois anos”.⁵⁹ Entretanto no curso normal de filosofia que de acordo com a *Ratio Studiorum* durava três anos estudava-se no primeiro ano: “a Lógica, a Metaphysica geral e as Mathematicas elementares, com aulas livres numa Academia de grego. No segundo se estuda a Cosmologia, a Pscologia, a Physica, a Chimica, a Mechanica e a História Natural ou Biologia. No terceiro a Theodicéa e Ethica, a Astronomia e as Mathemáticas superiores, com a Historia Natural.”⁶⁰ No depoimento do Pe. Francisco de Oliveira Aranha, cônego prebendado na Sé da cidade da Bahia, à mesa do Santo Ofício, há evidências que a saída do jovem Carvalho, da casa paterna logo após a conclusão de seus estudos filosóficos quando então inicia o curso de teologia na companhia dos frades capuchinhos⁶¹. Essa saída não foi amistosa, pois aconteceu logo após um conflito com o pai.⁶² Parece-nos que esta situação foi posteriormente superada com a reconciliação entre pai e filho, uma vez que Padre Carvalho refere ao seu pai de maneira muito afetuosa: “Estando pois eu dormindo nessa noite do dia onze de janeiro em que fazia e completava um mês de minha reclusão, tendo visto meu pai como se ainda não tivesse preso e abraçando-me com muito gosto e mostrando-se saudoso de mim...”⁶³, pois devido “algumas levezas se apartou do pátrio poder e logo depôs com seu pai em demandas e depois se recolheu a assistir com uns religiosos capuchos donde vivera com edificação e se acabou de ordenar.”⁶⁴

⁵⁷ Cf. Leite, Serafim. História da Companhia de Jesus. Vol. 5, p. 74.

⁵⁸ Proc. 9255 1º maço, fl. 162.

⁵⁹ Madureira, J. M. Op. cit. p. 407.

⁶⁰ Id.

⁶¹ Provavelmente na companhia dos padres Frei André de Pávia, falecido na Bahia em 1709, e Frei Carlos de Brônio ou de Orta, falecido na Bahia em 1708. In Primeiro, Fidelis M. de. Capuchinhos em terras da Santa Cruz: nos séculos XVII, XVIII e XIX. São Paulo: Livraria Martins, s/d, p. 362.

⁶² Proc. 9255. 2º maço, fl. 164v.

⁶³ Ibid., Tratado Teológico fl.3. §1.

⁶⁴ Ibid. 2º maço. fl. 117v.

Os jesuítas consideravam que os três cursos ministrados pela Companhia de Jesus, “formavam de tal sorte uma hierarquia, que só a Theologia, propriamente dita é ensinada por si mesma, sendo a coroa de todos os estudos e o que mais diretamente serve para o fim da Companhia. As outras disciplinas são ensinadas como preparação para a Teologia: ‘ingenia dispomunt ad theologiam’”, como menos postos a disposição do teólogo, que, assim, poderá comunicar, com plena competência, autoridade e destreza e de modo agradável e apto, a doutrina santa.”⁶⁵ Quanto a coroa de todas as artes e ciencias, o reu “teve quatro anos de Teologia especulativa e moral no colégio dos padres da Companhia da Cidade da Bahia.”⁶⁶ Este registro confirma que Padre Carvalho havia estudado na melhor academia teológica do Brasil Colônia. A entrada neste curso se dava através de uma rigorosa seleção para aqueles que se candidatavam ao curso longo de teologia, isto é, o de quatro anos: “O curso normal abrangia a Teologia especulativa, hoje chamada dogmática: conhecimento, justificação e avaliação das verdades da fé; e a Teologia das Casas de consciência, hoje Teologia moral, que estuda o valor moral dos atos humanos à luz da fé. Cursavam a teologia dois grupos de estudantes: um grupo era formado pelos que eram destinados a evangelização direta dos indígenas, e freqüentavam sobretudo as casas de consciência, quer dizer a teologia moral (prática) pelo período de, ao menos, dois anos [...] Este era chamado curso breve de teologia para os talentos regulares. Os destinados a serem letrados, professores e pregadores, formavam outro grupo: era o curso longo de Teologia para talentos insignes. O estudante Antônio Vieira queria seguir o curso breve, pois no fim do noviciado (1625) fizera voto de dedicar sua vida e sua atividade pastoral aos índios e negros. Os superiores, conhecendo suas qualidades superiores, não lho permitiram. Seguiu o curso longo ótimo resultado. Tendo alcançado também licença de compor seu próprio texto de teologia [...]. Na idade de 30 anos, como ele mesmo atesta, foi destinado a ensinar teologia. Deixou este ensino, porque viajou como membro da embaixada enviada a Portugal para reconhecer a restauração do reino na pessoa do Rei D. João IV de Bragança. Seu tratado de Teologia se perdeu”.⁶⁷ Como programa

⁶⁵ Madureira, J. M. Op, cit. p. 407.

⁶⁶ Proc. 9255 1º maço; fl. 117v.

⁶⁷ Brescianni, Carlo. Op. cit. p. 222.

e método de ensino a *Ratio* tinha para o quadrienio teológico a seguintes disciplinas: “A teologia Escolástica segundo o sistema de S. Thomaz de Aquino; a teologia positiva ou patristica; a teologia escolástica moral, durante dois anos casuística; a Sagrada Escritura ou Exegese, Instituições canônicas, o hebreu e mais línguas orientais. Os oito tratados da Theologia escolástica dogmática devem ser estudados nos quatro anos, começando-se pelos fundamentais (teologia fundamental) e *Ecclesia et Vera religione, - de Deo uno.*”⁶⁸

Discriminação institucionalizada

As raízes deste tipo de racismo remontam ao século XV na Espanha pré-unificada, quando as autoridades civis e religiosas se mostraram incapazes de frear as incitações de alguns pregadores fanáticos que acabaram por conduzir as sublevações antijudaicas de 1431 e levar ao batismo milhares de judeus. “Menos de sessenta anos depois das primeiras conversões em massa de judeus, os conversos descobriram que o expediente empregado por seus pais para salvar a vida, havia perdido na eficácia. A rebelião anticonversa de 1449 em Toledo, foi o prelúdio de uma série de trágicos motins populares contra os cristãos de origem judaica”.⁶⁹

Num destes motins, ocorrido em Toledo em 27 de janeiro de 1449, o alcaide mor desta cidade, Pedro Sarmiento e seu auxiliar Marcos García de Mazarambrós, tomaram o partido dos rebeldes contra os cristãos-novos. E para propor uma solução, o alcaide-mor redige com a ajuda de homens letrados a *Sentencia-Estatuto*, primeiro estatuto de limpeza de sangue na Espanha. Com numerosas acusações contra os conversos, entre elas de que nos dias santos (Jueves Santos) quando os outros cristãos se preparavam para adorar o Corpo Santo de Jesus, os cristãos-novos sacrificavam um carneiro e comiam sua carne; que eram inimigos de Toledo e dos cristãos velhos e que não faziam mais que continuar suas

⁶⁸ Madureira, J. M. Op. cit. p. 403.

⁶⁹ Sicroff, Albert. Los Estatutos de Limpieza de Sangre: controversias entre los siglos XV y XVII. Madrid. Taurus, 1985, p. 50.

intrigas contra os cristãos-velhos”.⁷⁰ Nas décadas seguintes os “estatutos de limpieza de sangre”, foram difundidos por todas as esferas da sociedade espanhola, e “os esforços esporádicos de alguns nobres para socorrer os conversos quando eram assaltados fisicamente, no melhor dos casos, tinham uma eficácia de pouca duração. E o mais trágico é que nem a Santa Sé, nem as autoridades eclesiásticas espanholas tentaram impedir sua difusão”,⁷¹ pelo contrário, acabara por ser aplicado na Catedral de Toledo em 23 de julho de 1447 e depois da resistência de alguns membros do clero foi gradativamente alcançando outras esferas eclesiais e civis. Mas a função primordial dos “estatutos” foi o “direito” de coibir a entrada de conversos aos cargos eclesiásticos, civis e militares. Segregação fundamentada inicialmente por motivos religiosos, assume logo conotação racista, encobrendo os interesses de vários grupos sociais.⁷²

No Brasil as Constituições primeiras do arcebispado da Bahia que na prática foi o código eclesiástico que regeu a Igreja no Brasil durante mais de dois séculos determinavam “que não se admitam ao sacerdócio sujeitos indignos dele e que mais servem para desencaminhar as almas do que as levar a Deus. Em primeiro lugar, deveria ser tirada informação secreta da limpeza do sangue-extra-judicial, vida e costumes, do habilitando e da limpeza de sangue de seus pais e avós, das Freguesias e terras, Bispados de onde são naturais e moradores e também de onde trazem suas origens”.⁷³

Ramificações genealógicas e a família Cruz da Bahia

Grande parte dos familiares do Padre Manoel Lopes de Carvalho eram reinóis do norte de Portugal, mais especificamente do Minho, onde secularmente havia numerosos cristãos-novos.⁷⁴ Seu pai ao dirigir-se solteiro para o Brasil, havia deixado em Viana sua parentela, gente simples: João de Araújo Costa, avô paterno

⁷⁰ Ibid., pp. 54,5.

⁷¹ Ibid., p. 87.

⁷² Tucci Carneiro, Maria Luiza. Preconceito racial: Portugal e Brasil-Colônia. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, p. 47.

⁷³ Ibid., pp. 210-1.

⁷⁴ Cunha, Dom Luis. Testamento político. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1976, p. 64.

do réu, era alfaiate, esposo de Mariana Lopes e genro de Felipa Lopes que era conhecida na vila por Felipa Rapada; todos moradores na Rua Santo Antônio. Seu avô materno, Manoel de Carvalho Lima também era de Viana e morador na Rua do Postigo. Quando jovem deixou no Reino seus pais Pedro Carvalho e Maria Rodrigues e a irmã Isabel Carvalho que em 1725 era esposa de Domingos Álvares Baqueiro⁷⁵. Estas famílias vianenses tinham longo passado na região e seus membros eram considerados “legítimos e inteiros cristãos-velhos, e foram todos e cada um deles tidos e havidos reputados e conhecidos sem fama, nem rumor algum em contrário”⁷⁶. Apegados à piedade cristã e aos valores provincianos, onde a Igreja exercia poderosa influência, muitos membros destas famílias optaram pela vida clerical havendo entre eles “vários clérigos e párocos”⁷⁷ o que nobilizavam aquelas famílias, espantando rumores de “sangue infecto” e garantindo prestígio social. Para obter informações sobre os costumes ou “qualidade de sangue” (origem étnica) dos réus, o Santo Ofício promovia uma inquirição no lugar de origem do réu ou de seus antepassados. Este procedimento era fundamental para que os Inquisidores “qualificassem os réus segundo a ‘quantidade’ de sangue judaico que tinham nas veias, presumindo-se a heresia proporcional a essa percentagem”⁷⁸.

O que foi evidenciado a respeito destas famílias nas inquirições *in loco*, promovidas pelo Santo Ofício, na vila de Viana, não aconteceria além mar, em terras consideradas bárbaras onde o cristianismo ainda não havia fincado profundas raízes. Na cidade da Bahia, enquanto os atabaques soavam nos terreiros em homenagem aos orixás, o Padre José Maria Teles recebia do Comissário da Sé Episcopal, Mons. João Calmon, a diligência de proceder uma inquirição sobre os antepassados de Ângela da Cruz Quaresma, avó materna do réu do Santo Ofício, Padre Manoel Lopes de Carvalho. Estranho, logo a família Cruz, com um nome profundamente cristão era suspeita de judaísmo! Cristãos de diferentes nacionalidades denominaram suas famílias com o nome do madeiro no qual Jesus morreu. O significado deste símbolo cristão fez com que surgisse desde a Antigüidade ao Medievo os nomes das

⁷⁵ Proc. 9255. 2º maço, fl. 71.

⁷⁶ Ibid. fl. 72v.

⁷⁷ Ibid. fls. 71, 79.

⁷⁸ Lipiner, Elias. *Santa Inquisição: terror e linguagem*. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1977, p. 96.

famílias⁷⁹ Slibo, Sleua, Saliba, Khatchaturian, Kreutz, Kruis, Kruse, Croce, Cruz, Kereszt, Krstic⁸⁰. Por sua vez, o nome de família Quaresma, não chegou a ser um sobrenome com amplitude como Cruz no mundo cristão, mas foi usado com certa divulgação no Barroco Ibérico. Trata-se também de um sobrenome religioso e refere-se ao período litúrgico em que a Igreja celebra a quarentena do jejum de Jesus no deserto da Judéia antes de iniciar sua vida pública. É um tempo penitencial que precede a celebração da Páscoa cristã e recorda os últimos dias e momentos de Jesus. No Brasil-Colônia algumas pessoas portadoras do sobrenome Quaresma foram processadas pela Inquisição: “André Quaresma, inquiridor do juízo da Índia, torturado e morto nos cárceres da Inquisição e queimado em estátua com seus ossos como judeu convicto e impenitente em 03.08.1636; Antônio Carvalho Quaresma, 37 anos, mercador, condenado a cárcere e hábito em 08.08.1683. Sua mulher Joanna Dias, 27 anos, condenada a cárcere e hábito perpétuo em 26.11.1684; Manoel Quaresma, mercador, seu filho Antônio Gomes, 35 anos, mercador, queimado vivo como judeu convicto, confitente e impenitente em 26.11.1684.”⁸¹ No final do século XVII e início do seguinte, viveu, também na Bahia, Manoel Quaresma, reconhecido

⁷⁹ De acordo com o Mons. Tesfay Hadgu, protosintchelo da Diocese de Adigrat, na Etiópia, país que possui uma das mais antigas culturas cristãs, “não existem sobrenomes de família, mas apenas nomes de batismo. O mais próximo equivalente a ‘Cruz’ é o verbo guez *Kereze*. Verbo que tem a mesma raiz em hebraico, aramaico e siríaco e possui uma variedade de significados: anunciar, proclamar, declamar, pregar, celebrar (a Missa) e abençoar. Quando este verbo guez é usado em amárico, o que é raro, pode significar a crucifixão ou a cruz da crucifixão. Tendo pesquisado em toda a documentação relevante à presença dos portugueses e espanhóis no tempo dos jesuítas (1570-1670), só fui capaz de identificar um padre etíope, que foi o Pe. Paulus a Santa Cruce, natural da região de Damot, sul de Lake Tana e martirizado em 1649/50”.

⁸⁰ Estes nomes de família obedeceram a seqüência das seguintes línguas: aramaico (dialeto siríaco e caldeu), árabe, armênio (sobrenome do mundialmente reconhecido músico, maestro e compositor Aram Khatchaturian, cujo significado é “filho da cruz”. Aparecem ainda em armênio os sobrenomes Khatchiguiian e Khatcherian), alemão, holandês, dinamarquês, italiano (sobrenome relativamente comum na Itália. Entre os notáveis portadores do nome *Croce*, destaca-se Benedetto Croce, 1866-1952, filósofo, historiador e político. Pai do historicismo e idealismo italiano), espanhol, português (em português e espanhol o nome Cruz é assim como em Portugal, no Brasil, na Espanha e nos países de língua espanhola, o sobrenome é relativamente comum e antigo), húngaro (com maior freqüência do que o sobrenome *Kereszt*, aparecem em húngaro os sobrenomes *Keresztes*, *Koresztesi* e *Keresztessy* derivados da palavra cruzado) e sérvio (existe também em sérvio o sobrenome *Krstic* derivado da palavra cruz). Agradecemos estas informações ao Pe. Gabrail Dahho, da Igreja Síria Ortodoxa, ao Prof. Yervant Tamdjian, assessor do Consulado Armênio, em carta de 17 de setembro de 2004, ao Sr. Martins Felix Mertens, assessor da Embaixada da Holanda no Brasil em carta de 9 de abril de 2003, ao Sr. Felipe Ferreira assessor da Embaixada da Dinamarca em carta de 15 de maio de 2003, ao Sr. Mauro Marsili, primeiro-conselheiro da Embaixada da Itália no Brasil em carta de 11 de setembro de 2003, à Sra. Maria del Mar Fernández-Palacios, conselheira cultural e de cooperação da Embaixada da Espanha no Brasil, em contato telefônico de 17 de outubro de 2003, ao Sr. Szilárd Teleki, conselheiro da Embaixada da Hungria em carta de 10 de abril de 2003, ao Sr. Ljubomir Milic, conselheiro da Embaixada da Sérvia e Montenegro em carta de 10 de abril de 2003.

⁸¹ Carvalho, Flávio Mendes. Raízes judaicas no Brasil: o arquivo secreto da inquisição. São Paulo: Nova Arcádia, 1992, p. 321.

mestre de obras “que colaborara na construção do edifício da Ordem Terceira de São Francisco”.⁸² Entretanto, tanto para os condenados quanto para o referido mestre de obras, não foi possível descobrir respectivos vínculos com a família Quaresma, à qual pertence o Padre Carvalho. Paradoxalmente, nomes religiosos cristãos foram usados por algumas famílias marranas ou cristãs-novas católicas praticantes, em ambos os casos como forma de provarem sua adesão ao catolicismo e evitarem indesejáveis suspeitas de criptojudaísmo. Ainda assim, muitos conversos da família Cruz foram denunciados e a cristã-nova Helena Maria da Cruz, natural do Rio de Janeiro em 1704 recebeu o hábito penitencial perpétuo no Auto de Fé de 1720.

Na Inquirição da Bahia, das doze testemunhas que deporaram no processo do Padre Manoel Lopes de Carvalho, todas pessoas de reputada idoneidade, sete afirmaram que a família de Ângela da Cruz Quaresma não era de ascendência judia, enquanto que cinco afirmaram categoricamente o contrário, dizendo que sempre houve “grande fama e rumor sem diminuição por todas as pessoas que a conhecem”.⁸³ O depoimento de um velho sacerdote da Bahia, Pe. Antônio Ribeiro, que durante décadas acompanhou a família Lopes Carvalho na freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia traz à tona situações constrangedoras que envolveram alguns membros desta família em decorrência da “fama e rumor” da nódoa judaica: “Ângela da Cruz Quaresma, avó materna do sobredito padre teve um irmão de cujo nome não se lembra e foi condiscípulo dele testemunha nos estudos e querendo este ordenar-se o não conseguiu e lhe saiu com impedimento, digo e querendo este ordenar-se por duas vezes foi a informar ao seu vigário que então era da praia Joseph Ferreira e já nesse tempo havia rumor e fama de cristão-novo e suposto que alcançasse naquele tempo reverenda do Cabido *sede vacante* para se ir ordenar a Portugal o não conseguiu porquanto o arcebispo que lá se achava Gaspar Barreto impediu a todos os que se iam ordenar e lhes não conferiu as ordens”.⁸⁴ Como foi mencionado, na Espanha, a partir do final do século XV, os Estatutos de Pureza de Sangue foram gradativamente utilizados por várias instituições eclesiásticas, civis e militares. Em relação à Companhia de Jesus “a introdução do

⁸² Alves, Marieta. A Santa Casa de Misericórdia e sua igreja. Guia turístico: Bahia, 1962, p. 22.

⁸³ Proc. 9255. 2º maço, fls. 101, 102v, 103, 104.

⁸⁴ Ibid. fl. 104.

Estatuto de pureza na Cia. de Jesus envolveu-se de circunstâncias particulares, pois Inácio de Loyola não somente estava cercado de conversos, que desfrutavam de seu convívio, como recusou todas as sugestões para afastá-los da Ordem. Os sucessores de Loyola, os padres Lainez e Francisco de Borja, resistiram às constantes pressões que se faziam sentir sobre a Companhia, evitando a aplicação do Estatuto de pureza [...]. Sob a alegação de que os cristãos-novos causavam inquietações na Ordem, a 5ª Congregação Geral aprovou, somente em 1593, o decreto que proibia a admissão de pessoas da nação hebréia como membro da Companhia”.⁸⁵ A partir de então a Companhia de Jesus exigia de seus candidatos a pureza de sangue, segregando aqueles infectos pela nódoa judaica.

Assim, encontramos na Bahia setecentista o referido Padre Antônio Ribeiro a relatar dois episódios relativos a um irmão e um sobrinho do réu que entraram na Companhia de Jesus como estudantes, ambos, aos olhos do Padre Antônio, expulsos por suspeitarem de suas origens judaicas: “Outrossim declarou que o Padre Joseph Lopes de Araújo, vigário atual que é da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória e irmão inteiro do Padre Manoel Lopes de Carvalho, segunda vez que foi a Lisboa se embarcara daquela cidade para a Índia com a roupeta de noviço da Companhia de Jesus e vindo a nau da Índia arribada a esta Bahia, aqui largou a roupeta e se foi para casa de seus pais, porém não sabe a causa e da mesma sorte sendo noviço da mesma Companhia, no colégio desta mesma cidade um rapaz chamado Salvador filho de uma irmã do dito padre Manoel Lopes de Carvalho e do dito vigário da Vitória e neto de João de Araújo e de Maria da Assunção o expulsaram da Região como fundamento de que o dito rapaz era travesso e que isto é o que sabe sobre este particular e não lhe consta que esta fama de cristão novo fosse lançada por pessoas malévolas por ser geral e constante”.⁸⁶

⁸⁵ Tucci Carneiro, Maria Luiza. Op. cit., p. 119.

⁸⁶ Proc. 9255. 2º maço. fl. 104v.

Suposta fraude genealógica

Entretanto, não era suficiente um depoimento a mais para provar que a família Cruz, a qual pertencia o Padre Manoel Lopes de Carvalho, era isenta do infecto sangue judeu. Seria necessário traçar uma árvore genealógica que o livrasse de tal infâmia, recorrendo aos livros de registros sacramentais da Sé da Bahia, identificando e trasladando a certidão de batismo do réu sacerdote, e do batismo e matrimônio de sua mãe, Maria da Assunção, de sua avó Ângela da Cruz Quaresma e bisavó Guiomar Quaresma. Esta, filha de outra Ângela da Cruz e neta de Sabina da Cruz, mas destas duas não foram encontradas as certidões. Numa carta epistolar destinada aos Inquisidores em Lisboa, o comissário do Santo Ofício na Bahia, Monsenhor João Calmon afirma que “não pode achar nem pelos livros antigos da Sé de Nossa Senhora da Conceição da Praia e de Vera Cruz de Itaparica, o assento de batismo ou casamento de Ângela da Cruz, a velha, filha de Sabina da Cruz”.⁸⁷ A misteriosa costureira Sabina da Cruz que em sua velhice era viúva, morava no trapiche chamado Caldeira⁸⁸, cortava e fazia sobrepelizes sacerdotais,⁸⁹ foi considerada por quase todas as testemunhas como cristã-nova, de naturalidade obscura, ora mulher de um tal presliteiro [sic] castelhano, ora de Diogo Leão, ora ainda mulher de vida livre. Diogo Leão reconhecido como cristão-novo e concubino de Sabina da Cruz, com a qual teve uma filha,⁹⁰ era o riquíssimo cristão-novo senhor de engenho e mercador de renome internacional natural de Lisboa ou do Porto e morador na cidade da Bahia no século XVII. Irmão de João de Leão e de Manoel Lopes de Leão e genro de André Lopes de Carvalho. “Ninguém desconhecia ser ‘homem da nação’, e no tempo da Inquirição de 1646 abundam as denúncias sobre reuniões na sua casa e sobre ladainhas que cantava ‘de voz cortada’ às sextas-feiras”⁹¹. Preocupado com os possíveis prejuízos desta Inquirição na Bahia sobre as origens maternas do réu, seu irmão, Padre José Lopes de Carvalho, vigário no

⁸⁷ Ibid. fl. 120.

⁸⁸ Sabina da Cruz faleceu nessa localidade “com mais de 100 anos de idade”. Proc.9255, 2º maço. fl. 106.

⁸⁹ Ibid. fl. 103v.

⁹⁰ Ibid. fl. 104.

⁹¹ Novinsky, Anita W. Cristãos Novos na Bahia: A Inquisição. São Paulo, Editora Perspectiva, 1992, p. 86.

Arcebispado da Bahia, envolve na mesma, dispondo-se à pesquisa e aquisição das certidões sacramentais exigidas no processo.

Os Inquisidores do Santo Ofício conheciam a prática um tanto comum no período, de adulterar propositalmente um documento para comprometer esta ou aquela família, mas a interpolação de nomes de cristãos-velhos indica que, reciprocamente, os cristãos-novos recorriam ao mesmo expediente,⁹² cientes da relatividade da documentação, ainda mais porque havia interesse de uma das partes, refiro-me aqui ao “apenso que, a este respeito [procura desvincular de sua árvore genealógica indivíduos havidos como cristãos-novos] ofereceu nesta mesa, o Padre José Lopes de Araújo, irmão do réu”⁹³ e ansiosos para dar um parecer final e concluir a inquirição sobre as origens do réu, em 13 de março de 1726 finalmente declaram “não constar qualidade do sangue do réu”⁹⁴.

⁹² Mello, Evaldo Cabral de. *O Nome e o Sangue: Uma fraude genealógica no Pernambuco Colonial*. São Paulo. Companhia das Letras, 1989, p.77.

⁹³ Proc. 9255. 2º maço, fl. 122.

⁹⁴ Ibid. fl. 128v.

[abrir o arquivo Árvore Genealógica]

Capítulo 2

Pároco nas Minas Gerais

No final do século XVII, os bandeirantes Miguel Garcia de Almeida Cunha e Manuel Garcia, membros da bandeira de Borba Gato, transpõem os altos da Cachoeira de Itabira do Campo⁹⁵, onde na falha radical da Serra do Deus [te] Livre⁹⁶, junto aos ribeirões da Cachoeira e Água Limpa, descobrem ouro. Um desentendimento entre ambos divide a bandeira e Manuel Garcia segue em direção nordeste onde descobre no rico córrego do Tripu a mina de Ouro Preto⁹⁷, a qual dará origem a vila de Ouro Preto, enquanto Miguel Garcia desce o Rio da Serra em direção oeste “onde descobre uma jazida de ouro de cor amarelado claro, por oxidação de paládio a ele associado”.⁹⁸ Desta mina originará o povoado de Santo Antônio de Ouro Branco, cujo crescimento econômico nos primeiros anos do século XVIII estará diretamente relacionado à exploração aurífera.

Foi portanto em Ouro Branco um dos primeiros núcleos urbanos das gerais que viveu o padre Manoel Lopes de Carvalho entre os anos de 1717 a 1719. Em seu breve estabelecimento na vila, Padre Carvalho ocupou o cargo de primeiro vigário residente, mas de suas atividades pastorais descobrimos parte, haja vista que não existe o Livro Tombo desta paróquia referente aos mencionados anos. Entretanto, conservou-se os livros de batismo, casamento e óbitos (hoje encadernados em volume único) e estes testemunham as atividades pastorais de um vigário nas minas do Brasil Colonial. Em 4 de julho de 1717 ocorreu o primeiro casamento registrado na Freguesia de Ouro Branco⁹⁹ o qual foi presidido pelo padre Salvador Leitão de Metellos que ocupava o cargo de vigário. Cinco meses depois, em 10 de dezembro do mesmo ano, já encontramos o Padre Manoel Lopes de Carvalho oficiando as núpcias de Bento Leme e Leonor Dias de Siqueira¹⁰⁰ e

⁹⁵ Atualmente Itaberito.

⁹⁶ Também conhecida por Serra de Ouro Branco.

⁹⁷ Assim denominado pela presença de ferro em sua composição.

⁹⁸ Informe Histórico do Município. Dossiês de Tombamento. Município de Ouro Branco, p. 4.

⁹⁹ Núpcias de Manoel Moniz e Josepha Pereira da Porciúncula. In. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana - AEAM. Prateleira S, nº 23A. 1717-1744, fl. 69.

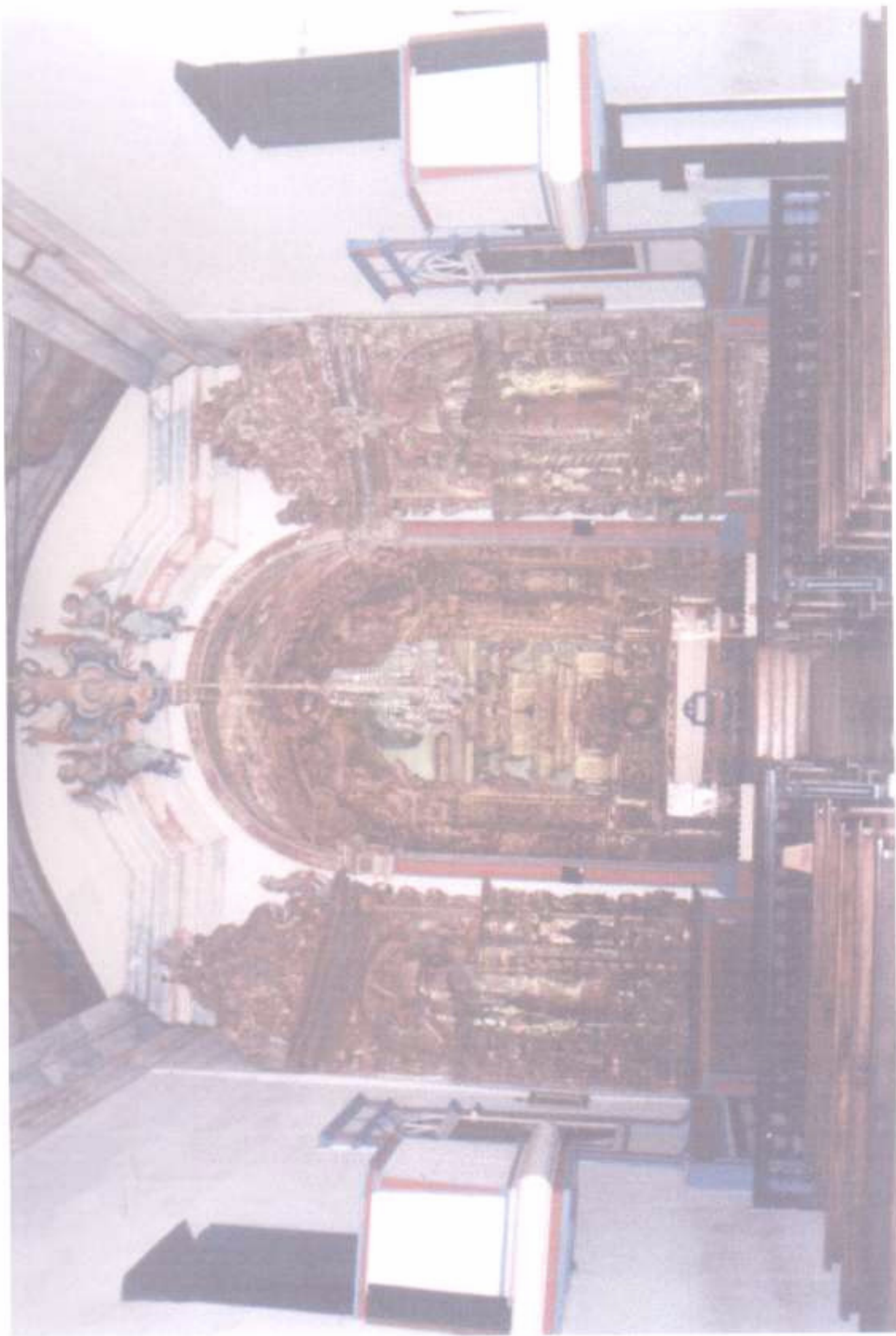
¹⁰⁰ AEAM, Prateleira S, nº 23A. 1717-1744, fl. 69.

atuando como vigário desta freguesia por provisão do “Reverendo Mestre Eschola, Vigário da Vara de Vila Rica o Pe. Manoel Álvares Correa”.¹⁰¹ A única evidência de que o Padre Metellos trabalhou em Ouro Branco antes do Padre Carvalho é o mencionado registro de casamento, o qual foi feito por este sacerdote, conforme atesta sua letra legível e característica; a mesma letra na qual escreverá seu “tratado teológico”. É provável que Padre Carvalho providenciou os primeiros livros cartoriais da Freguesia de Ouro Branco e que sabendo de um matrimônio anterior a sua chegada, registrou-o. De 1717 a 24 de junho de 1719 encontram-se oito casamentos presididos pelo Pe. Manoel Lopes de Carvalho, dos quais, curiosamente, quase todos possuíam a naturalidade mogiana.

De outra parte temos informação que a Igreja Matriz de Santo Antônio foi construída de 1702 a 1721, no governo do bispo do Rio de Janeiro, D. Frei Francisco de São Jerônimo. Os últimos anos desse período, de 1717 a 1720, Padre Carvalho desenvolveu seu ministério sacerdotal em Ouro Branco. O acabamento foi certamente concluído em 1779 como atesta seu frontispício. E é muito certo que este sacerdote tenha também dedicado grande parte de seu tempo no acabamento das obras internas do templo, cuja conclusão levou 62 anos.

Este templo foi construído em alvenaria de pedra argamassada e cantaria lavrada, até cerca de 2/3 de altura da fábrica, onde começam os tijolos de adobe. O entablamento é de cantaria. O corpo principal compreende a portada em pedra, de verga curva encimada por uma composição esculpida e cruz, ladeada por volutas em forma de S; a porta é almofadada; a extremidade da cruz da portada quase toca a parte inferior do óculo barroco trilobado e oblongo, cercado de pedra e envidraçado. De cada lado da portada as duas janelas habituais, rasgadas ao nível do coro, com marcos de pedra, verga curva movimentada e pequeno frontão. Acima da grande curva arqueada do entablamento eleva-se o frontão principal em grandes volutas, contracurvas, cimalthas e cruz central de pedra. Esse conjunto é enquadrado pelas torres sineiras, fechadas pelas verticais dos dois cunhais e das duas pilastras; a cobertura das torres é em cúpulas de alvenaria em perfil de sino invertido. O interior da igreja é um testemunho do período em que o Padre Carvalho oficiava a Sagrada

¹⁰¹ Id.



Interior da Igreja Matriz de Santo Antônio. Ouro Branco, MG.
Fonte: Center Foto Moderno, Ouro Branco, 2004.

Liturgia, seu estilo barroco caracteriza o recinto e não é difícil imaginar o canto monótono do canto-chão e as orações da liturgia latina tridentina. A nave, o arco cruzeiro e a capela-mor formam um conjunto de talha dos mais belos de Minas Gerais. “Os altares e retábulos são de um barroco vigoroso e opulento, recobertos de ouro: colunas torsas, entablamentos, grande arco com tarja e cornija, ornamentação final mostram ainda sob a riqueza de motivos a estrutura básica renascentista, numa construção sólida sobre a qual volutas, acantos, dosséis e figuras de anjos integram-se perfeitamente. É notável a existência de excelente pintura decorativa, no teto da capela-mor, de perspectiva e figuras.”¹⁰² Como em muitas igrejas barrocas, junto ao altar-mor havia dois anjos tocheiros esculpidos em madeira com mais de um metro de comprimento. Atualmente estas imagens encontram-se no Museu de Arte Sacra de Mariana, MG. Estas belíssimas imagens¹⁰³ poderiam ter inspirado ao Padre Carvalho mensagens “querubínicas” da Lei de Moisés? Mas aquele templo como a maioria dos templos católicos do período era também um mausoléu de toda uma comunidade em sua maioria cristã-velha, mas certamente com vários membros conversos, haja vista a presença de numerosos cristãos-novos em Minas colonial.

Exéquias na freguesia

O primeiro batizado registrado na Freguesia de Ouro Branco foi feito pelo Padre Carvalho em 17 de setembro de 1718 e a catecúmena foi a pequenina Maria, filha de Ana Rodrigues, escrava de Manoel Alves Rodrigues, sendo seus padrinhos João de Cubas Mendonça e Messia Nunes de Siqueira.¹⁰⁴ Até 8 de junho¹⁰⁵ de 1719 consta onze batizados oficiados por este sacerdote, em sua maioria de crianças escravas.

¹⁰² Souza, Wladimir Alves de (coord.). Guia dos Bens Tombados Minas Gerais. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, s/d, pp. 231-2.

¹⁰³ Cf. página 192 desta tese.

¹⁰⁴ Ibid., fl. 1.

¹⁰⁵ O assento datado de “8 dias” não consta ser de junho, pois a folha deste registro está parcialmente carcomida, danificando a maior parte do registro, concluímos que se trata do mês de junho por considerar que o último assento completo é de 8 de maio de 1719, depois aparece dois do dia 21 e outro do dia 8. Em seguida na folha 2 aparece a rubrica do Vigário da Vara de Vila Rica, Dr. Lucas Ribeiro (que como ordinário episcopal visitava as freguesias fiscalizando os livros eclesiásticos e estando em dias assinava-os) datada de 27 de junho de 1719. Ibid. fls. 1, 1v, 2.

Uma outra fonte documental registra a presença do Padre Carvalho em Ouro Branco: Os vinte óbitos que vão de 15 de agosto de 1718 a 26 de junho de 1719. Num período de menos de um ano este número apresenta-se como muito elevado para uma vila que em seu início era escassamente povoada.¹⁰⁶ Um dado relevante, que pode explicar a origem de tantos óbitos neste período é o fato de dezessete falecidos serem escravos e apenas seis pessoas livres. Dos escravos falecidos, sete pertenciam ao alferes Domingos Moreira Fernandes sendo que os três primeiros faleceram em menos de um mês entre 12 de agosto e 3 de setembro de 1717 e o último em 7 de junho do ano seguinte. Num total de 23 óbitos entre negros e brancos, dez faleceram entre agosto e novembro de 1717, quase todos vítimas de uma doença repentina conforme atesta o caso de “Simão, escravo de Manoel Correa [que] foi mandado para Ouro Preto a curasse e no caminho, chegando a esta freguesia, morreu sem sacramentos”.¹⁰⁷ Estes fatos evidenciam uma epidemia na região, possivelmente a febre tifóide, infecção produzida pelo bacilo de Eberth, cujos sintomas são “febre, indisposição geral, dor de cabeça, fraqueza, dores vagas, falta de apetite e pode ser acometido de vertigem e epistaxe [...], o ventre é timpânico à percussão; a pressão sobre a fossa ilíaca direita é acompanhada de dor e pode-se verificar um gargarejo, se as fezes forem diarréicas. O baço é aumentado de volume e um pouco doloroso”.¹⁰⁸ Enfermidade decorrente da falta de higiene e saneamento básico, onde nas águas empoçadas apodrecem alimentos e outros gêneros criando as condições ideais para o surgimento e a propagação do bacilo de Eberth. Tais condições não eram raras nas minas coloniais o que poderia causar numerosos óbitos.

Esta mortandade nas Minas de Ouro Branco tirou o Padre Carvalho de sua rotineira atividade paroquial que quase sempre consistia na celebração diária da missa, orações do breviário e visita aos fregueses. As saídas inusitadas para ministrar a unção dos enfermos (extrema unção) confirmam este fato: De acordo com os óbitos registrados pelo Padre Carvalho, apenas quatro dos falecidos não

¹⁰⁶ Não possuímos dados demográficos da freguesia de Santo Antônio de Ouro Branco neste período, mas um século depois em 1813 a população local era de 1172. In. Informe Histórico do Município. Op. cit., p. 6.

¹⁰⁷ AEAM. Prateleira S, nº 23A. 1717-1744, fl. 99v.

¹⁰⁸ Kehl & Monteiro. Enciclopédia Médica do Lar. São Paulo. Boa Leitura Editora S. A. 1965, Vol. III, p. 139.

receberam os sacramentos por negligência dos senhores de escravos ou pela rapidez da morte. Mas os serviços religiosos de um sacerdote católico em relação aos moribundos não resumiam, como ainda hoje não resumem, ao ministrar a unção dos enfermos, confissão e o santo viático, após o falecimento, um fiel católico receberá as exéquias cristãs. Um conjunto de cerimônias que vão desde uma missa de corpo presente, o panegírico, o rito de encomendação da alma do falecido a Deus, a bênção do corpo, da sepultura e a Missa de Sétimo Dia, Trigésimo Dia e Um Ano de Falecimento. Estas cerimônias cujas origens remontam à Antiguidade cristã, baseiam em tradições bíblicas, e fazendo parte dos costumes eclesiásticos são conservadas com zelo pela Igreja. Por isso podemos afirmar que parte considerável do tempo do Padre Carvalho na Vila de Ouro Branco foi preenchida pelos serviços fúnebres. Conforme evidenciam os documentos, estes sepultamentos ocorreram dentro ou no adro da matriz de Santo Antônio, e já nos primeiros anos desta igreja as sepulturas começaram a ocupar sistematicamente todo o recinto do templo¹⁰⁹ tornando, aos nossos olhos, uma prática nociva a saúde dos fiéis que o freqüentaram.¹¹⁰ Este costume comum no período, decorria de vários fatores entre os quais as crenças e representações da morte na cristandade colonial: “É costume pio, antigo e louvável na Igreja católica enterrarem-se os corpos dos fiéis cristãos defuntos nas igrejas e cemitérios delas: porque como são lugares a que todos os fiéis concorrem para ouvir e assistir às missas, officios divinos e orações, tendo a vista as sepulturas, se lembrarão de encomendar a Deus nosso Senhor as almas dos ditos defuntos, especialmente dos seus para que mais cedo sejam livres das penas do Purgatório, e se não esquecerão da morte, antes lhes será aos vivos muito proveitoso ter memória dela nas sepulturas”.¹¹¹

¹⁰⁹ Cf. AEM. Prateleira S,nº 23^A. 1717-1744, fls. 99 a 101.

¹¹⁰ Esta prática em franco desuso na Europa daquele período, será sistematicamente combatida após o Iluminismo e a “uma nova visão dos mortos: a visão médica. Essa nova óptica conquistou, rapidamente o reconhecimento de importantes autoridades administrativas da Colônia”. In Vieira, Luiz Alberto Sales. *Entre a Vida e a Morte: Interesses Populares, Imaginário cristão da Morte e medicina social em Minas no século XIX*. Monografia. Mariana. Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais: Departamento de História, 2002; p. 7.

¹¹¹ Vide, D. Sebastião Monteiro de Regimento do Auditório Eclesiástico do Arcebispado da Bahia, metrópole do Brasil. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro, 1853; p. 295

Em vinte e sete de junho de 1719, um dia após o sepultamento de “Antônio, escravo de Bartholomeu de Azevedo”¹¹² quando Padre Carvalho recebeu a visita do padre doutor Lucas Ribeiro, vigário da Vara de Ouro Preto, pode ter sido um de seus últimos dias naquela freguesia mineira. Nesta ocasião, o vigário de Ouro Branco deve ter anunciado ao vigário da Vara de Vila Rica seu propósito de deixar as Minas em direção ao Reino. O que não deve ter demorado muito acontecer, uma vez que em 16 de agosto de 1719, seu sucessor, o Pe. Salvador Leitão Metello já se encontrava na matriz de Ouro Branco oficiando um casamento na condição de “vigário residente” da vila. Quanto ao motivo de sua ida da Bahia de São Salvador para as Minas Gerais, reveste-se de mistério. Uma única alusão ao fato encontra-se nos autos de seu processo inquisitorial, no depoimento do Pe. Francisco de Oliveira Aranha, cônego prebendado na Sé da cidade da Bahia e morador em Lisboa, que afirmou que o réu “teve o emprego de coadjutor da dita freguesia de São Pedro, onde por se dar avisos chegou a tal publicidade com uma mulher que daí se lhe originou a ausentar-se da Bahia”.¹¹³ Não foi possível ainda verificar a autenticidade desta denúncia vinculada ao depoimento de uma testemunha que manifestava certa antipatia pelo réu. As razões que levaram o Padre Manoel Lopes de Carvalho deixar a Freguesia de Ouro Branco também não são claras. De sua chegada a Lisboa sabemos por uma carta de Diogo Mendonça Corte Real ao Conde de Tarouca¹¹⁴ que ocorreu no início de novembro de 1720. Sua saída de Minas Gerais, ocorrida no final de junho ou início de agosto de 1719, foi sucedida por um período de estadia de aproximadamente um ano na cidade do Rio de Janeiro. Deste período o processo inquisitorial registra apenas uma dívida do réu com o homem de negócios Joseph de São Boaventura, de “trezentos mil réis para satisfação da qual lhe deixou um preto mina por nome Francisco, alto de corpo, feito de membros, de trinta anos de idade, pouco mais ou menos, que lhe havia custado em as minas duzentas oitavas de ouro, conforme o qual preço excede a quantia da dita dívida”.¹¹⁵

¹¹² AEAM. Prateleira S, nº 23A. 1717-1744, fl. 101.

¹¹³ ANTT. IL. Proc. 9255. 2º maço, fl. 165.

¹¹⁴ BNL, Reservados, Códice 8.550: Cartas de Diogo Mendonça Corte Real para o Conde de Tarouca: 1720-1736 – “Carta de 05 de novembro de 1720”, [s.n.].

¹¹⁵ Proc. 9255. 2º maço, fl. 2v.

Capítulo 3

Rumo a Tarsis dos Arrabidos

No imenso azul do oceano, como uma enorme baleia a gurgitar em direção ao nascente, seguia do Rio uma nau carregada de ouro das minas. Notícias sobre a Revolta de Vila Rica, e um padre autodenominado o 2º Jonas. Tencionava apresentar seu grande projeto de reforma da igreja. Lisboa era sua parada provisória onde haveria de apresentar à Sua Majestade El Rey Dom João V seu pitoresco projeto de reforma da igreja. Diga-se de passagem, em nada semelhante à Reforma Protestante.¹¹⁶ Seu projeto reivindicava o retorno à doutrina e a eclesiologia judeu-cristã. Em seguida, contando com o apoio do rei, dirigir-se a Sua Santidade, o pontífice romano, Papa Clemente XI. Logo a chegar à capital do Reino em 6 de novembro de 1720, Padre Carvalho dirige uma missiva ao senhor Arcebispo e Patriarca de Lisboa, apresentando suas credenciais sacerdotais, solicitando uso de ordens eclesiásticas e manifestando desejo de permanecer em Lisboa somente até recuperar um capital que possuía na Bahia, para que assim pudesse prosseguir sua viagem até Roma e lá propor sua reforma ao Papa: “Diz o Pe. Manoel Lopes de Carvalho sacerdote do hábito de São Pedro, natural do arcebispado da Bahia, mas chegado a esta corte na frota do Rio de Janeiro por se achar naquela cidade vindo das Minas onde fora pároco, que ele suplicante por trazer um negócio do serviço da Santa Igreja para quem faz tenção passar-se para a corte de Roma e pela praça da frota com que se aprestou para partir a essa cidade onde se acha, não pôde haver quando seu Prelado as limissórias e só elas mandou pedir e assim na frota que da Bahia vier poderão vir, mas traz ele suplicante todos os mais papéis correntes de folha corrida carta de ordens, sentença da gênero e as provisões do Ilustríssimo Prelado do Rio de Janeiro por onde usava das suas ordens no dito bispado e que tudo vai nesta incluso.”¹¹⁷ Na margem da mesma página aparece escrito: “Para a venerável, Ilustríssima e Reverendíssima lhe faço muito mandar passar licença para

¹¹⁶ Ainda que os líderes desta defendiam um retorno à igreja primitiva, mas um retorno ao cristianismo greco-romano.

¹¹⁷ Proc. 9255 1º maço; fl. 19v.

usar das suas ordens neste patriarcado. E R M”.¹¹⁸ É nítida a presença de dois remetentes. O texto acima foi escrito na terceira pessoa do singular, existe outro escrito na primeira pessoa do singular. O primeiro texto é de autoria desconhecida, talvez escrito por algum funcionário da cúria patriarcal de Lisboa, possui assinatura com as iniciais E R M; o segundo não possui assinatura, mas pelo estilo e assunto é de autoria do Padre Carvalho e destinado ao Arcebispo o Patriarca de Lisboa, possui uma linguagem ameaçadora: “Advirto que a mesma igreja assim profeticamente o afirmou com não meter santo nenhum nem ainda simplex entre os sete dias que vão de São Matias apóstolo até o de São Cassimiro com que foi o meu nascimento para assim dar testemunho em que em mim como Jonas pelo evangelho cai a sorte de profeta”.¹¹⁹ Em seguida escreve: “Que o caso pelo número de 81 do ano em que fora a minha conceição que mudadas as letras com oposição faz o número de 18, dia que é dedicado a cadeira de sua mãe, isto é, a cadeira de São Pedro em Roma [ilegível] por logo ele que eu era o vigilante de que Daniel dissera a Nabuco que lhe havia de cortar todos os [ilegível] sua árvore tão formosa e que juntamente o mesmo [ilegível] subida que fazia ao tal penhasco havia de fa[ilegível]m que se abalasse e p[ilegível] sem mãos que a de vir a Estátua do mesmo Nabuco que ele não sua [ilegível] de Roma ainda a conservasse em muitas estimação.”¹²⁰ Por este ofício se percebe que o envolvimento do Padre Carvalho com o Santo Ofício da Inquisição inicia logo nos primeiros dias de sua chegada ao Reino. Esta missiva por si só seria suficiente para que o remetente fosse acusado de crime de heresia, mas por algum motivo o Patriarca de Lisboa desconsiderará as afirmações heréticas do Padre Carvalho, e aprovará apenas o pedido de uso de ordens em seu arcebispado, o que foi deferido como veremos por sua freqüência em igrejas e conventos portugueses.

Parece-nos que apoiado de uma carta de apresentação dirigiu-se primeiramente ao Mosteiro dos Arrabidos nas adjacências de Lisboa. Entre aqueles que o apoiaram no Rio de Janeiro temos notícia que o franciscano Dom Frei Bartolomeu do Pilar, 1º bispo do Pará¹²¹ e um “religioso da 3ª ordem de São

¹¹⁸ Id.

¹¹⁹ Id.

¹²⁰ Id.

¹²¹ A diocese do Belém do Pará foi criada em 4.03.1719 pela bula *Copiosos in misericórdia* do Papa Clemente XI, sendo que o 1º bispo tomou posse em 1720.

Francisco chamado O Escotinho”¹²²; um destes ou ambos, deve ter colaborado para que Padre Carvalho fosse acolhido entre os frades franciscanos arrabidos. Localizado no meio da serra arrabida¹²³, no distrito de Lisboa. Na mesma serra, que se estende de Setúbal a Azimbra numa extensão de 12 quilômetros e a maior altitude, 499 metros encontra-se uma grande gruta dentro da qual é venerada a imagem de Santa Margarida. O mosteiro dos arrabidos é célebre por nele ter vivido São Pedro de Alcântara, e este ambiente monástico haveria de contribuir para que o réu fizesse uma síntese do “Memorial a Sua Majestade” e imbuísse melhor da missão a qual, considerava, ter sido chamado por Deus. Ali vestindo o hábito de São Francisco tornou-se um noviço e passou a viver como os demais frades nas lidas do convento e na oração da Liturgia das Horas¹²⁴ em couro. Embora se dispusesse a ter uma vida em tudo semelhante à dos clérigos arrabidos seu espírito independente¹²⁵ conformado à vida sacerdotal no século encontrava certa dificuldade de adaptação e não demoraria a ter a antipatia e a resistência daqueles frades. Sentindo-se desamparado e desesperado pela hostilidade do ambiente começa a ter visões onde N. Sra. o socorre e consola: “A saia porém de que a senhora vinha vestida era roxa que tirava muito a azul bem escuro com ramos brancos ao modo de estrelas de prata cor que logo me lembrou de uma rosa grande e muito cheirosa como visos brancos que a mesma senhora no coro dos frades Arrabidos de Alfarrara me deu a cheirar em uma manhã depois de Prima¹²⁶ ao tempo da oração fazendo-lhe eu deprecações me livrasse de uma tentação ou sugestão com que o Demônio me dizia me enforcasse

¹²² Proc. 9255, 1º maço, fl. 123v. O apelido escotinho está relacionado a John Duns Scoto, sacerdote franciscano menor. Natural da Escócia meridional em 1265 ou 1266. “Exímio professor de teologia, lecionou com grande êxito em Paris, Oxford, Cambridge e a partir de 1307 por breve tempo na escola superior de sua Ordem em Colônia, onde faleceu em 8 de novembro do ano seguinte. Sobressai entre suas obras *Opus oxoniense*, Seu ordenatio, ou seja, um comentário às *Sentenças de Pedro Lombardo, Reportata parisiensia, Quaestiones Quodridetales in Quaestiones in metaphysican*. Foi um autêntico pensador medieval, construtor positivo, quase do mesmo nível dos grandes mestres da fina flor da Escolástica; com eles, Scoto professa, na questão dos universais, o realismo (de colorido agostiniano). Todavia, acentuou ainda mais os limites do conhecimento racional e submeteu o sistema de Santo Tomás de Aquino a uma crítica vasta e profunda, com intenção de substituí-lo por um outro. Contrariamente a Santo Tomás, que colocava o intelecto no lugar supremo, ele ensinava o primário da vontade (voluntarismo). Com base nesse princípio determina também o seu conceito de Deus. A teologia para ele uma ciência prática, cujo fim é a caridade”. In Bihlmeyer, Karl & Tueshle, Hermann. História da Igreja. São Paulo: Edições Paulinas, 1964. Vol. 2, p. 405.

¹²³ Alfarrara, Alfarrare. Localidade nas proximidades de Setúbal. Talvez do ár. *al-farrāra*, “planície”. In Machado, José Pedro. Dicionário onomástico etimológico da Língua Portuguesa. Lisboa: Editorial Confluência; s/d, p. 92.

¹²⁴ Vide nota de rodapé sobre Breviário, p. 77 número 327.

¹²⁵ Cf. Proc. 9.255, 2º maço, fl. 158v.

¹²⁶ Hora Litúrgica.

com o mesmo barão do relógio quando punha no braço para despertar em o pescoço para assim dormindo não sentir a morte, pois eu não tinha outro remédio senão esse porque os frades me desprezavam e para eu tornar ao século a aparecer aos fidalgos e a El Rey era não ter vergonha depois de ser noviço dizendo-me muitos que o não fosse; ao que me acodiu a senhora falando-me depois que a cheirei que aquelas eram as rosas das mortificações que seus escolhidos lhe ofereciam e de que ela mais gostava. O que para mim foi de tanta alegria e prazer que dali por diante desejava que os frades e o guardião muito mais me desgostassem até que pelos seus votos *Nemini discrepante*¹²⁷ mais que o mestre que era dos noviços Fr. Joseph da Piedade que poderá depor deste caso me expulsaram fora do dito convento. O rosto era cor bem morena com duas rosas muito encarnadas nas faces com uma talha na cabeça muito clara e transparente de idade pouco mais de 20 anos dizendo-lhe quando dei as graças senhora qua no século não é como lê na religião. Lá vivia como anjo cá vivo como perdido da vossa graça e da do vosso digníssimo filho.”¹²⁸

A gota d’água para a expulsão do Padre Carvalho foi no entanto, a chegada de Frei José de Jesus Maria naquele convento. Este frade arrabido que no Brasil “foi visitador de Antoninhos no Rio de Janeiro, onde tivera com um seu tio [tio do réu] Provincial ou Vigário Geral e comissário do Santo Ofício vários distúrbios”.¹²⁹ Para Padre Carvalho sua expulsão do mosteiro por iniciativa do referido frei tinha como pretexto o fato dele “ser estrangeiro e vir do Brasil donde vêm muitas pessoas por judaísmo a esta Inquisição os ditos religiosos lhe despiram o hábito pelo suporem judeu; entanto que Fr José de Jesus Maria, religioso arrabido, disse ao Provincial que ele declarante era judeu por ser parente do doutor Gaspar Gonçalves de Araújo,¹³⁰ comissário desta inquisição no RJ, mas que ele declarante se não despreza de ser judeu-católico.”¹³¹ Não sabemos se levado pelo litígio que tinha frei José de Jesus Maria com o referido comissário do Santo Ofício do Rio, o

¹²⁷ Sem que ninguém divergisse.

¹²⁸ Proc. 9.9255 1º maço. Tratado Teológico, fl. 4. § 4.

¹²⁹ Ibid, fl. 22v.

¹³⁰ Temos notícia desse sacerdote, funcionário do Santo Ofício atuando em São Paulo em 1738. Cf. Araújo Júnior, Adalberto G. Cristãos-Novos e a Inquisição no Século do Ouro em Goiás, dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1998, p. 58.

¹³¹ Ibid, fl. 151, 151v.

qual Frei José acusa o réu de ser seu parente, ou pela leitura dos escritos do Padre Carvalho quando de sua chegada ao Mosteiro dos Arrabidos, o fato é que após a chegada deste frei em Alfarrara, a situação do réu tornara-se insustentável e ainda que ele sentisse consolado e resignado ao sofrimento através de uma experiência mística e contasse com o apoio de seu mestre no noviciado Frei José da Piedade, o réu foi expulso e denunciado ao Santo Ofício. Essa denúncia que constituía a primeira acusação do Padre Carvalho frente ao Tribunal da Inquisição, cujo relato é o seguinte: “Fora denunciar a ele conferente a este Santo Tribunal pelo conteúdo neste seu papel que logo lhe pediu o [ilegível] dos arrabidos, para o ver e examinar, ele lho entregara e [ilegível] lhe mandou deixar o hábito. Este depoimento revela o preconceito anti-semita que motivou a atitude daqueles frades sendo que o próprio Frei José de Maria Jesus exigiu uma postura fatal para com o Padre Carvalho quando “disse ao guardião e religioso do convento em que se achava [ilegível] que vissem lá o que faziam, porque tal noviço era judeu; tanto essa informação que moveu os ânimos dos religiosos [ilegível]quele santo convento que nos votos dos primeiros quatro meses [ilegível] queiram e despiram o hábito, vendo se ele com esta m[ilegível] e justa dor”.¹³² Padre Carvalho desde então passou a considerar o período em que viveu como noviço arrabido, como uma fuga da verdadeira missão para a qual, Deus o levara ao Velho Mundo. Sentindo-se sempre como 2º profeta Jonas a anunciar a conversão da 2ª Nínive, Roma; vê sua passagem por Arrabidos como a fuga de Jonas para Tarsis: “Que eu era o mesmo Jonas que vinha de Roma denunciar-lhe o seu castigo, que assim como o de Nínive havia denunciado outro Jonas que por desobedecer a Deus pela jornada que fiz para Tarsis dos Arabidos me vejo hoje recluso no ventre deste cárcere...”¹³³

Após a trágica expulsão do mosteiro de Alfarrara, Padre Carvalho vai para Lisboa à procura de uma nova morada e apoio em sua empresa religiosa. Temos notícia de que inicialmente morou como hóspede na casa do Padre Romualdo Silva, localizada na calçada de Santo André;¹³⁴ depois não sabemos se sozinho ou na companhia de outra pessoa morou “na rua da parte de baixo da Igreja de São

¹³² Proc. 9.255, 1º maço, fl. 22v.

¹³³ Ibid. Tratado Teológico; fl. 15; § 52.

¹³⁴ Ibid., fl. 29.

Lourenço.”¹³⁵ Nesta cidade recebe apoio de algumas pessoas eclesiásticas, como “Dom João da Motta, Pe. Pedro Almeida e Fr. Manoel de Santo Thomás, vulgo O Manteigas da Freguesia N. Sra. das Graças”.¹³⁶ Com a autorização do Senhor Patriarca para o uso de ordens no Arcebispado de Lisboa, não assumindo nenhum cargo, celebrava missas¹³⁷ e certamente ocupava parte de seu tempo noutros ofícios religiosos, como batizados, casamentos, etc: “que haverá quatro meses [em 24.03.1723] pouco mais ou menos que indo a ermida de N. Sra. da Saúde dizer missa o Padre Manoel Lopes sacerdote do hábito de São Pedro natural das partes do Brasil e morador nesta cidade de Lisboa”.¹³⁸ Frequentava casas de pessoas de projeção social, como desembargador João Pereira do Vale,¹³⁹ José da Rocha Vasconcelos e conforme o depoimento do Desembargador Fernando Pereira de Vasconcelos, assim “ia mostrando a várias pessoas doutas que não reprovavam e depois de acabar, digo, e depois foi a casa dele declarante com o dito papel e lhe deu parte dele dizendo: que o ia continuando por livros que lhe prestava Manuel Guerreiro”.¹⁴⁰ E ainda assim a informação, diferenciada dos demais depoimentos, de que o réu era “morador nessa cidade de Lisboa junto de um letrado Fulano Trigueiros na Freguesia de São Cristóvão.”¹⁴¹ O “Memorial à Sua Majestade” deve ter obtido a sua forma definitiva neste período e grande parte da simpatia pelas idéias do Padre Carvalho se fez em função da “emenda dos tempos”, isto é, a reforma do calendário gregoriano em função da data da Páscoa judaica. Acrescenta-se aos referidos simpatizantes do padre baiano, o cosmógrafo-mor,¹⁴² Manuel Serrão Pimentel e o membro do Conselho Geral do Santo Ofício D. Nuno da Silva Teles.¹⁴³

Após a conclusão do “Memorial à Sua Majestade”, Padre Carvalho consegue uma audiência com El Rey Dom João V. Nesta ocasião uma junta de teólogos é convocada para, na presença do Rei, examinar as teses propostas naquele papel entre as quais a observância restrita da Lei Mosaica e a questão da Páscoa.

¹³⁵ Ibid., fl. 42.

¹³⁶ Ibid., 1º maço. Tratado Teológico, fl. 11v; § 38; 123v.

¹³⁷ Cf. Proc. 9255 1º maço, fls. 33, 37v, 42, 46, 47v

¹³⁸ Ibid., fl. 50v.

¹³⁹ Ibid., fl. 28v.

¹⁴⁰ Ibid., fl. 29.

¹⁴¹ Ibid. fl. 50v.

¹⁴² Ibid. fl. 21.

¹⁴³ Ibid. fl. 24.

Entre os teólogos presentes nessa audiência estava o cônego D. João da Mota e Fr. Miguel de Santa Maria. Com opiniões antagônicas, o primeiro “em presença de Sua Majestade, em presença de outros mais teólogos lhe disse que o seu papel não continha coisa alguma contra os mistérios da fé e só tinha algumas palavras mordazes e picantes, as quais querendo as tirar ele declarante, o mesmo lhe disse que não importava.”¹⁴⁴ Quanto ao segundo interlocutor “disse que as matérias de que tratava o dito papel era contra as determinações da Igreja porque nelas se continham proposições heréticas, judaicas e dogmáticas.”¹⁴⁵ Após as controvérsias sobre o conteúdo teológico durante a audiência real Padre Carvalho deixa nas mãos de seu ilustre destinatário o Memorial, acreditando que D. João V haveria de dar crédito àquele memorial que o considerava o eleito divino para uma grandiosa missão: “E tu, ó ditoso rei, com Vossa Majestade, falo ao senhor, pois és aquele por Deus escolhido para em ti se estabelecer o reinado do mesmo Cristo, anima-te a aceites esta Empresa que era o teu grandioso nome será o de maior glória que quantas façanhas hajam de todos seus antecessores porque sei assim que a tornares a teu cargo patrociná-la para com o vigário de Cristo e cabeça de toda a Igreja o pontífice romano todas essas nações que já foram católicas e que hoje se acham apartadas do seu grêmio que essas mesmas te venham a te tributar obséquios confessando a João por seu reformador quando um Constantino fora o seu devorador e também seguro-te que se acabem de todo as heresias e que todas essas gentilidades se reduzam ao verdadeiro culto do nosso Deus e redentor Cristo Senhor Nosso para o que te dará todo esforço para assim o conseguires e muita graça em que acabas para mereceres dignamente o prêmio da glória com que por isso te espera na sua bem-aventurança, ó *Utinam!*¹⁴⁶ E que tudo assim suceda peço a Deus guarde a real pessoa de Vossa Majestade com longa vida, para prazer de todos os seus vassallos como de todos o mais amantíssimo [assinado]. Pe. Manoel Lopes de Carvalho”¹⁴⁷ Intrigado com a dimensão do documento e da controvérsia suscitada entre os teólogos, D. João V resolve entrar o Memorial ao Pe. Marinho de Barros para providenciar a análise do mesmo por teólogos competentes e assim pudesse dar uma opinião e parecer seguro

¹⁴⁴ Ibid. fl. 124v.

¹⁴⁵ Id.

¹⁴⁶ Oxalá!

¹⁴⁷ Ibid. fl. 80v.

ao autor daquela obra. Padre Marinho entrega o controvertido documento aos padres da Congregação do Oratório¹⁴⁸ pois como exímios teólogos e qualificadores do Santo Ofício haveriam de dar um parecer seguro a El Rey. Em 7 de setembro do mesmo ano de 1723, os padres Francisco Xavier, Manuel Ribeiro, Paulo Álvares entregam em forma de denúncia o parecer não ao rei mas aos inquisidores, afirmando que “o motivo de denunciação é porque o tal papel todo está cheio de proposições perigosíssimas e perniciosíssimas de doutrinas falsas mas propostas com tal [mest]ria alegando textos, erudições e discursivos que por serem os pontos da fé embaraçados podem fazer duvidar os menos instruídos que como sempre são os mais. Deixando outras muitas proposições, tiramos as que se contêm nesse papel, as quais reputamos escandalosas, ofensivas dos ouvidos pios; arrogantes, temerárias, sediciosas, ímpias, blasfemas [ilegível], maneas, falsas, errôneas, sapientes, here[ilegível], heréticas, respectiva e quase todas ou manifestadamente judaicas, sumamente proclives ao judaísmo.”¹⁴⁹ Essa denúncia bem qualificada ao espírito dos inquisidores, foi precedida de outras entre quais citamos a de Fr. José de Maria Jesus em 9 de abril de 1722,¹⁵⁰ a de Francisco Mendes Carvalho de 16 de agosto de 1723.¹⁵¹ De certa forma o Santo Ofício estava amorfo frente aos constantes alaridos em relação aos escritos do Padre Carvalho, pois “seus papéis estão muito públicos pq começa a vulgarizá-los sujeitos não obrigados ao segredo do Santo Tribunal da Inquisição”.¹⁵² Talvez, conforme aludimos, essa postura se dava por crescer o número daqueles que simpatizavam com seus escritos, inclusive, como já mencionamos, um membro do Santo Ofício. Seja como for, a partir do exame dos padres da Congregação do Oratório, a Inquisição começa a tomar medidas concretas

¹⁴⁸ Congregação do Oratório de São Felipe Nery. Fundada em Roma, na Igreja de Santa Maria de Vallicella em 1550, pelo florentino São Felipe Nery, aprovada por Gregório XIII em 1575 e confirmada por Paulo V em 1612. Compunha-se de sacerdotes seculares e foi introduzida em Portugal por Bartholomeu do Quental e pelo padre Francisco Gomes, que estabeleceu na casa que os dominicanos irlandeses possuíam nas Fangas dos Farinhas e que deixaram quando foram para o Corpo Santo; mais tarde foi mudada para a Igreja do Espírito Santo. Pouco a pouco foram fundadas novas casas ou oratórios como então se dizia, sendo a mais notável a das Necessidades de Lisboa. Os oratorianos eram religiosos doutos, que se disputaram aos jesuítas a educação da mocidade. Neste ponto os oratorianos auxiliaram poderosamente a obra reformadora do Marquês de Pombal. In. Enciclopedia Portuguesa Illustrada. Dicionario universal. Porto: Lemos & Cia. Sucessor, s/d, Vol. III, p. 246.

¹⁴⁹ Proc. 9255, 1º maço, fl. 63, 63v.

¹⁵⁰ Ibid, fls. 81v, 82.

¹⁵¹ Ibid. fl. 24v.

¹⁵² Ibid. fl. 23.

frente os escritos e atitudes consideradas heréticas do Padre Carvalho. Sobre a periculosidade das idéias do réu, também escreveu Fr. João de Santo Agostinho em 20 de setembro de 1723: “Meu senhor estou com grande cuidado neste clérigo porque sendo-me entregue com um contínuo com uma carta da mesa amanhã faz 8 dias no meio da igreja de Santa Mônica, aí me disse outro que para conferirmos tinha uns papéis que me mostrar eu lho disse mos trouxesse com toda a brevidade possível e até que o não tem feito, bem é verdade que me consta viera sábado de tarde procurar-me, e estando eu na livraria com o Senhor Deputado Brochado os porteiros lhe disseram que eu era fora, mas como ouço dizer a alguns religiosos que ele anda espalhando as suas proposições e isto continha dano irreparável e possa ir lavrando o veneno judaico em alguns corações simples e indoutos ou afeiçoados a dita Lei dou a Vossa Senhoria conta para saber o como me hei de haver, se hei de esperar por ele para dar as conferências que se me ordenam ou se hei de qualificar as proposições da memória inclusa remetendo-a e avisando em papel separado do que entender. O primeiro mestre frei João de Azevedo deste convento é um a quem ouvi que em casa de um letrado de frente de São Crispim em presença de outras pessoas estava o dito clérigo falando nestas coisas e se calava tanto que ele entrou e na Sala dos Tudescos com uns capitães tão bem foi ouvido falar nas mesmas; eu bem tornava conferir primeiro com ele para avisar do que com ele passei e o estado em que ficar ele nas suas dúvidas, mas se for com estes vagares três ou quatro conferências leva[ria] muito tempo. Eu havia de ir pessoalmente aos seus pés, mas os meus não me permitem muito nem lhe quero tomar o [ilegível] basta que aqui mesmo me diga que bem posso esperar por [ilegível] ou não. Deus Guarde a Vossa Senhoria.”¹⁵³ Diante da gravidade apresentada o Santo Ofício intima algumas pessoas denunciadas, por Francisco Mendes Carvalho, de terem ouvido da boca do Padre Carvalho afirmações heterodoxas. Na mesma data depõe na mesa do Santo Ofício o desembargador Fernando Pereira de Vasconcelos; dois dias depois é a vez de novamente depor o bacharel formado em Cânones, Francisco Mendes Carvalho em 23 de setembro deporam os padres: Antônio Pereira de Noronha, sacerdote do hábito de São Pedro; o capelão do Conde de Avintes, Domingos de Almeida; e José

¹⁵³ Ibid. fls. 25, 25v.

Esteves do Amaral, sacerdote do hábito de São Pedro.¹⁵⁴ Deporam ainda no dia seguinte os padres do hábito de São Pedro, Paulo de Mesquita Souza, capelão de N. Sra. da Saúde e Manoel Pinto Vieira, morador da calçada de São Lourenço.¹⁵⁵ Os denunciantes foram unânimes quanto a afirmação do réu em afirmar que “o Concílio Tridentino era herético em ter colocado no texto da missa as palavras *inqua nocte tradebatur*;¹⁵⁶ que “o Concílio Niceno era falso”, “que os judeus só erravam em negarem a vinda do Messias”, “que Cristo Senhor Nosso não derogara a Lei antes ampliara comprovando-a com o texto: *Non veni sálvere legem sed adimplêre*”; que “se não fosse a Inquisição poderia ser que não houvesse tantos judeus.”¹⁵⁷ Alguns denunciantes afirmaram afinidade de idéias e amizade do Padre Carvalho com o advogado Francisco Trigueiro de Góis, o que assustou os inquisidores, uma vez que este já havia abjurado em forma de judaísmo e por ser letrado foi considerado por aqueles que subestimavam a capacidade intelectual do Padre Carvalho como o verdadeiro mentor de suas idéias:¹⁵⁸ “e pelo que reputa a capacidade do mesmo padre lhe parece que ele não tem para tratar semelhantes matérias entende serem alheias e induzido por algumas pessoas aquelas que tenham introduzido principalmente depois que ele testemunha ouviu ao padre capelão de N. Sra. da Saúde que o dito padre tinha comunicação com um letrado chamado Fulano Trigueiros vizinho do mesmo padre; e outrossim que o mesmo padre capelão da Saúde dissera a ele testemunha que o dito padre denunciado lhe dissera que para tudo de que tratava consultava ao dito letrado engrandecendo o dito homem de muitas letras e que por esta razão tem mais fundamento para entender que o papel não é do mesmo padre.”¹⁵⁹ Depois de ouvidas e ratificadas as denúncias das testemunhas, terem suficientes provas da culpabilidade do réu, os inquisidores reconhecem a necessidade de medidas mais eficientes para “cortar o mal pela raiz” uma vez, como registra o promotor do juízo inquisitorial, Thomás Feio Barbuda, que o réu pretende “introduzir uma nova heresia constituindo-se dela um insigne heresiarca, mando de [ilegível] esta, pois faz o mesmo a lei escrita, que a da graça, a

¹⁵⁴ Ibid. fls. 37-48v.

¹⁵⁵ Ibid. fl. 50, 59.

¹⁵⁶ Na noite em que ia ser entregue. Sobre essa questão ver páginas 103ss desta tese.

¹⁵⁷ Ibid. fls. 37-59.

¹⁵⁸ Cf. Proc. 9255, 1º maço, fls. 112, 112v, 30v, 40, 47v, 50, 53, 58.

¹⁵⁹ Ibid. fls. 47v, 48.

de Moisés, que a do Cristo: admite a circuncisão; destrói a observância do domingo, pretende que a Páscoa se observe noutro dia diferente daquele que a igreja tem determinado, reforma o cânon da missa; reputa falso o Concílio Niceno e nele põe outros cânones; trata injuriosamente a venerável memória do Imperador Constantino Magno; inova a computação dos tempos.”¹⁶⁰ Entretanto por tratar-se de um membro do clero e este ter adquirido certa influência na sociedade portuguesa, antes de conduzir o réu aos cárceres do Santo Ofício, os inquisidores procuraram procedimentos mais discretos, que pudessem evitar escândalo e proporcionar a mudança de atitudes e idéias do réu; assim em 3 de dezembro de 1723 o réu é retirado do convívio público e confinado no Convento de São Domingos em Lisboa: “E ao inquisidor João Paes do Amaral que visto que o réu tem apresentado o seu papel à Sua Majestade e lhe parecer que ele não persiste em as proposições que nele se contém, mas se submete às disposições da Igreja, visto os pretextos que faz, que antes de proceder à prisão nos cárceres secretos se mandem novamente qualificar as ditas proposições por qualificadores práticos nas matérias do Concílio, e que entanto por evitar algum escândalo que pode causar o andar falando o Delegado nas ditas proposições se mande recolher no convento de São Domingos, com ordem de que dele não saia nem se comunique com pessoas de fora, e a todos que pelo que toca a Francisco Trigueiros não são as culpas bastantes para ser por elas decretado e que portanto se lhe reportam seja no [ilegível] Estão; mas que antes de se executar este assunto seja como sumário, e mais papéis levado ao conselho geral na forma do regimento. Lisboa em Mesa em 3 de dezembro de 1723.”¹⁶¹ Este pedido assinado, pelos inquisidores João Paes do Amaral, João Álvares Soares, apresentava-se como uma atitude prudente diante da dimensão que o problema tomava, e muito de acordo com a postura da Igreja antiga onde os hereges eram tratados com maior respeito e prudência.¹⁶² Pedido que foi aceito pela Mesa do Conselho Geral após a leitura dos

¹⁶⁰ Ibid. fls 111, 111v.

¹⁶¹ Ibid., fls. 113, 113v.

¹⁶² Durante os 12 primeiros séculos da igreja os bispos eram os únicos responsáveis de vigiar pela pureza das doutrinas religiosas dos fieis. Era isso para eles ao mesmo tempo um dever e um direito que resultava da índole do seu ministério. Jamais concebiam um tribunal específico para julgar os desvios da fé e geralmente quando estes aconteciam limitavam-se a castigos espirituais, penitências e reclusão geralmente provisória em algum mosteiro onde o fiel ficava sob a responsabilidade de um diretor espiritual. Ver Herculano, Alexandre. História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal. Lisboa: Livraria Bertrand, Vol. 1, pp. 24-9.

testemunhos do sumário e a confrontação com o requerimento do promotor¹⁶³. Assim em 11 de dezembro de 1723¹⁶⁴ o réu é preso em um cárcere penitencial no Convento dos Dominicanos. De acordo com o prosseguimento usual do Santo Ofício os dogmatistas e heresiarcas que apresentarem sinais de arrependimento com pouca prova eram transferidos para um cárcere de penitência onde ficavam “reclusos por algum tempo em algum mosteiro ou lugar que parecera aos inquisidores, para que assim possam ser bem instruídos e tirados dos erros que criam e ensinavam; atentando-se muito pelo perigo que pode haver de tornarem outra vez a eles”.¹⁶⁵ Então no período de 11 de dezembro de 1723 a 27 de maio de 1724 Padre Carvalho ficou detido neste convento. Durante estes cinco meses, foi a Casa de Audiências nos Estaos onde foi examinado¹⁶⁶ quatro vezes pelo inquisidor João Álvares Soares. Houve ainda neste período por iniciativa do réu, em 8 de março de 1724 uma declaração sucedida por mais quatro longas sessões onde Padre Carvalho diante do mesmo inquisidor discorre largamente fundamentando suas proposições através da Bíblia, Patrística e expositores eclesiásticos. Estas sessões em nada corresponderam à expectativa dos inquisidores João Paes do Amaral e João Álvares Soares que acreditavam na possibilidade do réu arrepender e convencer dos seus erros, mas ao contrário, a determinação do réu confirmava as previsões de Frei Agostinho de Santa Maria, para quem o réu: “Não se lhe poder considerar que o reteve o pretexto de que se só mete as disposições da igreja, porque mostra o contrário, em efeito aos erros que inculca o espírito com que os publica e tem em muitas partes defendido dirigindo-se ou por vaidade de introduzir novidades ou por espírito judaico a patrocinar e defender as cerimônias desta seita que as culpas do Delato sem ser necessário mandado outra vez qualificar suas proposições, por serem muitas notoriamente heréticas, eram bastantes para ser preso nos cárceres secretos do Santo Ofício com seqüestro de bem e deles examinado e processado na forma do regimento que para o dito efeito se passa mandado”.¹⁶⁷

¹⁶³ Ibid., fl. 115.

¹⁶⁴ Ibid., fl. 2 Preâmbulo do Tratado Teológico.

¹⁶⁵ Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos reynos de Portugal, ordenado por Mandado do Ilm^o. e Rm^o Senhor. Bispo Dom Francisco de Castro, Inquisidor Geral do Conselho d’Estado de S. Magde. Lisboa: Manuel da Sylva [editor], MDCXL [1640].

¹⁶⁶ Estes exames ocorreram nos seguintes dias: 22.12.1723, 14.01.1724, 09.02.1724 e 21.02.1724.

¹⁶⁷ Proc. 9255, 1^o maço; fls. 112v, 113.

Capítulo 4

Nos cárceres do Santo Ofício

Finalmente, em 27 de maio de 1724 os inquisidores assinam o mandado de prisão do Padre Carvalho e no mesmo dia o réu foi preso na primeira casa do corredor meio novo.¹⁶⁸ A solidão da cela do convento dominicano foi substituída pelo ambiente desumano dos cárceres inquisitoriais, sempre insalubres e muitas vezes na companhia de pessoas indesejadas, como bem informou o autor das Notícias Recônditas: “Nestes cárceres que ficam referidos, sempre tem que advertir aqueles miseráveis e não sabem qual é melhor, se estarem sós, se acompanhados. Se estão sós padecem em uma casa destas a soledade e a falta de todo comércio humano; porque só lhes abrem a porta de fora para dar o comer às suas horas pela grade da segunda porta; se estão acompanhados, padecem as penas de ruins companheiros e sofrem uns sem-razões de outros, tendo todos os motivos de impaciências, desgostos e moléstias que se podem imaginar”.¹⁶⁹ A partir de sua prisão Padre Carvalho dividiu cárcere com cinco presos: Pe. Francisco Rodrigues Pereira, Sebastião de Lucena, Antônio Dias Fernandes, cristão-novo negociante, natural da vila de Safra, reino de Castela e morador em Freixo de Nemão bispado de Lamego;¹⁷⁰ José Pereira da Cunha e Gaspar Lopes da Costa, os quais, na exceção do último, após cinco meses de convivência com o réu pedem audiência com os inquisidores, em sessões diversas, foram ouvidos pelo inquisidor João Alves Soares. As denúncias variavam. Sebastião de Lucena em 11 de outubro do referido ano foi o primeiro, denunciando uma proposição inédita nos escritos e depoimentos do Padre Carvalho: “que o Messias ainda não tinha vindo ao mundo; porque Cristo Senhor Nosso não era o Messias mas o anti-Cristo; e que só a lei dos judeus era boa; e que ele dito Padre era o que havia de ser Messias; e outros mais erros de que ele denunciante se não lembra e ficou entendendo do que lhe dizia o dito Padre, que o mesmo tentava pervertê-lo; e que portanto ele denunciante lhe respondera que lhe

¹⁶⁸ Ibid. fl. 205v.

¹⁶⁹ Notícias Recônditas do modo de proceder da Inquisição com os seus presos. Obras escolhidas do padre Antônio Vieira. Lisboa: Sá da Costa, 1951, p. 152.

¹⁷⁰ Esse é o único dos depoentes que encontra algum dado biográfico.

não dissesse o referido porque o não havia de induzir a semelhante versão. E que pela perseguição e práticas que o dito padre com ele tinha na sobredita matéria, ele denunciante vem a esta mesa pedir que o separe da companhia do mesmo.”¹⁷¹ As demais denúncias mencionam severas críticas à Inquisição e aos inquisidores, rebeldia contra a doutrina católica e por último é relatada uma bizarra situação onde o réu sem pretender se expor acaba confirmando o fato de como levava a sério as leis dietéticas judaicas: “que em domingo que se contaram vinte deste dito mês sucedendo ir dentro em um frango que se lhe deu a ceia, uma leve porção de toucinho, o dito padre se enfadara muito e não quisera comer o restante do dito frango, depois de nele achar a dita porção de toucinho, dando por razão de ser contra sua ler o comê-lo e que são [ilegível] co[ilegível] pegando o mesmo em o Breviário e reparando ele depoente que nunca lhe vira pegar com a folhinha como fazem os mis para verem o santo de quem há de rezar lhe pus[ilegível]tar se queria que lha a lançasse parecendo-lhe que a tinha no baú, ao que o dito padre lhe respondeu que a reza católica que costumava rezar já se havia acabado para ele, portanto de presente se encomendava ao Deus de Israel, de Abraão, Isaac, de Jacob.”¹⁷² Estas denúncias contribuíram para que os inquisidores comprovassem a identificação de Carvalho com o judaísmo e reforçando neles o sentimento de estarem a cumprir devidamente seus deveres. De maio, quando o prenderam, até setembro Padre Carvalho foi submetido a cinco “exames”, isto é, audiências inquisitoriais nas quais os inquisidores examinavam suas proposições heréticas. Neste período, foram também feitas as sessões, o inventário e a genealogia. Nas quais com poucas exceções resumiam na abordagem dos pontos sustentados no memorial à Sua Majestade. Na sessão de 26 de outubro de 1724, os senhores inquisidores constatam ao réu que “até o presente [ele] tem declarado persistindo, pertinaz e teimosamente em afirmar e defender” e propõe ao mesmo que submeta as sessões “com algumas pessoas eclesiásticas, dotas e virtuosas com as quais comunique os ditos erros para ver se com a luz de sua doutrina abre os olhos e se livra da escuridade e trevas a que o reduzem a sua obstinação e cegueira”.¹⁷³ Então de forma categórica, como diriam os

¹⁷¹ Ibid. fls. 206, 206v.

¹⁷² Ibid. fl. 210v.

¹⁷³ Ibid. 2º maço, fls. 170v, 171.

inquisidores, o réu afirma que se a “mesa lhe mandasse as ditas pessoas religiosas [seria] para que ele as faça de cristã, observante da lei dos judeus e tirar-lhes as cataratas com que não entendem o sentido dos profetas e Sagrada Escritura, poderá mais facilmente conseguir do que fazerem as ditas pessoas eclesiásticas que ele réu se torne de judeu, cristão e que está pronto para estar com as ditas pessoas dotas e eclesiásticas para lhe comunicar tudo quanto nessa mesa tem declarado e mais não disse nem foram feitas mais perguntas e assinou com os ditos senhores inquisidores, sendo-lhe primeiro lida esta sessão que disse estar escrita na verdade.”¹⁷⁴ Foi dentro dessas condições irreverentes, que os inquisidores, com viva esperança de convertê-lo de sua postura herética, organizaram as sessões com capacitados qualificadores. Foi então que designaram “os padres Carlos Antônio Casnedi e Gregório Barreto da Companhia de Jesus e o [ilegível] Fr João de Santo Agostinho, religioso de N. Sra. da Assunção, com quem antes de ser preso foi comunicar o papel que sobre seus primeiros erros haviam feito e por assim o ordenar o conselho Vossa Eminência ordenará o que for servido. Lisboa em Mesa de outubro de 1724.”¹⁷⁵ Não sabemos por qual motivo mas o fato é que o jesuíta e admirador do Padre Vieira, Pe. Antonio Casnedi e o supramencionado Fr. João de Santo Agostinho, sugeridos pelos inquisidores não participaram das programadas sessões para redução do Padre Carvalho a doutrina cristã. Outros dois nomes, além do já citado jesuíta, Pe. Gregório Barreto, foram os padres Manoel Ribeiro da Congregação do Oratório, o Padre Mestre Frei Pedro Monteiro, da Congregação dos Pregadores: longos interrogatórios, que, em alguns casos, abrangeram numerosos fólios do processo determinaram a variedade teológica dos temas tratados e persistente argumentação apologética. Como já observava o cônego da Sé da Bahia, Pe. Francisco de Oliveira Aranha, “que o dito Pe. Manoel Lopes estudava foi sempre reputado por demasiadamente teimoso em seguir e defender a sua opinião...”¹⁷⁶ Nestas intensas sessões com os qualificadores, discutiam com fervoroso ardor questões que variavam desde a história da Igreja antiga, abordando temas referentes ao judeu-cristianismo, como os nazarenos e ebionitas; a data da Páscoa, Jesus não era o

¹⁷⁴ Ibid, fls. 171, 171v.

¹⁷⁵ Ibid. fl. 167v.

¹⁷⁶ Ibid. 2º maço, fl. 164v.

verdadeiro Messias nem verdadeiro homem e Deus, a messianidade do réu, que a Inquisição era injusta.¹⁷⁷ Diante das proposições apresentadas pelo réu, o qualificador Frei Pedro Monteiro afirma “que olhando para os erros tão desconcertantes e absurdos que o dito preso tem e profere lhe parece louco, furioso e apaixonado, mas que atendendo a soluções que o dito preso pretende dar às dúvidas que se lhe propõem faz juízo de que ele não é louco...”¹⁷⁸ Quando interrogado o réu pelo inquisidor João Álvares Soares sobre o parecer que dava para as audiências com os padres qualificadores disse com precisão “que em diversas ocasiões que foram mais de 16 esteve nas casas das audiências desta Inquisição com três religiosos a saber com o padre Gregório Barreto da Companhia de Jesus com quem esteve cinco ou sei vezes, o padre Manuel Ribeiro da congregação do oratório com quem esteve 8 ou 9 vezes, e o padre Frei Pedro Monteiro da ordem de São Domingos, com quem esteve 3 vezes, os quais todos se empenharam em persuadir que o que se lhe representava em os seus sonhos era falso e contra o que se contém na Sagrada Escritura e que assim por razões como por autoridade da escritura lhe quiseram persuadir que Cristo era verdadeiro e consubstancial filho de Deus, e o prometido Messias, por na sua pessoa se verem completas todas as profecias, mas que ele réu lhe respondera e soltara todas as dúvidas que os mesmos lhe punham e que estes não responderam aos textos que ele réu lhe punham. E por isso ficou ele réu confirmado na presunção de que os sonhos que teve são verdadeiros e portanto que ele réu é o verdadeiro Messias e não Cristo, porque este é o anticristo, e tão para criatura como ele réu é, e que neste conceito e crença, é que persiste e nela espera viver e morrer.”¹⁷⁹

Diante de cada investida inquisitorial, mais intransigente ficava o Padre Carvalho em suas idéias, as quais anteriormente flexíveis como o caule de uma planta nova, enrijeciam com a aspereza do ambiente inquisitorial: calor escaldante, frios cortantes, ventos impetuosos e tempestades perigosas acabaram por endurecer o caráter daquele homem e confundir definitivamente seus antigos valores: “disse que ele antes que viesse para esses cárceres fez conceito que Cristo Senhor Nosso

¹⁷⁷ Ibid, fls. 8-240.

¹⁷⁸ Ibid., fl. 224.

¹⁷⁹ Ibid., fls. 227, 227v.

era o verdadeiro Messias prometido em a lei e verdadeiro Deus e verdadeiro homem e hoje entende¹⁸⁰ e tem para si que Cristo não é Deus, mas que antes por se fazer Deus, foi anti-Cristo e que portanto não é o Messias prometido pela lei”.¹⁸¹ Decepcionados com o desfecho trágico que sempre mais direcionava o caso Carvalho, os inquisidores procuravam protelar a sentença final considerando opiniões de autoridades no assunto como “os inquisidores João Paes do Amaral, Teotônio da Fonseca Soutomaior e Felipe Maciel e deputados Frei Domingos de Santo Tomás, Bartolomeu da Cunha Brocado e Antônio da Silva de Araújo, acrescentaram que atendendo ao estado desta causa, se devia dilatar a publicação desta sentença, por não terem notícia do réu, que sendo afirmativo fosse entregue à justiça secular, com tão pouco tempo de prisão porque sendo o que acham com menos tempo Heitor dias da Pax, se lhe fizeram mais diligências e esteve preso mais de 3 anos e este réu sendo sacerdote não há 2 anos, que está nos cárceres secretos e muitos não são negativos, mas confessos se tem dilatado mais tempo, e o que este réu tem do cárcere foi necessário para as diligências que se acham neste processo e não é só espera a favor da sua redução da qual se deve entender a doutrina dos autores que dizem que à semelhantes réus se lhe esperem 6 meses ou 1 ano e assim o deu a entender o sumo pontífice nas causas do Padre Frei Damião Soares Gramacho, que saiu em Évora no auto de 686 e de Francisco Antônio de Olivares, que nesta Inquisição de Lisboa no mesmo ano, porque dando se lhe conta de que estavam afirmativos, mandou Sua Santidade que se lhe executou, notificando-se lhe, a resolução da sua causa, e o tempo desta espera a qual foi tão útil as primeiras que se reduziu e foi reconciliado, e ao segundo que senão quis converter se lhe dilatou ainda a relaxação quase outro tanto tempo depois de passado o dito termo e além de outros muitos autores que dizem se detenham por muito tempo semelhantes réus, diz **Carena** que esta é a praxe e admoesta aos inquisidores que os tratem benignamente e lhe assinem muitos termos e refere que a sagrada congregação mandara que um réu a quem já tinham assinado 3 termos sem esperança alguma de conversão se lhe assinasse ainda outro de novo [...] E como o regimento Livro 2^o testemunho 16

¹⁸⁰ Em data de 05.04.1725.

¹⁸¹ Ibid., fl. 229v.

parágrafo 1 aonde trata destes réus diz ibi: procuravam reduzi-los ao conhecimento da verdade ao caminho da salvação: e qualquer dos meios apontados não só é possível, mas fácil se deve por todos eles procurar o remédio deste réu, assim por não ser o nosso instituto a relaxação das pessoas mas a salvação das almas, como por não haver prejuízo algum antes utilidade nesta demora, como porque se ele persistir neste miserável estado a todo o tempo se poderá executar a sentença e o abreviasse poderá causar algum reparo.”¹⁸²

No dia seguinte Padre Carvalho solicita nova audiência e diante do inquisidor João Álvares Soares questiona-o por não ter enviado a apelação de seu processo ao Rei, por não ter requerido ao notário que a referida causa assistisse e por conseguinte não lhe passando a certidão na qual o réu notificava ao inquiridor da primeira cadeira e ao tribunal do Santo Ofício “por regulo contra a soberania e majestade de El Rey Católico por não lhe ter dado já parte da sua apelação, dizendo que como leigo senão pode intrometer nas causas eclesiásticas, pois é dar a dita majestade por suspeita na mesma fé, e por suspeito em não fazer a justiça que merece a sua culpa quando no mesmo Testamento Novo, o mesmo apóstolo Paulo, sendo acusado em matérias de fé apelou para o César, sendo gentio para assim ser razão e política da Sua Majestade, quanto mais para um rei católico em quem se não faz suspeita a mesma fé e [ilegível] que dá ao dito inquisidor e ao tribunal por soberbo contra as ordens de Deus [...]”¹⁸³ Sem embaraço, por considerar que levar sua causa à justiça do Rei causaria mais escândalo, 20 dias depois o inquisidor João Álvares Soares, que dizia não poder deferir ao requerimento do réu, porque de acordo com os breves apostólicos só os senhores inquisidores eram os juizes daquela causa. Indignado com a resposta, enfrenta a mesa inquisitorial afirmando que eles, os inquisidores, “não podiam ser juizes de sua causa pelos haver dado por suspeitos e por se não deferir ao seu requerimento torna a dizer que esta mesa é um tribunal de ladrões que tem procedido na sua causa com toda injustiça e por isso quer que El Rey toma conhecimento de sua causa.”¹⁸⁴ Em seguida, totalmente transtornado em não ver solução possível, pois como já havia dito que na justiça do Santo Ofício

¹⁸² Ibid., 369, 370.

¹⁸³ Ibid., fls. 386v, 387.

¹⁸⁴ Ibid., fl. 397.

“haveria de parar em dois pontos a saber, ou seria ele réu queimado ou ser subvertido o cetro e lei de Cristo,”¹⁸⁵ “com vozes mui altas e desentoadas batendo com as mãos sobre o missal da Mesa se enfureceu muito mais com extraordinários ditos e arremeteu à janela da mesa que estava fechada para querer abrir, e com efeito a abriu correndo-lhe ambos os fechos pedreiros inferior e superior, chegou a lançar meio corpo fora da janela sem embargo de já neste tempo estar o solicitador Carlos Nunes que serve de porteiro, que acudiu chamado ao toque da campainha abraçado com o dito preso que o impediu a dar mais passos adiante juntamente com o alcaide e guardas que também acudiram e o recolheram para a casa da mesa tornando-se lhe a fechar a janela, e o réu continuou com os mesmos gritos fazendo ações de quer investir ao senhor inquisidor João Álvares Soares sem embargo de terem pegado nele todos os ditos officios, e por nestes **398v** termos ser mandado ao seu cárcere, não assinou a sessão acima [...]”¹⁸⁶

Este episódio marcou definitivamente a postura dos oficiais da Inquisição, exatamente um dia depois, após narrar o acontecido da véspera os inquisidores não hesitaram em decidir que considerando “que passado o termo de quatro meses de tomaria em sua causa a última resolução e a resposta que a ele deu e o mais que respondeu as perguntas que lhe foram feitas e os requerimentos e insultos que mais fez nesta mesa e constar por certidões; e pareceu a todos os votos, que o assento da mesa deste abril deste dito ano em que se assentou que o réu como herege profitente do judaísmo e outros erros, fosse relaxado a a justiça secular, sendo primeiro degredado atualmente de suas ordens, não estava alterado, antes mais confirmando como que depois do mesmo tem dito e protestado; sem que lhe obste o insulto e arremesso que fez do querer fugir pela janela fora e gritos que deu na mesa, por ser tudo o referido originado de sua desesperação e não de lesão no entendimento como consta [...]”¹⁸⁷

Era uma tarde de sexta-feira, 11 de outubro de 1726, quando o notário inquisitorial Manuel Rodrigues Ramos dirigiu-se ao cárcere do réu. Então Padre Manoel Lopes de Carvalho foi notificado que no domingo seguinte, dia “13 deste

¹⁸⁵ Ibid., fl. 240.

¹⁸⁶ Ibid., fls. 398, 398v.

¹⁸⁷ Ibid., fls. 410.

presente ir ao auto público de fé e ouvir a sua sentença pela qual estava mandado relaxar a justiça secular. Em seguida [como era uma antiga praxe] o guarda Antônio João atou as mãos do réu e o advertiu a tratar da salvação da sua alma, ficando ali com ele o qualificador Pe. Gregório Barreto.”¹⁸⁸

Contrariar os valores evangélicos e as virtudes teológicas¹⁸⁹ tinha sido os fundamentos do Santo Ofício, mas pretendendo apresentar-se como uma instituição genuinamente cristã, escondia sua torpeza e ferocidade em modos e linguagem hipócritas. Assim se resume o eufemismo de “relaxar a justiça secular” aqueles que recebiam a sentença de morte: “Pronunciam e declaram ao Réu o Padre Manuel Lopes de Carvalho por convicto e confesso no crime de heresia, e apostasia, e que foi e ao presente é herege, e apóstata de nossa santa fé católica, e que incorreu em sentença de excomunhão maior, confiscação de todos os seus bens, para quem de direito pertencerem e nas mais penas no mesmo direito contra semelhantes estabelecidas e como herege, apóstata de nossa santa fé convicto, confesso, afirmativo, profíente da Lei de Moisés, e outros erros pertinaz, e impenitente, seja de posto e degradado atualmente das suas ordens, segundo a forma dos sagrados cânones, e relaxado à justiça secular, a quem pedem com muita instância se haja com ele benigna e piedosamente, e não proceda à pena de morte, nem efusão de sangue.”¹⁹⁰ Mas Padre Carvalho já antevia esta sentença e percebendo, dois meses antes indagava ao inquisidor João Álvares Soares qual “a razão por que tinha sido preso, pois não podia deixar de ser por uma de três, a saber, ou por doido, ou por réu, ou por mártir [...] e que de outra sorte entendera que é mártir e preso nestes cárceres sem culpa nem doidice e que isto era que tinha que requerer nesta mesa.”¹⁹¹ E por acreditar que “Deus lhe estava sempre falando no coração por inspirações internas dizendo-lhe que não declinasse do que afirma e cria [...] e portanto não havia de faltar às vozes de Deus ainda que perdesse a vida que tinha sacrificado na

¹⁸⁸ Ibid., fl. 416v.

¹⁸⁹ Virtudes teológicas. A doutrina da igreja desde os tempos remotos ensina que as Virtudes Teológicas são: Fé, esperança, e caridade. Cf. Catecismo da Igreja Católica. Petrópolis & São Paulo: Editora Vozes & Edições Paulinas & Editora Loyola & Editora Ave-Maria, 1993, pp. 425-9; 1º Cor 13, 13.

¹⁹⁰ Proc. 9255, 2º maço. Apêndice, fl. 16v.

¹⁹¹ Ibid., 2º maço, fl. 391.

mesa do Santo Ofício”.¹⁹² Na última hora, El Rey dignou-se a visitá-lo nos Estaos, “assegurando-lhe a sua proteção e comprometendo-lhe uma pensão com a qual poderia viver honradamente”.¹⁹³ Em sã consciência não pôde aceitar a proposta real e foi na mesma convicção que defendera suas idéias que caminhou para o inevitável martírio: “Antes de o queimar, arrancaram-lhe a pele das pontas dos dedos com que havia tocado a sagrada forma. Sofreu o fogo e não disse mais que estas palavras: é uma grande infâmia e uma enorme vergonha tratar desse modo a um homem que morre por afirmar que há um Deus verdadeiro. Deus vos castigará por de tal maneira o ofenderdes”.¹⁹⁴ E ali na pessoa de Manoel Lopes de Carvalho, desprovido de seu sacerdócio, de bens materiais ou de vestes decentes, distante de parentes e amigos, pois a Inquisição subtraiu-lhe tudo, estava um homem, uma humanidade, uma memória a ser queimada, a ser apagada para sempre da história, mas como disse Sebastião Castellio em 1562 a respeito de Miguel Servet sacrificado como uma das vítimas inocentes por Calvino: “queimar um homem não quer dizer defender uma doutrina, mas sim matar um homem”.¹⁹⁵

¹⁹² Ibid., 2º maço. Apêndice, fls. 11, 11v.

¹⁹³ Merveilleux, Charles Frédéric de. Memórias instrutivas sobre Portugal (1723-1726). In. O Portugal de D. João V visto por três forasteiros. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1989. Apud. Romeiro, Adriana. Um visionário na corte de D. João V: Revolta e milenarismo nas Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 142.

¹⁹⁴ Id.

¹⁹⁵ Zweig, Stefan. Uma consciência contra a violência: Castellio contra Calvino. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1944; p. 21.

Capítulo 5

Leituras de um herege

Na primeira casa do corredor meio novo dos cárceres do Santo Ofício em Lisboa, vestido de sotaina e breviário na mão, Padre Carvalho recitava os Salmos de Davi. Sob seu poder não encontra outros livros nem mesmo a Bíblia, mas seus olhos com perspicácia lia nas linhas e entrelinhas o significado e o significante das letras. Ali naquela câmara sombria já quisera obter livros para anuviar suas idéias ou gazetas que o colocasse em dias com o tempo que vivia, pois já se encontrava preso a mais de dois anos, mas nada fora concedido: “Disse que ele declarante tem muitas queixas desta mesa por nela se lho não fazer nunca justiça e em estar sua causa empatada há tanto tempo e abstraído do mundo sem ter comunicação com homens e privado do uso dos sentidos de ver, ouvir e falar, porquanto se falam uma palavra mais alto, os presos destes cárceres logo os castigam como ele declarante tem ouvido e não lhe dizem livres para ser, nem o alcaide lhe dar o que lhe pediu uns mapas, uns Camões e umas gazetas e nada disto lhe deu...”¹⁹⁶ Foi neste estado de espírito que o réu recitara durante largos meses a Liturgia das Horas, ou como vulgarmente, como ainda denominam, Breviário, com seus belíssimos hinos cristãos e salmos e passagens bíblicas e patrísticas. Teria mesmo razão de se apegar a este livro através do qual o réu dirigia suas preces a Deus e encontrava sinais de sua missão,¹⁹⁷ pois como ele dizia que “dava graças a Deus em ver que sempre o Breviário fosse a livraria em que achei os melhores tesouros da minha ciência assim como David por isso alegrando-se em Deus dizia = *Letabor ego super eloquia tua sicut qui invenit spolia multa.*”¹⁹⁸

A dificuldade em ter acesso a outra literatura revolve ao tempo em que o réu foi recolhido ao cárcere de penitência do Convento de São Domingos em Lisboa, a partir dali ele passou a recordar com muita freqüência as obras lidas e as idéias de seus autores. Este fato permitiu que Padre Carvalho escrevesse no próprio cárcere

¹⁹⁶ Proc. 9.255 2º maço; fl. 381v, 382.

¹⁹⁷ Ibid. 1º maço, fl. 2. Preâmbulo do Tratado Teológico.

¹⁹⁸ Alegrar-me-ei pelas tuas palavras, assim como aquele que encontrou muitos tesouros. Proc. 9.255. Tratado Teológico, fl. 4v, § 7.

penitencial um sistemático tratado teológico dividido em 66 artigos onde fundamenta sua crença. A escrita deste texto, ao contrário do que muitos poderiam pensar, não foi clandestina, mas a pedido dos próprios inquisidores. Em 31 de janeiro de 1724 o réu procurou a mesa inquisitorial para depor com juramento a revelação que recebeu em sonho, sobre o enigma que envolvia a sua missão. Os sisudos juizes do Santo Ofício ao saberem do motivo pelo qual o réu havia pedido audiência, demonstraram pouca disposição em ouvi-lo, e como também queriam saber se de fato era ele mesmo o autor do “Memorial a Sua Majestade”, pois alguns denunciante suspeitavam “de que o papel não era do dito padre denunciado [pois] não havia letras nem capacidade para as dúvidas que punha”,¹⁹⁹ ordenaram que o réu escrevesse a revelação do enigma. Neste momento os inquisidores não revelaram que estavam de posse do “Memorial” e assim para não deixar dúvida alguma sobre as proposições teológicas que defendia, Padre Carvalho aproveita a oportunidade para escrever. E assim foi escrito o documento ao qual denomino Tratado Teológico, o qual traz em seu cabeçalho, em grandes letras como se fosse título, uma frase latina usada com certa freqüência em documentos eclesiásticos: *In nomine Jesus et Maria Virginis Ejus digníssima Matris*,²⁰⁰ contendo 33 páginas com 66 parágrafos escritos de maneira simétrica, em letras harmoniosas. O “Memorial a Sua Majestade”, cuja página de rosto não foi anexada ao processo inquisitorial, e foi assim denominado por terceiros, e provavelmente a maneira de outras obras dedicadas, deveria ter o título de “Memorial a Sua Majestade El Rey Dom João V”. Também esta obra é um Tratado Teológico no qual o réu fundamenta suas teses, sua crença; anexado ao processo inquisitorial, o Memorial contém 31 páginas e está dividido em 41 parágrafos. Por haver sido escrito em liberdade, provavelmente quando morava na Freguesia de São Lourenço em Lisboa, onde era possível freqüentar bibliotecas ou adquirir livros emprestado com amigos, o Memorial a Sua Majestade, é um texto mais denso no sentido de possuir um número maior de citações patrísticas e fatos históricos. O terceiro escrito do Padre Carvalho é uma síntese de suas crenças, contém 4 páginas e está dividido em 25 artigos. Este texto, o

¹⁹⁹ Ibid. fls. 30v, 53.

²⁰⁰ Em Nome de Jesus e da Virgem Maria sua digníssima Mãe. In. Proc. 9.255 1º maço, fl. 2. Preâmbulo do Tratado Teológico.

mais antigo de todos os conservados, foi, provavelmente, redigido no Mosteiro dos Arrabidos, onde Padre Carvalho morou por mais de um ano antes de ser delatado a Inquisição. Escrito em ambiente confortável e com disponibilidade de livros para consulta. Esta obra foi entregue ao Santo Ofício por Frei Paulo de São Francisco em 9 de abril de 1728 quando o réu estava para receber o hábito dos frades arrabidos.²⁰¹ Entretanto tanto o Memorial a Sua Majestade, quanto o Tratado Teológico, contém basicamente o mesmo conteúdo, com exceção para a narrativa e interpretação de sonhos característico deste último, uma vigorosa defesa a doutrina e eclesiologia do judeu-cristianismo e uma acirrada crítica à Inquisição. O estilo é conciso e irreverente; com nítida influência da oratória vieiriana. Há indícios que Padre Carvalho ainda tenha escrito na prisão inquisitorial uma obra na qual desmistificava a Sinagoga Desenganada.

Segundo Joseph Pereira da Cunha, réu companheiro de cárcere do Padre Carvalho, “o dito padre queria os tais livros no dito cárcere, para escrever contra eles e assim como havia feito contra um livro que mandou dar a mesa, intitulado Sinagoga desenganada, contra a qual escrevera (conforme ouviu ao mesmo) estando em companhia de um Antônio, e que os tais manuscritos, que o dito havia feito contra o dito livro ele depoente ainda viu, e pelo estranhar ao dito padre este as queimara.”²⁰² Como pregador que era, Padre Carvalho escreveu vários sermões. Temos notícias de um *Sermão da Ressurreição*, pregado na catedral de Salvador na maior solenidade da liturgia católica: “Pregara um Sermão da Ressurreição na Sé desta cidade.”²⁰³ Em nossas pesquisas no arquivo da Cúria Arquidiocesana de Salvador, nada encontramos e o mais certo é que por serem “suspeitos de heresias”, tenham sido queimados após sua morte, como obras de herege. Faço esta suposição considerando a atitude do bispo do Rio de Janeiro Dom Fr. Antônio de Guadalupe²⁰⁴ ao ordenar ao Pe. Romão Furtado de Mendonça, pelo fato do Padre Carvalho ter morrido queimado na Lei de Moisés, que todos os fiéis batizados pelo réu e fossem batizados novamente “sob condição”: “Aos vinte e sete do dito [agosto de 1727]

²⁰¹ Ibid. 1º maço; fls. 82, 83v.

²⁰² Ibid. fl. 214v.

²⁰³ Ibid. fl. 103.

²⁰⁴ Ocupou a cátedra de São Sebastião do Rio de Janeiro de 1723 a 1739.

bautizei [sic] debaixo de condição, e pus os santos óleos a Isabel filha de Gracia, escrava de Manoel Rodrigues Baganha, a qual, sendo inocente, foi batizada pelo Pe. Manoel Lopes de Carvalho, que aqui foi vigário, e depois morreu queimado na Lei de Moisés: por cuja causa e dúvida, que de tão grandes erros, prudentemente nasceu, mandou o Ilmo. Sr. Bispo que todos os que ele batizou, fossem outra vez debaixo de condição batizados, como o foi a dita Isabel, de que foram padrinhos Pedro da Costa Falcão, e Luiza de Lemos, mulher de Francisco de Siqueira, todos fregueses, e moradores nesta Freguesia de Santo Antônio do Ouro Branco de que fiz este assento, em que por verdade me assinei.”²⁰⁵ É interessante observar que esta fiel foi a sexta pessoa que o Padre Carvalho batizou, e foi batizada em 20 de fevereiro de 1719.²⁰⁶

Através das obras ou dos autores mencionados na Síntese, Memorial, Tratado Teológico e nos depoimentos do réu ao longo de seu processo inquisitorial, será possível conhecer melhor as raízes do pensamento carvalhiano, suas idéias e convicções. Entre as obras de maior interesse do Padre Carvalho estão aquelas referentes a história da Igreja: “Leu a Barônio nos Anais eclesiásticos e a Eusébio e Tertuliano que todos tratam da história eclesiástica.”²⁰⁷ Entre essas pelo número de citações, sua preferida era os *Annales ecclesiastici* do cardeal César Barônio,²⁰⁸ este obra preciosa pela quantidade de documentos aduzidos, relata com profundidade a história eclesial desde seus primórdios até o ano de 1198.²⁰⁹ Contém 12 volumes in fólío e foi publicada em Roma entre os anos de 1588 a 1607. Foi escrita como refutação às Centúrias de Magdeburgo composta por protestantes;²¹⁰ os *Annales*

²⁰⁵ Livro S23A. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana – AEAM. fl. 31.

²⁰⁶ Ibid. fl. 1v.

²⁰⁷ Proc. 9255. 1º maço; fl. 125.

²⁰⁸ César Barônio: Cardeal, historiador, cognominado “o padre dos annaes ecclesiasticos”. Nasceu em 1538 em Sora, no reino de Nápoles e morreu em 1607. Sucedeu a São Felipe Nery, como superior da Congregação do Oratório (1593) e foi confessor do Papa Clemente VIII, protonotário apostólico, cardeal (1596) e bibliotecário do Vaticano.

²⁰⁹ A obra de Barônio teve diversas edições e foi logo continuada até aos séculos XVI e XVII, “por incumbência de outros doutos: o bispo Eurico Spondano de Paniers (2 Vols. In fólío, Paris 1647, até 1646). O dominicano Abraão Bzóvio (9 vols. In fólío, Roma, 1617-72, até 1572) e melhor que todos, os irmãos da Ordem do autor, os oratorianos Oderico Rinaldi, “Raynaldus”, (9 in fólío, Roma 1646-77 até 1565). Tiago Lederchi (3 vols., infólío, Roma, 1728-37, até 1571) e Agostinho Theiner (3 vols., infólío, Roma, 1856, até 1585). Uma edição crítica de Barônio, com retificações e acréscimos, foi publicada por dois franciscanos franceses Antônio e Francisco Pagi (4 vols., infólío, Antuérpia, 1689-1705).

²¹⁰ As Centúrias Magdeburgenses, cujo nome oficial é “Ecclesiastica Historia... congesta per aliquos studiosos et pios viros in urbe Magdeburgica, escrita por um grupo doutos protestantes de Magdeburgo, sob a direção do ilírico Mateus Flacius.

1727

36

Aos vinte e quatro dias do mes de Agosto baptizou
 e por os S^{rs} Oley e Isabel q^{da} de Domingas escrava
 de M^o Antelano foy padrinho e m^o de S^{ra} e Ca: 31
 q^{da} p^{da} S^{ra} de S^{ra} este amato em S^{ra} me assigney
 D^o D^o Remas Furtado de M^o

Aos vinte e sete do d^o baptizou debaixo de condicao, e por
 os S^{rs} Oley e Isabel q^{da} de Gracia escrava de M^o Antelano
 foy padrinha e m^o de S^{ra} e Ca: 31
 foy padrinha e m^o de S^{ra} este amato em S^{ra} me assigney
 D^o D^o Remas Furtado de M^o

Aos tres dias de Setembro baptizou de Licença munda
 de M^o Antelano foy padrinho e m^o de S^{ra} e Ca: 31
 na f^{da} de Gracia da escrava de M^o Antelano foy padrinha e m^o
 de S^{ra} e Ca: 31 foy padrinha e m^o de S^{ra} este amato em S^{ra} me assigney
 D^o D^o Remas Furtado de M^o

Certidão de batismo "debaixo de condição" de "Isabel, filha de Gracia escrava de Manoel Rodrigues Baganha". Freguesia de Ouro Branco, 1727. Ouro Branco, MG. In. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. AEAM, Livro 523A, fl. 31. Fonte: Marezza Photo, 2006.

ecclesiastici a despeito de alguns equívocos cronológicos, é ainda hoje de grande valor para estudiosos da história da Igreja. Para o período da história da antiguidade cristã, Barônio recorreu a fontes patrísticas como a *História Eclesiástica* de Eusébio de Cesareia e os escritos de Tertuliano. Ambos autores também lidos por Padre Carvalho. Eusébio de Cesareia, arcebispo de Cesaréia na Palestina, onde nasceu em 265, e faleceu em 339. É considerado o pai da história eclesiástica. Ele não é somente o autor de uma crônica universal, conservada na tradução armena e para o segundo livro (tábuas cronológicas) na elaboração latina de São Jerônimo, que a continuou até 378, mas escreveu também uma História eclesiástica propriamente dita em 10 volumes. Sua primeira redação, até 311, e nas edições sucessivas até 324, ela é realmente uma obra fundamental, embora tenha sido idealizada antes como coletânea documental do que como exposição histórica de caráter pragmático. Na realidade seu valor é inestimável sobretudo enquanto nos faz conhecer numerosos documentos e passagens de obras perdidas dos primeiros séculos da cristandade.²¹¹ De fato a diversidade e as riquezas das fontes usadas somadas ao testemunho ocular de muitos fatos, permitiu que ele descrevesse com propriedade a história e aspectos teológicos das comunidades judeu-cristãs. Assim encontramos, nos capítulos V e XXIII do Livro IV de História Eclesiástica, os respectivos títulos: “Bispos de Jerusalém desde nosso Salvador até estes tempos”, “A controvérsia acerca da Páscoa”, e outros temas deveras importantes tratados com muito rigor nos escritos do Padre Carvalho por embasar suas proposições.²¹² Tertuliano, um dos Padres da Igreja Antiga, cujo nome completo é Quinto Sétimo Florêncio Tertuliano, natural de Cartago em 160 e filho de um centurião. Tornou-se cristão na idade adulta enquanto exercia, ao que parece, a profissão de advogado e faleceu depois de 220. possuidor de grande capacidade intelectual, foi versadíssimo na retórica e na jurisprudência, espirituoso e humorista de caráter ardente e rigoroso no espírito e na ação. Da vasta obra de Tertuliano, escrita originalmente em latim e em grande parte de caráter

²¹¹ No século V esta obra foi continuada por dois jurisconsultos de Constantinopla, Sócrates (até 439) e Sózómeno (até 425) e o bispo Teodoreto de Ciro, na Síria (até 428). Essas obras, em parte realmente ótimas – a melhor é a de Sócrates – foram depois retomadas e continuadas, com extremo cuidado, até 594, por Evágrio (Euagrius), advogado de Antioquia. De outra continuação devida ao leitor Teodoro de Constantinopla (até 527) subsistem somente fragmentos e assim também da história eclesiástica escrita pelo ariano Filostórgio (12 livros, de 300 a 425). In. Bihlmeyer, Karl & Trechle, Hermann. Op. cit. vol. I; p. 31.

²¹² Cf. Cesárea, Eusébio. História Eclesiástica. Buenos Aires: Editorial Nova, s/d.

apologético, sobressaem *Ad nationes*, *O Apologeticum. De testimonio animae*; *Carta ad Scapulam*; *Adversus judaeos*, (A primeira, *Ad nationes*, também conhecida pelo nome de *Discurso das nações*, foi escrita por volta de 197 e divide-se em dois livros. “No primeiro critica fortemente os pagãos, que ele conhecia a fundo; no segundo refuta as doutrinas politeístas do paganismo.) *O Apologeticum* é considerada a melhor obra apologética de Tertuliano, tanto pelo conteúdo quanto pelo estilo, é nesta obra que o autor “mais se manifesta o seu ardor e a sua força de argumentação”.²¹³ Outra obra apologética que foi muito divulgada na Antiguidade cristã foi a *Adversus Judacos*. Não possui caráter anti-semita, mas tece uma rigorosa crítica à observância dos preceitos da Lei Judaica e sob seu ponto de vista procurava “mostrar, pelas profecias a superação da lei antiga e a verdade da lei nova ensinada por Jesus Cristo, o Messias prometido.”²¹⁴ Entretanto, de suas obras a mais divulgada foi e ainda é a pequena *De Testimonio animae*. Escrita entre os anos de 197 e 200. Pode ser considerada como um apêndice do *Apologeticum*, mas é também um esboço da demonstração psicológica da vida cristã.²¹⁵ Destas obras de Tertuliano, pelo conteúdo e divulgação, a mais provável de haver sido lida por Padre Carvalho foi a *De Testimonio animae*, quando ele explica a partir de exemplos típicos do período da perseguição romana dos cristãos: “Se Deus Nosso Senhor, sabendo que um cristão se se visse na presença de um príncipe bárbaro infalivelmente havia de deixar a Lei de Cristo e milagrosamente o transplantasse na presença de tal príncipe bárbaro aonde o dito cristão não tinha inculto algum para ir, entende ele declarante que seria concorrer Deus especialmente para o dito pecado, obrando em milagre para ele se efetuar.”²¹⁶ Em resposta ele diz: “Que se o tal pecado de idolatria fosse causa da perdição do tal cristão que nestes termos se verifica que Deus quer concorrência para o pecado mas que se da tal idolatria resultasse motivo para maior conversão da dita pessoa que o mesmo Deus havia de concorrer para o tal ato, porque isto é a congruência e eficácia dos auxílios de Deus.”²¹⁷ Dentro do contexto da história eclesiástica e a polemica em relação à data

²¹³ Insuelas, João Batista. Curso de Patrologia: História da literatura Antiga de Igreja. Braga: Escola Tipográfica das Oficinas de S. José, 1943; p. 174.

²¹⁴ Ibid. p. 175.

²¹⁵ Ibid. p. 175.

²¹⁶ Proc. 9255, 2º maço; fls. 232v, 233.

²¹⁷ Id.

da celebração da Páscoa, encontramos Dionísio Exíguo, autor várias vezes citado no Memorial à Sua Majestade. Este autor muito posterior a Eusébio de Cesareia, que efetuou larga reforma no calendário ocidental, evidencia que a questão da Páscoa não havia ficado de todo resolvida com as resoluções do Concílio de Nicéia. Dionísio, o Pequeno, ou Exíguo como humildemente quis ser designado, era natural da Cítia Menor, próximo a foz do Danúbio,²¹⁸ mas foi para Roma por volta do ano 500, quando era ainda muito jovem. Após tornar-se monge prosseguiu os estudos com grande aproveitamento, ganhando fama de sábio. Teve uma estreita relação com o papado; amigo de Cassiodoro,²¹⁹ foi talvez ele mesmo, por algum tempo, mestre no Mosteiro de Vivarium. Ajudou os monges da Cítia na defesa da fórmula teopasquita.²²⁰ Contudo os maiores esforços de Dionísio Exíguo foram orientados para a promoção de relações fecundas entre a literatura e a espiritualidade greco-oriental e latina. Ficou na história como tradutor de obras gregas, recolhedor e coordenador de cânones sinodais gregos e latinos e de decretos pontifícios, como também pela introdução da era cristã e a adoção do cômputo pascal alexandrino. Suas obras relacionadas ao cômputo do tempo e da Páscoa são: *De cyclo magno paschae, argumenta paschalia*, e *Epistula de ratione paschae*.²²¹

Nicolau de Lira foi um dos autores mais citados por Carvalho e refere a ele como escritor sobre a maneira de celebrar a Páscoa e sobre o uso do pão ázimo na missa: “Vendo a Lira em a questão que traz acerca da celebração da Páscoa e matéria do sacramento da eucaristia a respeito de haver de ser pão ázimo ou fermentado, e que este expondo os fundamentos da Igreja Grega e da Latina, a quem segue, não responde aos fundamentos da Igreja Grega o não faz de sorte que solte de todo a dúvida”²²² Nicolau de Lira, frade franciscano natural de Lyra, na Normandia em 1270 e faleceu em 1349. Foi professor de teologia em Paris e tornou-se notável

²¹⁸ Dobrudscha na atual Romênia.

²¹⁹ Flávio Magno Aurélio Cassiodoro. Senador romano e ocupou altos cargos no reino estrogado de Teodorico, o Grande e dos seus sucessores. Autor de várias obras de cunho enciclopédico. Tornou-se monge no mosteiro de Vivarium. In. Bihlmeyer, Karl & Tuechle, Hermann. Op. cit., Vo. I. p. 422.

²²⁰ Teopasquitas. Assim foram chamados aqueles que queriam opor-se, com esta fórmula, à corrente nestoriana de alguns bispos. A fórmula, como consequência lógica da *communicatio idiomatum*, era por si mesma irrefutável. Entretanto, como satisfazia em demasia ao ambiente monofisista, os legados romanos em Constantinopla descartaram-na por considerá-la perigosa.

²²¹ Anônimo. Os calendários. Goiânia: Seminário Sta. Cruz, 1984; p. 9 (Texto datilografado).

²²² Proc. 9255. 1º maço, fl. 124v.

não apenas como teólogo, mas também como comentador da Sagrada Escritura. A afinidade do Padre Carvalho com este teólogo está justamente por ser um comentarista bíblico, como bem comentou o réu: “Cujo lugar expõem os expositores com o Lira e os mais que ensinavam o modo com que licitamente se havia de fazer a Páscoa”.²²³ De outra parte a insistência de Carvalho para, quando preso nos cárceres inquisitoriais, obter um exemplar da obra de Nicolau de Lira fez com que os inquisidores suspeitassem que este desejo se fazia em função de Lira ser de origem judaica: “... porque assim como os via se lhe revestia o seu espírito de contradição e que portanto propunha a esta mesa um meio que era darem lhe por alguns dias para o seu cárcere uns livros de autor católico que fora judeu a saber as obras de Lira, e as concordâncias.”²²⁴ Mas por outro lado, é preciso considerar o motivo pelo qual a Inquisição propunha entregar, fato que não aconteceu, as obras de Lira ao réu: “É bem provável que, através deste autor, pretendiam convencer o réu a desistir de suas idéias judaizantes, uma vez que Nicolau de Lira foi autor de uma obra denominada *Contra Judaeos* e as outras duas eram: *Postillae perpetuae* e *Comentarii in quatuor libros sententiarum*, obra editada em Roma em 1471-1472.”²²⁵ Provavelmente, como já aludimos, Padre Carvalho lia as obras de Lira para fundamentar suas proposições em textos bíblicos, daí porque também havia pedido a Concordância Bíblica (obra que contém em colunas paralelas as citações bíblicas cujos conteúdos assemelham-se). Em relação à obra *Contra Judaeos* é possível que a tivesse lido em momentos de dúvidas sobre a autenticidade do judaísmo e assim conhecer em que pontos o autor argumentava convencivelmente, em que pontos seus argumentos eram medíocres. O certo é que em dado momento quando já havia desistido de ser cristão, Padre Carvalho pretendia ter obras de Lira com o propósito de escrever contra eles.²²⁶ Outra obra mencionada que fazia parte das leituras do Padre Carvalho foi a *Clavis Prophetarum*, do Padre António Vieira.

²²³ Proc. 9255.1º maço, fl. 136.

²²⁴ Ibid., 2º maço, fl. 328.

²²⁵ Vieira, Padre António. *Clavis Prophetarum* = Chave dos profetas. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000; pp. 781-2.

²²⁶ Proc. 9255. 1º maço. fls. 214, 214v.

Parte II

Obra de resgate:

A via judeu-cristã

Capítulo 6

No ventre da baleia: O judaísmo do 2º Jonas

A escatologia carvalhiana fundamentava em antigas crenças judaicas como a figura do Precursor e do Messias. A crença no Precursor foi muito difundida no meio popular palestinese do século I a.C. a qual afirmava que a vinda de um mensageiro consistiria em fase preparatória para a chegada do *mashiah*. Entretanto em Carvalho uma figura bíblica sem precedente vínculo messiânico é apropriada por esta escatologia para anunciar uma renovação da cristandade: O Profeta Jonas.

O livro que narra a epopéia deste personagem da Bíblia baseia-se na existência de um vulto histórico²²⁷, para mostrar que se trata de um experiência real dos profetas, mas desenvolve uma história maravilhosa, cheia de imagens, com a finalidade de facilitar assimilação pedagógica à maneira de uma parábola. Sua história inicia mostrando um homem taciturno e solitário, que é chamado por Deus a empreender uma pregação sistemática aos habitantes de Nínive a capital da Assíria, “porque a maldade de seus habitantes subiu até mim”²²⁸. Então Jonas, filho de Amitai, põe-se a caminho, mas para fugir em direção a Tarshih²²⁹, longe da presença de Deus, desceu a Jafa e encontrou ali um navio onde embarcou. Mas o Senhor desencadeou sobre o mar uma tempestade. As ondas sacudiram o navio e parecia que ia naufragar. Todos estavam muito assustados. Cada um rezou a seu deus. Mas Jonas dormia tranqüilamente no porão do navio. O capitão acordou Jonas: - Mas como você pode dormir? Levante-se e reze a seu Deus! Quem sabe Ele poderá nos salvar! Os marinheiros disseram uns aos outros: - Vamos tirar a sorte. Assim veremos quem é o culpado desta desgraça. A sorte caiu sobre Jonas. Ele disse: - Joguem-me ao mar e se salvarão. Foi por minha culpa que essa tempestade desabou sobre vocês. Os marinheiros remavam com todas as suas forças. Mas não podiam nada contra o temporal. Então rezaram assim: - Senhor, não leve a mal o que vamos

²²⁷ Cf 2 Rs 14,25.

²²⁸ Jn 1,2b.

²²⁹ Tarshih. Não é possível identificar com exatidão este lugar. Várias hipóteses foram levantadas, mas o certo é que se trata de uma região a oeste da Palestina. Foram propostos: Tartessos, na Espanha, ou a Sardenha ou a Tunísia. Porém o mais importante é que para os hebréus, significava os confins do mundo. Cf. Bíblia Tradução Ecumênica. São Paulo: Edições Loyola, 1994. Jn 1,3. Nota de rodapé “b”.

fazer. Não pense que cometemos um crime contra um inocente. Então agarraram Jonas e o atiraram ao mar. Imediatamente as águas se acalmaram. Mas o Senhor enviou um peixe enorme que engoliu Jonas. Ele passou três dias e três noites no ventre daquele peixe nadou até a margem e vomitou Jonas. Pela segunda vez, Deus ordenou a Jonas: - Vá a Nínive, a cidade grande. Pregue ali tudo o que eu vou lhe dizer. Jonas foi para Nínive. Proclamou aos gritos: - Dentro de quarenta dias Nínive será destruída. Os habitantes de Nínive escutaram Jonas. Acreditaram em Deus. Começaram a fazer um jejum rigoroso e se vestiram com roupas de penitência. Todos fizeram assim. Os grandes e os pequenos, os ricos e os pobres, o povo inteiro. Deus viu o arrependimento dos habitantes de Nínive. Retirou suas ameaças. Mas Jonas se aborreceu muito com isso. Ficou com raiva. Rezou assim: - Ah! Senhor! Bem que eu não queria vir a Nínive. Eu sabia muito bem que o Senhor ama os homens e os perdoa. Prefiro morrer a ver o que estou vendo. Jonas saiu da cidade e se dirigiu para o leste. Sentou-se e esperou para ver o que ia acontecer. Então Deus fez crescer ali um pé de mamona para dar sombra para Jonas. Jonas ficou muito contente ao ver aquela planta. Mas durante a noite um verme roeu as raízes da planta e ele secou. Brilhou um sol abrasador. Jonas não agüentava aquele calor. Disse: - Queria morrer. Mas Deus perguntou a Jonas: - Você sente pena de uma planta que nasceu em uma noite e numa noite secou e eu não iria ter pena de uma cidade grande como é Nínive onde há muitas crianças e animais?²³⁰

Ao identificar com este personagem bíblico Padre Lopes de Carvalho afirmava: “E que quer este Jonas ir dizer a Roma! Vai carne minha anunciar-lhe a panela de jogo que Jeremias viu porque já vem caindo sobre ela para castigar”²³¹. Reportando à passagens bíblicas como a de Jeremias: “Pela segunda vez, a palavra do Senhor veio a mim: ‘Que estás vendo?’ Respondi: ‘Estou vendo um caldeirão no fogão, atizado por uma abertura para o norte’²³². Desenvolve então uma analogia entre Jerusalém que, segundo a profecia, seria aniquilada pelo Norte²³³, posteriormente identificado pelo profeta como a Babilônia, e a desgraça que abateria

²³⁰ Jn 4,11.

²³¹ IANTT. IL. Proc. 9.255. 1º maço; §13.

²³² Jr 1,13.

²³³ Cf. Jr 1,14



Jonas sendo engolido pelo peixe. Afresco da Igreja Síria Ortodoxa de São Jorge. Sadad, Síria central. *Fonte:* Documentário em VHS: "The Hidden Pearl" by Trans World Film Italia srl, Syrian Orthodox Church, Syriac Universal Alliance, 2001.

sobre Roma, a sede da Igreja: “E porque se Deus o castigou que mandou a Jerusalém sendo uma cidade tão santa e cidade do seu povo foi por matar aos profetas e ao mesmo profeta dos profeta Cristo Nosso Redentor, também ela não distante ser santa o tem crucificado não só uma senão muitas vezes *iterum crucifigentes – itium Dei* com mil simonias que de Simão Mago aprendeu em toda matéria de vícios encontram neles a mesma Lei de Deus e também fez matar os seus Apóstolos que ensinavam a verdadeira e legítima doutrina em vingança de estes o fazerem vir pelos ares feito em pedaços como diz São Máximo”²³⁴ ²³⁵. Diante de sua missão redentora, o réu não vacila em assumir um profetismo segundo o profeta Jonas. “Conta-me meu Espírito desse caso e como lhe desobedeceu como teólogo! Mandando-o Deus a Nínive de Roma e chegando para partes dos Arrabidos. E que lhe sucedeu! Deu-lhe uma tal tempestade em Setúbal que vendo todos que se perdiam começaram-lhe a botar sortes a frouxo vendo-o como estrangeiro lá vindo das partes dos Brasis como vem tanto judeu para esta Inquisição que começaram [a dizer:] fora Judeu, fora hebréu que contra os da nossa Santa Fé quer estabelecer os do judaísmo. E foi bem feito porque como tinha prometido ao superior deles não fazer a Deus queria, pois do mesmo Jonas o havia já mandado para a sobredita Nínive por isso assim o castigou”²³⁶. A semelhança do Profeta Jonas que foi lançado fora pela tripulação do navio, Padre Carvalho foi ameaçado pela tripulação do navio oriundo do Brasil quando de uma tempestade no mar, nas proximidades da cidade litorânea de Setúbal, palco de vultos messiânicos no século XVI. Haveria de anunciar a conversão e penitência à segunda Nínive, identificada com Roma, mas no caminho uma parada obrigatória se apresentava: Lisboa, a sede do Patriarcado das Índias Orientais²³⁷, capital de um poderoso reino cujas posições ultramarinas estendiam do nascente ao poente.

Em seu projeto escatológico o Rei de Portugal tinha relevante papel a desempenhar na reforma da Igreja, idéia esta que se inspirava em antigas crenças medievais, arraigadas na mentalidade lusitana onde a figura real encontrava, em

²³⁴ São Maximo Confessor. Grande precursor da Escolástica no século VII

²³⁵ IANTT. IL. Op. cit. § 13

²³⁶ Iléid §11

²³⁷ Esta sede foi transferida em 1886 para o Arcebispado de Goa.

muitos aspectos, vinculada a “imagem de salvador e mesmo de Messias”²³⁸. Para tal empreitada o apoio real era imprescindível, pois colocaria Padre Carvalho acima de eventuais inimigos entre eles o gigantesco Santo Ofício da Inquisição. Referindo a Dom João V, Padre Carvalho afirmava “meu grande Monarca e Senhor Soberano como pedra angular que é por Deus escolhido para fazer tudo, *Id est, unum ovile et unus Pastor*”²³⁹.²⁴⁰ Estas palavras revelam o significado sobrenatural dado por Padre Carvalho a Dom João V onde sua missão sobre-humana estava figurada na “pedra angular”. Em várias passagens da Torah encontra-se referencia a “pedra angular”, “como pedra colocada no ângulo ou canto dum edifício na junção das paredes, sendo ela de grande importância para juntá-las e ancorá-las. As pedras angulares, usualmente cortadas uma forma retangular, costumam ser colocadas alternadamente de ponta e de lado, desde o alicerce até o alto ou o teto da construção. Assim, num ângulo ou canto, o lado de uma pedra aparece acima ou abaixo da ponta da próxima pedra. A principal pedra angular era a pedra angular de alicerce, uma pedra especialmente sólida, em geral escolhida para prédios públicos e para muros de cidade. A pedra angular de alicerce era empregada como guia à medida que outras pedras eram colocadas no seu devido lugar, empregando-se um prumo para alinhá-las. Cada pedra tinha de alinhar-se a pedra angular de alicerce, para que o prédio ficasse corretamente construído. As vezes, as pedras angulares de alicerce eram bem maciças. A pedra angular de alicerce também servia para manter unidas as partes da estrutura. Outra importante pedra angular era a “principal do ângulo”²⁴¹, sendo esta expressão aparentemente uma alusão à pedra culminante, e, portanto, à que estava no alto da estrutura. Por meio dela, duas paredes que se unem no canto são seguradas no alto, para não separarem e a estrutura desabar”²⁴². Júbilo e louvores a Taweh assinalaram o lançamento do alicerce do templo nos dias de Zorobabel²⁴³. Foi predito também que, quando Zorobabel e ‘produzisse a pedra de

²³⁸ Megiani, Ana Paula Torres. O Jovem Rei Encantado: Expectativa do Messianismo Régio em Portugal, séculos XII a XVI. São Paulo: Hucitec, 2003; p. 92.

²³⁹ Literalmente “Isto é, um só aprisco e um só pastor”. Cf. Jo. 10,16.

²⁴⁰ IANTT. IL. Proc. 9.255.1º maço . §58;

²⁴¹ SI 118,22.

²⁴² Estudo Perspicaz das Escrituras. Cesário Lange: Sociedade Terre de Vigia de Bíblias e Tratados, 1992; p. 208.

²⁴³ Biblia: Tradução Ecumenica São Paulo: edições Loyola, 1994; p649.

remate’, esta seria aclamada: “Graça e bênçãos para ela!”²⁴⁴. O Salmo 118,22; “A pedra que os pedreiros rejeitaram tornou-se a pedra angular”, foi inspirado por sua vez em Is 28,16: “Todavia, assim fala o Senhor Deus: Eis que firmo em Sião uma pedra, uma pedra a toda prova, uma pedra angular preciosa, estabelecida para servir de fundação. Quem nela se apoiar não será abalado”²⁴⁵, parece ter sido compreendido pelos judeus do tempo do Profeta Isaias como uma promessa de edificação da comunidade messiânica. Já no cristianismo primitivo estas duas últimas passagens bíblicas sobre a “pedra angular” foram aplicadas à Ressurreição de Jesus, o fundador, segundo a Fé Cristã, do novo povo de Deus²⁴⁶.

A idéia de um Messias em Portugal como muito bem afirmou Antonio Sergio, tem suas origens “no puro messianismo hebraico, expresso em trovas de Bandarra inspiradas pela Bíblia”²⁴⁷, mas ganhará corpo no magma da Monarquia Universal, por provisão divina, em parceria no seu exercício o rei de Portugal, o detentor do centro temporal, e o Pontífice Romano, o detentor do governo espiritual. No século XVII esta idéia adquire “um cariz messiânico de que o padre Antonio Vieira constitui maior expoente”²⁴⁸. Transferindo o prognóstico do Padre Vieira a respeito de Dom João IV, Padre Carvalho confirma a missão de Dom João V, então Rei de Portugal, como o escolhido por Deus “para fazer de tudo um, isto é um só rebanho e um só pastor”. Na *Clavis Prophetarum*, Vieira relata: “O principal, o único objetivo desta questão é definir o tempo em que se deve realizar o oráculo a cerca de ‘um só redil sob um só pastor’.” O Padre Alapide²⁴⁹, “citando à cabeça o

²⁴⁴ Zc 4,7 Bíblia: Tradução Ecumênica. Op. cit., p. 981. Esta tradução entre outras identifica com as versões da Bíblia Ave Maria e Bíblia de Jerusalém, enquanto no “Tradução do Novo Mundo dos Escritores Sagrados”. Op. cit., aparece: “*Quão encontadora! Quão encontadora!*”.

²⁴⁵ Bíblia: Tradução Ecumênica. São Paulo: Edições Loyola, 1994 p. 649.

²⁴⁶ Cf. Is. 4,11; Pd 2,4.7.

²⁴⁷ Souza, António Sergio. Interpretação não Romântica do Sebastianismo. In. Ensaio. Atlântida Editora: Coimbra, 1949, Tomo I; pp. 296.

²⁴⁸ Thomaz, Luiz Felipe F.R. & Alves, Jorge Santos. Da cruzada ao quinto império. In Bethencourt, Francisco & Couto, Diogo Ramada (Orgs.). A Memória da Nação. Livraria Sá da Costa Editora: Lisboa 1991; p. 110.

²⁴⁹ Refere aqui ao Pe. Cornélio Alapide (ou Lapide), SJ (1567-1637), cujo nome flamengo é Cornélissen van den Steen. Natural de Borchoet, região de Liège, estudou nos colégios jesuítas de Maastricht e Colônia. Iniciou, em Douai, o estudo da Teologia, cujo curso frequentou durante quatro anos seguintes em Lovaina. Nesta cidade ingressou na Companhia de Jesus em 1592. Durante algum tempo foi professor de filosofia e hebraico. O seu principal magistério foi porém, praticamente durante toda a sua vida, dedicado ao ensino a Sagrada Escritura, em Lovaina entre 1596 e 1916, e em Roma, no Colégio Romano, a partir de 1616. É autor de vários comentários escriturísticos referidos por Vieira, em quase toda a sua obra. Juntamente com Juan Maldonado, Francisco de Toledo e António Possevino, foi um dos grandes exegetas, da Companhia de Jesus. Uma relação bibliográfica de autoria do Padre Alapide encontra em um “glossário de nomes próprios” no

mesmo oráculo – *e será feito um só redil e um só pastor* -, como que zombando desta dúvida que ele supõe já resolvida, assim diz: ‘Por este motivo não se espera isso como havendo de acontecer, mas já há muito acontecido no tempo dos Apóstolos e no tempo de Constantino Magno, primeiro imperador cristão, que cristianizou quase todos os povos sujeitos ao seu império’. Todavia, para que seja indubitavelmente claro pelas palavras do próprio Cristo e não por outro autor duas ou três perguntas: *E tenho outras ovelhas, diz, que não são deste aprisco*. Por conseguinte, em primeiro lugar pergunto que ovelhas, quais e quantas são. Respondem todos os comentadores que são as nações que não estavam dentro do redil dos judeus, sob a lei de Moisés, ou na Sinagoga, acrescentando o testemunho do Pai Eterno que diz: dar-te-ei os gentios para tua herança, e para tua possessão os confins da terra²⁵⁰. Destas ovelhas, que possui a título de criação enquanto Deus, e a título de herança enquanto filho de Deus, diz: E importa que eu traga, e ouvirão a minha voz²⁵¹.” Sobre esta questão o autor da *Clavis Prophetarum*, conclui: ‘Portanto, a profecia de modo algum significava a união final dos judeus com os gentios, mas uma certa união dos mesmos gentios entre si, de tal maneira que os que estavam perto e os que estavam longe, Romanos e Indianos, fizessem um só corpo, com a união completa na fé de Cristo, assim de Judeus com Judeus, como de gentios com gentios, o que se está a processar lentamente em ambos, mas mais rapidamente nos gentios. Depois que a totalidade destes, evidentemente já crentes, entrar no redil, então também os judeus hão de crer, e assim todo o Israel será salvo, como ensina o apóstolo, mostrando este “assim” a ordem das duas conversões que o Senhor anunciou noutro passo, quando diz em Lucas 21,24: Jerusalém será calcada pelos gentios até se completarem os tempos das nações.²⁵²’

Destá forma Padre Vieira apresenta a solução para a diversidade religiosa, considerada pelo europeu, desde a época das Cruzados aos séculos que sucederam a Renascença, como um problema expressado na maioria das vezes, em intensos conflitos culturais e ideológicos. Encetado pelo diálogo interreligioso e

final da Edição Crítica da *Clavis Prophetarum*. Cf. Veieira, Padre Antonio. *Clavis Prophetarum* = Chave dos Preofetas. Livro III. Lisboa a Biblioteca Nacional, 2000; pp. 754-5.

²⁵⁰ Sl 2,8.

²⁵¹ Vieira, Padre António. Op. cit. p. 681.

²⁵² Ibid. pp. 699,701.

cultural, Padre Vieira foi um dos precursores deste diálogo provando em seus discursos com o célebre rabino de Amsterdã Menasseh ben Israel. Tomando um caminho por demais diverso Padre Carvalho, que bebeu abundantemente no pensamento vieiriano, apresenta um caminho de unificação já percorrido por cristãos oriundos da Sinagoga nos primeiros séculos da Era Cristã. Caminho este, como posteriormente veremos, caracterizado pelo segmento de conceitos cristãos inconciliáveis com a Fé Judaica.

O Quinto Império em Carvalho

Muitos estudiosos argumentaram que a profecia do Antigo Testamento exerceu influência primária sobre o apocalipticismo judaico, considerada “como a raiz principal de que a apocalíptica se nutre e se capacita para chegar a plena floração em termo dos inícios do século segundo a.C.”²⁵³ Numerosas academias viram o autor de Daniel como pertencente ao grupo de homens chamados *hassidim*²⁵⁴, piedosos, que são considerados como os precursores dos fariseus e dos essênios. Eram piedosos homens dedicados à defesa da Lei, os quais após conquistarem a liberdade religiosa retiraram seu apoio aos hasmoneus. E mesmo que se confirme que o autor do livro de Daniel possa ter pertencido às fileiras dos *hassidim*, deve-se dizer que relativamente poucos dos livros apocalípticos, como o Apocalipse das Semanas e o Apocalipse Animal em I Henoc, juntamente com o livro dos Jubileus, são compatíveis com o pouco que conhecemos sobre essa corporação de piedosos.²⁵⁵ Permanece o fato de o grosso dos apocalipses não possuir apenas uma fonte específica, mas representar um largo aspecto de agrupamento social no seio de Israel do século II a.C. vários destes escritos foram redigidos na Palestina em hebraico ou no vernáculo aramaico. Outros foram escritos em grego na Diáspora. Com o passar do tempo, os apocalipses palestinos também

²⁵³ Russel, D. S. The method and message of Jewish apocalyptic. In S.C.M. Filadelfia: Pressand Westminster Press, 1964. p. 178.

²⁵⁴ Hassidim. ~ydsx, plural de dsx (hassid), “dsx-vya, homem justo.” Berezin, Rifka. Op. cit., p. 242.

²⁵⁵ Na Bíblia temos referencia a esta corporação em I Mc 2,4;7,12-13 e 2 Mc 14,6 e nos livros apócrifos dos Jubileus 23,16 e Henoc 90,9-11.

encontraram o caminho da Diáspora onde foram traduzidos para o grego e obtendo grande popularidade. Em Alexandria particularmente, receberam acolhida e chegaram a ter um público muito maior do que jamais tiveram na própria Palestina. Com o advento do cristianismo tiveram vastíssima divulgação entre os cristãos (onde desenvolveu-se e inspirou o nascimento de uma literatura apocalíptica-cristã) dos primeiros séculos (I ao IV) e foram por conseguinte traduzidos ao latim, siríaco, árabe, etiópico (*gues*), copta, eslavânico, georgiano etc. ao longo dos séculos a influencia dessa literatura no meio cristão funcionou como uma faca de dois gumes: Na Patrística colaborou na apologia contra o judaísmo, fundamentando seu ensino messiânico e escatológico²⁵⁶, contemporaneamente e posteriormente através do gnosticismo foi uma abundante fonte inspiradora de numerosas heresias como a dos carpocratianos, elionistas, basilidianos e cerintianos entre outras. Para Julia Dominique “os movimentos messiânicos tem uma forma proporcionada ao tipo de sociedade nas quais se inserem. Donde o papel capital da religião, fornecendo a um coletivo nacional em vias de desagregação uma simbolização total das suas angustias, relembrando-lhe a consciência da solenidade, dando-lhe ao mesmo tempo, pelo sobre-humano, um instrumento eficaz para a reabsorção de uma crise”²⁵⁷. Nos tempos do Padre Vieira as condições sociopolíticas eram muito favoráveis ao milenarismo, e mais especificante ao conceito de Quinto Império: “No século XVII o Quinto Império aparece como uma esperança para um pequeno país, em luta contra o colosso vizinho para restaurar a sua independência, e com metade do mundo para conservar os seus domínios. Trata-se de um messianismo mais político que social, só compreensível após a consolidação dos estados nacionais no Ocidente, e por isso mesmo de um tipo já moderno, a bem dizer impossível na Idade Média. O messianismo de Vieira liga-se muito mais ao sebastianismo, de que representa um novo avatar, que à obsessão hierosolomitana da 1ª Cruzada ou da ‘passagem’ de Frederico II, que ecoa ainda em Duarte Galvão”²⁵⁸. Para Vieira depois dos quatro impérios tradicionais da Antiguidade: Assírio, persa grego e romano viria o Império

²⁵⁶ Russel. D.S. Desvelamento Divino: uma introdução à apocalíptica judaica. São Paulo: Paulus, 1997; p. 59.

²⁵⁷ Dominique, Julia. “La religion”. In. Fainare de l’Histoire Nouvelles Approches. Paris, 1964 Apud. Thomaz, Luiz Filipe & Alves, Jorge Santos. Da Cruzada ao Quinto Império. In. Bethencourt, Francisco & Curto, Diogo Romada. (Orgs.). A Memória da Nação. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1991; p103.

²⁵⁸ Thomaz, Luiz Filipe & Alves, Jorge Santos Op. cit. pp. 162-3.

do Messias. Esta tese vieiriana estava totalmente fundamentada em textos apocalípticos como Daniel 2 e nos apocalipses de Esdras e de Baruc, escritos no final do primeiro século. Na visão da águia²⁵⁹ e na visão da floresta e da vinha²⁶⁰, ao interpretar essa visão, o autor do Apocalipse de Baruc conclui: Dias virão em que esse reino que destruiu Sião será destruído e subjugado por outro que lhe sucederá. Mas também este, decorrido algum tempo, será destruído; e então virá um outro, um terceiro. Mas também este, após exercer o seu reinado, será aniquilado. Depois virá o quarto reino, e o seu império será muito mais duro e cruel que os anteriores, e reinará por longo período como a floresta sobre a planície e conservará o poder por largo tempo e elevar-se-á mais alto que os cedros do Líbano [...]. Virá então o tempo do seu fim, em que acontecerá a sua queda fatal, e então revelar-se-á o reino do meu Ungido²⁶¹. Não é possível saber se Padre Vieira teve acesso direto ou indiretamente a estas fontes apócrifas²⁶², sabemos entretanto, Vieira refere a Joaquim de Fiori, monge calabrés do século XII que seguindo a linha essencial da escatologia agostiniana²⁶³, desenvolveu uma concepção trinitária da história decorrente em três eras: na primeira, a do Pai, expressa pelo Antigo Testamento, tudo se passa segundo leis brutais, isto é *carnaliter*; na segunda, a do Filho, tudo se sucede *liberaliter*, e o Novo Testamento, o Evangelho, é o seu livro; finalmente, a terceira, a do Espírito Santo em que tudo decorre *espiritualiter*, aguarda ainda o *Evangelium Aeternum*, que lhe dará expressão e ocorrerá após uma ruptura com a segunda era. De acordo com o pensamento milenarista de Santo Agostinho, esta ruptura ocasionará a crise, com a chegada do Anticristo. Após a derrota deste, surgirá o segundo advento e aí a “morte segunda” poderá ocorrer. Esta Terceira Era da concepção joaquinita corresponde à Sétima Idade agostiniana, a idade do Sabat, portanto, para lá da História, mas realizada fisicamente num Mundo Novo. Nesta

²⁵⁹ IV Esdras 11,1-12,40.

²⁶⁰ Cf. Ap. Bar. 35-40 In. Apócrifos III: Os proscritos da Bíblia. Op. cit. pp. 318-21.

²⁶¹ Ibid. p. 320.

²⁶² Algumas obras apócrifas foram publicadas no século XVI entre elas registramos: Postel, G. Protoevangelion de Natalibus Iesu Christi et ipsius matris Viginis Maria sermo historicus divi Iacobi Minoris. Basiléia, 1552; Heroldus, J. Orthodoxographa, 1555; Neander, N. Apocrypha, incerto etiam Protoevangelion Iacobi graece in Oriente nuper reperto edito hactenus. Basiléia, 1564,1567; Grynaeus, K.J. Monumenta SS Patrum orthodoxographa. Basiléia, 1568.

²⁶³ Para Santo Agostinho de Hipona, que admite sete idades históricas o primeiro advento de cristo, teria marcado, o clímax da História. A última Idade Histórica, a sexta, iria desde o primeiro advento de Cristo até a vinda do Anticristo. A sétima estaria já para além da Historia e, portanto, para lá do Fim dos Tempos.

Idade Cristo governaria o mundo por interpostas pessoas: um Rei humano, elevado à categoria de Imperador do Mundo, e o Papa. Mantendo distinto os poderes temporal e espiritual conforme vemos na Bíblia Deus partilhando o poder com Moisés e Aarão.

Para Vieira o Quinto Império traria consigo “a exaltação da Fé, para triunfo da Igreja, para gloria de Cristo, para felicidade e paz universal do mundo”²⁶⁴. Por outro lado, não se restringiria ao tempo possuindo assim caráter temporal e transcendental: “Não negamos, porém, nem podemos negar que este Reino e Império de Cristo e dos Cristãos há-se durar também com o mesmo Cristo e com os mesmos Cristãos depois de bem-aventurados por toda a eternidade no Céu. Mas nem por isso há de deixar deter na Terra a grandeza que nestes textos lhe é profetizada e prometido, antes a razão de haver de ter tanta grandeza no Céu, é porque a terá primeiro na Terra, no Céu consumada e perfeitíssima, como se deve ao estado do Céu.”²⁶⁵ Portugal seria a sede deste império universal: “se o Império esperado, como diz no mesmo título, é do mundo, as esperanças porque não serão também do mundo, senão só de Portugal? A razão (perdoe o mesmo mundo) é esta porque a melhor parte dos venturosos futuros que se esperam e a mais gloriosa deles será não somente própria da Nação portuguesa, senão única e singularmente sua. Portugal será o assunto, Portugal o centro, Portugal o teatro, Portugal o princípio e fim destas maravilhas e os instrumentos prodigiosos delas os Portugueses.”²⁶⁶ A semelhança da Sétima Idade agostiniana, seria portanto um Império Universal, com um só soberano, o Rei de Portugal, em só Pastor, o Papa de Roma, uma só fé, a Fé Católica: Fundado pelo Messias que unirá “todos os reinos sob um cetro, todas as cabeças sob uma suprema cabeça, todas as coroas num só diadema.”²⁶⁷

²⁶⁴ Vieira, António. *História do Futuro*. Introdução, e actualização do texto e notas por Maria Leonor Carvalhão Buesco. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, s/d.; p.52.

²⁶⁵ *Ibid.* p. 285.

²⁶⁶ *Ibid.* p. 60.

²⁶⁷ *Idem.*

O Império Universal em Carvalho

Padre Manoel Lopes de Carvalho era natural da Cidade da Bahia, sendo aluno dos Jesuítas e posteriormente sacerdote, teve muita oportunidade de tornar-se um discípulo do Padre Vieira. Em seus escritos não fala de contatos pessoais com o autor da História do Futuro, mas é provável que em sua infância chegou a conhecer²⁶⁸ e ouvir dos púlpitos das igrejas de Salvador a pregação incisiva e convincente do digno filho de Santo Inácio de Loyola. Em seus escritos aparece na dedicatória de seu “Memorial” oferecido a El-Rei que “o Pe. Vieira foi a melhor luz até aqui de toda a Igreja”.²⁶⁹ Em seu processo consta também numa denúncia de Francisco Mendes Carvalho que ele havia dito que “o Pe. Vieira quando abjurava dissera o fazia por crédito de sua roupeta e que por isso indo a Roma teve a Santa Inquisição fechadas doze anos e que poderia ser que ainda hoje fosse vivo estivessem fechadas.”²⁷⁰ De fato havia uma profunda identificação do Padre Carvalho em relação as idéias de Vieira conforme muito bem observou Fr. João de Santo Agostinho ao afirmar que “o sujeito não é ignorante tem muito acerto e ímprobo estudo nestas matérias inclinado as coisas do Pe. Antonio Vieira”.²⁷¹ Ao percorrermos os obscuros labirintos das teses carvalhianas fomos percebendo os vínculos com as teses vieirianas. A nosso ver Padre Carvalho desenvolveu suas teses procurando viabilizar, e esclarecer os meio pelos quais o Quinto Império seria uma realidade precisa num tempo muito próximo. Nesse sentido comunga com a tese de que reinará a Igreja por toda a parte e, assim dos Judeus como dos gentios, será feito um só redil e um só pastor.²⁷² E que “No Terceiro Estado o uso das cerimônias judaicas será permitido, uma vez que seu uso não foi proibido por Deus, mas meramente pela Igreja. No Terceiro Estado a Igreja poderá reverter suas proibições e conceder aos judeus convertidos ao catolicismo, o uso de seus ritos, pelo menos no

²⁶⁸ Pe. Manoel Lopes de Carvalho nasceu em 1682, Pe. Antonio Vieira faleceu em 1697.

²⁶⁹ IANTT. Il. Proc. 9.255; 1º maço; fl. 9; § 27.

²⁷⁰ Ibid. fl. 24.

²⁷¹ Ibid. fl. 23

²⁷² Vieira, Padre Antonio. Clavis Prophetarum = Chave dos profetass. Lisboa: Biblioteca Nacional, 200; p. 673. Segundo o Padre Vieira, esta tese encontra-se apoiada diretamente no Padre Cornélio Alapide, S.J, ao comentar Daniel 12,11 cf, Op. cit, p. 673.

Templo de Jerusalém”²⁷³. Como bem ressaltou Anita Novinsky esta perigosa afirmação de padre Antonio Vieira só foi possível “longe da metrópole e do estreito mundo português, pobre, miserável, meio cego mas livre, Vieira abandona em grande parte suas dissimuladas divagações e faz afirmações que se fizesse no Reino, e sem a isenção do Papa, certamente a Inquisição novamente o prenderia. Como sabemos, a Lei Antiga e os ritos judaicos quando seguidos pelos portugueses eram punidos pela Inquisição muitas vezes com a morte.”²⁷⁴ Nesta afirmação está a mola mestra que moveu todo o pensamento do Padre Carvalho: Haveria de encontrar uma solução para uma interação harmoniosa entre judaísmo e cristianismo. Entretanto, para ele, a resposta não estava somente no futuro, estava também no seio de uma comunidade que floresceu nos primeiros séculos da Era Cristã.

Em seu tratado teológico contendo sessenta e seis artigos divididos por parágrafos, trinta e dois deles são dedicados ao judaísmo, ou melhor dizendo, são uma apologia as leis judaicas. Nos demais elucida os desígnios divinos que envolvem sua missão, condenação às práticas gentílicas da Igreja e a Inquisição. Muito bem fundamentado na Sagrada Escritura e nos Padres da Igreja, demonstra a racionalidade de suas teses judaicas em oposição aos sinais e vestígios simbólicos que se baseava as crenças pagãs: “mas já que Deus assim o move eu respondo a tua pergunta; para isso hei de primeiro saber que ser judeu é o mesmo que ser homem racional vivendo com lei, fé e conhecimento do mesmo Deus, e reparo que isto não é dito meu, senão de um grande Padre da mesma Igreja, São Gregório Papa²⁷⁵ na homilia 16 in Evangelia pois perguntado que coisa haveria para que os pastores fosse um anjo anunciar-lhes o nascimento do Menino Deus e aos magos fosse senão uma estrela? Responde o que fica dito como se vê destas suas palavras = *Sed Querendum nobis est quidnam sid quod, Redemptore nato, Pastoribus in Iudaea Angelus apparuit atque ad adorandum hunc ab Oriente magos mon Angelus sed Stella perduxit. Quia videlicet Tudaeis tanquam ratione utentibus rationale animal,*

²⁷³ Clavis Prophetarum. In Padre Antônio Vieira, obras Escolhidas, Vol. IX, Historia do Futuro (II), Lisboa, Ed. Livraria Sá da Costa, 1952, pp. 215 e 218. Apud. Novinsky, Anita. O Judaísmo dissimulado do padre Antonio Vieira. In. Sigilo Dissimulation – Dissimulação. Revista Transdisciplinar luso-francesa sobre o segredo. Outono-inverno 2001; p. 96.

²⁷⁴ Novinsky, Anita. O judaísmo dissimulado do padre Antônio Vieira. Op. cit. p. 96.

²⁷⁵ São Gregório Magno. Pontífice romano. Natural de Roma provavelmente em 540, onde faleceu em 590.

idest Agelus, predicare debuit rationale animal, idest Ángelus, predicare debuit. Gentiles vero, quia uti ratione nesciebant ad cognoscendum Dominum, non per vocem sed per signa perducuntur".²⁷⁶ Para Carvalho a verdadeira Igreja Cristã era a dos nazarenos, uma seita judeu-cristã do cristianismo antigo (séculos I ao IV) formada basicamente por indivíduos de origem judaica. Descendiam da primeira comunidade cristã palestinese "sempre se consideraram iguais aos demais cristãos de linhagem gentia, esforçando-se, no dizer de um de seus expoentes, o escritor Egésipo, por parecerem como verdadeiros cristãos distintos dos hereges, mesmo que fossem de sua raça"²⁷⁷. A primeira informação que possuímos sobre os nazarenos ou "seita dos nazaréus" encontra-se no Livro de Atos dos Apóstolos 24,5 onde após a conversão de São Paulo ao cristianismo, ele foi acusado de ser um dos líderes dos nazarenos. Fato que não corresponde a história, pelo contrário Paulo de Tarso deu pouca importância ao judeu-cristianismo. O nome nazareno é uma referência direta aos discípulos de Jesus de Nazaré", derivou-se do desprezo dos Judeus para com os novos fiéis chamando-os com o nome de uma cidadezinha sem história e de fama pouco recomendável. O vocábulo "nazareno não se encontra mais nas antigas fontes por nós conhecidas, mas deve ter persistido porque reaparece no século IV como apelativo ordinário de algumas comunidades inclusive de Jerusalém. Os cristãos gentios que tiveram relações com os judeu-cristãos, como Orígenes e Eusébio, preferiram chamar os nazarenos com a denominação de 'hebréus crentes'. Davam nomes específicos apenas às seitas que eles consideravam 'heréticas', como os ebionitas, alcesaitas, etc. uma vez que os nazarenos em questões de fé não se diferenciavam muito dos cristãos gentios, foram por eles considerados sem mais como fiéis, embora separados dos outros pelos costumes nacionais. Ao passo que todos os demais judeu-cristãos foram consideradas hereges"²⁷⁸. Ao Justificar as práticas judaicas no seio do cristianismo antigo, Carvalho condena São Jerônimo por

²⁷⁶ IANTT. IL. Proc. 9.255 Tratado Teológico, fl. 10, §33. Mas devemos nos perguntar por que aconteceu que, uma vez nascido o Redentor, o Anjo apareceu na Judéia aos pastores para que fossem adorá-lo, e por que não foi o Anjo que conduziu os Magos do Oriente, mas suma estrela Isso evidentemente, aconteceu porque devia ser um anjo, isto é, um espírito racional, que tinha de anunciar aos judeus, como a seres que usam a razão. Os gentios, ao contrário por não saber usar a razão para melhor conhecer o Senhor, são guiados não por meio de palavras, mas por sinais."

²⁷⁷ Bagatti, Belarmino. A Igreja da Circuncisão: História e Arqueologia dos judeu-cristãos . Petrópolis: Vozes, 1975; p.40.

²⁷⁸ Id.

dizer que os “nazarenos usarem promiscuamente de uma e outra cerimônia porque assim nem eram judeus nem tampouco cristãos, pois que dele emanou esse mesmo costume usando promiscuamente de uma outra cerimônia como foi a do batismo com a da circuncisão e a do louvamento da Divina Eucaristia com a do Cordeiro Legal e assim também a seu exemplo os Apóstolos e muitos especialmente São Paulo (de quem se diz que não judaizava) na epistola 1ª aos Coríntios cap. 11²⁷⁹ como diz Baronio²⁸⁰ e todos os expositores. E antes eu entendo como assim é na verdade que o que verdadeiramente professa a Lei de Cristo não deve fazer outra coisa senão essa mesma promiscuidade de cerimônias e ao mesmo Santo Padre estranhamente dizer semelhante coisa quando assim nisso assim mesmo se descem a contradizer pelo louvor com que tanto engrandeceu a Igreja Alexandrina vendo que era judaizante segundo a doutrina que São Marcos como seu mestre e Apóstolo aprendera; de que logo havemos de tratar para apurarmos esta verdade mas assim falou como homem = *ominis homo mendax*”.^{281 282} Ao resgatar o conceito judaico de Lei Escrita²⁸³ demonstra as razões porque a Igreja teria afastado do verdadeiro cristianismo cuja autenticidade encontrava-se na doutrina dos nazarenos. À sua maneira ele divide a Lei Escrita em duas partes, uma moral e outra cerimonial. “A moral dá os dez preceitos do Decálogo e a cerimonial é a que toca as mais coisas fora do Decálogo e a nossa Igreja não nega que Cristo confirmasse a moral do Decálogo, pois bem sabes que ela os manda observar, porém a cerimonial uniformemente entre todos é sabido que está derogada²⁸⁴. Trabalha de forma coerente a conceito judaico de Lei Cerimonial²⁸⁵, os ritos e observâncias prescritos na Bíblia e na literatura rabínica no que diz respeito as cerimônias ligadas ao Sábado, e às festas, as leis dietéticas, à circuncisão, ao casamento, morte etc.

²⁷⁹ Refere-se a I Cor 11,2 que diz: “Eu vos felicito por vos lembrardes de mim em toda ocasião e conservardes as tradições tais como eu vo-la transmiti.”

²⁸⁰ Sobre este autor ver capítulo.

²⁸¹ Todo homem é mentiroso

²⁸² Proc 9.255. Tratado Teológico, fl. 9, § 27.

²⁸³ Torah Shebikhetav. Heb. “*btkBv hrAT*, a Lei Escrita: Pentateuco.” Berezin, Rifka. Op. cit., p. 663. Conforme o judaísmo, a Lei Escrita é a lei recebida por Moisés em forma escrita. Limitando ao Pentateuco, mas por extensão refere-se também aos Livros Proféticos e Hagiógrafos.

²⁸⁴ Ibid. § 25. fl.

²⁸⁵ Mitzuat Maasiyot.

E após mencionar novamente a opinião de São Jerônimo sobre o sincretismo dos nazarenos ele o rebate questionando “como queres ter que se observe o que não se deve observar? Que me dizes pois a esta? Respondeste que em qualquer alfarrábio de Leis e constante prolóquio (afirmação) que *ubi lex non distinguit, nec non distinguere sed adimplere*²⁸⁶ confirmando a Lei não fez distinção de partes algumas porque absolutamente falou de toda a Lei como assim delas consta. Como logo podemos nos distinguir o que a mesma Lei não distingue! E mais ainda falando ele com seus discípulos que como judeus que eram = *Nas natura Judes*²⁸⁷ observavam e observarão sempre a imitação do mesmo seu Divino Mestre toda a Lei por encheio, *id est*²⁸⁸ ambas as partes de cerimonial e moral. E assim perguntava agora quem fora que fizera essa distinção na dita Lei pois que não foi Cristo como seu legislador, nem tão pouco as Apóstolos que foram os seus promulgadores.”²⁸⁹ Estas idéias fundamentadas em conceitos judaicos e no próprio Evangelho como acima vimos, deixavam os Inquisidores estarecidos pelo conhecimento do réu, tal como afirmou o qualificador do santo Ofício Frei João de Santo Agostinho: “o sujeito não é ignorante tem muito acervo e, ímprobo estudo nestas matérias”.²⁹⁰ A luta de Padre Carvalho era a continuação da luta dos judeu-cristãos luta esta que eu havia dado uma trégua, trégua milenar, mas recobrada com toda, pujança de uma pessoa convicta de suas idéias. Durante quatro séculos os nazarenos testemunharam sua Fé e esperanças não obstante o reconhecimento ou não da Igreja formada pelos cristãos oriundos da gentilidade. Em alguns momentos tiveram a proteção das autoridades eclesiásticas, inclusive como vimos, de Doutores da Igreja como Origenes e Eusébio, mas em quase todo tempo foram acossados pelos cristãos de estirpe gentia. Descendente da primeira comunidade cristã palestinese, tendo por primeiro bispo em Jerusalém o Apóstolo Tiago, denominado o Irmão do Senhor. No primeiro século a igreja-mãe atravessou um período de perseguições provindas do judaísmo oficial, e posteriormente nos anos 70 e 135, sofreu a sorte de outros centros judaicos atormentados pelas guerras desencadeadas

²⁸⁶ Não vim abolir a lei, mas cumpri-la. Cf. Mt 5,17.

²⁸⁷ Nós, Judeus por natureza.

²⁸⁸ Isto é.

²⁸⁹ Proc. 9.255. 1º maço; § 25

²⁹⁰ Ibid. fl. 23.

contra Roma. “Durante a guerra de 70 d.C. nenhum dos [judeus] que creram em Cristo aparece como ator em cena. Nem mesmo os lugares habitados pelos cristãos chegaram a ser alguma vez mencionados como zonas de guerra [...] podemos, pois, crer que os fieis, embora fossem perturbados pelos efeitos da guerra, não se deixaram envolver por ela a ponto de comprometer a comunidade. Em Jerusalém, onde residia o núcleo mais forte dos fieis, devido à luta encarniçada reinante entre os vários partidos, era impossível viverem tranqüilos. O exílio voluntário em um território de periferia parecia ser a melhor solução”²⁹¹ Eusébio de Cesaréia em sua História Eclesiástica relata o fato: “os cristãos da comunidade de Jerusalém tinham recebido, por meio de um vaticínio revelado a pessoa distintas desta Igreja, a advertência de emigrarem de lá quando irrompe a guerra, e de se transferirem a uma aldeia da Peréia, chamada Péla. Com efeito, abandonando Jerusalém, refugiaram-se no lugar indicado. Assim o capital real da judéia e toda região ficaram destituídos dos santos.”²⁹² Péla, hoje em ruínas, era uma solitária aldeia situada na margem oriental do Jordão no sopé de uma montanha, habitada por pagãos, apresentava-se como o lugar ideal para tal fuga. As Homilias Clementinas²⁹³ apontam a fuga para Péla sempre sob o ponto de vista da salvação que devia preservar o cristãos ‘lesos do morticínio da guerra’. Por isso, ‘tudo indica que o fato tenha sido considerado muito mais importante do que hoje poderíamos imaginar’.²⁹⁴ Após a guerra e a queda da cidade a maioria dos exilados retornaram a Jerusalem permanecendo, entretanto, uma comunidade cristã organizada em Péla, neste período não atestante as ambições de Tebutis, que se esforçava por ser feito bispo, a comunidade de Jerusalém escolheu Simão por ser ‘primo do Senhor’ Egesipo narra o seu martírio sob trajano em 107 d.C. aos 120 anos de idade: “Durante três dias foi submetido à tortura, mas testemunho uy [a fé] de tal maneira que aquela firmeza em um velho de 120 anos

²⁹¹ Bagatti, Belarmino. Op. cit. pp. 14-5

²⁹² Eusébio de Cesareia. Histoire Ecclesiastique, Sources Chrétiennes. Paris, 1952-1958; III, V, 3. Segundo Frei Bagatti é provável que uma das razões da transferência para Péla pode encontrar-se na insinuação feita por Jesus no discurso escatológico: “quando verdes Jerusalém cercada de exércitos, sabeis que está próxima a sua devastação. Então os que estiverem na Judéia fujam para os montes, os que estiverem dentro da cidade saiam e os que estiverem nos campos não entrem nela” Lc. 21,20-21. A Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Edições Paulinas, 1993.

²⁹³ Migne, J. P. Patrologie cursus completus, series graeca – Vol I, p. 1220.

²⁹⁴ Bagatti, Belarmino Op. cit. p. 16

surpreendeu a todos, inclusive o cônsul. Em seguida foi crucificado”.²⁹⁵ A conclusão da segunda guerra judaica em 135 d.C representou o esfacelamento da nação hebraica na palestina. Jerusalém sofreu uma transformação radical, porque a cidade dói reconstruída sobre um novo plano-piloto e uma vez exilados os antigos habitantes judeus, foi ocupada por uma população pagã. Neste período formou-se ali uma comunidade cristã predominante de origem gentílica: A Igreja de Jerusalém, antes formada de circuncisos, veio a constituir-se de gentio-cristãos; e o primeiro bispo foi Marcos, tomado dentre os gentios”²⁹⁶, e apresenta uma relação de todos os hierarcas judeu-cristãos de Jerusalém até os trágicos episódios de 135 d.C.: “Considerando que os bispos da circuncisão cessaram de existir por causa deste último fato, creio ser necessário enumerá-los todos desde o início. O primeiro foi portanto Tiago, chamado irmão do Senhor; depois dele o seguinte foi Simão, o terceiro foi Justo, o quarto Zaqueu, o quinto Tobias, o sexto Benjamin, o sétimo João, o oitavo Matias, o nono Filipe, o décimo Sêneca, o undécimo Justo, o duodécimo Levi, o décimo terceiro Efrém, o décimo quarto José e finalmente o décimo quinto Judas.”²⁹⁷ Ao ler estes fatos temos a impressão que os fieis de origem judaica tivessem abandonado definitivamente Jerusalém, o que não aconteceu definitivamente. Testemunha de tempos posteriores mostram-nos que eles ainda se encontram na cidade o que nos leva a pensar que o decreto de expulsão promulgado por Adriano, referia-se unicamente aos judeus, no final do século, a comunidade jerosolimitana estava dividida e entrava numa luta aberta entre a hierarquia helenística e os fieis judeu-cristãos, especialmente sob o Bispo Narciso e seu sucessor Alexandre, “Tal luta parece provir de uma divergência de opiniões a respeito de certos costumes, Narciso havia tomado parte no concílio de Cesaréia (196 d.C., no qual se decidiu celebrar a Páscoa no Domingo em vez do 14 de Nisan, e pode-se supor que quando o bispo queria efetuar a decisão do concílio tenha encontrado oposição”.²⁹⁸ No século IV a separação entre os cristãos de origem judaica e os de estirpe gentia já era muito nítida. Após a Édito de Milão, construídas por ordem de

²⁹⁵ História Eclesiástica Op. cit III, XXXII, p.6.

²⁹⁶ Ibid. V, XII, 1.

²⁹⁷ Ibid. IV, V, 3

²⁹⁸ Bagatti, Belarmino. Op. cit. p. 18.

Constantino, as basílicas do Santo Sepulcro, no Monte das Oliveiras e em Belém a da Natividade, templos que ficaram sob a responsabilidade dos gentio-cristãos, restringindo aos judeu-cristãos uma pequena igreja no Monte Sion, lugar tradicional da Santa Ceia onde também encontra-se o trono do Apóstolo Tiago. Apesar do apoio imperial aos cristãos helenistas a população de Jerusalém na primeira metade do século IV não era unicamente de cristãos gentios, mas estes ainda não tinham conseguido mudar-lhe a fisionomia judaica. Um testemunho da presença judeu-cristã ao longo do século IV é a preservação da língua indígena. Segundo Eusébio, a língua siríaca²⁹⁹ era a mesma falada por Jesus e seus apóstolos. São Jerônimo relata que nos funerais de Santa Paula afluíram a Belém os monges de todas as partes da Palestina, alternando-se na recitação de salmos em grego, latim e siríaco.³⁰⁰ Num período bem mais recente, Eutíquio que foi patriarca de Constantinopla 552 a 582, narra que o clero na época constantiniana, no propósito de reconhecer os judeu-cristãos, teria obrigado a comer carne de porco ao saírem das igrejas no dia da Páscoa, matando os que recusavam³⁰¹. Tal episódio, que pode bem ser uma lenda, constitui um eco daquelas lutas que levaram a extinção do que restava das comunidades judeu-cristãs nos séculos posteriores ao Édito de Milão. No século V após as restrições dos concílios de Laodicéia e Necéia levaram uma existência obscura, desaparecendo em seguida: “Alguns foram provavelmente, absorvidos pela Igreja, outros pela Sinagoga”³⁰². Mas é digno de nota ressaltar que além de Jerusalém havia numerosas comunidades de judeu-cristãos no interior da Judéia, Samaria, Galiléia, Egito, Roma, Ásia Menor, Transjordânia e Síria. Neste último país era muito influente a comunidade de Beréia atual Alepo; que permitiu São Jerônimo fazer uma cópia do “Evangelho dos Hebréus” entre eles conservado; e em Dura Europos, nas margens do Eufrates, uma igreja atesta a presença de uma

²⁹⁹ A língua que o Padre da Igreja, refere como “siríaca” ou “siriana”, corresponde ao “aramaico”, o qual para eles era o mesmo que siriano ou siriaco, que a região de Aram na Bíblia de onde originou esta língua correspondia no período, território pertencente a grande Síria, Entretanto o que chamamos hoje de siríaco, não corresponde ao dialeto aramaico falado pelos judeu-cristãos, palestinos, mas sim ao dialeto aramaico falado por comunidades cristãs na Síria e na Turquia. Os judeus-cristãos falavam o dialeto aramaico-cristão-palestino.

³⁰⁰ Migne, J.P. *Patrologia Curus Completus*, series latina, Supplementum A. Harnman. Paris, 1958, Epist. 108; Vol. 22,904.

³⁰¹ *Patrologia Grega*. Op. cit. Vol. III, 1012-1113.

³⁰² Simom, Marcel & Benoit, André. *Judaísmo e Cristianismo Antigo: de Antioco Epifânio a Constantino*. São Paulo: Pioneira & Eduspe, 1987; p.107.

comunidade judeu-cristã no século III, bem como por alguns fragmentos de pergaminho com orações eucarísticas no estilo da Didaqué³⁰³ em hebraico. O artista Síseos “o humilde”, um judeu-cristão, escreveu seu nome no batistério e no nicho central de uma sinagoga-igreja cristã³⁰⁴.

Os judeu-cristãos ou *minin* como eram denominados pelos judeus dividiam-se basicamente em dois grupos, os nazarenos e os ebionitas, havendo outros grupos menores como o dos simonianos, cerintianos, marcionitas, valentinianos e basilidinos. O grupo mais moderado e numericamente maior era o dos nazarenos estes reconheciam a divindade de Cristo ou pelo menos seu nascimento da Virgem por obra do espírito Santo, enquanto os ebionitas, cujo nome de origem hebraica significa “pobre”, o qual remete às práticas ascéticas da seita, consideravam Jesus como messias mas não como Deus, se opunham a Paulo de Tarso e a entrada de não judeus nas fileiras da Igreja. Entretanto, ambas as correntes cultivavam a expectativa quiliástica³⁰⁵ e costumes judaicos como a guarda do Shabat e a Páscoa em 14 de Nissan, a circuncisão, a dieta *Kasher* o uso se lavarem após o uso do matrimônio (*tevilah?*) de unirem em matrimônio os seus filhos ainda muito jovens por medo que cometessem ações impuras; de usarem o cânon dos livros sagrados judeus e para o Novo Testamento o Evangelho dos Hebreus, escrito em aramaico-palestinense, uma reelaboração do evangelho canônico de São Mateus e de considerarem como livros sagrados as obras Clementina e a Ascensão de São Tiago, irmão do Senhor. De modo geral tinham aversão ao apóstolo Paulo por defender que Cristo, a fim de que fossemos justificados pela fé o qual afirmava: “Mas após a chegada da fé, não estamos mais sujeitos a esse vigilante”.³⁰⁶

A doutrina milenarista tão cara ao judeu-cristianismo era um ponto de divergências com o cristianismo normativo. Eusébio ao se por a combater o milenarismo judeu-cristão (constata o costume então comum entre os judeus de se fazerem representar sobre a própria sepultura banquetando-se, como podemos

³⁰³ Didaqué. “A Doutrina dos dose Apóstolos” um documento redigido no século I d.C., que dá informação sobre a missa, os sacramentos e os costumes cristãos daquela época.

³⁰⁴ Schlesinger, Hugo & Porto, Humberto. Geografia Universal das religiões. São Paulo: Paulinas, 1987; p.289.

³⁰⁵ Quiliasmo: Do grego “mil anos”, milenarismo, isto é, a esperança de um reino messiânico terreno de mil anos.

³⁰⁶ Bíblia: Tradução Ecumênica. Op. cit. 3,24-25.

observar nas esculturas de Palmira) observa que eles ainda querem banquetear-se, beber e casar-se daquela maneira como são representados.³⁰⁷ Nos passos de Eusébio encontramos Dionísio de Alexandria³⁰⁸ que no Egito refutara as idéias milenaristas de Nepo, mas que equivocadamente atribuía o livro do Apocalipse ao presbítero João e não ao Apóstolo, por afirmar que “muitos irmãos entusiasmados” com o livro ali baseavam suas extravagantes doutrinas quiliásticas³⁰⁹. São Jerônimo ridiculariza o milenarismo dos ebionitas ao afirmar que eles “sob pretexto de humildade tomaram o nome de pobres e depois admitem mil anos de delícias, cobiçando cavalos, quadrigas, coches e liteiras, ou então carros e dormitórios, burros e mulas, carrinhos os mais variados tipos de veículos, como está escrito³¹⁰ Outras vezes refuta o milenarismo como coisa de “judaizantes”, chamando-os de “quiliastas” e descreve sarcasticamente as suas esperanças de bons alimentos para engordar, a abundancia de partes, a beleza das mulheres etc.³¹¹

O milenarismo carvalhiano difere sem dúvida do milenarismo caricaturizado que o Doutor Máximo³¹² fazia dos ebionitas, mas assemelha-se como todo milenarismo com a idéia de paz e prosperidade. Sua proximidade de Vieira é indiscutível como procuramos demonstrar, mas redimensionado a luz do judeu-cristianismo. Dentro de sua cosmogonia Padre Carvalho se considera com uma missão singular de colaborar efetivamente para que a era messiânica fosse apressada. A semelhança de personagens bíblicos como Moisés³¹³, Isaías³¹⁴, Jeremias³¹⁵, João Batista³¹⁶ e Jesus³¹⁷ seu nascimento envolve-se num misterioso desígnio divino tal como ele descreve no preâmbulo e muitas passagens de seu

³⁰⁷ Patrologia Graeca. Op. cit. p. 624, 1082.

³⁰⁸ Dionísio de Alexandria (*190 + 263). Foi Patriarca de Alexandria e escritor fecundo. Os seus trabalhos, perdidos ou mal conservados, podem reduzir-se a tratados e cartas, conhecidos principalmente por citações. Os dados acima de sua autoria encontravam-se em um tratado denominado *Sobre as promessas* o qual dividia-se em dois livros. No primeiro livro refuta o milenarismo; no segundo interpreta misticamente o Apocalipse, concluindo que “ele não foi escrito pelo Evangelista São João. Ambos os livros deste tratado desapareceram, e encontramos referencia deles na História Eclesiástica de Eusébio de Cesaréia.

³⁰⁹ História Eclesiástica. VII, 24,5.

³¹⁰ Migne, J. P. Patrologia Latina 24, 698.

³¹¹ Ibid. 24,550; 25,837,982 e 986.

³¹² Título pelo qual o Padre Vieira referia a São Jerônimo.

³¹³ Êx. 2,1-10

³¹⁴ Cf. Segundo Cântico do Servo. Is. 49,1.

³¹⁵ Cf. Jr, 1,5

³¹⁶ Cf Lc 1,5-25; 57-66

³¹⁷ Cf. Lc 1,26-38-20

tratado teológico: “História da minha vida achada nos profetas que em um enigma por algarismo mo foi demonstrada em sonho aos onze do mês de janeiro de 1724, para melhor clareza será necessário advertir que vim para este cárcere preso aos onze de dezembro de 1723 que as primeiras perguntas que se me fizeram foram aos 22 em 4^a feira cuja antífona do Magnificat era = *O rex gentium et desideratus earum, lapis quae angularis, qui facis utraque unum, vere et salva hominem quem de limo formasti*³¹⁸ pela acomodação que no meu papel a El Rey nosso Senhor, que Deus guarde. E as das Laudes eram = *Prophetae predicaverunt nasci salvatorem de Virgine Maria = Spiritus Domini super me evangelizare pauperibus misit me = Propter Sion non tacebo donec egrediatur ut splendor iustus eius = etc*³¹⁹. acomodadas ao seu senhor como profeta do que não se dizia. As segundas foram aos sete de janeiro de manhã e de tarde de cuja resposta foi conhecida como revelação a dita empresa do calendário. As terceiras foram aos 14 do mês e dia do Santíssimo Nome de Jesus. E as últimas até a presente foram aos 27 em que se concluíram. E aos 31 o fui depor com juramento em mesa por me ser então revelada a decifração do dito Enigma. O que se me não aceitou por se me ordenar que o escrevesse o que pois vai”³²⁰ Esta passagem de forte teor messiânico que revelam, a seu ver, o caráter de sua missão é sucedida por outros que falam de sua misteriosa gestação e nascimento. “Lembrado estou que sendo eu de 8 para 9 anos, antes da morte de meu avô materno Manuel Carvalho Lima (que Deus pela sua bondade para si o chamo) em uma ocasião que estava vendo o livro do seu copiadador em que tinha feito assento do meu nascimento me disse nessa forma: meu neto por vós se pode dizer que sois legitimo filho de vossos pais, pois se sabe a hora e o dia que fostes gerado! Ao que lhe disse eu; e quando foi meu avô sumindo-se me respondeu que fora na noite de 3^a para 4^a. Feira a tarde que fora a última oitava do Espírito Santo daquele tal ano entregara ele na Igreja de Nossa Senhora da Conceição a minha mãe a Deus em

³¹⁸ Ó rei das nações e desejado por elas, pedra angular que fazes de uma e de outra uma só coisa, vem e salva aquele que formaste do barro.

³¹⁹ “Os profetas anunciaram que nasceu o Salvador da Virem Maria = O espírito do Senhor repousa sobre mim e me envia a anunciar aos pobres o Evangelho = Por causa de Sião não calarei até que apareça o seu justo com esplendor”. Conferi no Breviário (o atual, cujas origens remontam à Igreja primitiva, sofreu algumas reformas a partir do Concílio Vaticano II e foi promulgado por um decreto pontfício de 1º de novembro de 1970) as referidas antífonas citadas pelo Pe. Manoel Lopes de Carvalho na execução de uma, ainda coincidem na edição atual. A exceção, é uma corruptela de Isaías 62,1.

³²⁰ Proc. 9.255. 1º maço. Tratado Teológico. §1.

poder de meu pai, tendo ela de idade 12 anos, e que daí logo a 6 para 7 meses em uma 2ª feira que fora 22 de dezembro chorara eu dando 3 gritos muito grandes em forma que todos em casa ouviram muito sensivelmente de que houve neles grande admiração e que na 4ª feira que era 4 de março do ano seguinte de 1682 (que vinha a fazer a meses menos 7 dias) muito antes de amanhecer o dia, nascera eu, batizando-me ele com o seu mesmo nome de Manoel por vir morto como assim estivera por muito tempo palpitando-me não mais que só o coração depois do qual despertara com grandes vozes pelas muitas diligências que se fizera com súplicas a Deus e aos santos, para que eu vivesse; e dando-me a sua benção me disse com algumas lágrimas nos olhos que quisesse Deus fosse para bem.”³²¹ Se lermos com atenção o relato de seu nascimento não será difícil encontrar semelhança com o relato do nascimento de João Batista, o qual nos parece mais próximo que outros personagens bíblicos. Um quadro sinóptico poderá evidenciar este fato:

São João Batista		Pe. Manoel Lopes de Carvalho	
Lc 1,44	“Foi quando a tua saudação ressoou aos meus ouvidos, eis que a criança afetou de alegria em meu seio”.	“... em uma 2ª feira que fora 22 de dezembro [no ventre de minha mãe] chorava eu dando 3 gritos muito grandes em forma que tas em casa ouviram sensivelmente de que houve neles grande admiração...”	Proc. 9.255. 1º maço. Tratado Teológico, §50.
Lc 1,56	“Maria permaneceu com Elisabete cerca de três meses, voltando depois para sua casa”.	“... e que na 4ª feira que era 4 de março do ano seguinte de 1682 (que vinha a fazer 9 meses menos 7 dias) muito antes de amanhecer o dia, nascera eu...”	Proc. 9.255. 1º maço Tratado Teológico, §50.

Outro recurso muito usado pelo Padre carvalho, com o intento de provar sua missão profética, foi o de relacionar números de citações bíblicas à datas de sua biografia justificando na própria Bíblia tal como redige: “Porém primeiro a Ezequias grande matemático cuja ciência versa toda sobre conta de algarismos. E assim não será de admirar que em algarismos também me fosse demonstrado este enigma por

³²¹ Proc. 9.255 1º Maço; Tratado Teológico, § 2

alguma aplicação que fiz a dita ciência sobre o calendário com o gênio daqueles a quem é servido revelados como assim dizem todos os Santos Padres.”³²² Tendo como principio de decifração a matemática, havia em seu método nítida influencia do jesuíta morávio Valentim Escancel.³²³ Matemático e astrólogo que viveu na cidade da Bahia na segunda metade do século XVII e início do seguinte, onde veio falecer. Autor de diversas obras de matemática, astrologia e teologia escriturística³²⁴ sendo que “As de matemática dão provas de engenho notável; não assim as que pelo seu temperamento atreito a imponderadas emulações, escreveu sobre teologia escriturística, em que era menos competente e não superam a mediocridade”.³²⁵ A prática de associar passagens e nomes bíblicos à matemática era antiga e métodos afins foram utilizados desde a antiguidade pelos judeus e judeu-cristãos como o motarikon, a isopsefia e a guematria. Métodos utilizados posteriormente pela Kabala³²⁶ a corrente religiosa mística do judaísmo e no cristianismo na tradição patrística e medieval e se encontra nas obras de São Jerônimo e Nicolau Cusano.³²⁷ Assim Padre Carvalho procura desvendar o significado das referidas antífonas messiânicas da Liturgia das Horas³²⁸ de 22 de dezembro de 1723, dia de sua primeira entrevista pelos inquisidores, e seu misterioso sonho ocorrido em 11 de janeiro de 1724, exatamente um mês após sua prisão nos cárceres do Santo Ofício. Sonho este envolto em grande simbolismo, um verdadeiro enigma a ser decifrado.

Pouco depois, aos 31 de janeiro do mesmo mês o réu procura a mesa inquisitorial pois tendo já revelados tão grandes mistérios que envolviam sua existência, “o que se me não aceitou por se me ordenar que o escrevesse.”³²⁹ Por este depoimento podemos depreender que Padre Carvalho não escreveu clandestinamente, no cárcere da Inquisição, seu Tratado Teológico. A ele foi

³²² *ibid.* § 6

³²³ Sacerdote, matemático e astrólogo. Nasceu em 1621 em Olmutz na Moravia. Membro da Companhia a partir de 1655. Faleceu na cidade da Bahia em 19 de dezembro de 1705.

³²⁴ Relacionada a Sagrada Escritura .

³²⁵ Leite de Vasconcelos, Serafín. *Historia da Cia de Jesus no Brasil*. Vol.VIII; p. 208.

³²⁶ Kabala Heb. “חל"ב"ק, cabalá (misticismo judaico)”. Berezin, Rifka. *Op. cit.*, p. 562.

³²⁷ Sobre o conteúdo cabalístico cristão das obras de São Jerônimo e de Nicolau Cusano, ver Brian, P. *Copenhaver. Léfèvre d’Etaples, Symphorien Champier, and the Secret Names of God Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, XL (1977), pp. 198-202.

³²⁸ Liturgia das Horas. Livro composto principalmente de salmos e de escritos patrísticos e homiléticos, contendo o Ofício Divino, que sacerdotes, diáconos e freiras tem a obrigação de ler diariamente. Também conhecido por Breviário.

³²⁹ Proc. 9.255. 1º maço; fl. 3; Preâmbulo do Tratado Teológico.

entregue papel pena e tinta necessária a redação da síntese de seu pensamento, o que evidencia seu profundo conhecimento da Sagrada Escritura e da Patrística, citando e escrevendo numerosas passagens em belíssimo latim. Segundo suas palavras, o misterioso sonho aconteceu assim: “Estando pois eu dormindo nessa noite do dia onze de janeiro em que fazia e completava um mês de minha reclusão tendo nisto meu pai como se ainda não estivesse preso e abraçando-me com muito gosto e mostrando-se saudoso de mim com tão larga ausência, sei que me falava minha mãe e me dizia nesta forma com muitas lágrimas nos olhos: filho meu aqui neste cárcere nos venho achar como assim fizeste algum crime contra nossa Santa fé Católica?”³³⁰

Uma misteriosa circuncisão

Também, conhecida pelo nome hebraico B'rith Milah³³¹ cujo significado é “pacto da circuncisão”, cerimônia religiosa judaica na qual o menino é circuncidado e se incorpora à comunidade israelita. “É o símbolo, a prova e a condição para entrar na Aliança que o Eterno estabeleceu com o primeiro patriarca Abraão”³³² e extensiva à sua descendência: “Eis a minha aliança, que guardareis entre mim e vós, isto é, a tua descendência depois de ti: todos os vossos varões serão circuncidados, tereis a carne do vosso prepúcio circuncidada, o que se tornará o sinal a aliança entre mim e vós. Serão circuncidados com oito dias todos os vossos varões de cada geração, assim como os escravos nascidos na casa ou adquiridos a preço de dinheiro de origem estrangeira, qualquer que seja que não forem da tua descendência.”³³³. Na época de Josué a circuncisão se transforma marca e sinal dos israelitas, sendo considerados indignos os infratores do preceito sagrado. Marca e

³³⁰ Proc. 9.255. 1º maço Tratado Teológico, fl. 3., §1.

³³¹ B'rith Milah Heb. hlym-tyrB. “Cerimônia na qual é retirado o prepúcio. É um dos mandamentos essências do judaísmo. Deve realizar-se no oitavo dia do nascimento, sempre que permite a saúde do menino ou que não haja hemofilia na família, neste caso não se realiza. Ela é realizada por um *mohel* autorizado enquanto o padrinho, *sandak*, coloca a criança sobre os joelhos. Concluída a circuncisão, a criança recebe seu nome hebraico. Os convertidos ao judaísmo devem circuncidar-se, e no caso de já ser circuncidado, será necessário fazer brotar uma gota de sangue.” In. Manzanares, César Vidal. Diccionario de las tres religiones monoteístas: Judaísmo, cristianismo e islam. Madrid: Alianza Editorial, 1993; pp. 92-3.

³³² Schlesinger. Hugo. Pequeno Vocabulário do Judaísmo. São Paulo: Paulinas, 1987; p. 44.

³³³ Bíblia- Tradução Ecumênica. Op. cit. Gn 17,10-12.

característica, capaz de distinguir os israelitas dos povos vizinhos e estabelecer a discriminação entre circuncisos e incircuncisos. Na época do exílio babilônico, a circuncisão e o sábado foram considerados os símbolos por excelência do judaísmo. O período helenístico-romano foi assinalado pela luta que os judeus mantiveram com o elemento pagão a fim de preservar o rito.

A circuncisão, este grande símbolo da Fé Judaica não somente foi defendida por Padre Carvalho, como também foi praticada por ele. Afirmava “eu os apóstolos evangelizaram por todo o mundo quando pregaram a lei da graça foram a circuncisão com o batismo, a ceia legal do cordeiro com a ceia do sacramento e as mais cerimônias judaicas como a expiação do templo e abster-se de carne de porco”.³³⁴ Confessa possuir o sinal dos judeus não por iniciativa pessoal ou familiar, mas sobrenatural, conclamando os inquisidores a examinarem-no: “verdade esta que te não afirmo com juramento por ser coisa que com a vista pode constatar para o que requeiro da parte de Deus aos mesmo Senhores Inquisidores a mandarem ver para portarem por se aqui na verdade se achar porque é mistério sendo acaso senão despreze este sinal que Deus *ad oculum*³³⁵ o mostrou talvez para se tirar a cegueira em que andamos pois que a sua altíssima Providencia permitiu e dispôs todos estes meios que procederam para que vindo a parar nestes cárceres onde isto mesmo se castigou pela culpa se acabasse de conhecer esta verdade fora ainda as demais circunstancias prodigiosas que nisto concorreram...”³³⁶ de acordo com o relato, sua circuncisão foi consequência de uma enfermidade adquirida na infância quando ele tinha um “a choque chamado figado como assim o mostras ainda nas pernas desde tenra idade, este pois mesmo achaque na idade de 12 anos subiu-me acima da virga genital³³⁷ e esta de toda enfreada *Ita ut munguam illam mudato capete videre possim et si multoties per libidinem ad id vim adhiberem prae dolore enim a tali conatu me abstinere, cum in dies aggravaretur compulsus eram*³³⁸ por dentro porém foi de tal sorte lavrando-o comendo-lhe o prepúcio que ficou de todo nua *ipsa tamen intacta*

³³⁴ Proc. 9.255 1º maço fl. 130 v.

³³⁵ À vista.

³³⁶ Proc. 9.255, 1º maço, fl § 35.

³³⁷ O pênis.

³³⁸ “de maneira que nunca podia vela de cabeça descoberta, apesar de muitas vezes, por causa da libido, me esforçasse para isso, pela dor, de fato, abstinha-me de tal esforço, era obrigado a isso por se agravar com o passar dos dias.”

et inoffensa...”³³⁹ ³⁴⁰ Esta estranha enfermidade a qual o réu denomina ‘fígado’, parece-nos um tanto suspeita de veracidade, ainda mais que, segundo seu depoimento, teve um curso de “25 anos, porque foi desde a era de 94³⁴¹ até a de 719³⁴², tempo em que completei a idade de 37 anos e com tal recato sempre, que nunca mostrei em casa ter tal achaque por ser na parte em que era *Ne diceretur fuisse a meritriculuis hereditatum*”.³⁴³ Este embaraçoso depoimento colocava o Padre Carvalho diante de uma situação por demais arriscada, uma vez que a prática da circuncisão era o maior indício de judaísmo. Ao afirmar que sua “enfermidade” iniciou por volta dos 12 anos de idade, podemos supor a idade em que foi circuncidado, uma espécie de *Bar Mitzvah*³⁴⁴ duplicado. É muito provável que este mal com característica de câncer, pelo réu denominado “fígado”, seria um álibi frente tão grave prova, uma vez que tal câncer não duraria tantos anos e pela medicina de então não teria tratamento adequado. Após danificar todo o órgão genital atingiria, num período muito menor, outras partes do organismo levando a morte do indivíduo.³⁴⁵ Entretanto, a prática da postectomia com fins exclusivamente terapêuticos era muito rara no período colonial, mas possível de ter ocorrido em alguns casos quando a fimose era muito grave. No período em que viveu o Padre Carvalho, havia na Santa Casa de Misericórdia da Bahia “uma equipe médica remunerada. Estes iam desde médicos e cirurgiões bem qualificados até enfermeiros recrutados dentre os carregadores de essas. O número de médicos e cirurgiões que trabalhavam nas enfermarias variava. Durante o século XVII um médico e um cirurgião foram suficientes. No século XVIII, com o aumento da população urbana e maior número de soldados que necessitavam de tratamento hospitalar, foi necessário aumentar a equipe.”³⁴⁶ No final do século XIX, o “Merck’s Manual” registrava um tratamento que remontava a várias centúrias, o qual consistia em esticar o prepúcio,

³³⁹ Descoberta mas...

³⁴⁰ Proc. 9.255 fl. 10v, § 35.

³⁴¹ Lê-se 1694.

³⁴² Lê-se 1719

³⁴³ Para que não se dissesse que tinha sido contagiado pelas prostitutas. Proc. 9.255 fl..... § 35.

³⁴⁴ Bar Mitzvah heb. “h̄zcm-r̄B, menino judeu aos treze anos, quando assume as obrigações religiosas.” Berezin, Rifka. Op. cit., p. 58.

³⁴⁵ Entrevista concedida pelo urologista, Dr. Paulo Tadeu Machado. Goiânia, 23 de maio de 2006.

³⁴⁶ Russell-Wood, A. J. R. Fidalgos e filântropos: A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755. op. cit. pp. 218-9.

colocando sobre o mesmo uma arrojada liga elástica. Este método, pela falta de circulação, tornaria tênue a cirurgia. Para o pós-operatório, era indicado o uso do *soziodoli potassium* e banho morno. Para fimoses moderadas, sem necessidade de cirurgia, indicava o uso localizado da beladona, cloroforme e cocaína.³⁴⁷

Mesmo antes da prisão, Padre Carvalho havia afirmado para algumas pessoas que a circuncisão era um rito sagrado de grande valor e “devia observar por não estar derogada”³⁴⁸. Talvez pelas suas numerosas proposições, não aparece no processo repreensão ao réu por ser circunciso, apenas relatam o fato restringindo a versão do réu, o qual procura elucidar o caráter místico do pacto abraâmico: “e que reparando ele celebrar-se a conversão de S. Paulo em vinte e cinco de janeiro, veio a conhecer que a dita conversão caiu no dito dia vinte cinco, quisera S. Paulo fazer dele declarante outro Timóteo, pois assim em 25 de janeiro por meio de um achaque o viera a circuncidar e que sem dúvida entende que com ele declarante fala o dito apóstolo quando na Epistola a Timoteo diz = *Érit enim tempus, cum sánam doctrínam non auditum avértent, ad fábulas autem converténtur*³⁴⁹ tais como o dito Frei Miguel de Santa Maria religioso de Nossa Senhora da Graça) *et a veritate quídem auditum avértent, ad fábulas autem conserténtur*³⁵⁰ (como é dizerem que São Paulo não judaizava, e outros disparates semelhantes *Tu, vero, vigila, in omnibus labora, opus fac Evangelístae* (porque ele declarante o é pela ordem de Diácono que recebeu) *ministérum tumm imple. Ego enim jam delébor*³⁵¹

O sábado o mais santo de todos os dias

A Torah nos conta que deus criou “o céu, a terra e todos os seus elementos foram terminados, ele cessou no sétimo dia toda a obra que fazia. Deus

³⁴⁷ Merck’s Manual of the Materia Medico Together with a Summary of Therapeutic Indications and a Classification of Medicaments. Publicação dos laboratórios Merck, 1899. Merck & Co., New York, 1899. p. 156. Entrevista Dr. Paulo Tadeu Machado. Op. cit.

³⁴⁸ Proc. 9.255. 2º maço; fl 262.

³⁴⁹ Pois virá um tempo em que alguns não suportarão a sã doutrina; pelo contrário, segundo seus próprios desejos, como que sentindo comichão nos ouvidos, se rodearão do mestres. Cf. 2 Tm 4,3.

³⁵⁰ Desvirão os seus ouvidos da verdade, orientando-os para as fábulas. Cf. 2Tm 4,4

³⁵¹ Tu porém sé prudente em tudo, suporta os trabalhos evangeliza e consagra-te ao teu ministério; quanto a mim estou pronto para o sacrificio. Cf. 2Tm 4,56

abençoou o sétimo dia e o consagrou, pois tinha cessado neste dia a obra que Ele, Deus, havia criado pela sua ação”.³⁵² O apreço e o respeito que o povo judeu reservou para este dia perpassa toda história de Israel. Desde os tempos bíblicos, conta uma antiga tradição que as Dez Tribos perdidas de Israel, após cativas pelo rei assírio Sargão em 722 a.C, foram transportadas para a Ásia além do *Sabation*, um misterioso rio de águas encantadas³⁵³ que nos dias de sábado se paralisam em respeito ao dia sagrado. Mesmo no período inquisitorial o repouso neste dia, pelo qual até mesmo a natureza reverenciava, era uma das práticas judaicas mais policiada pela Inquisição cujo Monitório de 1640 condena veementemente a observância à maneira judaica “não trabalhando nos sábados, mas antes vestindo-se neles de festa, começando a guarda da sexta-feira à tarde.”³⁵⁴ Menasseh ben Israel, célebre rabino de origem marrana que viveu em Amsterdã no século XVII, relata ter ouvido de seu pai que “na cidade de Lisboa, um mouro tinha uma redoma desta areia [do rio Sabation] e para infamar os cristão-novos de judeus, saía a passear-se no por do sol das sextas-feiras pela rua chamada Rua Nova onde [os cristão-novos] tem suas lojas e mostrando a redoma dizia: ‘fecha as lojas judeus, que já é sábado’.”³⁵⁵ Lopes de Carvalho inicia o décimo sexto artigo de seu Tratado Teológico afirmando a supremacia do Sábado sobre todos os dias da semana. “E enquanto ao que dizes que a Igreja manda observar a parte moral que se compreende nos preceitos do decálogo nem ainda nesses ela observa como a dita lei manda pois dizendo um dos seus preceitos = *memento ut diem sabati sanctifices*³⁵⁶ o qual vem a ser o sétimo dia da semana porque esse já era de sua mesma natureza santificada desde a criação do mundo em tal forma que por isso em o mesmo Decálogo não lhe deu nova santificação senão só dizer que se lembrassem que aquele dia era santificado para também o santificarem guardando-o cuja observância mostrou que devia ser tão exata que ainda no Maná estava lhe fazendo um continuo milagre para que não

³⁵² Gn2,1,3.

³⁵³ O Talmud refere ao Rio Sabation como “um rio de pedras que, todos os dias da semana flue sem cessar e, no Sábado, para e descança” Sanhedrin 65 b. Apud Ben Israel, Menasseh. Esperanza de Israel. Introducion, edicion y notas de Henry Mechoulan. Madrid: Hiperión, 1987, p. 135.

³⁵⁴ Edital da Fé e Monitório Geral. Apude. Regimento de Santo Oficio da Inquisição dos Reinos de Portugal. Lisboa: Santo Oficio da Inquisição, 1640; p.376.

³⁵⁵ Ben Israel, Menasseh. Op. cit. p. 136.

³⁵⁶ Lembra-te de santificar o dia do sábado.

houvesse sinal algum de trabalho em tão santo dia. Hoje pelo contrário, não mudando à Lei da Graça a Lei da Natureza, vemos com a graça (mas não sei qual), mudada a mesma natureza porque o dia da nossa observância não é o tal sétimo da Lei assim Divina como natural.”³⁵⁷ Por demais controvertida foi a questão do Sábado nos primeiros séculos da Igreja. Ao mesmo tempo que nos descrevem o ambiente em que se desenvolve a comunidade de Jerusalém, dos Atos do Apóstolos nos deixam entrever algo de sua vida. Os primeiros cristãos continuam a participar da vida religiosa do povo. “Os milhares de judeus que aderiam a fé são observadores da Lei”³⁵⁸; estes cristãos (judeu-cristãos) reuniam-se frequentemente para a fração do pão, a refeição e orações de louvor³⁵⁹ algumas destas reuniões passavam-se à noite e é em plena noite que Pedro encontra junto a Maria, mãe de João Marcos, numerosa assembléia em oração³⁶⁰. “Um ponto parece certo: a existência da assembléia nas noites de sábado para domingo”³⁶¹. O autor dos Atos dos Apóstolos noticia ainda que “no primeiro dia da semana, enquanto estávamos reunidos para partir o pão”.³⁶² Vale dizer que, de acordo com o costume judaico, a noite de sábado já era *ion rishon*, isto é o primeiro dia da semana, uma vez que na antiguidade os dias começavam ao pôr-do-sol, na véspera. Costume conservado em relação ao *Shabat*. Certo era que os primeiros cristãos (em sua maioria formado por pessoas de origem judaica) participavam das orações comuns aos sábados como todo judeu praticante (no templo ou na sinagoga), em seguida na noite do sábado se encontravam sozinhos,. Parece que foi este costume que os levou a designar o *ion rishon* como o “oitavo dia”, expressão esta que se encontra na Epístola do Pseudo-Barnabé.³⁶³ Conforme o livro do Apocalipse, a designação mais corrente na época

³⁵⁷ Proc. 9.255 1º maço. Tratado Teológico, fl. 8v, § 26.

³⁵⁸ Cf. At 21,20

³⁵⁹ At 2,46-47.

³⁶⁰ At 12,6-17.

³⁶¹ Danielou, Jean & Marrou, Henri. Nova Historia da Igreja Petropolis: Vozes, 1966. Vol. I, p. 37.

³⁶² At 2,7.

³⁶³ I5,9, “ora, em certos calendários, vizinhos aos de Qurnrân o primeiro dia da festa das Semanas era o domingo após a Páscoa. Era o dia da oferta do trigo ou primícias (*aparché*) e estava relacionado com o tema da criação. Através de Paulo sabemos da importância do tema da *aparché*, em relação à ressurreição de Cristo. A designação do domingo como primeiro dia pode referir-se a esta linha. É por extensão do primeiro dia por excelência – que era a ressurreição – que todos os domingos foram assim designados. In Daniélou, Jean & Marrou, Henri. Nova História da Igreja. Petrópolis: Vozes, 1966. p. 95.

“dia do Senhor”,³⁶⁴ vem a ser *Kyriaké*, derivada de *Kyrios*, Senhor, equivalente grega de Domingo cuja origem é *Dominus*, Senhor. Estas reuniões dominicais, orientadas para a “fração do pão” isto é a *Eucaristia*, tinham sua razão de ser porque, de acordo com a crença cristã, foi neste dia da semana que Jesus Cristo ressuscitou: “No primeiro dia da semana, ao alvorecer, enquanto ainda estava meio escuro, Maria de Magdala³⁶⁵ vai ao túmulo e vê que a pedra fora retirada do túmulo. Ela corre, vai ter com Simão Pedro e o outro discípulo, aquele que Jesus amava, e lhes dizem: ‘Tiraram o Senhor do túmulo, e não sabemos onde o puseram’[...]. Com efeito eles ainda não tinham compreendido a Escritura segundo a qual Jesus devia ressurgir dentre os mortos”³⁶⁶ o certo é que ainda em tempos apostólicos, a medida em que a Igreja foi expandindo entre os gentios, o sábado foi deixando de ser observado religiosamente. Em sua carta dirigida aos cristãos de Colossas, o Apóstolo Paulo questiona a observância do sábado e outros costumes judaicos pelos cristãos oriundos do paganismo: “Portanto ninguém nos condene por questões de comida ou bebida, a respeito de uma festa, de uma lua nova ou de sábados.”³⁶⁷

Quanto aos ebionitas e nazarenos continuaram a observarem religiosamente o *Shabat*. Os primeiros, mas próximos do judaísmo, rigidamente e os segundos mais flexíveis. Ainda no século I, a polêmica iniciada por Jesus³⁶⁸ sobre o significado do Sábado, prolongar-se-ia na comunidade judaica. Rabi Gamaliel que foi discípulo de Hillel, homem sábio e distinto por extraordinária flexibilidade como prova sua intervenção em prol dos seguidores de Jesus³⁶⁹, não apenas conhecia o Evangelho de Mateus, mas também os escritos de São Paulo a respeito da Lei. “Por ocasião de sua viagem a Roma, junto a outras célebres rabinos, por volta de 95 d.C., fez em discurso que tinha por tema o seguinte: ‘Os modos de proceder de Deus são diferentes do homem’, - com o fito de combater as idéias paulinas que negavam o valor da Lei de fato, após o discurso aproximou-se de um *min* e disse-lhe: ‘As tuas palavras são mentirosas! Não afirmaste que Deus observa as próprias leis? Por que

³⁶⁴ Cf Ap. 1,10.

³⁶⁵ Magdala: Vilarejo situado na margem ocidental do Mar da Galileia.

³⁶⁶ Bíblia-Tradução Ecumênica Jo 20,1-2,9.

³⁶⁷ Ibid. Cl 2,16.

³⁶⁸ Cf Mc. 2,27.

³⁶⁹ Cf. At 5,31-39.

então não observa também o sábado?’ Ele responde: ‘ Oh homem mau, não é permitido ao homem mover as coisas em torno de sua própria casa no dia do sábado?’ Após ter respondido assim o *min*, ele concluiu: ‘Os céus e a terra são o átrio do Senhor, como está dito: ‘A terra toda esta cheia de sua glória’^{370 371} Este discurso evidencia a flexibilidade do grupo ao qual Gamiliel representava mas também a reelaboração do conceito do *Shabat* no seio da comunidade *minim*, isto é nazarena. Com o passar dos séculos e a assimilação dos *minim*, o Sábado foi perdendo espaço e significado entre os cristãos em sua grande maioria já constituída da gentilidade greco-romana. Após o Edito de Milão, que deu liberdade religiosa aos cristãos; no ano de 321 d.C. o imperador Constantino promulgou a mais antiga lei dominical que reza o seguinte: “Devem os magistrados e as pessoas residentes nas cidades repousar, e todas as oficinas serem fechadas no venerável dia do Sol. No campo, entretanto, as pessoas ocupadas na agricultura podem livre e licitamente continuar suas ocupações; porque acontece muitas vezes que nenhum outro dia se lhe assemelha para a sementeira de sementes ou para a plantação de vinhas; temos que pela negligência do momento apropriado para tais operações, as bênçãos celestiais sejam perdidas”³⁷². A promulgação desta lei poderá muito bem não ter o significado que tinha para muitos fieis onde o Domingo era o dia do Senhor, pois Constantino, ainda que se colocasse como grande defensor da Igreja, só recebeu o batismo no leito do morte. É bem provável como muitos historiadores afirmam, o que não é difícil de concluir pelo seu próprio conteúdo (“... muitas vezes que nenhum outro dia se lhe assemelha para a sementeira...”), que a promulgação desta lei tinha para o imperador a observância do dia do Sol, o Apolo da mitologia greco-romana pois “lhe era agradável ser representado com os símbolos do deus da luz e da poesia. Os infalíveis dardos daquela divindade, o brilho de seus olhos, sua coroa de louro, a imortal beleza e os dotes graciosos pareciam apresentá-lo como o patrono de um jovem semi-deus. Os altares de Apolo eram adornados com as ofertas votivas de Constantino e a crédula multidão era levada a crer que foi permitido ao imperador

³⁷⁰ Cf. Is 6,3.

³⁷¹ Midrash Rabbah. Êx 30,9. Soncino. Op. cit. p. 355.

³⁷² Codex Justinianus, liv. 3, tit 12 e 13 Apud. Haynes, Carlyle B. Do Sábado para o Domingo. São Paulo: Casa publicadora Brasileira, 2001; pp 43-4.

contemplar com olhos imortais a majestade visível de sua divindade tutelar; e que seja acordado ou em visão, foi ele abençoado com os auspiciosos augúrios de um longo e vitorioso reinado. O sol foi universalmente festejado como o invencível guia e protetor de Constantino”.³⁷³ Será justamente este dado histórico, a real motivação de Constantino e que permitirá Padre Carvalho fazer uma leitura diferenciada daquela aprovada pela Igreja, quanto a substituição do Sábado pelo Domingo. “São Paulo chama sabatino o povo de Deus = *Itaque rilinguitur sabbatismus Populo Dei*³⁷⁴. Sim o primeiro dia da semana que entre gentios idólatras como gregos e romanos era dedicado ao sol, parece que para assim mostrar que nem ainda sendo católico é povo de Deus pois ainda nele quando ainda gentílico se está verificando aquela tão sentida queixa do profeta = *Deriserunt sabbata eius*³⁷⁵ acomodando assim para isso escrituras como São Pedro diz a seu modo interpretadas para mostrarem que fazem pela ressurreição de Cristo ser nesse mesmo dia do sol qual é o domingo,”³⁷⁶

Páscoa entre dominicanos e quartodecimanos

Páscoa³⁷⁷ é uma das mais antigas festividades judaica, prescrita na Bíblia como um memorial: “Foi uma noite de vigília para o Senhor, quando os fez sair da terra do Egito. Esta noite pertence ao Senhor, é uma vigília para todos os filhos de Israel, de geração em geração”.³⁷⁸ Esta solenidade na qual os judeus comemoram a libertação da escravidão egípcia, foi celebrada pelos cristãos desde a Antiguidade como um memorial da paixão e ressurreição de Jesus. Entretanto sua celebração não acontecia no mesmo tempo nas diversas comunidades eclesiais. Devido essa disparidade cronológica conflitos marcaram a segunda metade do século II, não

³⁷³ Gibbon, Decline and Fall of the Romam Empire; p.3.

³⁷⁴ E assim é deixado o sábado ao povo de Deus. A Bíblia-Tradução Ecumênica, traz em Hb 4,9 o seguinte: “um repouso sabático que fica, por conseguinte, reservado para o povo de Deus.”.

³⁷⁵ Fizeram gozação a respeito dos seus sábados.

³⁷⁶ Proc. 9.255. 1º Maço; fl. 163.

³⁷⁷ O termo Páscoa como encontra-se no português foi resultado de várias transformações. No latin *Pascha*, no grego *Passah*, este do hebraico *Pessah*, no aramaico *Pescha* que quer dizer “passagem”.

³⁷⁸ Bíblia – Tradução Ecumênica. Op. cit. Êx. 12,42.

opondo somente judeu-cristãos a gentio-cristãos mas também comunidades cristãs diversificadas dentro do mundo helênico.

A comunidade gentio-cristã da Ásia Menor, oriunda da tradição joanina³⁷⁹, celebrava a Páscoa no mesmo dia que os judeus, ou seja no dia 14 do mês de Nissan. É a prática denominada quartodecimal, reencontrada também nas comunidades judeu-cristã, particularmente na Palestina e na missão palestinese (Egito, e em comunidades de língua aramaica na Transjordânia e Síria, neste último país especialmente nas regiões de Osroena e Adiabena). Fora da Ásia Menor e Palestina e respectiva missão, os cristãos celebravam a Páscoa no domingo após o décimo quarto dia da lua. Essa diferença de dados tornou-se tão incomodo quanto era solene a festa que se tratava. Por várias vezes fizeram-se tentativas para chegar a um acordo. Policarpo de Esmirna, discípulo de São João Evangelista tratou em vão com o Papa Aniceto em sua viagem a Roma por volta de 155, contudo não foi rompida a união entre as comunidades asiática e romana. Mas quando o Papa Vitor (189-198) ordenou sínodos nas diversas províncias do Oriente e do Ocidente, para chegar a um consenso, surgiu sérios conflitos. Esses sínodos por sua vez, dirigidos pelo metropolitano Policrates de Éfeso, permaneceram fieis ao quartodecimanismo. O Papa Vitor anatematizou-os mas com a mediação do São Irineu, bispo de Lião, foi logo restabelecida a paz. Este Padre da Igreja escreveu a Vitor afirmando que “os presbíteros anteriores a Sotero que dirigiram a Igreja que tu governas, quer dizer, Aniceto, Pio, Higino, Telésforo, Xisto não guardaram o décimo quarto dia mas também não proibiram o uso que provinha de cristandades em que ele era guardado.”³⁸⁰ No final do século II grande parte das comunidades da Ásia menor já havia abandonado seus costume particular e no Concílio de Nicéia esta província já figurava entre aquelas que celebravam no domingo após 14 de Nissan. Mesmo assim não havia estabelecido a uniformidade, pois enquanto o plenilúnio³⁸¹ pascal inicialmente foi tomado da computação judaica; no século III as igrejas mais importantes especialmente Alexandria e Roma, começaram a calculá-lo por conta

³⁷⁹ Referente ao apóstolo e evangelista João.

³⁸⁰ História Eclesiástica Op. cit. 5,24,14.

³⁸¹ Plenilunio do lat. *plenilúnio*. S.m.V. lua cheia. In. Ferreira, Aurélio Boarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Nova fronteira S.A., s/d.

própria, induzidas pelo desejo de tornarem independentes dos judeus e por alegarem que estes com o passar do tempo não tinham cuidado rigorosamente do cômputo e haviam celebrado repetidamente a Páscoa antes do plenilúnio da primavera³⁸². Ainda assim, quanto ao cálculo, não havia consenso entre as igrejas metropolitanas que se localizavam no Império Romano. Em Roma havia um ciclo pascal de 84 anos, em Alexandria, de 19. No Egito, o bispo desta cátedra, costumava marcar a data às outras comunidades por escrito, de onde surgiu o costume das “cartas pascais”. Em algumas regiões do Oriente, embora se conservasse o domingo, no resto seguia-se ainda os judeus. Estas diferenças exigiram repetidas negociações. Mas foi no Concílio de Nicéia que ficou decidido que os cristãos do Oriente mais especificamente a diocese política Oriens (que engloba a Síria, Cilícia e Mesopotâmia, que tinham celebrado a Páscoa com os judeus a partir de então deveriam celebrá-la juntamente com os romanos e outros cristãos, portanto no primeiro domingo depois do plenilúnio da primavera³⁸³. Neste Concílio foi decidido também que a igreja de Alexandria deveria calcular cada ano a data da festa e que o bispo de Roma a deveria notificar a toda cristandade. Essa ordem não foi completamente observada e somente no século VI, foi que Roma renunciou à sua computação³⁸⁴ em base à recomendação de Dionísio Exíguo, aceitando em 525, o computo alexandrino³⁸⁵.

A recontagem do tempo foi para Padre Carvalho uma de suas principais causas judaizantes, ela era o pressuposto necessário que possibilitaria a revisão do calendário litúrgico e a conseqüente reabilitação da Páscoa e do Sábado judaico. Já na manhã de 23 de dezembro de 1723, por ocasião de sua primeira seção inquisitorial ele diz ao inquisidor João Álvares “ter noticia que o Sumo Pontífice Clemente XI, de gloriosa memória, trabalhou por reformar o calendário e que conheceu andara o mesmo errado e que da dia noticia é que teve curiosidade para se aplicar a fazer na matéria alguns estudos. E que a dita noticia lhe deram dois religiosos barbadinhos que faleceram na Bahia, onde lhe deram a dita notícia.”³⁸⁶ A

³⁸² Bihlmeyer, Karl & Tuechle, Hermann. Historia da Igreja. São Paulo: Edições Paulinas, 1964. vol. I p. 134.

³⁸³ Sócrates H. E. I, 9; Teodoreto H. E. I, 8.

³⁸⁴ Ciclo de 84 anos, equinócio da primavera em 18 de março a 21 de abril.

³⁸⁵ Ciclo de 19 anos, início da primavera – 25 de abril.

³⁸⁶ Proc. 9.255 1º maço; fl. 117v.

partir desta notícia iniciou suas pesquisas astronômicas, fez experiências pelas marés e pelas luas, consultando ao mesmo tempo marinheiros e a partir daí “fez alguns sistemas e contas de que tirou por conclusão que a conta que os astrólogos lançaram ao ano constituindo-o de trezentos e sessenta e cinco dias, seis horas menos alguns minutos, era errada portanto achou que ano natural não consta mais que trezentos e sessenta dias sendo comum e ordinário e que quando o ano é embolismo³⁸⁷ que quer dizer de treze luas ou meses o qual vem de 6 em 6 anos (e não de três em três anos como o fazem os matemáticos) consta de trezentos e noventa dias: e que nesta sua conclusão mais se firmou pelo que viu em os padres Petávio e Buchério da Companhia onde esse Buchério Tratando do *canone paschali* traz uma autoridade de Dionísio Exíguo o qual afirma que a dita conta fora por Deus revelada a Moisés, a saber que de [...] certos em certos anos (sem o dito autor determinar o numero certo) havia ano embolismo e que fundado em a conta do mesmo ano de mil setecentos e quatorze achou que o dito embolismo era de 6 em 6 anos e esta mesma conta foi aprovada pelo Concílio Niceno como testifica o mesmo Dionísio Exíguo; e o que pelo que viu nos ditos livros avançou que o calendário necessitava de reforma alem da noticia que teve por via dos ditos religiosos”³⁸⁸. Este depoimento revela bastante antecedência de seus questionamentos sobre o calendário cristão, revolvendo ao tempo em que era vigário na freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia na Bahia. Ali tão próximo do cais de Santa Bárbara onde desde a infância freqüentava³⁸⁹ observando a lua e as marés, conversando com experientes homens do mar foi obtendo dados que coligados com suas leituras permitiram-lhe desenvolver um sistema de computação do tempo diferente do calendário judaico e do cristão. Assim enquanto o calendário cristão que ordena o ano civil no Ocidente é solar e composto de 365 dias e seis horas, o judaico é solar e lunar em relação aos meses, com 354 dias e meio, o qual aparece uma diferença de 11 dias entre a extensão do ano solar e a do lunar. Para acertar o equilíbrio entre ambas, recorre-se ao ano de 13 meses, entremeado nos anos comuns. Padre Carvalho desenvolve um

³⁸⁷ Embolismo. Do gr. *embolismés*, ‘intercalação’ S. m. acréscimo de tempo ao ano lunar para que ele coincida com o ano solar. In. Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário da Língua Portuguesa. Op. cit.

³⁸⁸ Proc. 9.255. 1º Maço; fls. 118, 118 v.

³⁸⁹ Proc. 9.255; 2º maço, fl 115.

calendário em que o ano solar tinha 364 dias e meio porque “o sol costuma correr o zodíaco que consta de 12 signos que a 30 graus por cada signo fazem 360” e que o ano embolístico contava de trezentos e noventa dias. Para chegar a esta conclusão, além de suas observações astronômicas, fundamentou-se teoricamente pelas leituras que fez das obras de Nicolau de Lira, Denis Petavio e Gilles Bouchier, estes últimos autores seiscentistas dedicaram vários anos a cronologia deixando obras afins. Ao referir-se ao *Cânon Paschali*, um tratado de Bouchier sobre a cronologia da Páscoa, o réu remete a veracidade do mesmo a Dionísio Exíguo, este por sua vez a Moisés e este a Deus. Insatisfeito com a resposta do réu por desacreditar a reforma de Gregório XIII cujo calendário implantado em outubro de 1582 encontrou resistência nos países protestantes e no Oriente Cristão, o inquisidor pergunta “se no caso em que seja certa a autoridade do Concílio Niceno que ele declarante alega, e a revelação de Deus Nosso Senhor a Moisés referida pelo dito Dionísio Exíguo, se lhe parece a ele declarante que quando se fez a reforma gregoriana em que intervieram depois de dilatados estudos os matemáticos e mais pessoas o que diz a Concílio Niceno [...], o Dionísio Exíguo.³⁹⁰ Sem titubear o réu manifesta sua indignação pela atitude, ao seu ver, irresponsável daqueles que empreenderam essa reforma afirmando que não sabia se “os ditos matemáticos e mais pessoas teriam notícias do dito, concílio e revelação de Deus a Moisés referida por Dionísio Exíguo e que se a tiveram dela fizeram pouco caso levados mais pela vaidade das mas observações e estudos do que da Revelação de Deus feita a Moisés.”³⁹¹ Padre Carvalho coloca a autoridade mosaica como referencia e somente naquilo em que ela não responde encontra-se na liberdade de optar. O inquisidor lhe pergunta se ele “achou em algum livro que Deus Nosso Senhor também revelasse a Moisés quando caia o ano embolismo ou se sobre este particular há dúvida entre os autores.

Disse que ele não achou em autor algum que o ano embolismo e que só coligiu do sistema que traz o Breviário Romano impresso até o ano de mil setecentos quatorze, que entre cada ano embolismo mede o espaço de seis anos, ficando o embolismo fazendo o sétimo ano, contra o parecer dos astrônomos que dão o dito

³⁹⁰ Proc. 9.255. 1º maço fl 118 v, 119.

³⁹¹ Ibid fl. 119.

ano de 3 em 3 anos”.³⁹² Sem desistir de convencer o réu sobre a cientificidade dos matemáticos cristãos, questiona-o sobre a profundidade de seus estudos ao que ele responde: “Que reconhece do tempo da Lei da Graça a esta parte tem havido muitos autores católicos que escreveram da astrologia como foi Orígenes, Anatholio e outros, mas que estes assemelharam mais” aos erros, digo, aos princípios gentílicos, entendendo que eram certos.”³⁹³ Entre as fontes dos autores católicos menciona “Methon Anteniense, Sogigenes e outros e conste o contrario do eu estes escreveram pela revelação que Deus fez a Moisés, e pelo que se acha nas Sagradas Letras e o que se observa entre os egípcios ensinados por Abraão por isso os tais autores erraram e ele declarante não erra.”³⁹⁴ Mas recorrer a autoridade de Abraão e Moisés era acima de tudo um recurso para legitimar-lhe a reforma do calendário gregoriano adaptando a celebração da Páscoa cristã ao 14 de Nissan. Defendendo a doutrina “quartodecimana”³⁹⁵ e combatendo a doutrina dominicana³⁹⁶; uma questão vigorosamente discutida na Antiguidade, uma vez silenciados e excluídos seus defensores a partir de Nicéia, a Igreja, naquele momento representada pelo inquisidor, não tinha interesse numa questão considerada resolvida a mais de um milênio. Por outro lado a partir do calendário gregoriano os cristãos ocidentais passaram a ter uma diferença de 10 dias a menos no calendário³⁹⁷, quebrando assim uma vez que os cristãos orientais não aceitaram a reforma gregoriana, a unidade da celebração pascal. Para demonstrar o equívoco da celebração da Páscoa no domingo, recorre a lógica do texto neotestamentário.

“Somos obrigados a responder as suas razões ainda que supersticiosas e falsas; começarei logo negando o suposto em que fundados uns e outros quartodecimanos³⁹⁸ e dominicanos querem que a quinta-feira seja consagrada a ceia

³⁹² Ibid. fls. 119,119v.

³⁹³ Ibid fl. 121 v.

³⁹⁴ Ibid fl 121.

³⁹⁵ Quartodecimanos. Termo pelo qual eram denominados os primeiros séculos da Igreja os cristãos observantes da Páscoa de acordo com a data judaica do décimoquarto dia do mês de Nissan.

³⁹⁶ Termo pelo qual eram denominadas na Antiguidade os defensores da Páscoa no domingo após 14 de Nissan. Não havendo aqui, quanto ao termo, nenhuma ligação com os frades dominicanos, nome popular dos membros da Ordem dos Pregadores, fundada por São Domingos de Guzmán sob a Regra de Santo Agostinho, em 1216, em Tolosa, França.

³⁹⁷ O dia 5 de outubro, quinta-feira, foi sucedido por sexta-feira 15 de outubro de 1582.

³⁹⁸ Refere-se aqui a uma porção dos quartodecimanos que defendiam a observância da Páscoa na quinta-feira seguinte a 14 de Nissan, uma vez que para estes o mais importante era recordar que a primeira ceia pascal

do Senhor, o que não só é falso senão também supersticioso: falso digo, porque a ceia que o Senhor fez não foi na noite de segunda-feira que amanhecia para a terça. Como assim o mostrara na obra que se me ocultou³⁹⁹; e supersticiosa porque nem esta ceia se devia venerar na quinta-feira como nos a fazemos, nem na quarta como fazem os gregos, pela opinião que seguem de celebrar Cristo no dia antecedente ao da sinagoga nem um outro qualquer dia, senão na Lua 14; pois que o motivo que Cristo teve então de fazer como o dissera: *desiderio desiderávi hoc Pascha manducáre vobiscum*⁴⁰⁰ o dia de quinta-feira, se não porque era a 14 Lua em que a Lei assim mandava e então deixasse de fazer em que a Lei ordenava e Cristo observou por contemporizar o dia em que por acaso sucedeu ser a desta sua ceia final, quem não vê que é superstição como a dos étnicos que tinham a semelhantes dias! Como assim por isso já apóstolo reprendia os mesmos que isso queriam observar dizendo: *Dies observatis, et menses et tempora, et annos Tímeo vos etc.*⁴⁰¹ pois pelo ódio que como idolatras tinham a esta mesma 14 Lua pela páscoa dos judeus em que sucedera a mortandade dos seus primogênitos queriam assim uns que a Páscoa se não solenizasse nesse dia.”⁴⁰² Noutra passagem questiona a mudança feita no cânon da missa ao introduzir a frase: “*pridie quam paterétur*⁴⁰³: tirnado as que nele estavam de que usava a Primitiva Igreja: *inqua nocte tradebatur*⁴⁰⁴ Para ele a alteração de Pio V no cânon da missa contradisse o texto bíblico, uma vez que as palavras paulinas referem ao momento da traição de Judas Iscariotes, quando este entrega aos soldados romanos e segundo seu cálculo, depreendido do próprio Evangelho, a traição ocorrera na noite de 14 de Nissan, uma

eucarística aconteceu numa quinta-feira pois na referida ceia pascal de Jesus com seus apóstolos 14 de Nissan ocorrera neste dia da semana.

³⁹⁹ O réu refere aqui ao Memorial à Sua Majestade.

⁴⁰⁰ Tenho ardentemente desejado comer convosco esta Páscoa. Cf. Lc 22,15.

⁴⁰¹ Observais cuidadosamente dias, meses estações, anos! Padre Carvalho refere aqui a passagem de Cl 4,10 onde segundo a opinião da maioria dos exegetas daquele tempo. Paulo estaria aqui repreendendo os gálatas por observarem ritos de origem sincrética relacionados com o culto dos astros. Atualmente muitos estudiosos consideram que Paulo poderia estar aludindo nesta passagem as festividades judaicas uma vez que havia entre os gálatas intenso movimento judaizante, neste caso uma observação semelhante aquela destinada aos colossenses quanto às praticas judaicas. Cf. Cl 2,10.

⁴⁰² Memorial. Proc. 9.255. 1º maço; fl 70v. 71.

⁴⁰³ Na véspera de sua paixão.

⁴⁰⁴ Na noite em que ia ser entregue Cf. Icor 11,23.

segunda-feira e não quinta-feira⁴⁰⁵ como reza a tradição “ao meio dia da quinta-feira 17 da Lua, em que nela o pregaram; até o meio dia da sexta 18 em que espirara, pois nele se fazia verdadeiramente o meio da solenidade que durara do dia 14 até o dia 21, como dissera o profeta: *et gloriare sunt adérunt te in medio solemnitätis tuae*⁴⁰⁶ que se encontra no “Memorial de Sua Majestade”, é uma síntese de numerosas páginas de seu processo inquisitorial onde o réu escrevendo (em seu “Tratado Teológico” ou no “Memorial”) ou debatendo com os inquisidores e qualificadores expõe a partir de citações bíblicas ou da história eclesiástica os argumentos que o faz repudiar a data da celebração pascal cristã. Juntamente com os antigos judeu-cristãos e asiátas defende a observância da Páscoa Judaica. Parece-nos um dado histórico a morte de Jesus no período pascal judaico ou seja nos sete dias de sua celebração a qual inicia ao anoitecer do dia 14 de Nissan e encerra no dia 21 do mesmo mês.⁴⁰⁷ Pelos cálculos do Padre Carvalho a ceia pascal na qual Jesus, em companhia dos apóstolos, institui a Eucaristia, ocorreu numa segunda-feira dia 14, a morte na sexta-feira 18, e ainda que ele não mencione a data da ressurreição, podemos inferir que seria exatamente no domingo dia 20, uma vez que de acordo com antiquíssima tradição cristã conta-se o Sétimo Dia a partir do próprio dia do falecimento. Neste caso conforme relata o Evangelho a ressurreição teria ocorrido no terceiro dia⁴⁰⁸ ou seja no domingo e não na segunda-feira. Mas a ênfase carvalhiana no dia 14 de Nissan quer ressaltar a ceia pascal, o aspecto eucarístico e não sacrificial da Páscoa. Neste sentido sua crença estava também sintonizada com a tradição judeu-cristão que “Apegava mais a memória da Ceia, enquanto os gentio-cristãos tinham introduzido a idéia o sacrifício”⁴⁰⁹. Não é difícil de perceber estas diferenças na

⁴⁰⁵ Numa síntese das proposições do réu, feita pela Inquisição, aparece sexta-feira e não segunda-feira: “Que a ceia do Senhor não fora na quinta, mas na sexta-feira”. Proc 9.255. 2º maço; fl 416,2. A nosso ver esta não era a opinião original do Padre Carvalho, tal como aparece no Memorial, mas corrompida pelos inquisidores ou pelo próprio réu após grande desgaste físico e mental e decorrente de longo tempo no cárcere inquisitorial e véspera de seu martírio.

⁴⁰⁶ E gloriaram-se, os que te odeiam, no meio de tua solenidade. Obs. Não foi possível identificar esta passagem bíblica. Memorial de Sua Majestade do padre Manoel Lopes de Carvalho. In. Proc. 9.255.1º maço; fl 75v.

⁴⁰⁷ Este período é ampliado para oito dias para os judeus que vivem na Diáspora.

⁴⁰⁸ “O Filho do homem vai ser entregue às mãos dos homens; eles o matarão e, no terceiro dia, ele ressuscitará”. Cf. Mt 17,23.

⁴⁰⁹ Bagatti, Belarmino. A Igreja da Circuncisão: História e Arqueologia dos judeu-cristãos. Petrópolis: Vozes, 1975; p. 19.

história destes distintos ramos do cristianismo antigo. No *Ancoratus*⁴¹⁰, escrito em 375, Epifanio, celebre historiador da antiguidade cristã, enumera como lugares santos da Paixão: Betfagé, Betânia, o Templo, o Monte das Oliveiras, omitindo o Monte Sião. Se considerarmos que este último lugar é de fundamental importância para a instituição da Eucaristia, “devemos admitir que a omissão é proposital, a fim de não recordar os judeu-cristãos que o habitavam, considerados senão hereges de fato, ao menos cismáticos.”⁴¹¹ Com o propósito de ressaltar a distinção que ele dava ao aspecto eucarístico da ceia cristã, cita várias vezes “que havia de ser a mesma Páscoa dos judeus sem nenhuma outra diferença mais que se fazia no tempo dos apóstolos que usavam a duas ceias legal do cordeiro e sacramental da Eucaristia, como afirma Barônio trazendo por prova disso aquilo de São Paulo: *Conveniéntibus vobis in unum jam nom est Dominicam caenam manducare etc*”.⁴¹² em que assim nos diz o apóstolo que ele o que nos ensinava era o mesmo que aprendera de Cristo quando fizera uma e outra ceia Estas suas tão exemplares palavras: *Ego enim accepi a Dómino quod it trádditi vobis, quoniam Dominus Jesus in qua nocte tradebátur etc.*”⁴¹³ segundo carvalho após o concílio Nicéia, houve aos longo da história movimentos no sentido de resgatar a pratica quartodecimal mas todas foram rechaçadas por atitudes anti-judaicas. Ele reporta a criação de uma das maiores solenidades cristãs do Ocidente, tendo em sua origem o propósito de resgatar na comunidade cristã a ceia pascal do 14 de Nissan: “... sigamos um e outro erro como se mostra na solenidade que fazemos ao dia chamado quinta-feira do Corpo de Deus, porque o santificamos crentes na superstição de ser nele feita, a instituição deste tão grande sacramento; porem não na quinta-feira de Endoenças⁴¹⁴, para que não fosse de guarda, como fazem os quartodecimanos queriam com o pretexto de ter sido o 14 da Lua santificado pela mesma Lei. E assim entenderam todos que o ser reprova esta opinião quartodecimana no Concílio [niceno] não era por seguirem a Lua 14, pois não podia reprovar a Lei que era Divina; senão porque queriam que o dia em que

⁴¹⁰ 40: PG 43,89-90.

⁴¹¹ Bagatti, Belarmino. Op. cit. p. 18. Sobre o significado da Eucaristia para os judeu-cristãos ver: Danielou, Jean. La teologia del giudeo-cristianesimo. Bologna: Società editrice il Mulino, 1974; pp. 485-93.

⁴¹² Deste modo quando vos reúnis já não a fazeis para comer a Ceia do Senhor.

⁴¹³ Proc. 9.255. 1º maço; fls. 67, 67v.

⁴¹⁴ Endoenças. Do lat. *indulgentias* S.f. pl. Solenidades religiosas da quinta-feira santa. In. Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Op. cit.

sucedera esta ceia do senhor ficasse solene para sempre; não obstante vir as mais vezes desencontrada da mesma 14 Lua; o que certamente era reprovável por supersticioso e gentílico. Por onde assim aquela Santa religiosa, que era a melhor estrela de Cister vendo que a Igreja em todo o ano não tinha um só [dia] dedicado a esta santa celebridade não deixava de se doer deste seu tão diurno descuido, que durava já em decurso de 1000 anos, exceto os 300 da Primitiva Igreja, que o celebrava na mesma forma que os judeus (quando por ser a mais preciosa jóia que Cristo, foi fineza da sua despedida, lhe deixara a devia solenizar com toda a especialidade) injúrias com que a condenavam por judia e suspeita na fé, que tanto era o ódio da Lua 14, e por isso quando a seus rogos Urbano 4º a mandou celebrar na Igreja, foi na forma que havemos dito.”⁴¹⁵ Padre Carvalho refere aqui a Bem-aventurada Juliana de Liège, agostiniana de Mont-Cornillon, próximo de Liège na Bélgica, que tinha visões nas quais Jesus lhe pedia recuperar o sentido original da celebração pascal. Através de seu amigo, o Papa Urbano IV, que foi arcebispo de Liège, foi instituída a festa do Corpus de Christi para toda Igreja, mas não em 14 de Nissan como queria a monja de Liège, mas na quinta-feira após a solenidade da Santíssima Trindade. Outra questão cogitada por Carvalho relacionada a celebração da Páscoa cristã foi o uso do pão ázimo para ser consagrado na missa. Os padres gregos foram pertinentes em combater esta prática alegando a autenticidade do pão fermentado na liturgia eucarística. Por sua parte o réu faz objeção ao costume dos gregos “... para nada faltar as circunstâncias de santificação maquinaram as heresias contra a Lei da Lua 14 para não faltar as circunstâncias que roda ela [a Páscoa] também temos outra que não é menor sobre a qualidade do pão que requeria fosse ázimo; para o que inventou Eutímio Padre Grego⁴¹⁶, dizer que Cristo Senhor Nosso fizera a ceia em que se sacramentara na Lua 13, sabendo que na 14 em que os judeus a fizeram havia de morrer para total consciência da figura ao figurado como legítima vítima que era daquela Lei para assim dizer que a matéria em que fizera o sacramento do seu corpo fora de pão fermentado porque no ázimo se não podia usar, senão no dia 14 por diante até o 25. O fundamento porem, que teve para isto dizer

⁴¹⁵ Proc. 9.255 1º maço fl. 71.

⁴¹⁶ Refere ao Patriarca de Constantinopla que viveu no século X.

foi achar no Evangelho de São João estes dois lugares 1º *Ante dién festum Páschae, sciém Jésus guia vénit hóra éius etc*⁴¹⁷ dos quais, como ele queria pintar, se mostrava que a ceia de cristo não fora no mesmo dia [mas] antes que eles a fizessem; e por que todos os mais evangelistas unamiter [sic] afirmam que Cristo fizera a Ceia Legal do cordeiro na mesma noite em que os judeus a fizeram nenhum reparo fez na temeridade com que tão petulante se atreveu a negá-los dizendo que por isso São João como o mais verdadeiro evangelista escrevera Evangelho para os emendar vendo que outros mentiam em dizer. *Venit áutem dies azymórum, in qua necísse érat occidi Pascha etc*⁴¹⁸ e tão aceito foi este seu parecer que com ele foram todos os mais Padres gregos seguindo como caranguejos que não sabem andar para diante porque dizem que o primeiro começou andar para trás estimando mais a opinião de um blasfemo ignorante do que a verdade dos Evangelistas. E tão temozos nela se mostraram que aos latinos por seguirem o Estatuto dos Ázimos lhe chamavam como em ludíbrio *azimitas*, e se algum destes entre eles sucedia com ázimo queimavam logo altar e tudo reputando e eram como idólatras por não fazerem verdadeiro sacrificio o que tendem cessou há menos de 300 anos pela concórdia que no concílio florentino sob Eugênio 4º se fez entre todos para que cada um seguisse sua opinião em tal forma que grego em toda parte usasse do fermentado, e o latino também da mesma forma do ázimo.”⁴¹⁹ Esta crítica carvalhiana se faz com o propósito de resguardar o que restou da tradição judaica na liturgia eucarística. Seu zelo está em tudo o que relaciona e mesmo até o que para alguns teólogos poderia apresentar-se como coisas superficiais. Para o réu os acessórios completam o objeto principal. Sua fundamentação histórica da questão condiz com a verdade dos conflitos político-religiosos que culminaram com o Cisma do Oriente em 1054. Nas vésperas desta ruptura as atividades do patriarca grego Miguel Cerulário (1043-1058) foram a gota d’água de uma tensão milenar entre cristãos gregos e latinos. Em 1050 o referido patriarca censurou os latinos como heréticos e em 1053 mandou fechar todas as igrejas dos latinos em Constantinopla e seus mosteiros foram confiscados. “A acusão principal contra os ocidentais e que

⁴¹⁷ Antes da festa da Páscoa, sabendo Jesus que chegara a sua hora. Cf. Jo 13,1.

⁴¹⁸ Veio o dia dos ázimos, quando devia ser imolada a Páscoa. Cf. Mc 14,12.

⁴¹⁹ Memorial. Proc. 9.255. 1º maço; fls. 72v, 73.

empregavam na comunhão pão ázimo. Na execução das ordens, o *sacelário* (tesoureiro) Constantino chegou até ao ponto de declarar não consagrada a hóstia dos “azimitas”, espezinhando-a. contemporaneamente, por ordem de Cerulário, o arcebispo Leão de Ácrida na Bulgária atacou os ocidentais com escritos; numa ofensiva epístola enviada a João bispo de Trani na Apúlia bizantina, com o endereço: ‘á todos os arcebispos dos francos e ao mesmo honradíssimo papa’, declarou os latinos meio judeus e meio pagãos, pois observavam o preceito dos ázimos e do jejum sabático na Quaresma, comiam carne de animais sufocados e na Quaresma omitiam o canto da aleluia. Algum tempo depois, o velho e respeitável monge Nicetas Stethatos (Pectoratus) do Mosteiro de Studion atacou, além das ázimos e o jejum sábitico, especialmente a lei do celibato dos latinos. Nenhuma palavra acerca do *Filioque*, ao passo que a controversa dos ázimos suscitou uma viva agitação no Oriente e na Itália meridional⁴²⁰.

O pão ázimo para consagração foi o único utilizado na Igreja Primitiva, uma herança direta do judaísmo e memorial da ceia de Jesus com seus discípulos por ocasião da Páscoa judaica. Com o passar do tempo nas comunidades cristãs de origem gentílica foi sendo substituído pelo pão propriamente dito, isto é, o pão fermentado, até que o uso dos ázimos desaparecesse totalmente da Igreja tanto no Ocidente quanto no Oriente, uma exceção talvez para os armênios que foram evangelizados primeiramente pelos cristãos sírios de língua aramaica, os quais em sua maioria fizeram parte da missão palestinese (judeu-cristã). Entretanto no século VIII um movimento pouco conhecido, reintroduziu no Ocidente latino o uso de pequenas partículas de pães ázimos denominadas *hóstias* ou *oblatas*. Esta prática, como vimos, levou os gregos a impugnar acirradamente os latinos como “aziatas” e não raramente “judaizantes”, uma vez que na celebração da ceia pascal judaica, o *Seder de Pessah*, em recordação ao êxodo egípcio, se come durante os sete dias (em Israel) ou oito (na Diáspora) de *Pessah*, *matzah* isto é o pão ázimo. Referindo à polémica azimita e ao uso inadequado do pão fermentado pelos gregos, Padre Carvalho diz “*in ázymis sinceritátis et veritátis in fermínto niquitae et malatíal*”.⁴²¹

⁴²⁰ Bihlmeyer, Karl & Tuechle, Hermann. Op. cit. Vol. 2. p. 115.

⁴²¹ Memorial. Proc 9.255 1º maço; fl. 73v. “Com os ázimos da pureza e da verdade: com o fermento da malícia e da corrupção.” Cf. ICor. 5,8.

Capítulo 7

Gômer = A Igreja infiel

“Respondo-te teólogo e enquanto a primeira parte da tua pergunta não te posso dar melhor solução que a de Paulo como tão divino teólogo o qual na sua epístola 1^a aos Coríntios cap. 1^o diz assim por estas palavras = *Et sanctificata est mulier infideles per vivem fidelem; alioquin filii immundi essent, nunc autem sancti sunt*⁴²² e assim que sendo Cristo esposo desta Igreja romana ainda que essa seja infiel por estes erros dos costumes de que usa não deixa por isso de ser muito santa pela comunicação da Santidade de Cristo seu Divino esposo; e assim também nem por isso deixam os seus filhos que somos nós todos os fiéis de serem também santos e como tais se salvarem-se”.⁴²³ Com este artigo Padre Carvalho expõe basicamente o que pensava da Igreja. A idéia de que Cristo é o esposo amoroso da Igreja já aparece nas Cartas paulinas: “Maridos, amai as vossas esposas como Cristo amou a Igreja e se entregou por ela e ele quis torná-la santa, purificando-a com a água que lava, e isto pela Palavra, ele quis apresentá-la a si mesmo esplêndida, sem mancha nem ruga, nem defeito algum; quis a sua Igreja santa e irrepreensível.”⁴²⁴ A analogia muito recorrida no judaísmo através do Cântico dos Cânticos⁴²⁵ da relação amorosa entre Sulamita e seu jovem pastor, foi também utilizado pelos autores cristãos para elucidar a relação amorosa entre Cristo e a Igreja. Entretanto Carvalho apresenta um elemento novo nas interpretações tradicionais, ele evidencia que o relacionamento amoroso de Deus para com a Igreja não é recíproco, pois esta se apresenta como uma mulher infiel. E se virtudes possui as adquiriu pelos méritos do esposo fiel. Em seguida recorre a personagens vetero-testamentários como o Profeta Oséias e sua infiel esposa Gômer. O casamento de Oséias com Gômer foi considerado uma figura do intenso amor de Deus para com seu povo de Israel. Aí está a novidade da crítica

⁴²² E a mulher infiel foi santificada por meio do homem fiel; além disso e os filhos que eram impuros, agora são santos.

⁴²³ Proc. 9255. 1^o maço. Tratado Teológico, fl. 13v, § 47.

⁴²⁴ Bíblia Teb. Ef. 5, 25-27.

⁴²⁵ Cântico dos Cânticos. Heb. “~yryvh-ryv [Shir-haShirim], o Cântico dos Cânticos (Livro da Bíblia)”. In Berezin, Rifka. Dicionário Hebraico-Português. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 631.

carvalhiana em relação à Igreja, pois esta comparação é inédita em relação aos Padres da Igreja e aos comentaristas bíblicos. Com uma linguagem semelhante a dos profetas do Antigo Testamento, avança: “E para que não duvides de que Deus se agrada de uma Igreja sendo-lhe infiel como o dirá algum ignorante, um Oséias o poderás ver que sendo figura do mesmo Cristo, pois os seus filhos se chamarão filhos de Deus vivo, mandou o seu Eterno padre que se casasse com Gômer que era mulher meretriz e de fornicções para que nela fizesse filhos de fornicções como consta dessas palavras do mesmo profeta cap. 1º *Et dixit Dominus ad Osee: Vade, sume tibi uxorem fornicationum et fac tibi filios fornicationum - Id est*⁴²⁶ a qual Gômer vem a ser a Igreja Romana *id est*⁴²⁷ a cadeira de Pedro assentada em Roma não só porque a dita cidade fora cenário de erros na sua gentilidade senão porque a mesma palavra fornicção foi frase inventada nela para significar o dito pecado quando desterrando-se para um bairro para a mesma cidade chamado dos fornos as meretrizes, dele se começou a introduzir o dito modo de falar para se significar o mesmo tal pecado; *Ita ut a fornix verbum fornicatio derivetur.*⁴²⁸

Para uma maior compreensão da mensagem do Livro de Oséias, a qual Padre Carvalho compara ao comportamento da Igreja, será necessário que o versículo citado seja apresentado de forma completa, pois podemos considerar o versículo 2 do capítulo 1, a chave do referido livro: “Início das palavras do Senhor por intermédio de Oséias. O Senhor disse a Oséias: Vai, toma para ti uma mulher que se entrega à prostituição, e filhos de prostituição pois a terra se prostitui continuamente afastando-se do Senhor”.⁴²⁹ Neste versículo o profeta não poupa palavras e emprega expressões insólitas como “mulher que se entrega à prostituição” e “filhos da prostituição”. Poderá hesitar a respeito de Gômer: mulher que se entregava à prostituição antes do casamento com Oséias, ou mulher “propensa à prostituição”, que no casamento estaria predisposta às suas tendências. A exegese bíblica atual considera o primeiro significado mais verossímil, poderia tratar de uma

⁴²⁶ E disse o Senhor a Oséias: Vá! Toma para ti uma esposa da fornicção e gera filhos da prostituição – Isto é. Cf. Os. 1, 2. Este versículo completo diz: “Vai, toma para ti uma mulher que se entrega à prostituição, e filhos de prostituição pois a terra se prostitui continuamente, afastando-se do Senhor.

⁴²⁷ Isto é.

⁴²⁸ Assim que a palavra fornicção deriva-se de fornos.

⁴²⁹ Bíblia. Tradução Ecumênica. TEB. São Paulo: Edições Loyola, 1997. Os. 1,2.

“prostituta sagrada”⁴³⁰, mulher adida ao culto de um santuário cananeu. Tal figura justificaria o simbolismo que o profeta aponta nas vicissitudes do seu casamento: estas significam as relações entre o povo e seu Deus. Quanto aos “filhos de prostituição” são os bastardos nascidos da libertinagem da mãe, mas também os filhos que imitam o procedimento materno: o texto hebraico usa diferentemente o singular e o plural, o que revela tal equivalência.⁴³¹ O casamento e o relacionamento de Oséias com Gômer é portanto uma parábola desenvolvida no decorrer deste livro profético, a qual possui elementos biográficos da experiência de Oséias;⁴³² mas esses elementos estão mesclados com traços da história religiosa e dinástica de Israel num conjunto simbólico, em que a veemência prevalece sobre a coerência das imagens, e que constitui propriamente a mensagem profética de Oséias. Depois deste profeta, a imagem da prostituição vai ser utilizada para denunciar a infidelidade de Israel.⁴³³ Sim podemos confirmar o uso desta imagem em profetas como Ezequiel e Naum. O estudo metódico da Bíblia e da história permitia que Padre Carvalho citasse numerosas passagens bíblicas a partir do texto latino da Vulgata. Como os profetas antigos que combateram e alertaram para os castigos decorrentes da infidelidade de Jerusalém⁴³⁴ como claramente vemos em Lamentações: “Ela faltou gravemente, Jerusalém, e por isso, virou imundície. Todos os que a honram, aviltam-na, pois lhe vêem a nudez; e ela, por sua vez, geme e dá as costas”.⁴³⁵ Padre Carvalho ao se considerar o Segundo Jonas tinha a missão de anunciar com veemência aos novos ninivitas e ao seu rei, isto é, aos cristãos e ao Papa a conversão ao projeto dado a ele pelo próprio Deus, e caso houvesse resistência ao seu projeto, deveria anunciar com todo rigor os castigos que cairiam sobre Roma e por extensão a Igreja: “Ah, Roma!

⁴³⁰ Cf Dt 23, 18 nota.

⁴³¹ A tradução por nós utilizada da Bíblia Teb respeitou este artifício.

⁴³² Os nomes dos filhos são simbólicos, destinados a chamar a atenção e a transmitir uma mensagem profética. Mas isto não prova que se trate de ficção pura e simples: Os nomes de Gômer e de Dibláim não parecem ter sentido simbólico, em todo caso Oséias não recorreu a este. O nome de Jezreel tem raízes no território e na história de Israel. Em Os. 1, 4-5 há menção a um episódio histórico (Cf 2 Rs 9 e 10): foi em Jezreel que Iehu quis assegurar sua usurpação mediante o morticínio de toda a família de Omini. O livro dos Reis profere juízo favorável sobre a tomada de poder por parte de Iehu, que punha fim ao ímpio reinado de Acab e de Izébel. Mas Oséias viu neste fato o protótipo das convulsões dinásticas que sucederam entre o fim do reinado de Jeroboão II e a queda da Samaria (cf Os 7) e condena essa atmosfera de intrigas e morticínios. In Bíblia TEB. Nota de rodapé “c”, p. 880.

⁴³³ Ibid. nota de rodapé “b”.

⁴³⁴ Cf Jr 9,11ss; 26,18; Lm 1,8; Ez 16,2ss; Mq 3,12.

⁴³⁵ Ibid. Lm 1,8.

Que com isto mesmo fostes sempre tão errada que só terás o desengano quando assim já te vires com o castigo sobre ti dize-me pois, presumias tu ser tão assistida do Espírito Santo que não deixasse ele ao Diabo fazer em ti mil cizânias e mil descaminhos? A que podes tu ser mais comparada que a barca de Pedro com o seu Divino Mestre dentro em si e com tudo deixou por ventura de ser combatida dos ventos e dos mares em forma que não chegasse muito mais perto de ser delas submergida! É certo que não; que mais podes ser comparada que ao Reino dos céus! E contudo deixou o Demônio de entrar dentro nele a semear também cizânia entre o bom trigo que nele se tinha semeado! Também é certo que não; pois que nele se achou crescida juntamente com o trigo; não sabias que ele ainda no mesmo paraíso entrou a fazer o que fez! Pois deixava ele de estar assistido do Espírito Santo e ainda no céu não vistes que Chegou a competir com o mesmo Deus! E quanto mais que tu não poderás ser mais bem assistido de Deus, do que foi a sinagoga tua irmã em armas e não sei se melhor digo tua mãe! Pois é certo que dela nasceste. Se cuidava o contrário por te assim dizerem os teus DD enganaram te como também a sinagoga enganavam os seus profetas com não lhe disseram a verdade e que sucedeu dela! O que tu bem sabes que mil vezes se enganou até que de tudo se perdeu, pois ele teve o castigo e tu esperavas não tê-lo matando também aos profetas que sempre te disseram a verdade!⁴³⁶ E usando a linguagem bíblica confirma sua missão de reformador da Igreja: “Pois dizem agora profeta. E que quer este Jonas ir a dizer a Roma! Vai carne minha a anunciar-lhe a panela de fogo que Jeremias viu porque já vem caindo sobre ela para castigar. É porque se Deus o castigou que mandou a Jerusalém sendo uma cidade tão santa e cidade do seu povo foi por matar aos profetas e ao mesmo profeta dos profetas Cristo Nosso Redentor também ela não obstante ser santa o tem crucificado não só uma senão muitas vezes iterum crucifigentes – itium Dei com mil simonias que de Simão Mago aprendeu em toda a matéria de vícios encontram neles a mesma Lei de Deus e também fez matar os seus Apóstolos que lhe ensinavam a verdadeira e legítima doutrina em vingança de estes o fazerem vir pelos ares feito em pedaços como o diz S. Máximo. Pois olha, que se fizeram era quando gentios o que não

⁴³⁶ Proc. 9255. 1º maço. fls. 5v, 6. § 14.

faziam se já fossem católicos como hoje; pois basta estar nela a mesma cabeça da Igreja que como alumiado pelo Espírito Santo não pode errar.”⁴³⁷ Ao longo do processo Padre Carvalho falara da infidelidade e dos castigos destinados à Igreja, usando figuras bíblicas como Gômer, Jezreel, Simão, o Mago, a Estátua do sonho de Nabucodonozor e A panela de fogo de Jeremias. A infidelidade da Igreja está presente em sua obra sob dois aspectos em relação às práticas simoníacas e a mais defendida, em relação ao modelo eclesiológico doutrinário. Diferentemente de Lutero, Zvinglio e Calvino os quais ele não apóia pois refuta todas as dissidências recentes encontradas na Igreja, Carvalho anuncia uma “inovação” mais antiga e audaz, preconiza o retorno às práticas cristãs dos primeiros cristãos de origem judaica. Na sua concepção a comunidade autêntica era judeu-cristã por haver preservado o Evangelho de forma genuína. Inicialmente, em seus escritos, não chega a questionar o dogma da Santíssima Trindade, mas combate tenazmente o Concílio de Niceia, e ao referir-se a este evento divisor de águas na história da Igreja diz: “Nele pois como se mostra excomungavam aos que negassem o dito Concílio Niceno, sendo eles mesmos os que neste seu o encontravam; pois se no cap. 6^o do tal concílio ainda assim viciado como esta mandava a todos os Padres da Ásia, que estivessem pelos seus antigos costumes, que não eram outros mais que os da observância mosaica em tal forma que a carta que do mesmo concílio se mandou aos moradores daquelas partes dizia que todos e ainda os mesmos romanos estavam pelos tais costumes dos judeus; como pois dizem agora que excomungam a todos que quiserem ser como os judeus nos seus costumes e o de que aqui me admiro é que sendo este concílio herético como ariano falso e sub-reptício fosse ao depois aprovado pela Igreja Católica como dizem na 6^a sínodo Constantinopolitana; o que não creio pois encontra ao decretado no legítimo e verdadeiro como geral e aprovadíssimo; e quando o fosse verificar se o que disse da mesma Igreja o grande, Padre São Cyrillo Alexandrino pelos erros que admitia na mesma celebração da Páscoa *nimirum*⁴³⁸ que ela manchando-se pureza da verdade que era a sua alma se amancebara com os Demônios, pois só deles poderá semelhantes erros aprender;

⁴³⁷ Ibid., fl. 5v. § 13.

⁴³⁸ Certamente, sem dúvida.

repite pois as suas palavras para que me não notem de temerário: *quod intypum, diz o Sancto intelligitur Sancta Ecclesia que cum omnibus Demonio bus fornicata immunda videbatur in anima.*⁴³⁹

Sem pretender fazer julgamentos de valor, a principal diferença entre o modelo de Igreja concebido por Padre Carvalho e o do cristianismo ortodoxo, isto é, o da Grande Igreja, constitui a nosso ver, no fato do réu não reconhecer a Tradição Apostólica como verdade de fé, o testemunho apostólico transmitido às comunidades através da literatura cristã (Escritos Patrísticos) e oralmente. “Começou-se por afirmar a existência da Tradição, ou seja, da transmissão da mensagem apostólica ao longo do tempo, passando-se a elaborar sua doutrina (Cf. Irineu, A. H. III) O que autenticava e garantia essa tradição era a sucessão apostólica: uma única mensagem fora confiada aos apóstolos e se transmitia na Igreja, de geração a geração, pelo ensinamento dos bispos e presbíteros. Podia-se ter certeza de que essa transmissão era exata, dada a verificação de que os bispos de todas as dioceses se mantiveram na ortodoxia.”⁴⁴⁰ Portanto tendo como premissa a não aceitação da tradição, Padre Carvalho não acreditava na inspiração divina dada ao magistério da Igreja chegando mesmo a afirmar “que os Santos Padres quando escreveram não eram santos, mas homens, e que por isso era factível que eles errassem em ensinar que a Igreja era régua de verdade no que mandava obrar, e que porque de fato erraram, por isso também a mesma Igreja errou; assim como a sinagoga errou pelo engano dos profetas falsos, a quem abraçou e seguiu”.⁴⁴¹

E assim como os judeu-cristãos possuíam um cânon muito reduzido dos textos bíblicos do Novo Testamento⁴⁴², Carvalho sentia-se livre para acolher ou excluir livros bíblicos como Revelados ou não. Assim por considerar que o primeiro sínodo da Igreja, o Concílio de Jerusalém, relatado nos Atos dos Apóstolos, houvesse beneficiado os gentio-cristãos em detrimento da verdade revelada na

⁴³⁹ Proc. 9255. 1º maço. fls. 69, 69v. Memorial.

⁴⁴⁰ Simon & Benoit. Judaísmo e Cristianismo Antigo. Op. cit. p. 161.

⁴⁴¹ Proc. 9255. 2º maço, fl. 14.

⁴⁴² Basicamente, composto por textos considerados apócrifos pelo cristianismo normativo: o Proto-evangelho de Tiago, o Evangelho de Tomás (o Evangelho de Tomás tem como tema principal a infância de Jesus e não é o mesmo Evangelho Apócrifo de Tomé, descoberto em Nag-Hammadi no Egito), Evangelho dos Ebionitas, Evangelho de Pedro, Carta de Barnabé e provavelmente o texto primitivo do canônico Evangelho de Mateus. Sobre a questão da herança literária judeu-cristã ver Daniélou, Jean. La teologia del giudeu-cristianesimo. Bologna: Società editrice il Mulino, 1974; pp. 6-78.

Torah, questiona a autenticidade do relato conciliar registrado no referido livro e outros livros neotestamentários: “E que, portanto o não alegar o dito S. Apóstolo o dito concílio no capítulo décimo quinto foi assim porque o costume dos apóstolos logo o desmentirão, pois estavam usando o contrário do que dizia o mesmo concílio como porque tal coisa do dito concílio não haveria, pois não era crível que os apóstolos sendo obrigados a pregar o evangelho na mesma forma que nele se havia determinado pela importância do mesmo evangelho, tanto pelo contrário obrassem que todos uniformemente obrigavam as gentes que o queriam receber a que também judaizassem conforme as mesmas palavras de S. Agostinho que ele declarante quer se torne a repetir pela clareza das mesmas *Et ideo Paulum Apóstolum suspéctum habere coéperant tãquam non tenéntem disciplinam ceterórum Apostolórum qui gentes cogebant judaizare*⁴⁴³ = e que a ele declarante lhe pareceu que o referido é certo porque já Tertuliano padre muito gravíssimo e antigo disse que muitas coisas apócrifas acrescentara um certo presbítero da Ásia nas obras de S. Paulo que eram as mesmas de S. Lucas autor dos ditos Atos dos Apóstolos, de que fora repreendido por São João Evangelista; mas que como é propriedade da Cizânia, que uma vez semeada nunca deixa de crescer, isso basta para ainda até hoje durar, por cuja razão a Igreja devia fazer um exato exame como era necessário para se evitarem muitas desordens, principalmente naquilo em que se acha tanta contradição; mas já que a mesma Igreja o não fez, o dono da mesma seara o virá agora fazer pois para isso mesmo a deixou a deixou crescer para colher tudo junto e fazer eleição como prometeu do bem e do mal.”⁴⁴⁴

Também como exemplo de alegorias, ou superstições, que contribuíram para reforçar a sua tese de que a Tradição não possuía autoridade menciona um fato particular relacionado à observância cristã do Domingo: “Divididos pois assim, os povos em diversos costumes já na observância do sábado, com os Abexins, já na do Domingo como os Helianos; e já na do sábado e na do domingo, como os Ebiôneos! sucede [ilegível]nando a Igreja o Papa Pio I pelos anos 160 pouco mais ou menos saísse com um decreto que afirmou ter insinuado por um anjo que em trajes de Pastor falava a outro que diz São Damaso era seu irmão chamado Hermes. O qual

⁴⁴³ E assim começaram a considerar o Apóstolo Paulo como suspeito de não observar a disciplina dos demais apóstolos que obrigavam os gentios a praticar o judaísmo.

⁴⁴⁴ Proc. 9255. 1º maço, fls. 157v, 158. Memorial.

assim dizia: *Céterum nósse vos vólumus, quod Páscha Dómini, die Domínico, ánnuis Solemnitátibus, sit celebrándum: istis ergo tempóribus, Hermes, Dóctor Fidei et Scripturárum, effulsit inter nos, et licet nos idem Pascha, praedicta die, celebrémus quia támen quídam índe dubitárunt, ad corroborandas animas eorum, eidem Herms Ángelus Dómini in hábitu Pastóris appáruit et praecépit ei ut Pascha, die Dominico ab ómnibus celebrarétur: unde et vos Apostólica auctoritate instrúimus omnes éadem serváre debére, quía et nos éadem servámus; nec debétis a cápite quóquo modo dissidére etc*⁴⁴⁵. Bem na verdade esquecido o Santo Pontífice de que já por isso profeticamente dissera o apóstolo que nenhum outro Evangelho ou costume seguissem fora do que lhes fora evangelizado, ainda que fosse algum anjo de céu ou o mesmo apóstolo, que tornando a vir o evangelizasse em tal forma que de logo os excomungava se tal fizessem como consta destas suas palavras: *Sed lícet nos, aut (notem) ángelus de caelo evangelízet vobis, praeterquam quod evangelizávimus vóbis, anáthema sit*⁴⁴⁶. Das quais bem claro se mostra que não podia ser verdade o que Hermes dizia do Anjo pois era assim destruir a Lei de Deus, que o mesmo Cristo confirmara com o exemplo da observância que sempre dela fez como o afirma São João Crisóstomo e também contra a verdade do que ensinara, quando disse: *Nolíte putáre, quóniam véni sólvete légem aut prophétas, non véni sólvete sed adimplére*⁴⁴⁷.” Carvalho também questiona este parecer do Papa Pio I, por saber que durante os séculos III e IV d. C., muitos cristãos acreditavam que Hermes também conhecido por Hermes Trismegisto⁴⁴⁸ era um personagem histórico. Na realidade tratava-se de uma figura lendária. Hermes Trismegisto era o nome dado pelos antigos gregos ao deus lunar egípcio Tot. Neoplatônicos e cristãos da antiguidade consideravam que o mesmo era na verdade um rei do antigo Egito, pertencente ao século XX a. C. Segundo a tradição, Hermes era o pai de todas as ciências e de numerosíssimos livros, entre eles não poucos de ciências ocultas (“herméticas”), magia, astrologia, alquimia, etc. Fragmentos de textos apontados como de autoria de Hermes Trismegisto, foram traduzidos ao latim em 1471 por

⁴⁴⁵ De resto, queremos que saibais que a Páscoa do Senhor, nas Solenidades anuais, deve ser celebrada no dia do Senhor (no Domingo): pois, nesses nossos dias, tornou-se em evidência entre nós Hermes, mestre na doutrina da Fé e das Escrituras; e embora nós, pessoalmente, estejamos celebrando a Páscoa no dia acima citado (no Domingo), contudo, visto que alguns ainda estavam duvidosos, para fortalecer as almas destas pessoas, o Anjo do Senhor, em hábito de Pastor, apareceu ao referido Hermes e ordenou-lhe que a Páscoa seja celebrada por todos no Domingo: diante disto, com nossa autoridade apostólica, ordenamos que todos vós deveis observar estas mesmas instruções, porque também nós estamos observando as mesmas; nem deveis, de modo algum, discordar da vossa cabeça (vossos superiores!) etc.

⁴⁴⁶ Mas ainda que alguém, nós mesmos ou um anjo do céu, vos anuncie outro evangelho, além do que vos temos anunciado, esse seja anátema.

⁴⁴⁷ Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas: não vim revogá-los mas dar-lhes pleno cumprimento.

⁴⁴⁸ Três vezes grande.

Marsílio Ficino. Trata-se de uma doutrina sapiencial e soteriológica de tipo helênico-egípcio, sendo o mais notável destes escritos o *Poimandres*.

Diferentemente de muitos penitenciados pelo Santo Ofício e mesmo de hereges, Padre Carvalho não se sente obrigado pelo batismo a acreditar e seguir os princípios da fé católica: “Disse que ele réu não está já obrigado pelo batismo à Igreja Católica, porque Deus a reprovou e a mandou cessar”.⁴⁴⁹ Tal resposta causou grande escândalo entre os inquisidores, sendo ao réu afirmado que reconhecesse “a verdade infalível de nossa Santa Fé Católica, sujeitando-se ao que ela ensina e manda a Santa Madre Igreja de Roma, como é obrigado pela fé que recebeu no batismo e dignidade sacerdotal com que o honrou, como já nesta mesa lhe foi dito e lhe diriam as pessoas religiosas e doutas que com ele réu estiveram a quem tem a obrigação de crer, por serem pessoas doutas e versadas na inteligência da Sagrada Escritura.”⁴⁵⁰ Esta postura de não sujeitar-se a normas religiosas pré-estabelecidas também a encontramos em Baruc Spinoza que afirmava, quando de sua expulsão da Sinagoga, “Na verdade, não me obrigam a nada que eu mesmo não houvesse feito por não temer o escândalo. Porém já que querem assim, aceito com alegria o caminho que se me abre na confiança de que minha saída será mais inocente do que a dos primeiros judeus do Egito, ainda que minha subsistência não esteja mais assegurada do que a deles.”⁴⁵¹ De outra sorte Padre Carvalho chegou a afirmar “ele Réu é herege manifesto, e declarado, por se opor, e encontrar ao que manda, e ensina a Igreja; mas que o fazia pelo mesmo Deus o ensinar nos cárceres do santo ofício, o que não reputa pr ilusão do demônio, mas por especial favor do mesmo Deus, que o constitui profeta, para anunciar a subversão de Roma pelos erros da Igreja que enquanto aos costumes se não diferença do tempo, em que era gentílica, pois então se castigavam como culpas os ritos judaicos, assim como hoje se castigam.”⁴⁵² Assim para Carvalho a Igreja errava não tanto pela doutrina mas principalmente pelo afastamento dos costumes judaicos, retroagindo a antiguidade cristã sente-se completamente livre, até porque iluminado por Deus, para resgatar ao seio da Igreja as práticas judaizantes.

⁴⁴⁹ Proc. 9255. 2º maço. fl. 227v.

⁴⁵⁰ Ibid., fl. 228v.

⁴⁵¹ Gebhardt, Carlos. Spinoza. Buenos Aires: Editorial Losada, s/d, p. 37.

⁴⁵² Proc. 9255. 2º maço. Apêndice. fl. 9v.

Capítulo 8

A Torah de cor viva

“Ao dizer-se que a Lei escrita chamada de Moisés ficara derogada com a morte de Cristo, e que em sinal disso se rasgara o véu do templo, conforme afirma São Jerônimo e descera o Espírito Santo sobre os apóstolos como diz Santo Agostinho. Respondia ele réu que tanto fora pelo contrário derogar-se a Lei com a morte de Cristo que antes, sendo até então de morte cor, ficara de cor viva com a cor de graça, o que explicou com o exemplo de um pintor que lançando na tábua as primeiras linhas de morte cor, depois quando com cores vivas aperfeiçoa e dá alma à pintura, não se aparta das primeiras linhas, e sobre as mesmas é que vai aperfeiçoando a idéia, sem que as destrua, porque de outra sorte lhe seria necessário lançar outras de novo; e assim ficou a Lei da Graça com cor viva sobre as sombras de Lei escrita, sem que as destruísse ou derogasse.”⁴⁵³

Neste parágrafo encontra-se a concepção que Padre Carvalho tinha da Lei Mosaica, fundamentava-se nas palavras do próprio Jesus de Nazaré que disse: “Não penseis que vim ab-rogar a Lei ou os Profetas: não vim ab-rogar, mas cumprir. Pois uma verdade eu vos declaro, antes que passem o céu e a terra não passarão da lei um i nem um ponto do i, sem que tudo haja sido cumprido. Portanto, no Reino dos céus, aquele que transgredir um só desses mínimos mandamentos e ensinar os homens a fazer o mesmo será declarado o mínimo; pelo contrário, quem os puser em prática e os ensinar, no Reino dos céus será declarado grande. Pois eu vos digo: se a vossa justiça não ultrapassar a dos escribas e dos fariseus, de modo algum entrareis no Reino dos céus.”⁴⁵⁴ Este trecho evangélico tem sido, devido a interpretação que os cristãos fazem dele, uma passagem difícil no diálogo cristão-judaico, uma vez que da mesma forma que os islâmicos vêem no Islã a plenitude, o acabamento da fé Cristã, os cristãos vêem em Jesus e no seu Evangelho a Plenitude da fé Judaica. Para a teologia cristã, Jesus não só se propõe a cumprir a profecia messiânica, mas quer levar a Lei à perfeição e com isso dar o verdadeiro sentido ao código de vida

⁴⁵³ IANTT. IL. Proc 9.255. 2º maço, anexo fl. 7v.

⁴⁵⁴ Bíblia Teb Mt 5, 17-20.

religiosa em que a Lei então se transformara, com isso faz-lhe alcançar um perfeição radical e recobrar sua simplicidade original. O sentido de justiça aqui é interpretado como fidelidade dos discípulos a Lei de Deus, fidelidade nova, tornada possível e urgente pela interpretação autorizada que Jesus dá desta Lei. É exatamente esta autoridade inerente, como acreditam os cristãos, ou reivindicada por Jesus que colocará em contínuo conflito com os fariseus de Bet Shamai e com o Sinédrio. Disputa esta que prolongará nos primeiros séculos quando o cristianismo era ainda um seita judaica. Entretanto um patrimônio espiritual comum, em alguns aspectos, tem aproximado e repellido ao mesmo tempo judeus e cristãos ao longe destes dois últimos milênios. Martim Buber, filósofo e teólogo judeu-alemão escreveu: “Que temos em comum? Um livro e uma espera. Para vocês, o livro não é senão a anti-câmara, para nós é o próprio santuário [...]. Os nossos destinos são separados um do outro na era pré-messiânica. Aí o judeu é incompreensível para o cristão: ele é o obstinado que recusa ver quem chegou. E o cristão é igualmente incompreensível para o judeu: ele é o pretencioso que pretende que a religião seja um fato num mundo não redimido.”⁴⁵⁵

A separação entre judeus e cristãos começou pouco depois do ano 70 a. C. Antes dessa época, as polêmicas recíprocas tinham-se mantido ao nível de uma disputa interna do judaísmo, até quando o cristianismo se apresentou como uma seita e depois como uma heresia. De modo geral Paulo de Tarso, um fariseu convertido ao cristianismo, também denominado o “Apóstolo dos Gentios”, antes de várias cartas compiladas no Novo Testamento, acusado como o grande autor da ruptura com o judaísmo. No esforço de “auto-compreensão” da Igreja primitiva, a doutrina de Paulo, segundo a qual o homem não se redime pelas obras da Lei, mas só pela fé em Cristo, ⁴⁵⁶tornou-se motivo de escândalo para os judeus. Desconsidera-se assim o judaísmo como o caminho obrigatório para chegar a Deus, porque tanto para os judeus como para os pagãos só é necessário aderir à pessoa de Jesus Cristo, o Filho de Deus. Esta pregação paulina resultou-se totalmente herética para o judaísmo, basta recordar as inflamadas discussões ocorridas em Jerusalém no ano 50

⁴⁵⁵ Buber, Martim. Op. cit., p. 35.

⁴⁵⁶ Cf. Rm 3, 28; 4,5 Gl 3, 11; Ef 2,8.

a. C., provocadas inicialmente entre os próprios Apóstolos por causa das afirmações de Paulo.⁴⁵⁷ Nesta assembléia a qual é denominada na história da Igreja, como Concílio de Jerusalém, não foi tratada a questão de saber se os cristãos provenientes do judaísmo estavam obrigados ou não a observar a Lei. Tal questão foi discutida em Antioquia quando São Paulo repreendeu São Pedro por se separar dos cristãos oriundos do paganismo, temeroso de incorrer na desaprovação dos cristãos provenientes da circuncisão.⁴⁵⁸ Paulo sustentava que Cristo tinha ab-rogado a Lei para todos, estabelecendo uma nova aliança onde, conseqüentemente, só deviam conservar as observâncias mosaicas na medida em que serviam ao proveito das almas. Este ponto de vista paulino foi sempre de novo contradito pela maioria dos cristãos provenientes da Lei. Começou assim uma áspera polêmica, documentada veladamente no livro dos Atos e de maneira clara nas cartas paulinas. Quando Paulo sobe a Jerusalém os fiéis lhe lançam no rosto: “Podes ver, irmão, quantos milhares abraçaram a fé entre os judeus, e todos são ardentes partidários da Lei. Ora, eles estão a par de boatos que correm a teu respeito, o teu ensinamento induziria todos os judeus que vivem entre os pagãos, a abandonarem Moisés; Tu lhes dirias que não mais circuncidem os seus filhos e não mais sigam as normas.”⁴⁵⁹ A fim de levá-lo a desmentir o seu ensinamento sugerem-lhe, então, cumprir a purificação no Templo. Aquele que falava, Tiago ou outro membro influente da comunidade, contudo concordava com Paulo acerca da decisão do Concílio realizado oito anos antes, ou seja, que a Lei não era obrigatória para os gentio-cristãos.

Se com os líderes da Igreja de Jerusalém São Paulo pode ainda encontrar pontos de acordo, com os judaizantes não conseguiu de maneira alguma entender, pois estes afirmavam a irreversível necessidade de submeter os gentio-cristãos à observância da Lei. Daí por diante uma profunda lacuna foi criada entre os cristãos de origem judaica e os de origem gentílica. Padre Carvalho tem plena consciência desta crise que abalou a primitiva comunidade cristã, mas questiona a autenticidade

⁴⁵⁷ Cf. At 15,5-21.

⁴⁵⁸ Cf. Gl 2,14.

⁴⁵⁹ Isto é, as prescrições da Lei. Não era difícil mesmo para um simples judeu, tirar essas conseqüências do ensinamento de Paulo sobre a salvação pela fé, sem circuncisão e sem as obras da Lei (Cf. Rm 2,25-29; 3,21-26; 10,4; Gl 3,22). Na realidade, Paulo cogitava mais em não submeter a Lei os gentios convertidos do que desviar dela os judeus que tinham abraçado a Fé Cristã. (Cf. At 21,20-21).

destes escritos paulinos considerando-os adulterados: “O que me parece certo porque já Tertuliano Padre muito gravíssimo e antigo disse que muitas coisas apócrifas acrescentara um certo presbítero da Ásia nas obras de São Paulo que eram as mesmas de São Lucas autor dos ditos Atos dos Apóstolos de que fora repreendido por São João Evangelista mas como é propriedade da cizânia que uma vez semeada nunca deixa de crescer isso basta para ainda hoje durar. E disto é que a Igreja havia de fazer um exausto exame como era necessário para se evitarem muitas desordens principalmente naquilo em que se acha tanta contradição. Mas já que ela não fez, o dono da mesma seara o virá agora fazer, pois para isso mesmo a deixou crescer para colher tudo junto e fazer então a eleição que prometeu do bom e do mau”.⁴⁶⁰ Não foi possível confirmar nos escritos de Tertuliano a informação da apocrifidade dos escritos paulinos contrários à observância da Lei; por outro lado o réu combate veementemente estes escritos: “Bem vejo carne minha o que dizes como teólogo. Porém também quero que como tal me respondas a esta dúvida que se me oferece São Paulo aquele grande apóstolo com quem tu apontas esse mesmo é certo que foi acusado pelos judeus perante Pórcio Festo de que ele ultrajava a Lei e os costumes do tempo⁴⁶¹ não querendo deles usar e dando-os por abolidos quando porém, os mais apóstolos deles está comumente usando e, para que esta maior da minha proposição não vá assim nua de autoridade sem ser muito bem comprovada por um autor de santa nota da mesma Igreja olha o que diz Santo Agostinho por palavras suas expressas na exposição da epístola aos Gálatas = *Im prefatione tomo 4º. Et ideo Paulum Apostolum suspectum habere ceperunt, a quo illis disciplinam ceterorum Apostolorum qui gentes cogebant iudaizare*⁴⁶². Das quais manifestamente se mostra que tal acusação não era porque dizerem os acusantes que o dito apóstolo como se fora Simão Mago falava blasfêmias contra as tais cerimônias ou costumes porque nem dele se devia tal esperar senão porque as não queria usar quando os mais apóstolos delas oravam em tal forma que obrigavam as gentes a que também judaizassem como era que se circuncidassem e fizessem as mais celebrações carnis

⁴⁶⁰ Proc. 9.255, 1º maço; Tratado Teológico, fls. 7, 7v, § 20.

⁴⁶¹ Cf. At 24, 24-27.

⁴⁶² No prefácio do tomo 4º. E, portanto, começaram a considerar Paulo Apóstolo, o qual lhe anunciava o Evangelho, como suspeito por ser alguém que não observava a disciplina dos outros apóstolos que obrigavam as pessoas a aderir ao judaísmo.

do rito judaico querendo eles aceitar o Evangelho que lhes pregavam pois que de próprio sentido da palavra judaizante como assim expressou muito. O mesmo Santo Agostinho declara nestas palavras = *Asserverantes nihil eis prodesse Evangelium nisi circumciderentur et ceteras carnales iudaici ritus observationes subirent et ideo Paulum Apostolum suspectum habere ceperant tamquam non tenentem disciplinam ceterorum Apostolorum, qui gentes cogebant iudaizare.*⁴⁶³

Assim como a Lei é o alicerce da fé de Israel, para Padre Carvalho ela é a base, o alicerce da fé cristã, não lhe era possível conceber um cristianismo desprovido da observância restrita da Torah. Noutras passagens de seus escritos ou em seus depoimentos manifesta seu profundo pesar pela atitude da Igreja em abandonar a Lei preservada ao preço do sangue de numerosos judeu-cristãos na Antiguidade; assim ele afirma “que a Primitiva Igreja, que inteiramente se conservou cento e trinta anos, como refere Barônio, neste mesmo costume judaizante, e muito particularmente a dita Alexandrina [Comunidade cristã de Alexandria, Egito] como o confessa o mesmo São Jerônimo; e que nem por isso deixou de ser cristão; e que esta era a legítima Igreja afirmou Alexandre, bispo de Alexandria referido por Barônio e que nestes termos à vista do referido lhe parece é melhor e assim o tem para si sem dúvida alguma que seja a Igreja de Cristo cristã judaizante, como é de presente a Romana que nunca deixou os costumes bárbaros; e gentílicos; os quais são a observância do domingo⁴⁶⁴; a festa do Entrudo, chamada Bacanálias; as comédias; os nomes dos meses e dias por serem dos seus deuses, em tal forma que mesmos concílios e Bulas pontificias vem expressados *Die Jovis, dies Martis*^{465 466} – e a festa das candeias que se faz aos 2 de fevereiro, por ser a mesma

⁴⁶³ Afirmando que de nada seria de proveito o Evangelho a não ser que fossem circuncidados e assumissem as outras obrigações da legislação judaica a respeito da carne e, portanto, começaram a considerar Paulo Apóstolo, o qual lhes anunciava o Evangelho, como suspeito por ser alguém que não observava a disciplina dos outros Apóstolos que obrigavam as pessoas a aderir ao judaísmo. Proc. 9.255. 1º maço; tratado Teológico. fl. 6v, §17.

⁴⁶⁴ Sobre esta questão do Domingo ver subtítulo “Páscoa entre dominicanos e quartodecimanos” desta tese.

⁴⁶⁵ Dia de Júpiter, Dia de Marte.

⁴⁶⁶ Após o Édito de Milão não houve basicamente modificação no calendário Juliano, que tinha como ano inicial o da fundação de Roma (653 a.C.) e na exceção do “*Dies Solis*”, que logo depois foi denominado “*Dominica*”, os demais dias da semana conservaram seus nomes reverenciando as divindades pagãs, como se conserva até hoje na maioria das línguas neolatinas e germânicas. Apenas no português, o latim eclesiástico conseguiu impor sua nomenclatura: “*Domenica, feria secunda, feria tertia, feria quarta, feria quinta, feria sexta, sabbatum*”. In. Os calendários. s/a. Goiânia: Seminário Santa Cruz, 1984; p. 4. Texto datilografado. Em Inglês os dias da semana conservam integralmente os nomes pagãos não abrindo exceção para o domingo ou

que os gentios faziam a Proserpina,⁴⁶⁷ deusa dos infernos, em purificação das almas; e que portanto não haver mais lástima do que verem-se os ritos gentílicos ainda observados sendo diabólicos e os judaicos, sendo divinos, de todo extinto em que mal se conforma Ezequias, que ainda a mesma serpente de Moisés fez em pedaços.⁴⁶⁸

As lamentações do Padre Carvalho referem-se ao desvanecer do judeu-cristianismo, o qual ocorreu no século IV, quando o cristianismo já era vitorioso sobre o paganismo. Já no início desta centúria, houve uma reorganização da Igreja com propósitos uniformizantes. As doutrinas e costumes hebraicos ignorados em grande parte do mundo cristão helênico, foram em muitos lugares considerados causadores de divisões entre os fiéis, sendo por isso asperamente combatidos. Sábios e bispos helenistas, trabalharam em comum acordo neste programa e legitimaram suas metas por meio de Concílios. A primeira tomada de posição, logo depois do Édito de liberdade cristã, deu-se no Concílio de Nicéia realizado em 325, quando se reuniram cerca de 318 bispos, destes 18 são provenientes da Palestina e “devemos dizer que o Concílio desconhece completamente a corrente judeu-cristã. De fato, os bispos do Concílio eram todos de origem pagã, e representados de cidades litorâneas. Sabemos, por exemplo, que neste tempo vivia em Tiberíades um bispo

o sábado. Entretanto no século XI o monge cita Dionísio Exíguo adaptou o Calendário Juliano à contagem dos anos a partir do nascimento de Cristo.

⁴⁶⁷ Proserpina. “Filha de Júpiter e de Ceres, mulher de Plutão e deusa dos Infernos. É representada ordinariamente sob a figura de uma mulher formosa sobre um trono de ébano, com fisionomia triste, tendo na mão uma papoula, símbolo do eterno sono”. In. Drummond, João Hilário de Menezes. Dicionário dos Nomes próprios, compreendidos, usados e conhecidos na História e na Mythologia. Rio de Janeiro & Lisboa: Francisco Alves & A Editora, 1910; p. 363. Padre Carvalho refere aqui a mais antiga solenidade cristã dedicada à mãe de Jesus, denominada de Purificação de Maria, também conhecida por *Candelária*, “foi solenizada pelos gregos provavelmente como festa do Senhor e a chamaram Υπαπαντή ou Υπαντή (*Ypapantê* ou *Ypantê*) isto é, encontro de Cristo com o velho Simeão. É documentado já no século VI, em Jerusalém; no IV, na Síria e no Egito; no VI, em Constantinopla. Originalmente era celebrada como Quadragésima da Epifania, isto é, em 14 de fevereiro, mas depois da introdução da festa do Natal foi antecipada. Parece que a procissão da Candelária se tenha originado em Roma para eliminar uma procissão lustral pagã e só mais tarde (nos séculos VI ou VII) se tenha fundido com a festa da Purificação de Maria.” In. Bihlmeyer, Karl & Tuechle, Hermann. História da Igreja. São Paulo: Edições Paulinas, 1964; pp 349-50.

⁴⁶⁸ Proc. 9.255, 1º maço; fls. 164, 165. O réu refere-se aqui a passagem de 2 Rs 18, 1-21, onde relata a subida de Ezequias ao trono de Judá e de seu piedoso reinado, como defensor do culto jovista fez desaparecer os lugares altos, quebrou estelas, destruiu o poste sagrado (Os postes sagrados – hebr. hrva, asherah) eram objetos de madeira erguidos nos santuários cananeus em honra da deusa Asherá (Cf. 1 Rs 15, 13 nota), mãe de Báal e protetora da vegetação (Cf. Dt 16, 21; Jz 6, 25-32) e esfacelou a serpente de bronze que Moisés fabricara; pois até então os filhos de Israel lhe tinham oferecido incenso: chamavam-na Nehshtan, !Tvxh, deriva de nahash “vxh: serpente, cobra, Serpentária”. In Berezin, Rifka. Op. cit. p. 438.

judeu-cristão⁴⁶⁹ muito ativo na conversão dos hebreus, que não compareceu ao Concílio. Até mesmo a sua cidade começa a aparecer nas listas conciliares apenas a partir do V século, quando os judeu-cristãos tinham sido suplantados pelos cristãos-gentios: Além do mais na lista de Nicéia os bispos palestinos têm nomes gregos e não aparece nenhum caracteristicamente hebreu, como podemos encontrar na Igreja de Jerusalém antes de 135. A mesma observação onomástica pode-se fazer para outras cidades. Podemos, pois, dizer que nenhum bispo judeu-cristão participou do concílio. A ausência deles deu liberdade de ação aos capitulares, que puderam estabelecer normas sobre certas questões sem encontrar oposição. Faltou, portanto, o diálogo”.⁴⁷⁰ Padre Carvalho tinha conhecimento do significado trágico do Concílio de Nicéia para o judeu-cristianismo: “Passados, porém, já depois de tudo isto alguns mais de 1200 anos sucedeu também que celebrasse o Sacro Santo Concílio Niceno, assim chamado por ser feito em Nicéia, cidade da Bitínia, a que de todas as partes 318 Bispos que pela distância dos caminhos mandou Vito e a Vicêncio para que juntamente com Alexandre, Bispo ou Patriarca de Alexandria presidissem ao mesmo concílio; a que porém com a sua própria pessoa assistiu o Imperador Constantino patrocinando-o com todo o seu respeito e autoridade e por cuja razão se fez o seu nome tão célebre na Igreja;⁴⁷¹ que melhor fora nele se não intrometesse para que a fé que se intentava estabelecer no tal concílio, se não visse perigar em tantas as almas quantas hoje a mesma Igreja chora na perda de toda a Ásia,⁴⁷² e assim a seu exemplo todas as mais; de que por isso tanto dele se queixavam os mesmos orientais como tudo melhor se entendera pelo discurso desta nossa história. Neste concílio pois se tratou de dois pontos mais importantes, com a Igreja se via de perigar por causa dos arianos que em ódio da verdadeira Lei dos judeus lhe queriam negar os principais fundamentos de toda a sua fé, quais eram os que já Simão Mago e os seus sequazes⁴⁷³ em tempo dos mesmos apóstolos tinham semeado para perverterem esta

⁴⁶⁹ Patrologia Graeca 41, 407-428.

⁴⁷⁰ Bagatti, Belarmino. Op. cit. pp. 97-8.

⁴⁷¹ Na Igreja Grega Constantino é venerado como santo.

⁴⁷² Padre Carvalho refere-se aqui as comunidades cristãs da Ásia Menor, fortemente influenciadas pelo judeu-cristianismo, que defenderam ardentemente a celebração da Páscoa em 14 de Nisan.

⁴⁷³ Refere-se aqui a duas questões que envolvem a pessoa de Simão, o Mago, um heresiarca dos primórdios da Igreja: a) Simonianos: Seguidores do mago Simão, representante do messianismo samaritano nos princípios do cristianismo e considerado pai do gnosticismo. Os membros desta seita professavam uma doutrina

mesma Lei, e com tal aceitação entre a gentildade de Grécia e Roma que todos lhe tinham levantado estátuas como a Deus”.⁴⁷⁴ Esta vigorosa crítica carvalhiana, muito bem fundamentada, tem ao tentar elucidar a influência de práticas e doutrinas simoníacas na cristandade, o equívoco histórico de afirmar a existência na antiguidade cristã, de um antigo culto idolátrico a Simão, o Mago. Entretanto é fato que após o Concílio de Nicéia a liderança cristã esforça-se para restringir a comunicação dos cristãos oriundos da Grande Igreja com os judeus e judeu-cristãos então considerados heréticos. Convém lembrar que as decisões disciplinares de Nicéia sobre a Páscoa não foram imediatamente postas em prática. Teodoreto de Ciro confirma-nos este fato ao relatar que um santo monge, chamado Abraão, celebrava a Páscoa com os judeus, “dando a impressão de ignorar o que tinha decidido os Padres de Nicéia”.⁴⁷⁵ A convocação do sínodo de Antioquia em 341 a.C. confirma o fato de que as decisões conciliares contrárias as práticas judaizantes entre os cristãos não estavam sendo acolhidas com unanimidade, assim no primeiro cânon estabelece a excomunhão para aqueles que queriam enfraquecer os decretos do Concílio de Nicéia sobre a Páscoa. Para os bispos, sacerdotes e diáconos que ousassem celebrá-la com os judeus, decretaram sem hesitar a deposição, argumentando que com tal procedimento eles traziam a perturbação no seio da Igreja, mostrando-se alheios à mesma. O cânon 71⁴⁷⁶ do mesmo sínodo, estabeleceu que “se um cristão levar óleo aos templos pagãos ou a uma sinagoga dos judeus, para as suas festas ou acender uma lâmpada, deve ser segregado”. O mesmo cânon cita que “se um diácono ou outro clérigo qualquer que jejuar com os judeus, ou celebrar com eles as festas ou nelas receber presentes, como pão ázimo ou outras coisas semelhantes, seja deposto. Se for leigo, seja segregado. Menciona ainda ao costume de se darem presentes na festa de Purim, os quais evidentemente mantinham comunhão entre os participantes.”⁴⁷⁷

ascética, escatológica e sincrética tendo se envolvido com os apóstolos que os desmascararam (Cf. At 8); b) Simonia: Ato deliberado de comprar ou vender algo espiritual ou vinculado ao espiritual. O nome também provém de Simão Mago, que procurou comprar dos apóstolos certas graças espirituais, conforme é narrado nos Atos dos Apóstolos capítulo 8.

⁴⁷⁴ Proc. 9.255 1º maço, Memorial... fl. 66v.

⁴⁷⁵ Patrologia Graeca 82, 1335-1336.

⁴⁷⁶ Patrologia Graeca 137, 181-182.

⁴⁷⁷ Id.

O sínodo de Laodicéia reafirmou os cânones anti-judaicos de Antioquia. Laodicéia da Frígia foi no século II o baluarte dos quartodecimanos judeu-cristãos. E em 380 o concílio regional que ali celebrou, condenou as práticas rituais judaizantes e o culto aos anjos. Os cânones 14 e 37-38 deste sínodo, estabelece que se um quartodécimo deseja converter-se, deve primeiro anatematizar a heresia e que não deve repousar no sábado, mas trabalhar, reservando o repouso para o Domingo.⁴⁷⁸ Outro costume judeu-cristão combatido pelos Padres foi o dos filactérios. O cânon 36 do Concílio de Laodicéia diz: “Não convém às pessoas consagrados ou aos clérigos fazerem-se de magos, encantadores, matemáticos, astrólogos ou fazer os assim chamados filactérios, que são cadeias para as almas. Ordenamos que aqueles que praticam tais coisas sejam expulsos da Igreja.”⁴⁷⁹ Conforme atesta o cânon 35, o sínodo de Laodicéia combateu tenazmente o culto indiscriminado anjos: “Os cristãos ao saírem da Igreja não devem invocar os anjos ou organizar reuniões secretas. Se alguém for surpreendido fazendo ocultamente ações idolátricas seja anatematizado, porque abandonou o seu senhor Jesus Cristo, Filho de Deus e se achegou a idolatria.”⁴⁸⁰ Sabe-se que a angiolatria é um componente característico da teologia judeu-cristão herdada da apocalíptica judaica. “É notável o lugar que esta ocupa no I Livro de Henoc. Segundo Flavio Josepho o conhecimento dos nomes dos anjos é uma característica da gnose essênica e um aspecto da gnose judeu-cristã.”⁴⁸¹

O século VI foi sem dúvida o século de maior perseguição à comunidade judeu-cristã, se por um lado havia uma perseguição declarada da Grande Igreja, legítima por numerosas leis canônicas, por outro a Sinagoga, ciente dos perigos do proselitismo judeu-cristão recrudescer sua postura. Antecedentes encontramos no formulário da 12^a das Shemoneh Esreh⁴⁸², redigido por volta do ano 85 por

⁴⁷⁸ Ibid. 137; 1359-1360; 1375-1378; 1391-1392.

⁴⁷⁹ Ibid. 137; 1387-1388.

⁴⁸⁰ Ibid. 137, 1383-1386.

⁴⁸¹ Daniélou, Jean. *La Teologia del giudeo-cristianesimo*. Bologna: Società editrice il Mulino, 1914; pp. 181-2.

⁴⁸² Shemoneh Esreh. Hebr. “hrf[-hnw]mv. As dezoito bênçãos recitadas na oração diária, a Amidá.” In. Berezin, Rifka. *Op. cit.* p. 639. “Oração das dezoito bênçãos. A principal oração, também conhecida como Tefilá (prece) ou Amidá (“de pé”, assim chamada por ser recitada nessa posição). As dezoito bênçãos não foram agrupadas numa mesma ocasião e seu texto reflete situações políticas e econômicas das datas de sua composição. Foram ordenadas tradicionalmente pelos homens que compunham a grande Assembléia, e

iniciativa de Ganaliel II,⁴⁸³ cujo texto palestinese diz: “Que não haja esperança para os apóstatas e que o reino do orgulho seja prontamente erradicado em nossos dias, os *nosrim*⁴⁸⁴ e os *minim* pereçam subitamente, que sejam canceladas do livro dos vivos e não sejam contidos no número dos justos. Bendito sejas Tu, ó Senhor, que abaixa os orgulhosos.”⁴⁸⁵ Conforme vimos no capítulo 6, nas fontes judaicas os judeu-cristãos são denominadas *minin*, forma plural hebraica da sigla MIN, abreviatura de Ma’aminei Yeshua há-Notzri,⁴⁸⁶ isto é, Crentes de Jesus o Nazareno. Segundo o historiador e arqueólogo franciscano Pe. Belarmino Bagatti, o vocábulo *minin*, “usualmente significa ‘hereges’, se bem que alguns autores modernos, em conformidade com a linguagem dos Padres, dêem à palavra o significado de ‘crentes’. Os dois significados encontram a sua explicação histórica, porque estes judeu-cristãos para os judeus eram ‘hereges’ e para os cristãos eram ‘crentes’ em Cristo.”⁴⁸⁷ No Talmud, cuja composição abrangeu o período que vai do final do século III ao final do VI, existem várias referências sobre fatos e doutrinas referentes aos *minin*. A exclusão dos judeu-cristãos das sinagogas, cujo eco encontra-se no próprio Evangelho,⁴⁸⁸ foi apenas uma das circunstâncias negativas desta luta

algumas se originaram seguramente nos tempos do segundo Templo. Outras foram adicionadas e algumas redigidas depois da destruição do segundo Templo, uma das quais, a bênção contra os sectários (*Birkat Ha-Minim*) foi inserida pelo rabino Gamabiel no sínodo rabínico de Jabné. Na Babilônia foi adicionada a Bênção de Davi, elevando o número de bênção a 19. Nas preces públicas, exceto no culto vespertino, as dezoito bênçãos são recitadas pela congregação e repetidas pelo cantor, sendo a *Kedushá* inserida durante a repetição na terceira e a bênção sacerdotal, em certas ocasiões na décima nona. O nome se aplica também erroneamente a *Amidá* de *Shabat* e nas datas festivas quando o número de bênçãos é bem menor. A) Primeiras bênçãos: Louvor: 1) Comemoração dos Patriarcas; 2) Grandeza de Deus, como fenômeno natural; 3) Consagração de Deus. B) – Bênçãos intermediárias: Preces para: 4) Compreensão; 5) Penitência; 6) Perdão; 7) Redenção; 8) Cura; 9) Bênção para a colheita; 10) Libertação do exílio; 11) Restauração dos juizes; 12) Destruição dos sectários; 13) Recompensa dos justos; 14) Restauração do Reinado de Davi. C)- Últimas bênçãos: Louvor e Graças: 15) Aprovação da prece; 16) Restauração do culto do Templo; 17) Graças; 18) Bênção dos sacerdotes, oração para a paz. Inserem-se acréscimos nas bênçãos em ocasiões especiais por exemplo, no final do *Shabat*, no dia 9 de Av, nos jejuns e na Lua Nova”. Schlesinger, Hugo. Pequeno vocabulário de judaísmo. Op. cit. pp. 235-6.

⁴⁸³ Segundo Cecil Roth Rabi Gamaliel II era um líder arrogante e encontrou acirrada oposição na pessoa do democrático Rabi Josué ben Hanania. Cf. Roth, Cecil. Pequena História do povo judeu. São Paulo: Fundação Fritz Pinkuss, 1962; p. 161.

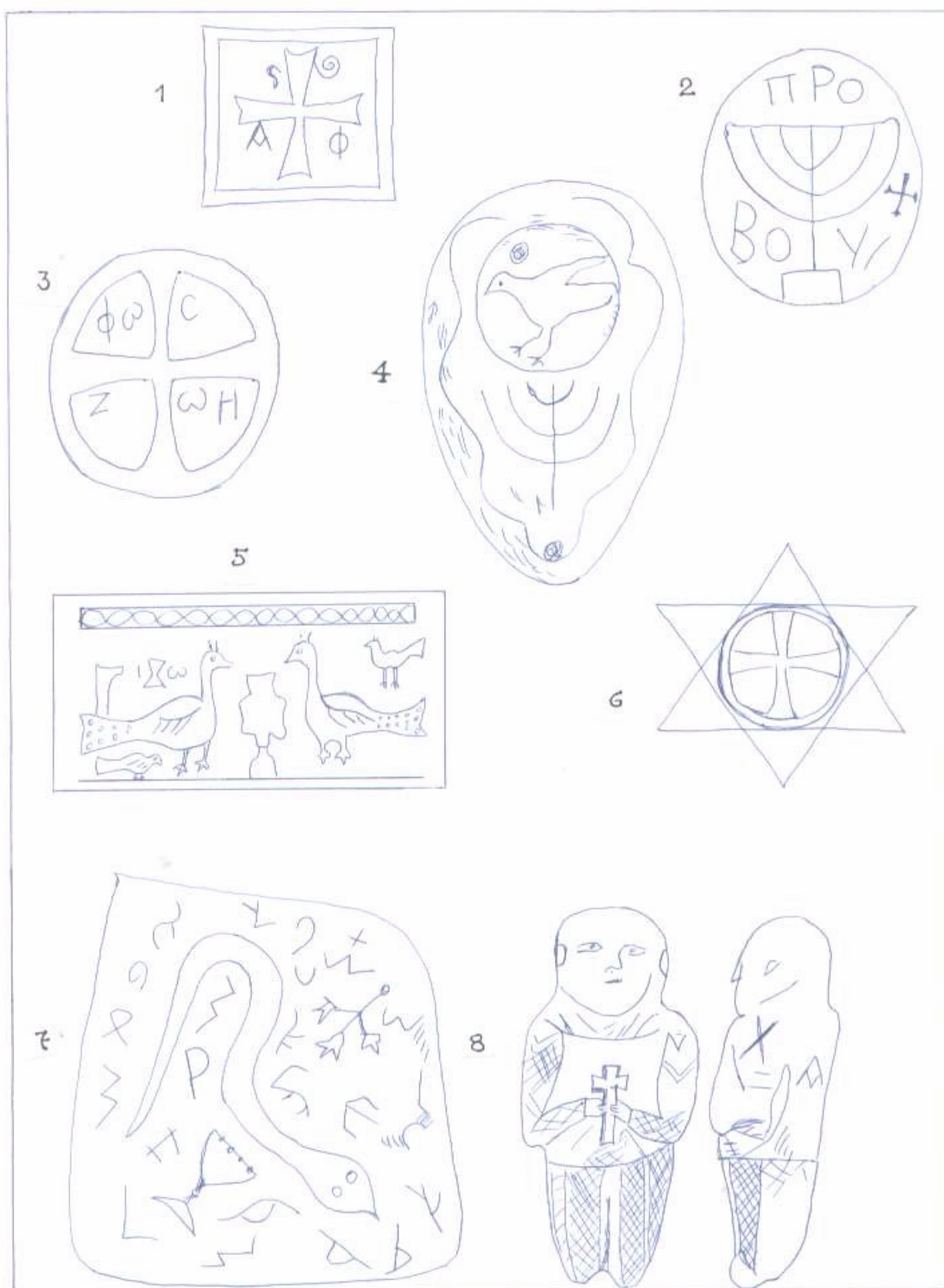
⁴⁸⁴ Algumas vezes os *nosrim*, isto é, nazarenos, eram referidos separadamente dos ebionistas e outros grupos judaizantes, mas de modo geral a literatura judaica do período ao referir-se ao *minim*, incluía todos os judeu-cristãos, inclusive os nazarenos.

⁴⁸⁵ Sidur Ha-Meriaz. Libro de oraciones según el rito sefaradí e manual práctico de judaísmo com traducción, comentarios, preguntas y respuestas por Rabbí Meir Matzliah Melomed. Jerusalém: Centro Educativo Sefaradi, 1988; p. 95.

⁴⁸⁶ Ma’aminei Yeshua há-Notzri. Hebr. Hbyrcn y[Wvynmam: crentes de Jesus o Nazareno.

⁴⁸⁷ Bagatti, Belarmino. A Igreja da Circuncisão: História e arqueologia dos judeu-cristãos. Petrópolis: Vozes, 1975; p. 107.

⁴⁸⁸ Cf. Jo 9,22; 12,42.



Inscrições rupestres e cerâmicas judeu-cristãs. Vide legenda no verso.

encetada para afastar os *minim* dos judeus, pois tomaram-se também outras medidas mais oportunas. Devemos levar em consideração o testemunho dos *minim* a respeito da lua nova, como se vê na *Mishná*: “Antes se aceitava o testemunho de qualquer um sobre a lua nova, mas devido ao modo de agir perverso dos hereges foi decretado que não aceitassem a não ser os testemunhos seguros”.⁴⁸⁹ Dentro das medidas restritivas da Sinagoga, chegou-se a resolução que os *minim* deveriam ser mais evitados que os pagãos, considerando-os mais perigosos por causa das atitudes proselitistas que desenvolviam. Rabi Tarfon prescreveu: “Se alguém for perseguido para ser morto, ou se uma serpente correr atrás dele para mordê-lo poderá entrar num templo idólatra, mas não nas casas dos *minim*, porque uns negam conhecendo outros negam sem o conhecer.”⁴⁹⁰ Com o objetivo de controlar a propaganda, o judaísmo rabínico teve especial atenção à literatura dos *minim*: “O Rabino Aqiba ensinava que não terá parte no reino futuro quem lê livros externos, expressão que na Guemara de Babilônia é explicada como ‘livros dos *minim*’. Sendo tais livros heréticos, deviam ser queimados se chegasse às mãos de um judeu. Quanto à maneira prática de fazê-lo o Rabi Tarfon propunha: ‘fora do sábado, pode-se tirar a menção do nome divino que eles contém, guardá-la e queimar o resto’. Opinião semelhante e abraçada pelo Rabino Ismael que dizia: ‘Se para estabelecer a paz entre um homem e uma mulher a Torah permite cancelar na água o nome sagrado, com mais razão é permitido, aquilo que provoca o ciúme, o ódio e a cólera de seu Pai do céu contra Israel.’ Aos *minim* e os seus livros aplicavam-se as palavras do Salmo 139, 21-22: “Na verdade, ó Senhor, odeio aqueles que te odeiam e abomino os teus adversários. Odeio-os com extremo ódio; eles se tornaram os meus inimigos pessoais.” Segundo Rabi Aqiba a necessidade de fazer desaparecer tais livros era tão urgente que deveriam ser queimados sem a preocupação de tirar deles o nome divino. Entre os livros heréticos estão incluídos principalmente os cristãos, pois o Tosephta ao falar deles precisa: ‘os Evangelhos’.⁴⁹¹ Entre os *minim* o mais mencionado é “um certo Jacó, que viveu entre os anos 100 e 120, completamente

⁴⁸⁹ Rosh Ha-Shanah 2,1. In. The Mishnah. Trad. Danby, H. Oxford Press, 1933; p. 189.

⁴⁹⁰ Id.

⁴⁹¹ Journal of Near Eastern Studies. Chicago, 1943; II, p. 189. Apud. Bagatti, Belarmino. A Igreja da Circuncisão: História e Arqueologia dos judeu-cristãos. Op. cit. pp. 115-6.

desconhecido pelas fontes cristãs. Em três ocasiões o encontramos em Séforis na Galiléia, a fim de discutir com os judeus, ou para operar curas em nome de Cristo. Os relatos contidos nas fontes judaicas nos dão a entender a forma do apostolado judeu-cristão no mundo judaico e porque o mesmo resistia. Em algumas fontes Jacó é considerado proveniente de Kefer Soma, em outras de Kefer Sekaniah, nomes que segundo os modernos geógrafos correspondem respectivamente as aldeias atuais de Kefer Semai e Kefer Saknin. Nesta última aldeia existe uma tumba venerada como sendo a do “Justo Jacó” e pode ser considerada como o seu mausoléu. A dupla forma de referir a Jacó fica certamente resolvida quando consideramos que o provável local do nascimento deste *mim* seja Kefer Soma e Kefer Saknin o local onde passou o maior parte de sua vida e faleceu.

A partir do Midrash Rabbah, Bagatti publica relevantes episódios ocorridos com Jacó, o Min: “Foi por isto (por desobedecer à lei de não falar com os minin) que Rabi Eleazar ben Dama, o filho da irmã do Rabi Ismael, encontrou a morte. Ele foi mordido por uma serpente e Jacó de Kefer Sekaniah veio para curá-lo, mas Rabi Ismael não lhe permitiu, dizendo: ‘Não te é permitido, Ben Dama (aceitar ajuda de um *min*)’. Ele respondeu-lhe: ‘Permite-me, e eu ti citarei uma prova da Torah, que é permitido; mas não teve mais tempo de citar a prova, pois morreu. O Rabi Ismael alegrou-se e exclamou: Sejas feliz, Ben Dama, tu que expiraste num estado de pureza e não rompestes a sebe erguida pelos Sábios! Pois quem rompe a sebe levantada pelos Sábios será algum dia castigado por isto; como está dito: “Quem derruba uma sebe, pode ser mordido pela serpente! (o significado é) uma serpente não morderá no futuro. Que poderia ele citar (como prova da Torah)? Os quais (preceitos) se um homem os pratica e por eles vivera.’ (Cf. Lv 18,5), e ‘Ele viverá por isto’, isto é não morrerá.”⁴⁹² O tradutor deste texto observa que o moribundo “teria argüido que para salvar a vida a lei de não ter relações com um *min* não devia ser aplicada. O Talmude Palestinense relata que o “neto (do Rabi Joshua ben Levi) teve certa vez um ataque de sufocamento. Certo homem veio e falou em voz baixa sobre o enfermo do nome de Jesus Pandera. E quando saía, ele (Rabi Joshua) perguntou-lhe: ‘o que acabas de sussurrar sobre ele: Respondeu-lhe:

⁴⁹² Midrash Rabbah, Ecle 1, 8,3. London: Soncino Press, 1983; 951; p. 28.

‘uma certa palavra’. Ele retrucou: ‘Teria sido melhor para ele morrer do que acontecer-lhe isto’.⁴⁹³ Algumas notícias históricas procedentes de fontes judaicas como os relatos acima demonstram que a prescrição do Apóstolo Tiago (1º bispo de Jerusalém e patriarca dos judeu-cristãos) para os presbíteros da Igreja ungirem os enfermos para a cura,⁴⁹⁴ foi largamente usado entre os *minim* e era fonte de proselitismo. “Neste sentido o *min* Jacó de Kefer Soma, que atuava na Galiléia durante a primeira metade do século II, é um dos mais conhecidos, embora não tenha sido o único. Mais tarde um outro presbítero anônimo fez a mesma cerimônia em favor de um judeu que sofrera uma crise respiratória. Assim não devemos admirar que em Tiberíades o patriarca judeu tivesse chamado junto de seu leito de morte um médico judeu-cristão, que ao mesmo tempo era o bispo, como se afirma do conde Iosef de Tiberíades.”⁴⁹⁵

Por estes fatos constatamos que as discussões teológicas entre o judaísmo normativo e o judeu-cristianismo não eram somente litigiosas, em muitos casos havia um bom relacionamento entre indivíduos ou grupos. Atestam ainda a presença de médicos judeu-cristãos, o que evidencia o prestígio social que muitos destes gozavam no seio da comunidade judaica.⁴⁹⁶ Na Segunda metade do século III a situação de exclusão da comunidade judeu-cristã palestinese foi intensificada pela penetração dos cristãos de origem pagã no meio dos vilarejos do litoral palestino. Estes sentiam na obrigação de dificultar as “práticas judaicas” de seus irmãos de origem hebraica. Da parte dos judeus a posição oficial continuava acirrada no sentido de os considerarem hereges. “Entretanto alguns judeus estudiosos da Lei, de mentalidade mais aberta que os demais, consideravam mais oportuno não maltratar demasiadamente os *minim*. Ao final de contas, os judeu-cristãos, se comparados com os cristãos de origem gentia, tinham conservado ao menos alguma coisa do judaísmo. Esta opinião foi defendida pelo Rabi Simon ben Lakish que ensinou em

⁴⁹³ Talmude Palestinense, Shabbath, 14 d; Goldstein, p. 113. Apud. Bagatti, Belarmino. Op. cit. p. 120.

⁴⁹⁴ Cf. Tg 5,14-16, Mc 6,13. Prescrição que na Igreja antiga deu origem ao sacramento da Unção dos Enfermos, em certo período denominado “Extrema Unção”.

⁴⁹⁵ Bagatti, Belarmino. Op. cit. pp. 125, 258.

⁴⁹⁶ Conforme uma frase do Rabi Abba ben Kahana, que viveu no século III, sobre o tempo da vinda do Messias, concluímos que não parecia estranho aos judeus que os *minim* freqüentassem escolas judaicas: “Quando vides os bancos da escola cheios de *minim*, então esperai a vinda do Messias.” In. Buchler, A. Studies in Jewish History, Oxford, 1956; p. 251. Apud Bagatti p. 124.

Tiberíades em meados do século III e morreu pelo ano 275. Realmente, foi ele quem levantou a voz em favor dos transgressores ou apostados, pois costumava dizer, estavam tão cheios de mandamentos como uma rama de grãos [por isso acrescentava]: O fogo da Geena não tem poder sobre os judeus apóstatas'. Como prova referia a um versículo do Cântico dos Cânticos (4,3): 'As tuas faces são como um pedaço de romã'.⁴⁹⁷

Sem referir a escritos rabínicos como o de Rabi Sinon ben Lakish, Padre Carvalho reforça a idéia de que os preceitos evangélicos não contradizem a Lei: "E se não dize-me quando um legislador confirma uma Lei de que está atual muito usando e diz eu não venho a desfazer esta Lei, mas venho a encher para ele por toda a perfeição e para isso quero que se faça mais esta ou aquela circunstância é só para que se faça a dita circunstância e se deixe o mais de que se usava! De razão parece que não porque então fora escusado ou confirmado senão dizer faça se isto e não aquilo expressando necessariamente o que derogava porque de outra sorte sempre aí ficava no seu antigo vigor como assim é comum entre todos os juristas: e pois se o mesmo Cristo nosso Divino Legislador instruindo aos seus Discípulos na Lei que deviam observar lhes certificou que ele não vinha a derogar o que se observava senão enchê-la = *Non veni solvere legem sed adimplere*.⁴⁹⁸ Para Padre Carvalho a verdadeira Igreja era cumpridora fiel do Antigo e Novo Testamento, da Lei de Moisés e da Lei de Cristo. Nesta dupla observância encontraria a abundância dos dons de Deus a semelhança dos grãos de uma romã. O vigor, a vivacidade da "Lei da graça como cor viva sobre as sombras da Lei escritas, sem que as destruísse ou derogasse."⁴⁹⁹ Sua profunda afinidade e admiração pela Lei e costumes judaicos e sua tentativa de resgate dos mesmos, coloca sua proposta de reforma, de certa forma, anacrônica se considerarmos os largos séculos que o distanciava do judeu-

⁴⁹⁷ Marmorstein, A. Judaism and Christianity in the middle of the third century. Hebrew Union College Annual-HUCA. Cincinnati, USA. Vol. 10. p. 223.

⁴⁹⁸ Não vim abolir a lei, mas completá-la. Proc. 9.255, 1º maço; Tratado Teológico; fl.7v, § 23. Cf. Mt 5, 17. O texto da Bíblia Vulgata traz "Não vim para abolir, mas sim para levá-los á perfeição". In Bíblia Sagrada. São Paulo: Editora Ave Maria, 1981. A Bíblia Teb, traz: "Não vim ab-rogar, mas cumprir". Entretanto na nota de rodapé desta última Bíblia, referente a este versículo diz: "Cumprir. O verbo grego *plêroun* pode significar *realizar* (por exemplo uma profecia: 1, 22 nota) ou *encher* (uma red: 13, 48: uma medida: 23, 32). Por esta explicação podemos concluir que ambas as versões (*cumprir* ou *completar*) estão corretas.

⁴⁹⁹ Proc. 9.255, 2º maço. Anexo fl. 7v.

cristianismo histórico. Marcel Simon relata com pertinências os últimos suspiros dessa significativa corrente do cristianismo antigo: “Embora o judeu-cristianismo, em sua forma clássica, estivesse condenado a vegetar até a completa extinção, tentou, por outras vias, adaptar-se às novas condições [...] até inícios do século V levaram existência obscura, desaparecendo em seguida: alguns foram, provavelmente, absorvidos pela Igreja, outros pela Sinagoga.”⁵⁰⁰

⁵⁰⁰ Simon, Marcel & Benoit, André. *Judaísmo e Cristianismo Antigo: de Antíoco Epifânio a Constantino*. São Paulo: Pioneira & Edusp, 1987; pp. 107, 110.

Capítulo 9

Outro nome senão judeu

Durante quase todo o período inquisitorial lusitano idéias racistas marcaram os regimentos do Santo Ofício.⁵⁰¹ Os prisioneiros da Inquisição “eram qualificados segundo a quantidade de sangue judaico que tinham nas veias, presumindo-se a heresia proporcional a essa porcentagem.”⁵⁰² Na prática inquisitorial e nas sociedades ibéricas uma ascendência judaica, ainda que fosse distante, era determinante e identificadora do indivíduo. Esta realidade indignou o autor do “Memorial a favor da gente da nação hebréia”.⁵⁰³ “Esta [a razão natural]” nos ensina que as cousas novas se vão fazendo velhas com o tempo; aqui vemos totalmente o contrario, porque quem de uma vez teve a reputação de cristão-novo, por mais tempo que passe, todos os seus descendentes foram sempre cristão-novos, e ajuntando-se com alguns cristãos-velhos e estes se renovam com a mesma novidade, e ficam cristãos-novos para sempre. E o pior é que não sendo o homem em si divisível achou a malícia dos homens nos tempos presentes modo por que a dividiu em quartos oitavos e meios oitavos, e quando não achavam o número destes o dividiam em partes”.⁵⁰⁴ Com o afã de encontrar nas origens do padre Carvalho uma ascendência judaica que justificasse suas idéias judaizantes, o costado de sua avó materna Ângela Cruz Quaresma foi quase que unanimemente considerado judaico pelas testemunhas processuais.⁵⁰⁵ Costado proveniente de famílias cristãs-novas estabelecidas na Bahia no longínquo século XVI. Seja para justificar sua postura judaizante, seja para manifestar sua revolta contra as leis discriminatórias impostas aos cristãos-novos, relata o réu ao seu companheiro de cárcere José Pereira

⁵⁰¹ Durante os 3 séculos de funcionamento da Inquisição em Portugal, houve cinco regimentos. O primeiro publicado em 1552; o segundo em 1570; o terceiro em 1613; o quarto em 1640 e finalmente o de 1774. Somente este último, publicado no período pombalino encontra-se suprimido as leis discriminatórias dos cristão-novos, uma vez que a distinção entre cristãos-novos e velhos foi suprimida através da Carta de Lei de 25 de maio de 1773.

⁵⁰² Leipiner, Elias. Santa Inquisição: Terror e linguagem. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1977; p. 96.

⁵⁰³ A autoria desta obra é geralmente atribuída ao Padre Antonio Vieira:

⁵⁰⁴ Memorial a favor da Gente da nação hebréia. 64_IV, 134. Apud. Leipiner, Elias. Op. cit. pp. 96-7.

⁵⁰⁵ Sobre esta questão ver capítulo 1 desta tese.

da Cunha, que um Frei Pedronar não sabe de que, religioso de São Jerônimo⁵⁰⁶ Que assistia na Bahia era falecido, o dito Padre Manoel Lopes, o mostrou estimar muito, dizendo que era seu parente por via materna, e que era melhor era ser falecido, por lhe não chegarem a despir o hábito e perguntando-lhe ele declarante a cousa de tinha ele dito padre alguma coisa de cristão-novo, este lhe declarava que tinha parte de cristão-novo pela dita via materna e portanto se confirmou-lhe declarante na conta em que o tinha”.⁵⁰⁷ Noutras ocasiões afirmou aos inquisidores que era judeu por todos os lados.⁵⁰⁸

A grande afinidade do Pe. Manoel Lopes de Carvalho com o judaísmo o fez também, sob outros aspectos, reivindicar sua condição judaica: Pela circuncisão e paradoxalmente pelo Sacramento da Eucaristia. Sob o ponto de vista da circuncisão o qual discorreremos largamente no subtítulo “Uma misteriosa circuncisão”, não havia dúvida alguma que réu fosse circunciso, tendo ele mesmo convidado os inquisidores para a confirmarem através de um exame: “verdade esta que te não afirmo com juramento por ser coisa que a vista pode constatar.”⁵⁰⁹ Sabemos que a circuncisão também é praticada por não judeus. Entre os muçulmanos possui significado religioso, ainda que o Corão não faça referência à mesma. Distintas *madrassas*⁵¹⁰ discutem sua obrigatoriedade, mas sua pratica encontra-se generalizadas no mundo islâmico. “Mesmo antes de Maomé, era habitual, tanto para homens como para mulheres, e uma tradição afirma que o Profeta nasceu circunciso. As crianças são circuncidadas entre os sete e treze anos. Os adultos convertidos ao islã nem sempre são obrigados a cumprir este rito.”⁵¹¹ Pesquisas etnológicas tem confirmado a prática da circuncisão em diversas tribos

⁵⁰⁶ Jerônimos: Várias congregações criadas a partir do século XIV, sob a regra de Santo Agostinho, dedicadas a São Jerônimo em Portugal, Espanha, Lombardia e Úmbria, além dos Jesuatas de São Jerônimo. Seu mosteiro em Lisboa é uma jóia do estilo manuelino. In. Nova Enciclopédia Católica. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1969. Vol. XII; p. 1165. Segundo Leon Poliakov esta congregação foi no século XV, basicamente composta por conversos: “Segundo uma opinião então corrente nos meios marranos, nada convia melhor a seu estado do que a paz dos mosteiros, e eram numerosos os que se tornavam monges, sobretudo na ordem de São Jerônimo, a mas rica da época na Espanha”. In. Poliakov, Leon. De Maomé aos marranos. São Paulo: Perspectiva, 1984; p. 147.

⁵⁰⁷ IANTT. IL. Proc. 9.255. 1º maço. fls 215, 215v.

⁵⁰⁸ Ibid. 2º maio; fls. 123v, 324v.

⁵⁰⁹ Proc. 9.255, 1º maço; fl... §35.

⁵¹⁰ Madrassa: Do ar. *Madarsa*, Escola Superior de Direito e Teologia. In. Machado, José Pedro. Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa: Lisboa Editorial Confluência, s/d.; p. 917.

⁵¹¹ Manzanares, César Vidal. Diccionario de las três religiones monoteístas: Judaísmo, cristianismo e islam. Madrid: Alianza Editorial, 1993; p. 93.

primitivas da Austrália, África, América Central e Meridional. No mundo cristão esta prática é atestada entre os coptas do Egito e os monofisistas da Etiópia, entre eles a circuncisão não possui caráter religioso, mas é um rito nacional e social. Entretanto no caso do padre Carvalho, foi praticada como rito iniciático judaico. Sobre as reais circunstâncias em que foi praticado não podemos inferir haja vista, não possuímos nenhuma notícia sobre a circuncisão do Padre Carvalho, senão aquela escrita por seu próprio punho. O mesmo, sob aspecto totalmente alheio a tradição judaica, afirma seu judaísmo através da Eucaristia: Que como havia 19 anos, que por mercê de Deus era seu Sacerdote, pelo vinho que tinha consagrado no decurso deste tempo, se lhe trocara o sangue que todo era de gentil ou cristão-velho no de judeu, que do mesmo sacramento, por Cristo enquanto homem ser verdadeiro filho de David e Abraão.⁵¹² Não há dúvida, a grande maioria judeu-cristã dos primeiros séculos acreditavam na divindade de Jesus Cristo e na eucaristia, fato confirmado na Oração Eucarística da Didaqué, um antiqüíssimo catecismo judeu-cristão: “a oração da Didaqué pode ser considerada como fragmento da piedade eucarística da Igreja-Mãe de Jerusalém que resistiu ao tempo”.⁵¹³ O caráter judeu-cristão do Didaqué e de sua Oração Eucarística é atestado como um antigo hino criptológico, um uso pelos judeu-cristãos de Palestina. Trantando-se de uma antigüíssima, forma de epiclesi judeu-cristã. O texto desta oração inicia assim: “Te rendemos graças ó Pai Nosso pela santa vinha de David, o qual tem feito conhecer por meio de teu servo Jesus”.⁵¹⁴ A referência a vinha recorda Isaías 5,1 se a condição de Israel como vinha do Senhor é eminentemente bíblica, ainda que no mundo pagão a vinha seja símbolo da imortalidade. A alusão de Davi revela também o ambiente judaico deste texto.⁵¹⁵ A idéia da pertença de Jesus ao povo de Israel e mais especificamente a linhagem davídica, como pressuposto messiânico, está inclusa nesta prece eucarística da mesma forma como na genealogia de Jesus do primeiro

⁵¹² Proc. 9.255; 2º maço. Anexo fl. 7.

⁵¹³ Gibbins, H.J. The Problems of the Liturgical Section of the Didachè. Iu. “JTS”, XXXV (1935) p. 377. Apud. Daniélou, Jean – La Teologia del giudeo-cristianesimo. Bologna. Società editrice il Mulino, 1974; p. 490

⁵¹⁴ (Didaqué IX, 2)

⁵¹⁵ Daniélow, Jean. la teologia del giudeo-cristianesion. Op. cit. pp. 488-9

capítulo de Mateus⁵¹⁶ e na seguinte afirmação do Padre Carvalho: “Por Cristo enquanto homem ser verdadeiro filho de David e Abraão”. A crença do réu que ao beber durante a Eucaristia, o sangue do judeu Jesus Cristo, receberia suas qualidades, assemelha-se à crença ancestral dos povos canibais que ao comer a carne da vítima ingeria com ela suas características. De modo geral, por ser a seiva da vida animal, o sangue sempre foi considerado sagrado. No Livro de Gênesis encontramos esta concepção quando, após o Dilúvio, Deus ordenou a Noé e a seus filhos, os progenitores e todas os que vivem que respeitassem a vida, o sangue, dos seus semelhantes⁵¹⁷ apenas permitindo o uso do sangue em holocaustos animais. Sob o arranjo cristão a santidade do sangue é enfatizada, tendo os autores do Novo Testamento explanado que a morte de Jesus na cruz foi um sacrifício cruel que substituiu definitivamente os sacrifícios holocaustos de animais no Templo⁵¹⁸ e por extensão a Eucaristia foi considerada por estes autores e pelos primeiros cristãos de modo geral, uma continuidade de Santa Ceia de Jesus como os apóstolos e de seu sacrifício na cruz⁵¹⁹ Será, portanto nesta postura antagônica. Sincrética, reafirmada pelo fato de através seu sacerdócio cristão⁵²⁰ poder beber o sangue-vinho do judeu Jesus, circunstância esta que o réu considerava um dos fatores determinante de sua identidade judaica.

Mas a identidade judaica de uma pessoa não é determinada apenas pelo próprio indivíduo, ela se faz também em função de seu reconhecimento em relação à Sinagoga e à coletividade judaica. Nos séculos que sucederam as conversões forçadas dos judeus em Espanha e Portugal uma extensa literatura rabínica em forma de “responso”⁵²¹ foi escrita com o propósito de compreender e determinar a postura

⁵¹⁶ Vale ressaltar aqui que o Evangelho de Mateus foi destinado primeiramente aos cristãos de origem judaica. Sobre este assunto ver: Schlesinger, Hugo. Os Evangelhos e os judeus. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

⁵¹⁷ Cf. Gn 9,4-6

⁵¹⁸ Cf. Novo Testamento Carta aos Hebreus

⁵¹⁹ Cf. Mt 26,36 – 75; 27,1 – 54; Lc 22, 14 – 20; J 6, 35 – 58; At 2,42; 20,7 – 12; 1Cor, 16 – 17; LL, 23 – 34.

⁵²⁰ No rito romano, até o Concílio Vaticano II, somente o sacerdote comungava as espécies do pão e do vinho, restringindo aos fieis católicos e pão (hóstia).

⁵²¹ Responso. Em hebr. “tAbWvtW tAlav [*Sheelot Uteshuvot*; literalmente: [“Respostas das questões:”]. Respostas rabínicas: *Responso* (literatura rabínica da Idade Média).” In. Berezin, Rifka. Op. cit., p. 679. “Respostas autorizadas a perguntas de natureza legal. Desde o período do Talmud, comunidades e rabinos formulavam perguntas e as grandes Academias de Babilônia davam respostas, por escrito, e este material tornou-se um válido acervo legal. A literatura da Responso inclui cerca de 40.000 trabalhos, e proporciona importante fonte sobre a história econômica e social dos judeus. Atualmente, conselhos rabínicos dos Estados Unidos e de Israel se pronunciam sobre assuntos e problemas modernos, ampliando o material da Responso. Estes projeto de codificação da lei na Universidade de Bar Ilan em Ramat Gan, em Israel, que pretende

do judaísmo oficial sobre os marranos e retorná-los à Fé de Israel. “As *responsa prudentium* dos rabinos do Oriente neste período estão repletas de discussões relativas à situação dos marranos frente o direito judaico. Muito característica foi a questão de se uma pessoa que houvesse recuperado a liberdade, e adotado de novo seu nome judaico, podia ou não continuar fazendo uso de seu antigo nome com propósitos comerciais. Em algumas questões se estabeleceu diferenciação entre os *conversos* da Espanha, que haviam adotado o cristianismo mais ou menos voluntariamente, e os de Portugal, aos quais haviam impostos a força.”⁵²² Salônica, um dos principais portos do Império turco-Otomano tornou-se século XVI, “o grande centro de judeu do Levante e a principal cidade de acolhida dos marranos. Os rabinos recomendaram que eles fossem ajudados, a qualquer preço, a tornar-se novo bons judeus; [...] doutores não hesitavam em proclamar os marranos arrependidos como melhores judeus do que os mais pios dos judeus; quando em 1556 uma vintena de marranos foi queimada em Ancona, os judeus da Turquia replicaram ao fato com uma tentativa de estabelecer um boicote internacional. Mas a rejudaização nem sempre era fácil; o judeu comum via o marrano com maus olhos e a tratava, injúria suprema, de *kistanios* (e não de *kristanos*, a fins de evitar pronuncia o nome de Cristo); mesmo em terras do Islã, onde agora era mais cômodo ser judeu do que ser cristão, a ambigüidade marrana não era facilmente superada. Segundo J. Nehama, o historiador de Salônica judia, a cidade ‘fervilhava com famílias em situação religiosa imprecisa, meio-cristãs, meio-judia ... Houve gente que não sabendo o que era por não ter podido incrustar-se numa doutrina desde a infância, ia errando de uma fé para outra, com a alma contundida... Houve mesmo aqueles que, depois de efetuar – retorno à religião ancestral, eram tomados de nostalgia pelo catolicismo, e regressavam a ele...’, e esse autor cita curiosos exemplos de semelhante marranismo a avessas. Esses eram, portanto, exteriormente judeus, internamente cristãos; houve também descrentes que adotaram *proforma* o Islã; alguns fizeram gloriosas carreiras militares a serviço do sultão”.⁵²³

revisar e unificar toda a literatura da Responso. “In Schlesinger, Hugo. Pequeno Vocabulário do Judaísmo. Op. cit., p. 212.

⁵²² Roth, Cecil. Los Judios Secretos: Historia de los marranos. Madrid: Altalena Editores, 1979; pp. 141-2.

⁵²³ Poliakov. Leon . De Maomé aos Marranos. São Paulo: Perspectiva, 1984; p. 209.

Questões que envolvem a identidade judaica ainda hoje nos primórdios do terceiro milênio da Era Cristã, repercutem no seio do Judaísmo. Motivada pela imigração, a *Aliyah* sob a lei que garante o direito de retorno dos judeus ao Estado de Israel, vemos desabrochar neste país polêmicas sobre pessoas ou grupos étnicos que reivindicam judaicidade. Um desses grupos é o *Falasha Mura*, o qual se reconhece com judeu, mas geralmente não são assim considerados por seus compatriotas etíopes e pela coletividade judaica israelense. Diferem dos *falashim*, os judeus etíopes propriamente ditos, denominadas de *Beta Israel* (Casa de Israel). Os *Falash Mura* estão sendo considerados um grupo não elegível para a referida Lei do Retorno “porque, de acordo com a tradição, há 100 anos seus ancestrais se converteram ou viveram como cristãos geralmente por razões sociais ou econômicas. [...] Aos *Falash Mura* só resta esperar, enquanto governo, entidades e compatriotas discutem, criticam, apóiam e literalmente decidem o destino deles”.⁵²⁴

Com o objetivo de trazer de volta ao judaísmo formal, remanescentes judeus, foi criado em Israel pelo Rabino Eliahu Avichail a AMISHAV. Entre os preceitos desta instituição encontramos o seguinte: “É *Mitzvah*⁵²⁵. Receber de braços abertos a nossos irmãos apartados, os⁵²⁶ (“marranos”, judeus forçados a abandonar sua fé sob pena de morte) de Portugal e Espanha, para reintegrá-los sob as asas da Presença Divina [...]. Os marranos precisam de “*Milá*”⁵²⁷ se não foram circuncidados e “*Tevilá*”⁵²⁸ em um “*Mikve*”⁵²⁹ para anular as dúvidas sobre sua origem passada. Com respeito à “Comunidade Bnei Israel” da Índia, não restam dúvidas quanto a seu judaísmo, sendo permitidos os casamentos mas deve-se averiguar cada caso para que não hajam possíveis complicações. (Decidido pelo Supremo Rabinato de Israel). Os “Beta Israel”, da Etiópia, são judeus os quais devemos salvar da assimilação, trazendo-os rapidamente para a Terra de Israel e

⁵²⁴ Loventhal, Claudia H. Identidade judaica? In. Shalom. Nº 382 – Vol. VIII São Paulo: Town Editora Ltda, 2004; pp. 26,28.

⁵²⁵ *Mitzvah*. Hebr. “*HawcM, hwcm*: mandamento, preceito, lei, obrigação religiosa; boa ação de caridade.” In. Berezin, Rifka. Op. cit., p. 393.

⁵²⁶ *Anussim*. Heb. *~ysWna*, plural de “*sWna*: compelido, obrigado, forçado, coagido”. In. Berezin, Rifka. Op. cit., p. 24.

⁵²⁷ *Milá*. Hebr. “*hlyM*: circuncisão; pênis (da circuncisão)”. In. Berezin, Rifka. Op. cit., p. 362,

⁵²⁸ *Tevilá*. Heb. “*hlybj*: imersão, batismo.” In. Berezin, Rifka. Op. cit., p. 255.

⁵²⁹ *Mikve*. Hebr. “*hAwqm, hwqm*: confluência de água, reservatório, piscina, par banho ritual; esperança. In. Berezin, Rifka. Op. cit., p. 397.

educando-os no espírito de nossa Sagrada Toráh. “Todo aquele que salva uma alma de Israel, é como se tivesse salvo o mundo inteiro.” (resposta do Gran Rabino Ovadia Yossef, Supremo Rabino de Israel). Foi aceito que também os judeus da Etiópia devem fazer a “Tevilá”, e segundo algumas autoridades, a conversão completa para anular as dúvidas.”⁵³⁰

Mas com vimos, aproximadamente trezentos anos atrás a *Teshuvah*⁵³¹, o retorno dos descendentes dos judeus ibéricos convertidos a força ao catolicismo era motivo de calorosas discussões por parte dos rabinos em Amsterdã, Salonica e outras comunidades *sefaradim*. Estes eram, não raro condescendentes com os marranos facilitando o retorno dos dispersos de Israel e ressaltando o testemunho dos markires da Inquisição. Um processo muito semelhante ao do Pe. Manoel Lopes de Carvalho, foi de Frei Diogo de Assunção, cristão-velho por parte do pai e com alguma parte de sangue judaico do lado da mãe, queimado aos 24 anos. A morte do jovem franciscano causou grande comoção na comunidade judaica de Amsterdã, então, quase toda composta por marranos portugueses e espanhóis retornados ao judaísmo. Entre os que choraram, encontra-se o líder desta comunidade o rabino lisboeta Menasseh ben Israel, que referindo ao “monstro horrendo de Inquisição”, exalta o heroísmo deste jovem “frade religioso e doutíssimo o qual figura entre aqueles que deixaram abrasar vivos pela santificação do nome do Senhor bendito”.⁵³² A postura do célebre rabino de Amsterdã revela a abertura da maioria dos líderes judeus do período em relação aos marranos e mesmo aos “judeus-novos”⁵³³ Que abraçavam a Fé de Israel. Desconhecemos se houve repercussão em Amsterdã pela trágica morte do Padre Carvalho, mas não é difícil concluir que mesmo na hora da morte este réu se autoconsiderava o Messias, morria conforme sua sentença final, como “convicto, confesso afirmativo, proficiente da Lei de Moisés e outros erros pertinazes”.⁵³⁴ O judaísmo do Padre Carvalho foi a nosso ver um

⁵³⁰ Avichail, Eliahu. Os princípios da fé judaica. Jerusalém: Organização AMISHAV: Pelos dispersos de Israel, 1993; pp. 87-8; § 18, 20, 21, 22.

⁵³¹ Teshuvah hebr. “hbWvt: resposta, contestação, réplica, volta, retorno, ciclo, período; arrependimento, penitência.” In. Berezin, Rifka. Op. cit., p. 679.

⁵³² Israel, Menasseh ben. Esperanza de Israel. Madrid: Hiperion, 1987. pp. 147-8.

⁵³³ Entre os “judeus-novos” foi também muito admirado e mesmo divulgado na martiriologia judaica o cristão-velho Don Lope de Vera, também conhecido pelo nome adotado pelo mesmo, Judá o Crente, fidalgo espanhol queimado vivo aos 25 anos em Valadolid no Auto da Fé de 25 de junho de 1644.

⁵³⁴ Proc. 9.255. 2º maço. Anexo. Fl. 16v.

judaísmo Heterodoxo, assim como o foi seu cristianismo; e da mesma forma como Sabatai Tzevi, Padre Carvalho ou Robur como ele mesmo o nomeara⁵³⁵, permaneceu judeu até morte, convicto e confesso em sua afirmação “e se fora judeu por origem não se arrependera antes folgaria muito que o pudesse ser depois que lhe imputara este nome em certa religião que declarou. E tornou a dizer que se confirmava em que o era pela visita, que nos cárceres do Santo Ofício lhe fizera sua Mãe em sonho, como havia dito a qual conheceu depois que não era a que o gerara, mas que era Sara mulher de Abraão que se interpreta: *Mater credentium* (mãe dos crentes). E lhe apareceu na representação da mãe que o gerava, e que depois que tivera a dita certeza se soubesse que ainda tinha no corpo algum sangue de gentio, ou negara os pais, que o geraram ou abrira as veias para lançar de si fora...”⁵³⁶ E foi nesta mesma convicção que em seu Tratado Teológico, escrito no cárcere da Inquisição, dirigiu sua prece a Deus: “*Ecce non dormitabit naque dormiet qui custadit Israel*”⁵³⁷ como poderei eu temer de escrever e assinar com uma mão que é tão defendida e guardada do mesmo Deus? No 6º. Diz *per diem sol nom uret te, neque luna per noctem*⁵³⁸ até que de que o sol e lua me queimem estou defendido neste cárcere e que maior felicidade! No 7º diz= *Dominus custodit te ab omni malo, custodiat animam tuam Dominus*⁵³⁹ guardando assim no corpo e alma que maior bem-aventurança Senhor! Louvados sejam para todo o sempre! No 8º e último diz finalmente= *Dominus custodiat introitum tuum et exitum tum ex hoc nunc et usque in saeculum*⁵⁴⁰ tanto foi assim verdade na entrada deste cárcere que para ele vim da minha casa pelo meu pé e se a saída segunda esta promessa e de ser como a entrada que tenho de que me temer? Senão dizer pelo nome de judeu que os arrabidos me impuseram haverá quem se não queira chamar judeu? Senhor, eu sou judeu e não quero chamar me outro nome senão judeu. E tanto assim que já sou pela circuncisão de que me fizestes circuncisão de que me fizestes muito para por ela assim chamares servo tão fiel como escolhido por amigo.”⁵⁴¹

⁵³⁵ Ver capítulo 10 desta tese.

⁵³⁶ Proc. 9.255. 2º maço. Anexo; fl.6v.

⁵³⁷ Não dormirá, nem dorme aquele que protege Israel. Cf. Sl 120 (Na Bíblia a hebraica Sl 121).

⁵³⁸ Durante o dia o sol não te abrasará, nem a lua durante a noite.

⁵³⁹ O senhor te guarda de todo mal, o Senhor guarde a tua alma.

⁵⁴⁰ O Senhor guarde a tua entrada e a tua saída desde agora e para sempre [Durante séculos].

⁵⁴¹ Proc. 9.255 1º maço. Tratado Teológico, fl. 16, § 54.

Capítulo 10

Um Messias Forjado

“Que o Senhor te eleve até a altura eterna e como uma torre fortificada, levantada sobre um bastião! E tu ferirás os povos com a força de tua boca; com teu cetro devastaras a terra e com o espírito de teus lábios mataras o ímpio...

Faça de ferro os teus chifres e de bronze os teus tamancos! Criarás chifres como um tourinho e pisarás aos pés os povos como barro da estrada! Pois Deus te colocou como cetro sobre os dominadores e todos os povos te servirão e eles se fortificará com seu santo Nome. E tu serás como um leão”.

(“Benção do príncipe da Assembléia de Qumrân” In. 1 QS^b V, 23-29)

O anseio pela vinda do Messias foi o sonho dourado do povo judeu através dos tempos. Quanto maior era o seu sofrimento, e mais intoleráveis as perseguições, maior o fervor com que ele se protegia na expectativa messiânica. Até tornar-se uma doutrina normativa do judaísmo rabínico, o sentido ordinário atual da palavra “messias” foi decorrente de longa e complicada metamorfose exegética seguida da consolidação de idéias paralelas ao vernáculo fornecido pela Bíblia hebraica⁵⁴². O termo “messias” e suas variações empregadas nas línguas ocidentais é a forma grecizada do aramaico *m^eŠhā*. E do hebraico *hammāšīā*, na Bíblia usado no Novo Testamento em Jo 1,41 e 4,25⁵⁴³. O sentido aqui é “o ungido”, e indica aquele a quem esse atributo compete por excelência. Entendido assim, Messias equivale a um nome próprio, podendo ser usado sem artigo⁵⁴⁴. Porém em Jo 1,41 e 4,25, prova

⁵⁴² Scardelai, Donizete. Movimentos messiânicos no tempo de Jesus: Jesus e outros Messias. São Paulo: Paulus, 1998. p. 44-5.

⁵⁴³ Jo 1,41: “Ele foi ter com o seu próprio irmão Simão, antes de qualquer outro, e lhe disse: ‘Nós achamos o Messias!’ – o que significa o Cristo”.; Jo 4,25: “A mulher lhe disse: ‘Eu sei que um Messias deve vir – aquele que chamam Cristo. Quando ele vier, anunciar-nos-á todas as coisas’.”. Conforme os comentarista da *La Bible – Traduction œcuménique de la Bible*, versão portuguesa, o autor do quarto evangelho, “sem dúvida, dirigia-se a leitores de língua grega. As vezes, contudo, usa termos hebraicos ou aramaicos (cf. 19,17;20, 16) traduzindo-os (cf. 1,38.41,42). Provavelmente quer sublinhar, destarte, que a Palavra de Deus se encarnou (1,14) num determinado momento da história, na Palestina, na realidade dos homens. *Cristo* traduz *Messias*; i. é, *o que recebeu a unção*; na tradição judaica (cf 4,25), este título designava o novo David esperado para o fim dos tempos” In. Bíblia: Tradução Ecumênica. São Paulo: Edições Loyola, 1997; p. 2046 nota de rodapé “o”.

⁵⁴⁴ Jo 4,25.

que Messias podia ser entendido também como nome genérico, equivalente à forma indeterminada *mashiah* (ungido) e podendo ser aplicado ao príncipe prometido⁵⁴⁵.

Segundo alguns exegetas a idéia messiânica tão cara ao período do Judaísmo Tardio remonta a períodos anteriores. Conforme a escola bíblica de Welhausen, a esperança soteriológica de Israel é pós-exílica, e teria sua origem na doutrina persa da renovação do mundo. Desta forma a esperança de um salvador que oferecia a salvação do povo eleito só teria nascido durante o cativeiro ou depois, tendo sido estimulada provavelmente pela esperança persa de um *Salsyant* ou salvador, cuja vinda significaria a purificação do mundo, a destruição do mal e a ressurreição dos mortos. “Para Mowinckel o Messias é uma figura puramente escatológica, nunca relacionado com as esperanças em torno dos reis históricos de Judá; também ele opina que o messias propriamente dito só tomou consistência depois da ruína da dinastia davídica”.⁵⁴⁶ Por sua vez, a escola sueca procura a raiz do messianismo na ideologia dos antigos orientais em torno do seu rei; Widengren, Engnell e Johnson tentaram formular tal ideologia: o rei era representado como filho ou como encarnação de um deus, ou era identificado com a divindade. Em consequência o rei tinha que passar todo ano por um ritual de sofrimentos e humilhações que exprimia dramaticamente a luta da divindade contra os poderes do caos e significava uma renovação das forças vitais do cosmo. A idéia da filiação divina, embora na forma mais moderada de adoção, encontra-se também na esperança israelítica de um messias-rei⁵⁴⁷. Nos cânticos do *Ebed-Javé*⁵⁴⁸ vê-se concretizado o aspecto da salvação pelo sofrimento, ao passo que, conforme Bentzen, na figura do Filho do Homem reaparece a concepção do rei como sendo uma atualização do rei primordial, identificado com o homem primordial. “Que as idéias sobre a figura do Messias rei tenham sido influenciadas pela ideologia contemporânea a respeito da realeza é muito natural; é duvidosa, porém se a reconstrução que Widengren etc., fazem dessa ideologia, corresponde mesmo à

⁵⁴⁵ Sobre esta variedade de aplicações ver Van Den Born, A. (Redator) Dicionário Enciclopédico da Bíblia. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1977; pp. 985-6.

⁵⁴⁶ Van Den Born, A. (Redator). Dicionário Enciclopédico da Bíblia. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1977; p. 977.

⁵⁴⁷ Cf. Sl 2,7; 110,3; Is 9,5.

⁵⁴⁸ Ver este verbete no referido dicionário de Van Den Born.

realidade. Ainda se for assim, tal ideologia, baseada como é na renovação periódica, sempre repetida das energias do cosmo, não poderá explicar o caráter definitivo e até escatológico do messias em Israel”.⁵⁴⁹ Estudiosos da questão, como Gunkel e Gressmann provaram de modo convincente que a esperança messiânica é muito antiga em Israel, devendo ter existido no povo até antes de Amós⁵⁵⁰ e para Sellin, seguido por Eichrodt, Caspari, Bleeker e Dürr, a origem do Messias israelítico encontra-se na revelação do Sinai. “Essa revelação pela qual Javé tornou Israel seu povo, era um penhor de que também futuramente Javé havia de intervir em favor de seu povo, para completar o que havia de intervir em favor de seu povo, para completar o que havia começado no deserto. Como Javé, porém, era invisível, admitia-se que havia de ser representado, nessa nova manifestação, por uma personalidade muito grande, a quem todos os povos obedeceriam, o Messias. “A figura desse Messias teria sido uma projeção para o futuro escatológico da idéia do homem primordial, que conforme Sellin, transparece em textos bíblicos como Daniel 7,13s. Jo 15,7; Is 9,; Miq 5,1b; Nm 24,17”⁵⁵¹ Apesar das controvérsias, a forma mais antiga do messias israelítico parece ser a de um Messias-rei⁵⁵² e é muito improvável que Israel, num tempo em que o povo ainda vivia como semi-nômade em organização tribal, teria pensado numa personalidade política que dominaria todo o povo e seria dotado de um poder permanente, régio”.⁵⁵³ As circunstâncias não exigiam tal poder. Enquanto semi-nômades o povo não esperava a sua salvação através de um rei, como prova a resistência que houve contra a introdução da monarquia conforme atesta 1Sm 8;10,17.27. Estes textos acima citados são, portanto, de origem posterior e é lógico colocar o nascimento da figura do messias depois do estabelecimento da realeza. O reinado glorioso de Davi levou espontaneamente a representar as promessas divinas de salvação sob a imagem do governo de um rei poderoso e vitorioso, que estenderia o seu domínio sobre os inimigos do seu povo e até sobre o mundo inteiro. Davi não construiria uma casa (templo) para Javé, mas Deus construiria uma casa pra Davi, isto é uma dinastia à

⁵⁴⁹ Ibid pp. 977-8.

⁵⁵⁰ Cf. Am 5,18.

⁵⁵¹ Ibid. p. 978.

⁵⁵² Cf Gn 49,10s. Nm 24,7.17ss.

⁵⁵³ Van Den Born, A. Op. cit. p. 978.

qual pertencerá para sempre a realeza sobre Israel. “O Messias profeta e o Filho do Homem são de origem muito mais recente. Muitos exegetas consideram-nos como transformações das esperanças mais antigas dum Messias-rei ou julgam pelo menos (caso se aceite que tiveram uma origem própria) que a fé num Messias rei deu ensejo ao nascimento dos dois outros tipos”.⁵⁵⁴

É portanto muito provável que o final da realeza davídica com a destruição do Reino de Judá em 587 a.C, é um marco decisivo no desenvolvimento da figura dum Messias-rei. Conforme a esperança do profeta Jeremias⁵⁵⁵, o segundo livro dos Reis⁵⁵⁶ terminava com observação otimista para a dinastia davídica. Se a restauração começou pelo culto, a conjuntura internacional permite, por volta de 520 a.C, que se concentrem no príncipe Zorobabel esperanças monárquicas. Os profetas Ageu e Zacarias organizaram este projeto⁵⁵⁷. Supõe-se que neste período tenha havido na Judéia uma agitação com lastimável repercussão. O fato é que com o desaparecimento de Zorobabel extingui-se qualquer tentativa de restabelecimento da dinastia davídica, ainda que posteriormente haja alguma alusão e sobressaltos pró-independência⁵⁵⁸. O certo é que um processo de centralização no templo e no sacerdócio ia aos poucos ofuscando o lugar da realeza e do rei na vida judaica no período da Restauração. Assim é possível compreender a afirmação do historiador egípcio, Hecateu de Abdera, 1300 a.C, o qual baseando se em fontes judaicas nitidamente sacerdotais⁵⁵⁹, afirmou que “os judeus jamais tiveram reis e a autoridade sobre o povo é regularmente confiada a um dos sacerdotes que parece poder exercê-la com sabedoria e virtude”⁵⁶⁰. A influencia da casta sacerdotal neste período é também atestada por um discípulo do profeta Ezequiel responsável pelo texto de Ez 40-48, o qual deixa em silêncio o príncipe leigo em benefício de uma estrutura toda centralizada no templo e no sacerdócio. Este último ocupava a frente do palco da restauração⁵⁶¹. Mesmo que a visão dos hábitos sujos do sumo sacerdote Josué em Zc

⁵⁵⁴ Id.

⁵⁵⁵ Cf. Jr 23,5-6.

⁵⁵⁶ Cf. 2Rs 25,27-30.

⁵⁵⁷ Cf. Ag. 2,20-23; Zc. 4,6b-10.

⁵⁵⁸ Cf. Ne,6,3-8.

⁵⁵⁹ Tassin, Claude. O judaísmo do exílio ao tempo de Jesus. São Paulo: Paulinas, 1998; p. 22.

⁵⁶⁰ Id.

⁵⁶¹ Cf. Ag 1,12; Esd 3,2.

3,1-7 deixe supor a hostilidade existente em relação a ele por parte de alguns repatriados que, apesar disto reconheciam seu apego aos mandamentos tais como eles os concebiam: “sujo e abismado, era melhor do que nada!”⁵⁶². O período de restauração do povo judeu na Terra de Israel encontrou grandes dificuldades de reorganização. Um *pérah*⁵⁶³, reside em Jerusalém. No período helenista, o sumo sacerdote assumirá papel análogo diante dos soberanos de Antioquia. Os príncipes asmoneus cunharão dinheiro, empreenderão guerras e ressuscitarão o título régio. Chegando até a acreditarem que havia retornado a era davídica⁵⁶⁴. Entretanto a hostilidade dos fariseus contra estes chefes que acumulavam o supremo pontificado, os poderes políticos e o comando militar evidencia que a função do rei já não mais possuía significado religioso.

Um fator relevante neste período é a memória do Rei Davi se transformar em esperanças messiânicas. A Bíblia mantém-se muito discreta sob que forma assumia a espera no Filho de Davi. Talvez tenha sido no século IV a.C, que o ambiente dos levitas compilou o tesouro dos salmos. É surpreendente constatar “que esta coletânea, elaborada numa ocasião em que não havia mais rei nem unção real, conservará trechos de hinos em que o rei é celebrado nos principais eventos da vida como representante titular de vida do povo, de suas angústias e de suas esperanças”⁵⁶⁵: é o que demonstram os salmos 2; 20; 21; 45; 72; 110. Nestes salmos, “celebra-se mais do que o rei desaparecido: o filho do rei Davi que há de vir. Por enquanto, ela não passa de objeto de esperança”⁵⁶⁶. Se um oráculo como o de Zc 9,9-10 traz as mesmas esperanças, um sábio como o Sirácida não encontra lugar para uma figura real em suas aspirações nacionais⁵⁶⁷, e suas recordações da aliança dávidica⁵⁶⁸ são bem pálidas em comparação com sua admiração pela aliança sacerdotal⁵⁶⁹.

⁵⁶² Smith, M. Apud. Tassin, Claude. Op. cit. p. 43.

⁵⁶³ Pérah: do hebraico: “governador”. Palavra de onde deriva *pachá*. Cf Ag 1,1; Ml 1,8; Ne 5,14.

⁵⁶⁴ Cf. 1 MC 14,4-15.

⁵⁶⁵ Cazelles, H. Lê Messie de la Bible, pp 170s.

⁵⁶⁶ Ibid. P 117.

⁵⁶⁷ Cf. Eclo 36,1-22.

⁵⁶⁸ Cf. Eclo 45,47;11.

⁵⁶⁹ Cf. Eclo 45,15.24-25.

No tempo de Jesus, os meios populares aspiram pela vinda de um filho de Davi, libertador de Israel que estabelecerá para sempre reino de Deus⁵⁷⁰. Entretanto alguns apocalipses de então tendem a fazer do Messias um ser de origem celeste cuja chegada coincidirá com o Fim. O Apocalipse de Abraão, texto posterior a queda de Jerusalém⁵⁷¹, conservado apenas em sua versão eslavônica, resume numa breve frase os poderes celestes do messias: “Então das nuvens eu tocarei as trombetas e enviarei o meu Escolhido, que traz consigo todo o meu poder, em medida igual”⁵⁷². De modo geral os rabinos repõem a literatura apócrifa que procura acentuar o caráter transcendente do messias, salvaguardando a distancia entre o messias e a espera divina. Mas este tema não é central nos escritos, bíblicos ou não chegaram a nós. As decepções provocadas pelo comportamento dos reis sacerdotes asmoneus, depois da ocupação romana de 63 a.C. Influíram muito nesta espera, tal como ela se exprime nos escritos de origem farisaica conhecido por Salmos de Salomão⁵⁷³. Tal como veremos mais tarde as duas revoltas judaicas contra Roma, que se consumarão com os desastres do ano 70 e de 135 d.C., possuíram nítida efervescência messiânica. Desta forma o judaísmo rabínico canalizará as interpretações messiânicas dos textos bíblicos. Diante do exposto fica passivo que a doutrina messiânica surgiu como uma crença relativamente tardia dentro judaísmo do fim do Segundo Templo, e que os apocalipcistas contribuíram significativamente para a erupção dos movimentos de libertação do primeiro século da Era Cristã. Outro fator muito importante a ser salientado é que não era comum dentro do judaísmo a separação da religião dos assuntos temporais, afazeres diários e político-sociais. Outros aspectos relevantes no judaísmo deste período e posterior é “a existência de nuances entre a concepção de um tempo messiânico e a idéia sobre a pessoa do Messias para só então partir para uma definição mais precisa da concepção doutrinal do Messias no judaísmo. A idéia do Messias leva em conta princípios muitas vezes ambíguos e distantes dos ideais concebidos pela tradição cristã. No judaísmo esses ideais de redenção sofreram metamorfoses ideológicas

⁵⁷⁰ Cf. Eclo 10,47;11,9-10;12,35-37; At 1,6.

⁵⁷¹ Provavelmente ainda no século I d.C

⁵⁷² Apocalipse de Abraão 31,1. In. Apócrifos IV: os proscritos da Bíblia/tradução de Maria Helena de Oliveira Tricca e Julia Bárány – São Paulo: Mercury, 2001; p. 71.

⁵⁷³ Cf. Eclo 17,23-51 e 18,6-9.

profundas e constantes, combinações que tendiam a moldar o conceito de acordo com as exigências e necessidades da situação presente. Corre-se um sério risco de atropelar a compreensão que o messias adquiriu na história de Israel, quando se impõe modelos de salvação messiânica tendo como único parâmetro Jesus de Nazaré. Os métodos de pesquisa ainda deixam a desejar, tanto pelas lacunas criadas como pelas limitações impostas. Equívocos como esses omitem uma avaliação sobre o que os judeus estabeleceram e exigiram como critérios entre os contemporâneos de Jesus»⁵⁷⁴.

Expoentes messiânicos do período do Segundo Tempo: Jesus de Nazaré

Segundo Donizete Scardelai⁵⁷⁵ é um desafio relativamente complicado, enquadrar Jesus numa tipologia profética existente em sua época. Mas pode-se dizer que em todas as expressões populares que conhecemos, Jesus esteve mais próximo da corrente de líderes conhecida como carismático-hassídico que afluía na Galiléia do século I d.C. O profeta hassídico (piedoso) que atuava na Galiléia era dotado, segundo a concepção camponesa, de habilidade para praticar milagres, curas, cujos poderes tocavam o sagrado de modo peculiar. Destacavam-se sobretudo pelos seus talentos pessoais, principalmente pela concepção humilde e piedosa que tinham quando se aproximavam do povo simples e camponeses atraindo, muitas vezes, multidões à sua volta. Dos personagens registrados pela tradição rabínica faz jus a esta corrente: Hanina ben Dosa e Honi Há-Me'aggel. Em termos de analogia eles podem ser associado a maneira do ministério de Jesus na Galiléia. Mas por outro lado, nenhum destes mestres carismático-hassídicos foram reportados com atributos messiânicos ou algo parecido que não fosse a atividade de mestre itinerantes no meio da população camponesa.

Pode-se considerar duas fases distintas na vida de Jesus, relacionando-o inicialmente à Galiléia, e posteriormente a Judéia. Aliás, o anúncio público do plano

⁵⁷⁴ Scardelai, Donizete. *Movimentos Messiânicos no Tempo de Jesus: Jesus e outros Messias*. São Paulo: Paulus, 1998; pp.31-2.

⁵⁷⁵ Id.

messiânico e as intenções da redenção messiânica só nos são conhecida a partir do momento em que ele desce a Jerusalém, semelhante ao anúncio de muitos outros pretendentes. Mas ninguém pode ignorar que Jesus teve uma forte atuação quando ainda estava na Galiléia, local que o projetou e lhe deu fama no meio popular como taumaturgo, posto que nesse período ele era relativamente desconhecido em Jerusalém. Nítido dessa diversidade de tendências do judaísmo de seu tempo, situado, de um lado, no mundo camponês galileu, de outro como judeu autêntico ligado ao Templo e à Sinagoga, sua aparição em Jerusalém pode ter sido fruto de concepções que amadureceram ao longo dos últimos anos de sua vida. Queria apresentar uma nova proposta libertadora, mas não como falso profeta, impostor e manipulador do sagrado, nem como um galileu nacionalista obcecado em organizar um movimento de resistência popular contra Roma. Queria apenas chamar Israel ao arrependimento, condições preparatórias e indispensável para a restauração escatológica definitiva do Reino de Deus.

Tradição do deserto

No tempo de Jesus já era muito conhecido o papel do deserto nas tradições religiosas de Israel. Tal Como revela Flavio Josefo em seu parecer hostil a cerca do fenômeno dos falsos profetas, que emergiam na época: “ímpios e perturbadores da tranquilidade pública, que, enganando o povo com o falso pretexto de religião, levaram-no ao deserto, com a promessa de que Deus faria ver por meio de sinais extraordinários os que queria libertar da escravidão”⁵⁷⁶. A menção do deserto é altamente sugestiva nesse contexto. Além de ser uma referência específica no deserto de Judá, identificado como região geográfica situada no vale do baixo Jordão, era também o local próprio para a atuação escatológica de muitos profetas e figuras revolucionárias⁵⁷⁷. Desde o limiar da história judaica o deserto foi associado

⁵⁷⁶ Josefo, Flavio. História dos Hebreus. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 1990. Guerras II; cap. 23, p. 66.

⁵⁷⁷ Cf. Wink, W. John the Baptist in the Gospel Tradition. Society for New Testament Studies, Monograph Series 7. Cambridge, The University Press, 1968; p.4.

ao longo processo de libertação dos hebreus no Egito. A travessia do deserto significou para Israel um processo da busca incansável da identidade nacional que constituiria o povo hebraico. Durante os tempos tardios do fim do período do Segundo Tempo, o deserto exerceria fascínio ideológico sobre a tipologia profética popular, fazendo surgir em cena a figura do líder com acentuado espírito carismático. Esta tipologia era reforçada por uma crença baseada na Torah⁵⁷⁸ que Deus suscitaria um profeta tão grande quanto o próprio Moisés⁵⁷⁹, e que, ao se revelar ao povo no deserto, aí manifestaria sinais e grandes prodígios. A região desértica tinha evidentemente um significado alegórico como local de preparação e renovação do tempo escatológico. Alguns desses ideais de libertação foram reforçados no tempo de Jesus pela figura carismática de profetas e líderes populares. Desde tempos imemoriais, profetas se manifestaram no deserto com propostas de renovação e purificação do povo de Israel e alimentados pela convocação de que lá se daria o fim escatológico iminente. A esse tipo estão associadas figuras como João Batista, Teúdas, Jonatas de Cirene e o Profeta Egípcio.

Na tradição cristã o deserto ganhou notoriedade e grande valor alegórico devido à figura enérgica de João Batista, o qual foi posteriormente articulado de modo a atender a duplo esquema cristológico: o batismo e o arrependimento. Mas o deserto também serviu aos vários esquemas de movimentos de resistência nacional judaicos na época de Jesus. As revoltas nacionalistas encontraram no deserto uma das matrizes necessárias para a reivindicação dos direitos inalienáveis de liberdade. Elementos de ordem social, política e religiosa foram então combinados e difundidos por meio da literatura apocalíptica judaica, que acabou acentuando as tendências da expectativa messiânica do século I da Era Cristã. Tendências estas veiculadas em ambientes restritos através de livros, mas principalmente através de longas e variadas tradições. “Muita tradição pode ter sido e haveria de continuar a ser de cunho oral tornando-se parte do acervo de crenças populares da piedade religiosa. Por restritos possam ter sido os livros, sua influência pode ter-se feito

⁵⁷⁸ Torah Heb. “hrAt, instrução, direção, preceito, lei.” In. Dicionário Hebraico-Portugues & Aramaico-Português. Petrópolis & São Leopoldo: Editora Sinodal & Vozes, 1997, p. 265.

⁵⁷⁹ “Será um profeta como eu o Senhor, teu Deus, para ti suscitará, do meio de ti, dentre teus irmãos, a ele é que dareis ouvidos”. Dt 18,15.

sentida desde muito cedo na vida do povo judeu em seu conjunto⁵⁸⁰. Fato é que durante os tempos de agitações políticas e revoltas o deserto servia como lugar estrategicamente importante, tanto como local adequado de recolhimento e esconderijo dos revolucionários, como protótipo atualizado das tradições sagradas ligadas à libertação do Egito. Naturalmente, de lá partiram muitos movimentos messiânicos e protéticos, dos quais o próprio Josefo dá testemunho. Quanto a Jesus a tentativa falha na busca de evidências acerca de suas intenções e planos messiânicos diretamente associados ao deserto. Uma vez que a relevância da escatologia é tão patente quanto se trata da libertação ocorrida no deserto, confirmado por várias personagens proféticas como Jonatas⁵⁸¹ e Teúdas, o Profeta Egípcio, sendo que este último, por trás de um gesto redentor procurava repetir o milagre do Mar Vermelho no Jordão tendo como pano-de-fundo a importância do deserto. No caso de Jesus nota-se uma relativa ausência do elemento deserto (essa omissão teria sido proposital, em decorrência das implicações nacionalistas ligadas ao deserto). É possível que esta omissão, por parte dos escritores do Novo Testamento, tenha acontecido em função das implicações nacionalistas ligadas ao deserto. Para alguns, o tom acentuado em torno de Jesus messias, profético e revolucionário não esta totalmente ausente ou desarticulado da sua relação com o deserto⁵⁸².

Além de S.G.F. Brandon, preocupado com a atuação revolucionária de Jesus, H. Montefiore também propõe uma tese na qual sugere que Jesus tenha se dirigido ao deserto precisamente porque ele ainda sentia-se indeciso sobre se deveria ou não associar-se a um dos movimentos de sua época⁵⁸³. Se considerarmos como pano-de-fundo predominante o contexto sociológico dos movimentos proféticos associados ao deserto, cuja referencial ideológico imediato traçado pelo Novo Testamento está centrada na atividade de João Batista, constata-se que Jesus não se assemelha em quase nada com o curso do messianismo profético assumido por João no deserto. Mas isso pode ser compreensível, uma vez que a principal preocupação das fontes primitivas cristãs ao serem redigidas não foi a de retratar um Jesus terreno

⁵⁸⁰ Russel, D. S. *Desvelamento Divino: uma introdução à apocalíptica judaica*. São Paulo: Paulus, 1997; p. 58.

⁵⁸¹ Guerras VII, cap. 37. Josefo, Flavio. *Op. cit.*, p. 209.

⁵⁸² Cf. Mc 6,31 ss.

⁵⁸³ Montefiore, H.W. *Revolt in the Desert?*. In *the New Testamente Studies*, 8 (1961-2); pp. 135-41.

que se sujeitou a uma frustrada iniciativa messiânica de cunho nacionalista. Uma das únicas alternativas que restou aos escritores do Novo Testamento para preservar o lado profético do messias foi construir paralelamente um edifício teológico capaz de assegurar à missão messiânica de Jesus o caráter profético inerente em João. Ao estreitar os laços entre profeta e messias a tradição cristã enriqueceria sua fé tomando de João e do seu movimento os requisitos necessários para implementar e caracterizar alguns aspectos escatológicos no movimento de Jesus de Nazaré. Outra questão pungente são os Documentos do Mar Morto, que após longos anos de estudos, pode-se afirmar a existência de uma conexão entre João, Jesus e os essênios, mas também enormes diferenças entre eles.

A tradição messiânica do Monte das Oliveiras

Logo após o deserto é associado ao mesmo, encontra-se um lugar teológico onde acreditava que uma segunda revelação de Deus depois de Moisés tomaria lugar: o Monte das Oliveiras. Havia em síntese, um forte paralelo entre Moisés, Josué, o deserto e o Messias, formando um conjunto de expectativas messiânicas subjacentes à época. A sobrevivência dos relatos sobre manifestações messiânicas foram mantidos por tradições que revelação escatológica a essa montanha passou pelo crivo de várias interpretações, indicando a possibilidade de que no tempo de Jesus o único versículo da Escritura explicitamente relacionada ao Monte das Oliveiras⁵⁸⁴, fosse interpretado como lugar da revelação de Deus no fim dos tempos e da aparição do Messias. Com base no Livro do Profeta Zacarias 14,4, uma antiga tradição judaica conservou um relato lendário de acordo com o qual o Messias era esperado ser anunciado no Monte das Oliveiras⁵⁸⁵. De lá ela marcharia em direção à entrada da cidade de Jerusalém. De modo geral parece que os rabinos

⁵⁸⁴ Cf Zc H, 4.

⁵⁸⁵ Ver C.G. Montefiore. *The Synoptic Gospels*, Vol. I. 262; J. Bowman, *The Gospel of Mark. The New Christian Jewish Passover Haggadah*, "Studia Post-Biblica". (Leiden, E. J. Brill, 1965); p 224. F.J. F. Jackson e K. Lake, *The Beginning of Christianity*, Vol. V, pp. 22, Cf. pp. 475-6; L. Gaston, *No Stone on Another*, p. 473; J. Blenkinsopp também assume que em Lucas, o Monte das Oliveiras adquiriu importância messiânica na forma de "Montanha da revelação". Ver também seu artigo "The Oracle of Judah and the Messianic Entry", *Jbl*, 80 (1961), p. 55).

do período talmúdico, associaram o Monte das Oliveiras com a vinda do Messias. Apoiado nessa tese, o Targum de Jonatas trata do assunto afirmando que “Ele se manifestará, com todo seu poder naquele tempo sobre o Monte das Oliveiras”⁵⁸⁶. O Talmud⁵⁸⁷ chama a atenção para a possibilidade de novas investidas no sentido exegético do texto, referindo-se ao Monte das Oliveiras como a “montanha da unção”⁵⁸⁸.

O último episódio revelador do sentido escatológico do Monte das Oliveiras pode ser encontrado na literatura judaica antiga. Ela reforça a idéia de que o monte era o local onde um novo evento messiânico era esperado realizar-se num futuro próximo. Diz uma lenda medieval apresentada por Werblowsky⁵⁸⁹, que um sujeito subira ao topo do Monte das Oliveiras a fim de fazer soar o *shofar*⁵⁹⁰. A cena seria imediatamente interpretada com conotações messiânicas por muitas daqueles que a ela assistiam muitos pensavam ser a indicação do anuncio do redentor pelo qual Israel tanto esperava. Durante aqueles dias, no entanto, os líderes e rabinos judeus, imbuídos de muita precaução e bom-senso para salvar o judaísmo de outro falso alarme, são lembrados como tendo sensatamente rejeitado tal proclamação. As palavras de prudência contra falsos messias são pronunciadas através de rabinos *hassidico*, cuja piedade o levava a salvaguardar os fieis dos falsos projetas e messias. O rabino é apresentado por ter caminhado tranqüilamente em direção à uma janela e depois, sereno e imperturbado, olhando para fora, constatou e pronunciou: “Não existe nenhum sinal de renovação no mundo”. Depois, com a mesma serenidade, retornou imediatamente aos seus afazeres diários de estudo⁵⁹¹.

⁵⁸⁶ Smolar and M. Aberbach, *Studies in Targum Jonathan to the Prophets*, “The Library of Biblical Studies”, Edited by H. M. Olinsky (New York/Baltimore, Ktav, 1983); p 227; Cf. V. Taylor, *The Gospel According to St. Mark. Texto grego com introdução, notas e índices* (Londres, Macwillam, 1963); p. 453.

⁵⁸⁷ Talmud. Heb. “dAmIT, estudo, instrução”. Berezin, Rifka. Op.cit; p. 169.

⁵⁸⁸ Talmud Babilônico, Pesahim 14 a; “Ha-har há-mashicha” (o monte unção); “Har há-zeitim” (Monte das Oliveiras), são expressões usadas no Talmud.

⁵⁸⁹ Werblowsky, J. Z. “Crises of Messianismo” In. *A Quarterly Journal of Jewish Life and Thought* 7 (1958), p. 7.

⁵⁹⁰ Shofar. Heb. “rtAv, trombeta de corno; porta-voz”. Berezin, Rifka. Op. cit; p. 625. Trombeta feita com chifre de carneiro. O shofar é, ao lado da flauta pastoril, um meio de convocar o povo para atos solenes ou para conclama-lo às armas, ou ainda, anunciar acontecimentos e eventos extraordinários. Em Israel é usado, em nossos dias, para anunciar a vinda do Shabat. In Schlesinger, Hugo. *Pequeno Vocabulário do Judaísmo*. São Paulo. Edições Paulinas, 1987; pp. 238-9.

⁵⁹¹ Werblowsky, J.Z. Op. cit. p. 7.

O Messias cristão visto à luz da literatura Rabínica

A literatura rabínica não traz referências historiográficas explícitas à pessoa nem à atuação de Jesus de Nazaré. Entretanto acredita-se, no entanto, que certos fragmentos deixados na redação final da literatura judaica do Talmud e dos *midrashim* podem conter alusões que testemunham possível reação do judaísmo normativo a Jesus. Calcula-se que seria praticamente impossível ser o fundador do cristianismo completamente ignorado pelos judeus em período decisivo para as definições internas da Sinagoga. Assim como o cristianismo, o universo judaico foi contaminado pela literatura de caráter apologético, se bem do que em grau bem mais discreto do que no cristianismo. O descaso da literatura rabínica em relação ao Cristo se impôs mais pelo silêncio do que pela hostilidade. Mesmo assim, as alusões a Jesus não estiveram presentes senão com a preocupação de definir as novas orientações da oficialidade judaica após o sínodo rabínico de Yabneh. São de fato muito polêmicas e controversas as passagens nas quais a tradição judaica parece referir-se à pessoa de Jesus. Aceita-se como critério geral que os seguidores de Jesus tinham sido mais tarde identificados no Talmud a partir da abreviatura *min* (minim no plural) composta pelas iniciais da expressão hebraica – *Ma'aminei Yeshua há-Notzri*.⁵⁹² Com devidas ressalvas, presume-se que o Talmud traz alusões a Jesus, embora não a faça através de meios apologéticos hostis, convencionalmente conhecidas durante a Idade Média por apologistas cristãos. Faz-se necessário traçar as linhas gerais da relação entre as tradições orais cristãs redigidas no Novo Testamento e o caráter da oralidade transmitida pelo Talmud. As tradições encontradas no Talmud formam parte de um curso oral, e por isso remontam ao período da destruição do Templo, tendo sido redigidas e reunidas de modo sistemático na *Mishnah*⁵⁹³ somente a partir do século II de. C. A principal

⁵⁹² Heb. *yrcn y[Wvy nmam*, literalmente: Crentes de Jesus o Nazareno.

⁵⁹³ Mishnah. Heb. “*hnvm*: estudo, doutrina.” In. Berezin, Jaffa Rifka. Dicionário de Hebraico-Portugues. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1995; p. 413. “Mishnah pode ser definida como um conjunto de doutrinas, de leis, e decisões que formaram com base na Escritura (Torah). A redação da Mishna representa o corpo principal das leis e tradições religiosas mais antigas que constituíam parte das tradições orais judaicas postas por escrito depois do advento do cristianismo. Para os mestres judeus, a mishana, e por extensão, o Talmude toda a tradição oral, não deve haver divisão rigorosa entre o que pertence a esfera religiosa e o que pertence à esfera secular, já que a vida é toda ela uma experiência religiosa por natureza”. In. Scardelai,

preocupação depois da queda de Jerusalém, em 70, foi vencer a ameaça do desaparecimento da herança espiritual e religiosa judaicas visto à luz do significado da fuga de Rabi Yohanan Ben Zakkai para Yabneh, durante o cerco de Jerusalém, os sábios rabinos se depararam com tarefa desafiadora de reorganizar a vida judaica. O Concílio de Yabneh foi um passo decisivo para a formação da mais famosa academia rabínico-farisaica da era pós-70, sendo responsável por congregados maiores expoentes da erudição judaica para a reconstrução dos pilares da vida social e religiosa do judaísmo normativo (cerca de 90 d.C.) exporiam o Torah de acordo com o espírito de tolerância implantado no passado por Hilel, o ancião, e por Gamaliel⁵⁹⁴. Começa-se, a partir de então, a complicação quase sistemática dos decretos e tradições dos anciãos de Israel, medida que precisava à preservação do patrimônio cultural de Israel. Pouco mais tarde aparece Rabi Akiba (morto em 135 d.C), o principal responsável pela organização e arranjo desse material por títulos e assuntos, calando a seu discípulo, Rabi Meir, continuar seu trabalho até Rabi Judá, a representante da quarta geração de sábios depois de Hilel, concluindo dessa forma a compilação da Mishnah.

Simultaneamente, muitos pronunciamentos de sábios que viveram nos dois primeiros séculos da Era Cristã iam também sendo compilados na forma de adições ou suplementos (Tosefta). Este primeiro período foi denominado tanaítico em decorrência da obra realizada pelos *tanaim*⁵⁹⁵, palavra empregada no Talmud para designar os doutores da Lei, que deram origem à Mishnah. O período dos tanaítas começa desde Hilel, o Ancião, e Shamaï no final do século I a.C e vai até a morte do rabi Judá Hanassi em 219. O segundo período denominou-se amoraíta por referir aos *amoraim*⁵⁹⁶, sábios rabinos que explicaram e comentaram a Mishaná,

Donizete Moviemnto messiânicos no tempo de Jesus e outros Messias. São Paulo: Paulus, 1998; p 321. “A Misha se divide em seis partes: Zeraim (grão), trata do homem e da terra; Moed (festas); Nashim (família). Nezikim (relação entre os homens). Kidashim (cerimônias religiosas) e Tohorot (leis e proibições). A Mishaná constitui a base do Talmud. É um informe das sentenças proferidas de quase 400 anos. Rabi Judá, o Príncipe, abastado sábio da Palestina, compilou a Mishnah”. In. Schlisinger, Hugo. Pequeno Vocabulário do Judaísmo. Op. cit; p. 170.

⁵⁹⁴ Cf. At. 5, 36s

⁵⁹⁵ Tanain: Plural do heb. “aNT: Tanaita denominação aos sábios do período da Mischná; Professor”. Substantivo hebraico proveniente do verbo aramaico akT: “Repetir, ensinar, estudar”. In Berezin, Rifka. Op. cit. p. 672.

⁵⁹⁶ Amoraim. Plural do heb. “arAma, interprete do Talmud, doutor na Lei do período Talmúdico”; P. 21.

desde a compilação desta, aproximadamente 200 a.C, até a conclusão do Talmud Babilônico no ano 500. Os amaraim foram os autores da *Guemarah*⁵⁹⁷ e finalizaram fértil período em que as tradições foram preservadas e compiladas em dois volumosos talmudes: o da Babilônia e o de Jerusalém. Assim, a coletânea redacional conhecida como Talmud é formado da Mishná e da Guemarah.

Separados por séculos dos escritos do Novo Testamento, o talmud, fonte mais importante das tradições judaicas, não teria motivos para falar de Jesus de Nazaré. Houve pelo contrário, um esforço prudente das lideranças judaicas pós-Yabneh para frear debates que dentro do judaísmo rabínico eram considerados questões secundárias e irrelevantes para a continuidade das tradições antigas, fruto de longo processo de oralidade que remonta séculos de história. “São raras, ou talvez inexistentes as passagens sobre alguma personagem cuja história é relatada em particulares biográficos. Os mestres mostraram pouco ou quase nenhum interesse em evidenciar minúcias sobre pessoas e eventos históricos a eles relacionados. Semelhante omissão pode nos ajudar a entender melhor porque os dados sobre a vida de Jesus, bem como o de qualquer outra grande personalidade da história de Israel, nunca ocupou lugar de destaque na literatura rabínica”⁵⁹⁸. Este fato não pretendia acentuar dúvidas a respeito da existência histórica de alguém. As fontes judaicas não se preocuparam em contestar o Jesus Judeu que pertenceu à história de Israel da mesma forma que ninguém ousaria duvidar da existência de Sócrates, Alexandre Magno ou qualquer outra grande personagem histórico. A vida e o ensino de Jesus estão essencialmente pautados nas proclamações da vinda iminente do “Reino de Deus” e, como muitos de seu tempo, ele se mostrou inteiramente fiel à Torah, não ferindo nenhum princípio da fé de seus antepassados.

⁵⁹⁷ Guemarah. Heb. “hrmg, armg, Guemará: nome genérico de todos os Livros do Talmud inclusive da Mishná e as interpretações dos Amoraitas”. Berezin, Rifka. p. 77. “Guemar, aprender, completar. Ampliação talmúdica das Decisões Legais da Mishiná. A Guemarah faz parte do Talmud e constitui uma antigüíssima obra clássica da lei judaica. É uma atenta análise jurídica em hebraico ou aramaico, que às vezes se espalha em fábulas, poemas, preces, estórias, reminiscências ou conversas de mesa redonda. É um compêndio de leis, de vários autores”. In. Schlesinger, Hugo. Op. cit., p.93.

⁵⁹⁸ Scardelai, Donizete. Op. cit, p. 322.

Jesus no Talmud

Entre as questões mais pertinentes, cabe indagar, em primeiro lugar, como os rabinos reagiram frente ao crescimento de uma religião cuja gênese se deu no mesmo solo fecundo do Judaísmo do fim do Segundo Templo? Ou ainda, como os sábios de Israel pos-Iabneh entenderiam a relação entre as tradições rabínicas e a missão de Jesus de Nazaré no ceio do Judaísmo, sendo esse judeu que viveu toda a sua vida sem nunca se afastar da Sinagoga? O novo movimento messiânico foi um fenômeno na religiosa e social, e aparece pautado em bases hermenêuticas essenciais fincadas no solo bíblico judaico, além de serem alimentadas pela atividade da interpretação e transmissão da Torah⁵⁹⁹. Quais teriam sido os critérios que vigoravam no século I, que nos possibilitam visualizar as expectativas judaicas concretizadas e plenamente reconhecidas no messias cristão? Essas e outras questões à luz das pesquisas de R. Travers Herford⁶⁰⁰, Jacob Z. Lauterbach⁶⁰¹ e Morris Goldstein⁶⁰². Sendo que o primeiro autor merece menção especial por sua *Christianity in the Talmud and Midrash* cuja primeira edição apareceu em 1903, uma obra-prima referencial para todos os estudiosos interessados em examinar metodicamente as atitudes judaicas a respeito de Jesus, tais como elas são expressas e podem ser interpoladas no Talmud e no Midrash. Herford é provavelmente uma das luzes que não perdeu o brilho e que, despido de visões tendenciosas, parciais e hostis, tenta averiguar de modo de modo inteligente as alternativas sobre as quais repousam as possíveis referências que a tradição judaica atribui a Jesus, especialmente aquelas conhecidas nas páginas do Talmud.

O fundamento básico que sustenta o sistema judaico de pensamento parte, a princípio do particular para o geral, e das percepções para o abstrato. Assim, cada aspecto, por mais insignificante que possa parecer, exerce seu papel e sua influência num conjunto mais amplo e complexo. Cada ponto, seja ele elementar ou não,

⁵⁹⁹ Sobre esta questão ver I Cor 15,1-4

⁶⁰⁰ *Christianity in the Talmud and Midrash*, New York, Ktav, 1903 (reprint of the edition published by Williams & Norgate)

⁶⁰¹ *Jesus in the Talmud*, Rabbinic Essays, Cincinnati, Hebrew Union College, 1951; pp. 473-570

⁶⁰² *Jesus in the Jewish Tradition*, New York, Macmillan, 1950.

depende de todo o resto. Portanto, para o judeu do século I, a redenção de Israel implicava no reconhecimento de que havia uma sintonia entre a figura do Messias e o “tempo messiânico”, sendo inútil e incompreensível se um fosse visto sem o outro. Para os cristãos, que lentamente se separavam da Sinagoga, contudo seria perfeitamente aceitável ver o “reino messiânico” plenamente estabelecido na figura do Messias Jesus. Isso porque os cristãos já se sentiam divorciados das demandas messiânicas históricas do povo judeu e, como tal, jamais poderiam ser guiados pelo mesmo grau de relevância sociopolítico-nacional atribuído pelas tradições de Israel ao sentido de redenção. Se para os cristãos do século II em diante já era relativamente fácil se referir a um processo de redenção messiânica sem um “tempo messiânico” determinado, cujo processo redentor dependia exclusivamente do Messias, para o judeu tal afirmação já não seria possível. O que era indispensável para esse tornava-se secundário e complementar para aquele.

Jacob Lauterbach chama atenção para alguns pontos relevantes acerca das passagens do Talmud que se referem a Jesus de Nazaré. Ele não vê razões suficientes para assumir que os rabinos estivessem tão dispostos a criarem controvérsias, pura e simplesmente, para negar a Jesus o status de Messias. Ignorar a questão, segundo Lauterbach pareceu aos rabinos a melhor alternativa a fim de que não se valoriza a discussão em torno da uma pessoa. Ele parece convencido de que “todas aquelas interpretações são provocadas e forjadas, porque carecem de quaisquer bases exceto o desejo pessoal de encontrar alusões vagas e depreciativas a Jesus no Talmud⁶⁰³”. E afirma que “alguns eruditos modernos sentem-se tão ávidos para descobrir alusões a Jesus, que diante de qualquer referencia no talmud, por menor que seja, a qualquer pessoa em cuja história ou caráter haja a mínima semelhança com um ou outro traço da vida de Jesus, alguns se precipitam em conclusões apressadas, alegando que retrorta do próprio Jesus apresentado de modo disfarçado”⁶⁰⁴. Nada entretanto nos impede de reconhecer que nas redações originais, tanto o Talmud como os *Midrashin*⁶⁰⁵, realmente contivessem informações

⁶⁰³ Lauterbach, Jacob Z. Op. cit. p. 543.

⁶⁰⁴ Idem.

⁶⁰⁵ Midrashim, plural hebraico de “*Midrash*, vrdm estudo, interpretação, comentário, exegese; teoria, doutrina ensinamento; interpretação homiléticas das Escrituras.” Berezin, Rifka. Op. cit; p. 341. Designa a exegese

sobre figuras do Novo Testamento. As explicações para o silêncio das fontes repousa sobre hipóteses muito plausíveis. Primeiro, pelo motivo de muitas passagens serem consideradas ofensivas à Fé Cristã, elas teriam sido eliminadas após serem submetidas à censura da Igreja. Segundo, não se descarta a possibilidade de que o temor que os judeus tinham de represálias por parte da Igreja, ou até mesmo por terem os últimos redatores judeus considerado que tais informações não teriam utilidade no conjunto das traduções escritas, acabou induzindo os próprios rabinos a retirarem certas passagens que se referiam a Jesus, ao Novo Testamento e ao cristianismo em geral⁶⁰⁶, não deve ser descartada também a hipótese de que muito se perdeu no tempo por puro descuido do redator e que outra parte considerável desse material tenha sido intencionalmente omitida durante a parte final da redação do Talmud.

Conforme Herford e Goldstein, há indiscutivelmente referencias sobre Jesus deixadas no Talmud. Se por um lado, Herford está convencido da relativa escassez dessas referencias, por outro parece prevalecer o principio de que as tradições rabínicas não omitiram em falar de Jesus na redação final do Talmud, ainda que de modo em tanto discreto⁶⁰⁷ nem a Mishnah, nem a literatura midrassica dos *tana'im* mencionam Jesus explicitamente. Contudo, referências podem ser encontradas na Baraita e na Tosefta⁶⁰⁸ da era tanaitica⁶⁰⁹. Uma das bases mais sólidas sobre a qual repousam as referências de Jesus no Talmud situa-se na semelhança dos nomes derivados do hebraico, citados no Talmud: Yeshu há-Notzri, ou ainda Yeshu ben Pandera e Ben Stada. Yeshu trás uma estimulante similaridade

bíblica baseada no método *drash* (hvrD, heb. “sermão”), que é uma análise minuciosa do texto bíblico, verso por verso e, às vezes, letra por letra. Esta análise se aplicava tanto a textos jurídicos-religiosos como folclóricos ou históricos. No primeiro caso retrata de Midrash-Halashá, e no segundo de Midrash-Agadá. Essas foram as duas formas mais antigas da exposição midrassica que deram origem as duas grandes categorias em que se divide o Talmud, Halahá (Heb. Curso. Lei judaica. Este termo é empregado de duas maneiras, significado ou uma decisão legal específica em a totalidade da Lei. Frequentemente usada em oposição à Hagadá. A Halaha (Heb. xklh) é também o modo de vida formulado pela terá para a orientação da humanidade e de Israel) e Agadá (Heb. hdfa narração, termo genérico, definindo as partes do Talmud que não são do tipo de Leis. A Agadá consiste em folclore, narrativas, lendas, parábolas, interpretações alegóricas e também abrange todas as ciências, como filosofia, medicina, matemática, astronomia e teologia. In Schlesinger, Hugo. Op. cit. pp.12,100,116.

⁶⁰⁶ Lauterbach, Jacob. Z. Of. Cit. p. 475.

⁶⁰⁷ Herford, R. Travers. Christianity in the Talmud and Midrash Op. cit. P. 475.

⁶⁰⁸ Tosefta Heb. “aTpsAT, ‘suplemento’, conjunto de preceitos reunidos no suplemento à Mischná”. Berezin, Rifka. Op. cit; p. 662.

⁶⁰⁹ Goldstein. Morris Jesus in Jewish tradition, pp. 22, 95.

etimológica com o nome Jesus, cujo nome mais correto e popular na época seria Yeshua (“Deus é salvador”). Ora, a pronúncia hebraica Yeshuá implicava no reconhecimento implícito de “Salvador”, expresso no próprio nome de Jesus. Por isso, a fim de evitar que o atributo de “salvador” ou “redentor” fosse pronunciado através do nome, os rabinos alteram deliberadamente Yeshua para Yeshu⁶¹⁰. Um dos textos do Talmud mais conhecido a esse respeito diz que, “na véspera da Páscoa Yeshu Há-Notzri foi estrangulado. Quarenta dias antes da execução ser efetivada, o precursor adiantou-se e pronunciou dizendo que ‘ele virá adiante para ser apedrejado porque ele praticou feitiçaria além de seduzir Israel à apostasia’. Qualquer que deseje pronunciar algo a seu favor, que se aproxime e tome-o em sua defesa. Mas, como nada foi levado adiante em seu favor ele foi conduzido para ser enforcado na véspera da Páscoa! Ulla disse: Você supõe que ele tem sido um acusado cuja defesa poderia ser feita? Ele não foi um Mesith (sedutor)... Com Yeshu, contudo foi diferente, porque ele estava próximo do reino (realeza = *Malkhuth*). Nossos rabinos ensinaram: Yeshu teve cinco discípulos – Nathai, Nakai, Nazer, Buni e Todah”⁶¹¹. Os rabinos se recusaram a atribuir qualquer tipo de status de redentor a Jesus, baseados na acusação de que ele teria praticado feitiçaria, exorcismo e induzido Israel por caminhos falsos. Essa acusação foge de tudo que se conhece dos relatos conhecidos pelos evangelhos, onde a sentença de morte a Jesus teria sido o resultado da acusação de blasfêmia, pois ele ter-se-ia autodenominado Filho de Deus e Rei dos Judeus.⁶¹² Goldstein sugere que a presente redação do Talmud não reflete outra coisa que não um período em que o cristianismo, já desfigurado daquele dos primeiros judeus-cristãos, concebiam um Jesus divino totalmente divorciado das demandas do judaísmo do seu tempo. Isso revela que o estrato primário mais elementar dessa tensão concentrava-se não tanto em torno da preocupação rabínica sobre o status e a pessoa de Jesus, e sim sobretudo nos confrontos hostis entre a Igreja e a Sinagoga de tempos tardios. As investidas da oposição rabínica não tinham por alvo atacar

⁶¹⁰ Cf. Lauterbach ... Op. cit. p. 482.

⁶¹¹ Baraita. Talmud Bavli (Talmud da Babilônia). Sanh 43a.

⁶¹² O mais impressionante é que a estranha condenação feita no evangelho é posta na boca de supostos judeus: “Nos temos uma Lei e, conforme essa Lei, ele deve morrer, porque se fez Filho de Deus” (Jo 19,7). Mas a flagrante contradição pode ser facilmente vista no mesmo evangelho, quando os mesmos (?) “judeus” chamam: “Não nos é permitido condenar ninguém à morte”. Cf. Jo 18,31.

diretamente a pessoa de Jesus senão a própria igreja a autoridade de transformar um judeu em divindade. Assim, não é tão estranho que a morte de Jesus na cruz tenha tido pouca relevância histórica quando a tradição a transfere para o Talmud; “Rabi Neir costumava dizer. Qual deve ser o sentido do verso: ‘Pois o que for suspenso é um maldito de Deus?’ (Dt 21, 23)... Depois de certo tempo aquele que procedeu ao roubo foi capturado, sendo depois crucificado sobre uma cruz. Cada um que passava por ele dizia ‘parece que o rei esta crucificado’. Por isso se ‘diz o que for suspenso e um maldito de Deus!’.”⁶¹³

O Talmud retorna ainda a questão da realiza para ironizar o messias cristão: “parece que esse rei está crucificado!”⁶¹⁴ Assim a linhagem real davídica em Jesus de Nazaré não teve a força suficiente para salvá-lo da cruz constituindo, portanto, uma prova contundente de eu se tratava de um messias falido. A afirmação rabínica de que “Yeshu” estava próximo ao “reino” parece ser uma alusão à proclamação do reino messiânico pregado por Jesus. É improvável que Rabi Ulla estivesse aqui pretendendo se referir à “realiza” da linhagem de Davi! O termo hebraico é *malkuth*, que pode ser traduzido como reino, governo, império, majestade ou cargo. Assim as palavras de Ulla podem, insinuar não a descendência davídica de Jesus, e sim, ao invés, ironizar um rei enganador e revolucionário. A expressão “próximo ao reino” não poderia talvez servir como pano-se-fundo para uma relação latente com a expressão usada frequentemente por Jesus quando ele se referia ao “reino” de Deus? Essa impressionante variedade de sentidos emergentes do termo *Malkhuth* serve para evidenciar o fato de que em épocas tardias Israel compreendia o significado de “reino” tecnicamente amplo. Alguns preferem aceitar que o termo sofreu modificações a ponto de ser empregado em pelo menos quatro sentidos diversos: “o reino de Deus”, “reino da Casa de Davi”, “reinado do governo romano” e o “reino do Messias” os rabinos certamente sabiam das nuances da terminologia, e não se ocupavam com a preocupação de criar uma concepção monoliticamente única e artificial quando falavam do “reino”. Por outro lado os evangelhos assumem que Jesus falava de um “reino” diferente daquele conhecido pelos romanos, o de ma

⁶¹³ Talmud de Jerusalem. Sanh. IX, 7.

⁶¹⁴ Sanh. IX, 7.

realidade plena. O pacífico profeta galileu que viveu inserido num clima socialmente tenso de uma nação ocupada, pregava um reino de amor aos inimigos, ao mesmo tempo em que defendia um reino de Deus eu estava tão próximo quanto já presente no interior do homem transformado. Seu perfil como homem religioso e piedoso foi marcado pela preocupação constante de ir muito além do que era exigido. Sua missão estava centrada na aproximação com os marginalizados e excluídos⁶¹⁵. Diferentemente do estilo provocados e revolucionários, falar do reino messiânico, constituindo aí a extensão lógica do reino de deus já iniciado na história. Numa época em que a reputação de muitos profetas e messias aparece condicionada ao contexto de reivindicação imediatista urgentes, a terra de Israel também produz um redentor atípico para a época, um redentor humilde, manso, espécie de “rei”, que certamente passou despercebido aos olhos da maioria⁶¹⁶.

Dentro da diversidade conceitual existente de messias em Israel, outras figuras posteriores a Jesus tiveram forte expressão na comunidade judaica do primeiro e vem do século da Era Cristã. Desde pelo impacto social causado relataremos de maneira concisa três personagens: Manahém ben Ezequias, Simão bar Giora e Simão bar Kokhba.

Menahém ben Ezequias – 66-70 d. C.

Antigas tradições rabínicas⁶¹⁷ trazem evidências sobre a importância do nome de Manahem como uma designação simbólica da expectativa de um rei da extirpe real de Davi. De acordo com a tradição popular, Manahem, o “Consolador”, deveria nascer em Belém durante uma noite em que Jerusalém estivesse sendo destruída⁶¹⁸. Isso indica que a literatura rabínica tardia preservou alguns resquícios escatológicos da época em que o Templo foi destruído pelos romanos. O Talmud relaciona explicitamente o nome do messias que era esperado a partir de Manahem,

⁶¹⁵ Cf. Lc. 15,1; Jo 8,7-11.

⁶¹⁶ Cf. Is 62,11; Zc 9,9.

⁶¹⁷ Lamentações Rabba I, 16.

⁶¹⁸ Talmud de Jerusalem Ber. 5a.

rei de Israel, insinuando que ele seria da descendência de Ezequias⁶¹⁹, antigo herói das memoráveis lutas nacionalistas, que caiu vítima do regime herodiano. Manahem estava associado ao ideal messiânico na literatura a partir do símbolo de esperança e conforto que seu próprio nome significava para o povo. Numa das principais referências que Josefo dedicou a Manahem, texto que por sua vez aparece impregnado com características messiânicas, pode-se ler o seguinte: “Entretanto, Manahem, filho de Judas, galileu, o grande sofista que desde o tempo de Cirêneu, censurava os judeus, que em vez de obedecer a Deus, somente eram tão covardes que reconheciam o domínio dos romanos, com o auxílio de algumas pessoas ilustres, tomou a força massada, onde estava o arsenal de Herodes, e depois de ter armado um grande número de homens, que nada tinham a perder, e ladrões, que se uniram a eles, dos quais se servia como de guardas, voltou a Jerusalém, fazendo-se rei, tornou-se chefe da revolta e ordenou que continuassem o cerco do palácio [...] A morte desse sumo-sacerdote e tantos lugares fortificados conquistados tornaram Manahem tão orgulhoso e tão insolente que, julgando não haver ninguém melhor do que ele, para governar, tornou-se um tirano intolerável [...]. Resolveram em seguida abolir essa nova dominação e foram ao templo onde Manahem, vestido como rei, acompanhado de vários soldados, entrando com grande pompa para adorar a Deus”⁶²⁰.

Como se vê Manahem mantinha um elo ideológico inconfundível com o movimento revolucionário de seu pai, Judas e com seu avô Ezequias. Manahem, ao que tudo indica era componente dos sicários, reivindicando alguma forma de libertação messiânica que não era comum entre os sicários. Mesmo a contragosto, Josefo parece se dar conta de que as ativas agitações ocasionadas no meio social tão abalado, causando expectativas pelo início da guerra de 66, tinham alguma coisa a ver com a esperança de um futuro triunfante que se aproximava. As pretensões messiânicas de Manahem se expressam em alguns de seus mais significativos gestos, como, por exemplo, o ato de adentrar a esplanada do templo trajando uma “túnica real”, acrescido de seu estranho interesse pela “coroa real”. Esse líder galileu

⁶¹⁹ Talmud Babilônico Sanh. 98b.

⁶²⁰ Guerras II, cap. 32. Josefo, Flávio. Op. cit. pp. 76-7.

manifestava espírito carismático suficientemente capaz de torná-lo objeto das expectativas messiânicas no início da grande guerra judaica. O comportamento típico de figuras populares em tempos de crise, como a de Manahem, não esconde a insatisfação pela ordem vigente e mostram a ansiedade por ver restaurada a realeza de Israel. Ora, esse tipo de atitude, demagógica por um lado, mas não menos carismática de outro, constituía-se em expressivo e conhecido canal para se promover uma aclamação pelas ruas de Jerusalém, conferindo certa coesão popular na massa de seus sequazes. A recepção popular pode ser comparada com as boas-vindas e a saudação dadas a um rei, um tipo de reconhecimento e dignidade à do espírito da realeza. O entusiasmo presente na manifestação também mostra que, de modo geral, o messianismo situava-se na esteira da esperança como uma nova era, fazendo florescer a forte tendência da escatologia naqueles programas. Ainda que suas reais intenções não estejam claramente explícitas, Manahem provavelmente tinha consciência da relevância de sua atitude perante o público. Ciente do significado tradicional e simbólico da marcha solene pelas ruas de Jerusalém, fez-se protagonizar de “rei”. Sua atividade no templo, descrita por Josefo, serve como importante evidência de que ele tentou revigorar suas intenções ao comandar uma entrada messiânica na cidade. Operações militares não estavam, devidamente, descartadas da sua comprometida agenda revolucionária de acordo com a corrente da realeza, parece ter havido clara sintonia entre o programa de Manahem e os traços característicos que nortearam o programa de outras figuras messiânicas, como agentes ativos de agregação social que patrocinaram as lutas de cunho messiânico. A chegada de Manahem para Jerusalém não foi sem conflitos internos pela liderança dos revoltosos contra os romanos. Sua morte, por exemplo, faz aflorar o quadro das dissidências internas, contribuindo para enfraquecer tentamente os movimentos populares anti-romanos. Manahem foi assassinado durante um confronto com Eleazar ben Hananiah, que era líder dos rebeldes em Jerusalém. Os remanescentes do grupo de Manahem passaram depois a engrossar os adeptos da heróica resistência comandada por Eleazar ben Jair, ocupando posteriormente a fortaleza de Massada. Não parece ter havido princípios ideológicos muito díspares entre aquelas frentes de resistência que, na realidade podem ter sido apenas uma. Ademais, não é necessário

fazer acentuadas distinções entre os seguidores dos assim denominados “sicários” cujos principais líderes eram Manahem e Eleazar ben Jair, com os líderes zelotas que se encontravam na capital Jerusalém. O sucesso militar de Manahem provocou uma onda de profunda esperança, contribuindo para que muitos vissem nele o esperado redentor. O tratado talmúdico de *Sanhedrin* dá provas da existência do perfil messiânico aplicado a Manahem, o que por sua vez serve como testemunha e amostra das sérias implicações sobre essa tradição, cuja redação preservou para as futuras gerações a memória das ambições messiânicas de tempos tão remotos.

No texto anteriormente exposto de Josefo, o autor diz que Manahem “retornou a Jerusalém como autêntico rei”. Não há razões para minimizar sua ambição pessoal em torno da liderança de um movimento independente que pretendia lutar pela causa da libertação de Israel. O ideal messiânico a que Manahem está associado traz um paradigma que seria incorporado à crença messiânica do judaísmo normativo, que era o pleno restabelecimento da antiga monarquia de Israel. A liberdade foi um grito de guerra que entusiasmou grupos revolucionários a acreditarem na possibilidade de anteciparem concretamente esse reino messiânico, cujo apogeu na história foram os reinados gloriosos de Davi e Salomão. O direito dinástico reclamado por Manahem sustentava o forte vínculo com seus antepassados judeus do passado recente (Ezequias e Judas), e do passado longínquo (Davi), protótipos de líderes que lutaram pelo mesmo objetivo de uma pátria livre. A cadeia dinástica consistia num elemento Ideológico vital e impulsivo cuja força e legitimidade, porém, não estavam centradas apenas em relações consanguíneas. A tendência carismática emergente do ideal monárquico, acrescido da proliferação dos traços escatológicos numa era de crises, podem também ser reconhecidos como traços decisivos para a compreensão da cadeia dinástica ininterrupta que mobilizou heróis nacionais, desde Ezequias até Manahem, por período de mais de um século. Manahem não esteve historicamente associado a nenhum tipo de nobreza real, e não obteve sucesso nas lutas que empreendeu com seus seguidores contra os romanos. Seus antepassados Judas e Ezequias também não obtiveram sucesso. Sua nobreza, contudo, foi vencida pelo heroísmo e coragem, fazendo dele líder admirado no meio popular pela ousadia, homem que entregou incondicionalmente à causa de Israel.

Não deve ser por acaso que vemos refletir nele o título altamente sugestivo de caráter messiânico, “consolador”⁶²¹. Suas pretensões messiânicas podem ainda serem consideradas à luz das “vestes reais” com que aparece descrito por Josefo. O povo, castigado pelas trevas da destruição e dominado pelos acontecimentos da catástrofe nacional que se abateu sobre os povos judeus, foi acalentado por futuro utópico e “consolador”, restaurado pela crença de que a vitória final haveria ainda de ser decretada, brotando a esperança de um Israel novo no fim da história.

Simão bar Giora (66 d. C.)

Assim como Manahem Ben Ezequias, Bar Giora engrossa a lista dos pretendentes messiânicos que lutaram pela independência nacional de Israel. De acordo com Joséfo, Simão bar Giora nasceu em torno do ano 35 d. C. Foi líder de extrema fidelidade à causa de Israel e implacável defensor do legítimo direito à luta pela liberdade. Ele teve suas atividades paralisadas somente em consequência da queda e destruição de Jerusalém pelos romanos, em 70. Naquela ocasião se deu sua captura pelas forças romanas que ocupavam Jerusalém fora, então, deportado para Roma por ordem do General Tito e submetido a um vergonhoso tratamento após o qual o conduziram à morte. Tito o exibiu publicamente nas ruas de Roma como triunfo de comemoração pela vitória militar na guerra de 70. A história de Simão está cercada de muitas lendas, registros heróicos e fabulosos. Josefo nos fornece algumas informações fragmentárias acerca de Simão. Em umas dessas passagens, escreve o seguinte: “Simão, filho de Gioras, originário de Gerasa, não era tão astuto como João, que se tinha apoderado de Jerusalém mas era mais jovem, mais forte e ainda mais ousado que ele. O sumo sacerdote Anano o tinha expulsado por esse motivo da toparquia de Acrabatene, de que ele era o governador e ele se havia juntado aos ladrões que haviam ocupado Massada. [...] Mas, como ele era muito ambicioso e só aspirava a um governo tirânico, apenas soube da morte de Anano, foi

⁶²¹ Ver Kennard, J. Spencer. “Judas of Galilee and His Clan” In. *Jewish Quarterly Review*, 36 (1945-6); p. 285, nota 5ª.

aos montes, mandou publicar a todos que daria liberdade aos escravos e recompensas aos livres. Todos os que gostavam da desordem e da licença, imediatamente uniram-se a ele e, depois de lhes ter reunido um grande número, saqueou as aldeias dos arredores e dos montes. Suas tropas cresciam sempre e ele se atraveu a desceu às planícies e tornar-se temível às cidades. Sua coragem e seus felizes êxitos levaram mesmo várias pessoas ilustres a se unirem a ele; suas tropas não eram somente compostas de escravos e de ladrões; havia ainda outros de boa posição, no meio do povo, e todos lhe prestavam obediência como se fosse rei. Ele fazia incursões em Acrabatene e na alta Iduméia. Uma aldeia chamada Naim, que ele tinha rodeado de mulharas, servia-lhe de refúgio; e além das cavernas que ele encontrou no vale de Faram, alargou algumas, para onde levava o produto de seus saques, todo cereal e as frutas que roubava nos campos. Um grande número dos seus alojava-se nessas cavernas e não se podia duvidar de que a quantidade de homens e de provisões não fosse feita com o fim de se servir de tudo contra Jerusalém.”⁶²².

A missão de Simão como líder revolucionário é particularmente decisiva para traçar o perfil dos elementos messiânicos que impregnaram seu tempo e que estavam presentes nele. Simão bar Giora representa uma das mais significativas reações emergentes das camadas inferiores da sociedade judaica. Possuía um aspecto carismático que o convencia a respeito da missão, sendo amparado pela esperança na vinda de um libertador da casa real de Davi para governar o destino nacional de Israel contra a dominação estrangeira. Uma das maiores qualidades de um herói nacional, digna de admiração e aprovação e coragem no combate, guiados pela “causa de Israel”, calcado na liberdade. Aliás, o papel de um líder carismático está essencialmente ligado ao potencial que lhe é confiado em incorporar o idealismo e as convicções de seus sequazes em aspirações possíveis de serem concretizadas. A intolerável injustiça social imposta pela classe de dirigentes políticos em Israel (Roma com a colaboração de governantes judeus) imperava no meio pobre, criando as condições favoráveis para a desagregação da sociedade agrária judaica. Em resposta a esse quadro emergiram hordas camponesas, com a erupção paralela do “banditismo social” que, em seu estágio inicial, encontrava-se

⁶²² Guerras IV, cap. 344. Josefo, Flavio. Op. cit., p. 134.

ainda rudimentar, espontânea e desarticulado. As reações espontâneas nascidas do campo são típicas de sociedade agrícolas onde a agricultura é a principal base econômica e social. Em meio ao desespero e à miséria criadas no campo surgem os focos da resistência, cujos heróis que encabeçavam os movimentos chegaram, em muitas ocasiões, a entregarem a própria vida pela causa de liberdade. Podemos observar atentamente que com a ascensão de bar Giora no cenário dos conflitos populares, já havia um exército relativamente preparado e treinado para enfrentar os romanos. A tendência ultra-radical (sicária) apresenta um aspecto digno de nota por ter marcado as atividades guerrilheiras anti-romanas de Simão. Ele fora descrito por Joséfo como sendo “superior a João (Giscala) em bravura física e coragem”. Ao estudar o caráter de Simão não se pode ignorar que ele estava imbuído de forte e natural espírito carismático, que o induziu a executar seu principal objetivo relativo às reformas de ordem socioeconômicas. Suas possíveis ambições pessoais pela realeza devem ser avaliadas em sintonia com seu programa social e religioso simultaneamente. Bar Giora é descrito como sendo homem de caráter forte, se considerar que “muitos homens influentes foram reduzidos pela sua força e pelo próspero curso dos seus feitos. Já não era um exército de escravos ou de salteadores, mais incluía muitos cidadãos que lhe obedeciam como a um rei.”⁶²³ A menção de “rei”, dentro do contexto dominado pelas agitações sociopolíticas generalizadas, pode ser uma forte indicação (implícita) de que suas pretensões messiânicas eram emergentes. A narrativa que Joséfo faz sobre a atividade de bar Giora segue processo gradual e progressivo até desencadear na etapa revolucionária final de Jerusalém. Inicialmente, bar Giora lidera um bando de salteadores que andava pela Iduméia saqueando e causando pavor na população rural⁶²⁴. A frequência dessas investidas, acabou determinando um novo rumo para sua carreira: da luta em favor da justiça aos pobres e menos favorecidos, para planos mais ousados e amplos. Seu movimento seria capaz de aglutinar milhares de descontentes para formar um exército organizado e bem treinado. A emergência de crises propiciou o

⁶²³ Guerras IV, cap. 344. Op. cit. p. 134. É provável que o sucesso de Simão seja devido a seu apelo à massa para que se juntasse a ele sob o patrocínio da obtenção da liberdade política. Ver Baron, Salo. *A Social and Religious history of the Jews*. New York: Columbia University, 1952-7; p. 268.

⁶²⁴ Id.

aparecimento desse tipo de liderança, que reunia qualidades que fizeram de bar Giora autêntico defensor dos princípios da justiça social em Israel. De líder guerreiro local, ele passa ser líder de massa, aclamado “rei” ao entrar na cidade de Jerusalém. Uma multidão entusiasmada parece ter aderido ao seu grupo.

A presença de bar Giora em Jerusalém no primeiro semestre de 69 d.C. não poderia ser menos insinuante, ocasião de o líder guerreiro tornar-se “senhor de Jerusalém”⁶²⁵. Segundo observação feita, era assegurado pela tradição que durante o tempo da Páscoa o messias receberia as boas vindas e seria saudado publicamente ao entrar em Jerusalém. Muitos pretendentes messiânicos conheciam a força extraordinária dessa tradição: Simão bar Giora, João de Giscala e Manahem, são algumas das figuras mais conhecidas que refletem essa crença⁶²⁶. Até mesmo em Jesus podemos ver resquícios vivos dessa tradição que os evangelistas incluíram no Novo Testamento⁶²⁷. O fim trágico de Simão bar Giora aconteceu em consequência do colapso de Jerusalém, em 70. A descrição lendária nos fala da sua tentativa de fuga com um colorido especial de Joséfo⁶²⁸. Conta-nos seu relato que ele se refugiara entre passagens secretas deixadas pelos escombros da cidade, que havia sido recentemente arrasada pelos romanos. Uma vez forçada a sair das passagens subterrâneas, vencido pela fome e pela sede, ele tentou um plano desesperado. Apareceu disfarçado com vestes ou manto de púrpura na expectativa de que aquela sua aparência esdrúxula usaria pavor e medo aos soldados romanos, além de pensar ser aquela uma forma através da qual ganharia a liberdade dos esconderijos. Sua tentativa, além de frustrada, foi um fiasco tão grande quanto a sua própria ingenuidade: Ele fora capturado e tratado sem misericórdia pela guarda dos soldados romanos. Passou por vergonhoso tratamento e sofreu punições severas até a morte.⁶²⁹ Essa forma de humilhação pública não foi exclusivamente aplicada a Simão. Tudo indica que formas comuns de tratamento eram dispensadas a muitos presos políticos por parte dos romanos. Não se pode descartar a hipótese de que muitos pretendentes à “realeza messiânica” receberam punições muito parecidas,

⁶²⁵ Ibid. p. 577.

⁶²⁶ Guerras III. Joséfo, Flavio. Op. cit., pp. 443-4.

⁶²⁷ Cf. Mt 21,1-11.

⁶²⁸ Ver Guerras VII. Joséfo, Flavio. Op. cit., pp. 28-31 e 153-5.

⁶²⁹ Ibid., pp. 28-33.

caindo como vítimas da mesma brutalidade romana. A insistência provocadora de bar Giora no tocante às questões sociais de sua época, ajuda-nos a situá-lo próximo de expressões típicas do messianismo judaico. A tendência escatológica foi, sem dúvida, a base estratégica mais expressiva que ele explorou para a promoção de um movimento de rebelião contra Roma. Enfim, as atividades de Simão estão mais ou menos afinadas com as expectativas messiânicas vigentes em seu tempo.

Fontes judaicas do sebastianismo e messianismo carvalhiano

Na condição de exílio o judaísmo medieval desenvolveu o pensamento messiânico em duas vertentes principais: as tradições popular-mitológicas e as filosófico-racionalistas, ambos coexistiram de forma paralela. Muitas vezes se convergindo e até mesmo se amalgamando. Segundo Gershom Scholem o messianismo popular tradicional era caracterizado por catástrofes e utopismo; e os elementos desempenham um papel importante na dinâmica da fé messiânica. Ambas fincam suas raízes na profecia bíblica, como na visão do final dos tempos de Isaías outro no dia do Senhor profetizado por Amós. Estas duas tendências influenciaram o sistema de valores, a vida prática dos judeus comuns medievais e o próprio universo de tradição rabínica⁶³⁰. A expectativa messiânica será um terreno fértil para o desenvolvimento de fantasias sobre aspectos catastróficos da redenção. Apegando-se em antigas mitologias e criando uma mitologia popular própria, essa expectativa desenha um quadro de violenta sublevação, de guerras, pragas, carístia, de geral apostasia de Deus e de sua Lei, de permissividade e de heresia. Não havia nenhuma continuidade entre a era presente e a messiânica; este último meio seria fruto de desenvolvimentos anteriores, mas surgiria das ruínas da própria história, que entraria em colapso no meio das “dores de parto” da era messiânica. A amarga experiência de muitas gerações que provaram o pesado jugo de governos estrangeiros despóticos e a humilhação, aparentemente não contribuiu para abandar a violência deste tipo de escatologia, cujas raízes remontam, como demonstraremos, na literatura apocalíptica

⁶³⁰ Scholem, Gershom. Sabatai Tzvi: O Messias Místico I. São Paulo: Perspectiva, 1995; p. 9.

do período do Segundo Templo, (Judaísmo Tardio). Contextos diversos mas situação análoga no que diz respeito a expressão e perseguição do povo judeu são o domínio helenista dos Selêucidas sobre a Palestina e a tragédia da perseguição e expulsão dos judeus da Península Ibérica do final do século XV. “Uma catástrofe de tal dimensão, que desarraizou um dos principais ramos do povo judeu, não podia deixar de afetar quase toda esfera da vida e sentimentos judaicos.”⁶³¹ A trágica expulsão dos judeus *sefaradim* da Espanha terá sua extensão em Portugal na conversão forçada dos judeus portugueses e o consequente estrangulamento de uma das mais antigas e vivas comunidades judaicas da Europa, proporcionando o surgimento de uma comunidade criptojudáica, *anussim*, esperançosa de redenção e afligida pelo terrível tribunal da Inquisição. É neste contexto de intenso sofrimento dos remanescentes judeus, que manifestará em Portugal o messianismo, mesclado de elementos alógenos mas essencialmente judaico, nos movimentos do sapateiro de Trancoso, Gonçalo Anes, de apelido Bandarra e Luís Dias, o alfaiate de Setúbal, cuja repercussão não restringiu aos círculos cristãos-novos alcançando todos os setores da sociedade lusitana. Sobre as raízes deste movimento, contra diversas opiniões, sabiamente afirmou Antônio Sergio, “o bandarrismo, longe de ser o produto, ou efeito, de um espírito *rácico* português foi uma das causas ou fatores da imaginação portuguesa da decadência, graças à confluência de idéias *alheias*, da educação profetista dos eclesiásticos e de factos históricos supervenientes: fenómeno social e intelectual, portanto, independente da raça em que se manifestou. As principais dessas idéias alheias são as do puro messianismo *hebraico*, expresso em trovas de Bandarra inspirados pela Bíblia”.⁶³² Conforme mencionamos no capítulo sobre “milénarismo carvalhiano”, o messianismo português do século XVI caracterizado pelo “Sebastianismo” vai se descobrir no século seguinte na idéia do Quinto Império do Pe. Antonio Vieira como tão bem expressou Padre Carvalho em seu “Memorial” de 1723 a Dom João V: “O grande e venerável padre Antonio Vieira da esclarecida Companhia de Jesus alumiado ou do seu revelado Espírito ou do Bandarra, a quem inculcava por verdadeiro Profeta, todo se fundou em

⁶³¹ Scholem, Gershom. As Grandes Correntes da Mística judaica. São Paulo: Perspectiva, 1972; p. 247.

⁶³² Sousa, Antônio Sergio. Interpretação não Romântica do Sebastianismo. In Ensaios. Coimbra: Atlântida Editora, 1949; Tomo I. p. 296.

prognostificar que este felicíssimo Reino de Portugal havia de ser Império do Reinado de Cristo vendo que quando assim mais oprimido e atenuado pela sujeição de Castela...”⁶³³ Neste parágrafo do Memorial existe um resumo do milenarismo português e a situação caótica de Portugal sob a coroa espanhola e intensificada pela perseguição inquisitorial vivida pelos cristão-novos. A respeito das precárias condições de sobrevivência da comunidade *sefaradi* nos países ibéricos, o célebre rabino de Amsterdan, Menasseh ben Israel, ele mesmo de origem marrana nascido em Lisboa, faz seu prognóstico”. Porem ainda “que não podemos marcar pontualmente o tempo de nossa redenção, julgamos que está muito próximo porque vemos umas profecias já totalmente cumpridas e outras que servem de preparação para a mesma redenção, vão sendo cumpridas na mesma conformidade.⁶³⁴” Ao mesmo tempo confirma as “dores do parto”, no sofrimento dos *sefaridim* ibéricos: “Pois, que diremos daquele monstro horrível da Inquisição da Espanha? Que tiranias não usa cada dia com os pobres inocentes? Velhos, jovens e toda idade e sexo, tirando-lhes muitas vezes a vida, por diminutos⁶³⁵ e não acertar com a testemunha. Ó maldade incrível e crueldade desumana! Mas seja por que? Por querer guardar a Lei de Moisés dada com tantos portentos. Por isto são inumeráveis pessoas mortas em todos os lugares donde se dilata seu tirânico império e domínio; e entre tantos se vê cada dia exemplos de grandíssima constância, para maior confusão sua, deixando-se queimar vivos pela santificação do nome do Senhor bendito.⁶³⁶”

Como vimos no capítulo relativo ao milenarismo carvalhiano afirmava o réu a Dom João V, baseando-se numa antiga lenda, que o Quinto Império seria o comprimento de uma “singular promessa de Cristo ao primeiro Rei deste Reino naquelas suas tão infalíveis palavras: *Valo in te, et in símine tuo, impérium mihi*

⁶³³ Memorial. Proc. 9.255. 1º maço; fl. 64.

⁶³⁴ Ben Israel, Menasseh. Esperanza de Israel. Introduccion, edicion y notas de Henry Méchoulan. Madrid: Hiperión, 1987; p. 146-7 § XVII.

⁶³⁵ Diminutos. “Era qualificado de réu diminuto os confitente diminuto o preso que, existindo outra prova no Santo Oficio sobre certos fatos heréticos de que devia presumivelmente ter conhecimento, por força de parentesco ou de cumplicidade, não revelou, durante a confissão feita, tais fatos aos Inquisidores. Estes, pois, presumindo que a omissão era maliciosa e tinha por finalidade encobrir cúmplices, não aceitava as confissões consideradas incompletas e condenavam os diminutos à morte.” In. Lipiner, Elias. Santa Inquisição: Terror e linguagem. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1977; p. 62.

⁶³⁶ Ben Israel, Menasseh. Op. cit. p. 147-8 § LXII.

*Satabilire*⁶³⁷. Em seu esquema messiânico, ao contrário de Constantino que “destruiu” a verdadeira Igreja⁶³⁸, o monarca português teria o papel diverso de defensor da “verdadeira” doutrina cristã e juntamente com o vigário de Cristo, o Pontífice Romano estabelecerá o cetro de Cristo na terra, resgatando para a Igreja todas as nações católicas que aderiram ao protestantismo.⁶³⁹ Este lugar central que o rei tem em seu projeto messiânico vai sendo ofuscado a medida em que o réu vai perdendo a esperança na pessoa do monarca. E mesmo não obtendo resposta do rei ao seu Memorial, manteve a figura real preservada ao longo de sua prisão no Santo Ofício. No entanto, a medida que suas expectativas não desvanecendo haveria de reelaborar seu projeto e encontrar uma figura central que de certa forma equivalesse ao papel messiânico proposto ao rei. Uma consciência alterada pela rudeza do ambiente inquisitorial acaba por convencer-lhe de sua própria messianidade. As atas do Santo Ofício evidenciam este processo. O referido “Memorial Oferecido à Sua Majestade” foi escrito entre os anos de 1722 e 1723 e o Tratado Teológico no cárcere da Inquisição em princípio de 1724. Em ambos escritos o réu manifestava sua crença na messianidade e divindade de Cristo. Numa denúncia de Sebastião de Lucena, companheiro de cela, datada de 11 de outubro de 1724, afirma que “o dito Padre lhe disse por repetidas vezes que os que vivem na lei e doutrina da Santa Madre Igreja de Roma iam mal encaminhados; e que o Messias ainda não tinha vindo ao mundo; por que Cristo Senhor Nosso não era o Messias, mas o Antecristo; e que só a lei dos judeus era boa e que ele dito Padre era o que havia de ser Messias.⁶⁴⁰ Esta denúncia foi precedida de uma declaração do réu que sem dúvida deixou os inquisidores estupefatos, ao referir ao Tribunal da Inquisição foi categórico: “Que sendo este lugar aquele em que se abjura o judaísmo ele declarante por mandado de Deus vem abjurar o cristianismo porque o mesmo inspirando-lhe que lesse o profeta Ezequiel em que ele viu as palavras seguintes – *Qui moves scéptrum Filii mei, succidisti omne lignum*⁶⁴¹ - e mais abaixo falando dele

⁶³⁷ Quero firmar em ti e em tua descendência, um império para mim. In. Memorial. Proc. 9.255.. 1º maço; fl. 64.

⁶³⁸ Referência clara a perseguição dos judeu-cristãos após o concílio niceno.

⁶³⁹ Ibid. fl.. 80v.

⁶⁴⁰ Ibid. fl.. 206.

⁶⁴¹ “Tu, que estás a destruir o cetro de meu filho, espatifaste toda a árvore!” Refere-se aqui a Ez 9,8.

*declarante diz o mesmo profeta – Quia probátus est; et hoc, cum sceptrum subvérterit, et mon érit*⁶⁴² - e que portanto vendo ele declarante que em todo o testamento velho não há texto algum que fale da Trindade nomeando a Deus por Padre, Filho e Espírito Santo abjura o mistério da Santíssima Trindade, e só crê [em] Deus de Abraão, Deus de Isac e Deus de Jacob; abjura os evangelhos e o testamento novo; abjura e nega que Cristo fosse o Messias da Lei, e que ele declarante é o Messias mandado por Deus, porque se o Cristo fosse o Messias ou era impecável ou não, se era Deus, e se impecável não podia ser Messias, porquanto o Messias havia de ser pecador, e justamente justo, para que como justo matar o ímpio, e como ímpio matar o justo, conforme as palavras de David – *Cum sancto sactus eris, et cum perverso cállidus eris*⁶⁴³ - e que também o Messias havia de morrer sem espirar assim como a sarça que ardeu e não se abrasou, a qual foi figura da promessa do Messias, e que o Messias há devia de padecer quatro mortes sem de nenhuma delas espirar para ser pedra angular. E que como em Cristo não se verifica o referido, não foi o Messias, e só o é ele declarante que já padeceu as três mortes e não esperou como consta do que tem dito e que na quarta e última morte que ele tiver o há de santificar Deus como lhe tem prometido pelo profeta Daniel nas palavras – *ut ingatur sanctus sanctorum*⁶⁴⁴ – o que há de ser passadas as sessenta e duas hebdômadadas que ainda não estão acabadas, depois das quais não há de haver mais pecado algum no mundo, e que todos hão de habitar em Jerusalém pela qual entende todo o mundo de que a cidade de Jerusalém há de ser cabeça.”⁶⁴⁵ Estas proposições totalmente desconstruídas com o credo cristão e muito identificados com o judaísmo marca com nítido divisor de águas entre as crenças alegadas em seus escritos anteriores, crenças aquelas dista antes do judaísmo normativo nas plenamente identificadas com o judeu-cristianismo. Inclusive permitindo o próprio réu alegar quando ainda defendia suas proposições anteriores, não ser possível condena-lo por entrar em contradição com os artigos do credo: “E não dize-me em que está ser eu suspeito na fé? Nego por ventura alguns dos seus santos mistérios

⁶⁴² É uma prova: que há com o cetro desprezado que não mais existe. Cf. Ez 22,8.

⁶⁴³ Com o fiel tu és fiel, mas com o perverso tu mostra astuto. Cf. Sl. 31,24.

⁶⁴⁴ Para que seja ungido o santo dos santos. Cf. Dn. 9,26.

⁶⁴⁵ Proc. 9.255. 2º maço; fl. 23v, 24.

simbolizados e muito especificados no símbolo chamado de Santo Atanásio?⁶⁴⁶ Como ilustração trazemos aqui o texto do credo do concílio de Nicéia sintetizado por Santo Atanásio de Alexandria: “Cremos em um só Deus, Pai todo-poderoso, criador das coisas visíveis e invisíveis, e em um só Senhor, Jesus Cristo, Filho de Deus, único engendrado e não criado, da mesma substância do Pai, que tudo criou no céu e na terra, que por nós e pela nossa salvação desceu do céu, encarnou-se e fez-se homem, sofreu e ressuscitou no terceiro dia, subiu ao céu e virá julgar os vivos e os mortos. E creio no Espírito Santo.”⁶⁴⁷ Agora Padre Carvalho abjurava todo o Novo Testamento, a messianidade de Jesus, porque o conceito cristão de messias colocava-o numa condição supra-humana, o que ele, o réu, não podia aceitar porque o Messias haveria de ser um ser humano pecador ainda que sua missão fosse expressante delegada por Deus, seria ele “com o fiel, fiel, mas perverso como o infiel.”⁶⁴⁸ Uma humanidade diferenciada é claro, da humanidade ordinária, tanto que deveria morrer sem expirar, uma figura da sarça ardente do Monte Sinai, havendo de padecer quatro mortes sem que em nenhuma dessas expirasse e assim transforma-se em pedra angular. Uma vez que o Messias cristão não correspondia a estas profecias, não poderia se o mesmo anunciado pelos profetas. Por outro lado havia em sua própria pessoa sinais visíveis que confirmava sua messiânica pois já havia “padecido as três mortes [...] e que na quarta e última que ele tiver o há de santificar Deus como o tem prometido pelo profeta Daniel nas palavras – *ut ungetur sanctus sanctorum*⁶⁴⁹ – e que há de ser passados as sessenta e duas hebdômad⁶⁵⁰ que ainda não estão acabadas, depois das quais não há de haver mais pecado algum no mundo, e que todos hão de habitar em Jerusalém pela qual entende todo o mundo, de que a cidade de Jerusalém há de ser cabeça.”⁶⁵¹ De forma sublinear parece-nos existir nas proposições de Carvalho uma co-relação entre os quatros impérios do sonho de Nabucondozor, desvendados pelo profeta Daniel e as quatro vidas do réu, ou

⁶⁴⁶ Tratado Teológico. 1º maço; fl. 11v, § 38.

⁶⁴⁷ Simon, Marcel & Benoit, André. Judaísmo e Cristianismo Antigo: de Antíoco Epifânio a Constantino. São Paulo: Livraria Pioneira Editora & Editora da Universidade de São Paulo, 1987; p. 172.

⁶⁴⁸ Cf. Sl. 31,24.

⁶⁴⁹ Para que seja ungido o santo dos santos. Cf. Dn 9,25.

⁶⁵⁰ Hebdômada. Do gr. *hebdomás*, *ados* pelo lat. *hebdomada*. S. f. 1) Semana. Espaço de sete dias, sete semanas ou sete anos. In: Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. Op. cit.

⁶⁵¹ Proc. 9.255. 2º maço; fl. 24.

melhor do Messias. Na visão da águia do IV Esdras⁶⁵² e na visão da floresta e da vinha⁶⁵³, o Messias aniquilará o quarto reino, isto é, o Império Romano. Como trataremos depois, para o réu o Quarto império é figura da Igreja, a qual ele denunciaria suas injustiças, o que se identifica plenamente com a missão do messias no IV Livro de Esdras: “denunciará suas injustiças, o que se identifica plenamente com a missão do Messias no IV Livro de Esdras: “denunciará suas impiedades, repreendê-los-á por suas injustiças, jogará em seu rosto suas pretensões. Fa-los-á primeiro passar em juízo vivos e, depois de ter feito estas acusações, os aniquilará.”⁶⁵⁴ Nesta mesma sessão o réu faz uma, de suas várias incursões na cristologia afirmando que Cristo foi legítimo filho de Deus e verbo de Deus pelo qual tudo criou, mas que foi pura criatura, ainda que sobre a hierarquia de todas as criaturas, e que pela sua soberba, semelhante a de Lúcifer (cujo anjo lhe foi designado para a custódia, antes que pecasse) pois isso foi reprovado e que do mesmo Cristo disse o profeta Isaias – *quo modo cecidesti de caelo, Lucifer, qui mane oriebáris?*⁶⁵⁵ lhe chama Lúcifer porque participou desta mesma natureza.”⁶⁵⁶ Estas proposições de Carvalho remontam a antigas tradições do judeu-cristianismo representada em correntes heterodoxas. No *Peri Archon*, Origenes refere ao seu professor de hebraico um judeu-cristão “que os dois Serafins descritos por Isaias⁶⁵⁷, que clamam Santo, Santo, Santo é o Senhor Deus dos Exércitos, se devem entender como Jesus e o Espírito Santo”⁶⁵⁸ Quão diversa era a cristologia, quão diversa era a angelologia, na proposição de Lúcifer ser o anjo da guarda de Jesus encontramos nítida referência aos textos judeu-cristãos da Carta de Barnabé⁶⁵⁹ e no Pastor de Hermas⁶⁶⁰ a doutrina do anjo da guarda relaciona com a demônio da guarda, o que

⁶⁵² IV Esd 11,1-12,40. Bíblia Sacra iuxta Vulgatam Clementinam. Nova Editio. Matrit [Madrid]: Biblioteca de Autores Cristianos, 1946.

⁶⁵³ Apocalipse de Baruch 35-40 In Apócrifos III: Os proscritos da Bíblia. São Paulo: Mercuryo, 1995; pp 319-21.

⁶⁵⁴ IV Esdras 12,32s. Op. cit.

⁶⁵⁵ Como caisti do céu, ó estrela Dalva, filho de aurora?.

⁶⁵⁶ Proc. 9.255. 2º maço; fl.. 24,24v.

⁶⁵⁷ Cf. 6,3.

⁶⁵⁸ Patrologia Graeca. Op. cit. 11,148.

⁶⁵⁹ Bannard, L.W. The Epistle of Barnabas and the Tannaitic Catechism. Nova Iorque: Anglican Theological Review – ATR, 1959; XVIII, I.

⁶⁶⁰ Proc. VI, 2,2-5.

aparece como um desenvolvimento da doutrina essência dos dois espíritos.⁶⁶¹ Como temos demonstrado, o variado universo mental do Padre Carvalho inspirou em lendas e doutrinas da literatura apócrifa.

Mas que fizera o réu mudar drasticamente suas crenças, o conjunto de princípios religiosos no qual norteará sua existência? Não é fácil responder esta questão sem abordarmos os traços do caráter do réu evidenciados, em sua infância na casa paterna, em suas atividades pastorais como pároco, em seus escritos, em seus depoimentos junto a mesa inquisitorial ou mesmo nas denúncias e no parecer dos homens da Inquisição. Neste ambiente ingressou o jovem Carvalho na vida sacerdotal. Não somente entre a gente simples do povo mas também entre os letrados havia uma eminente expectativa da realização de profecias que marcavam a separação de eras, um tempo novo surgiria com uma humanidade renovada onde cristãos e judeus formariam um só povo; e não apenas o Reino mas também o Brasil teria um lugar proeminente nesta nova era⁶⁶².

Em sua nova escatologia descera Cristo do topo da hierarquia celeste, colocando no Limbo numa condição de messias-anjo, decaído por não haver cumprido a missão inicialmente a ele predestinada, e desta forma o réu, por vontade divina, assume seu lugar: “Disse que conforme as palavras de Davi no Salmo – *Deus laudem meam ne tacueris*⁶⁶³ - em que diz – constitui *supereum peccatórem* – claramente se mostra que o Messias não há de ser justo, senão pecador, e que o demônio Lúcifer foi o anjo da guarda de Cristo destinado para esse efeito, antes que o mesmo Lúcifer pecasse. E que porque Cristo não encheria o fim para que fora mandado (como já tem dito) por isso David pede no mesmo Salmo que a empresa de reunir o mundo se passe para o tal pecador que há de constituir sobre Cristo em as palavras – *et episcopátum eius accipiat álter*⁶⁶⁴ - pedindo também que os crentes na lei de Cristo fiquem como órfãos e a Igreja fique viúva – *Fiant filii eius órphani, et úxor eius vidua*⁶⁶⁵. E que a outra pessoa para quem se há de transferir o Episcopado é ele declarante, porque dele fala o profeta no dito Salmo, como Deus lho

⁶⁶¹ Danielou, Jean. La teologia del giudeo-cristianesimo. Op. cit. p. 186.

⁶⁶² Cf. Novinsky, Anita. O judaísmo dissimulado do padre Antônio Vieira. Op. cit. p. 97.

⁶⁶³ Deus, a quem louvo, não te cales!.

⁶⁶⁴ E um outro tome seu encargo.

⁶⁶⁵ Que seus filhos fiquem órfãos sua mulher se torne viúva. Cf. Sl 94,6.

revelou.”⁶⁶⁶ Sua busca da identidade messiânica passa pela questão do nome. Padre Carvalho estava mesmo empenhado em descobrir as alusões místicas a seu respeito. Já tendo usado anteriormente números de datas para demonstrar sua missão divina, agora convencido de ser ele mesmo o próprio Messias haveria de encontrar esta confirmação no próprio nome. Inicia pelo nome de família Carvalho, o qual foi o primeiro utilizado para comprovar os desígnios divinos para sua vida. Ainda no início de sua prisão, quando escreve o “Tratado Teológico” ele recorre ao simbolismo deste nome, afirma “que até o nome que tenho de Carvalho, que em latim quer dizer *Robur*, herdado do dito meu avô materno Manoel Carvalho Lima, o mesmo São Cassimiro foi que no impôs, pois a Igreja na oração que lhe assinou⁶⁶⁷ usou da mesma palavra dizendo nesta forma Deus, *qui inter regales delicias et mundi illecebras Sanctum Casimirum virtute constantiae roboraste etc*⁶⁶⁸ dispoendo assim Deus, que neste nome imposto a mim cumprisse o Vaticínio de Ana 1º Regum naquelas suas palavras = *Arcus fortium superatus est... et infirmi accincti sunt robore*⁶⁶⁹ nas quais a primeira parte = *arcus fortium*⁶⁷⁰ denota o gentilismo filho de Ozéias, chamdo Jezrael cujo vale prometeu Deus em castigo quebrar o arco, *id est*⁶⁷¹ o poder de Israel dizendo (Oséias 1º) *Et in illa die conseram arcum Israel in valle Iezrahel*⁶⁷² e a segunda = *Et infirmi accincti sunt robore*⁶⁷³ é o judaísmo defendido com a fortaleza do meu nome Carvalho que o mesmo Deus em pessoa na visão de 13 de janeiro neste cárcere fortaleceu revestido com a capa, o hábito de Elias para que também me revestisse do mesmo Espírito em sua defesa”.⁶⁷⁴ A versão latina apresentada pelo réu, do nome Carvalho era verdadeira, uma vez que a palavra

⁶⁶⁶ Proc. 9.255. 2º maço; fl. 40v.

⁶⁶⁷ O réu refere a oração litúrgica própria da solenidade de São Casimiro.

⁶⁶⁸ “Ó Deus, que fortaleceste São Cassimiro com a virtude da constância no meio dos prazeres da realeza e dos atrativos do mundo etc.” A atual oração Litúrgica referente a solenidade deste santo que é a mesma no Missal Romano e na Liturgia das Horas, encontra-se diferenciada em relação a Liturgia de Pio V (Tridentina). O texto atual é o seguinte: “Ó Deus todo Poderoso a quem servir é reinar, daí nos, pela interseção de são cassimiro, a graça de voz servir com retidão e santidade. Por nosso Senhor Jesus Cristo, vosso Filho, na unidade do Espírito Santo. In. Missal Romano. Restaurado por Decreto do Sagrado Concílio Ecumênico Vaticano Segundo e Promulgado pela Autoridade do Papa Paulo VI. Rio de Janeiro: Vozes, 1973; p. 483.

⁶⁶⁹ “O arco dos fortes foi quebrado... e os fracos foram providos de força.v” Não se trata de uma passagem de I Reis, como referia o autor, mas a I Samuel 2,4.

⁶⁷⁰ “O arco dos fortes”.

⁶⁷¹ “Isto é”.

⁶⁷² “E naquele dia plantarei o arco de Israel no vale de Jezrahel”. Cf. Os 1,5

⁶⁷³ “E os fracos receberam força”.

⁶⁷⁴ Proc. 9.255. Tratado Teológico, fl. 17, § 58.

Carvalho em latim é *robur* e refere tanto a madeira de carvalho ou às espécies de madeira dura com a mesma coloração do carvalho ou a ferramentas como a “Lançadardo” e instrumentos de tortura. Mas no sentido figurado o qual Padre Carvalho apropriou, significa forte, robusto, vigoroso e mesmo firme, inabalável e sólido⁶⁷⁵. O nome “Robur” estará quase sempre, em sua assinatura conforme se verifica no final do seu Tratado Teológico. Posteriormente em 28 de janeiro de 1726 ele explica a origem judaica do seu nome “Lopes”, o qual sua família também era portadora: “Disse chamar-se Manoel Lopes em razão de lhe querer incucar que ele descendia da Tribo de Benjamim e que por essa razão seu nome ou apelido de Lopes era misterioso, porque Lopes é o mesmo que *Lupus* e Benjamim *Lupus Rapax* como lhe prognosticou Jacob.”⁶⁷⁶. É significativo o conhecimento judaico do Padre Carvalho. Sua explicação era plausível com Gn 49,27, onde afirma que “Benjamin é um lobo, ele dilacera, de manhã ele ainda come, e de tarde reparte os despojos.”⁶⁷⁷ No texto latino desta passagem bíblica aparece exatamente a frase citada por Carvalho: “*Beniamin lupus rapax*”⁶⁷⁸. Esta passagem é uma alusão à mordência dos clãs de Benjamin, da qual se quixaram não somente os xlãs perizitas, mas também os guibeonitas⁶⁷⁹. Esta relação entre Benjamin e o lobo é atestada também na antigüíssima heráldica israelita que reserva o lobo para a tribo de Benjamin. Do ponto de vista onomástico a forma hebraica de lobo, *zeev*, torno um sobrenome, com equivalentes em várias idiomas, entre eles *Lupus* (latim), *Lopez* e *Lopes* (patronímicos espanhol e português), *Lupu* (romeno), *Wilk/Wolk/Walk* (eslavônico) e *Wolf* (alemão e inglês). Algumas de suas variantes estão associadas com localidades: *Wolfsberg* na Carintia, Áustria, onde os judeus viveram desde o século XIII, *Wofsburg* em Hanover, Alemanha; *Wolfstein* na Baviera e *Wolfstein* na Renania Palatina, Alemanha. *Wolpa*, *Wolpa* (no yidish *Volp/Volpe*) na Bielorrússia e *Loupes*

⁶⁷⁵ Faria, Ernesto (Org) Dicionário Escolar Latino – Português. Rio de Janeiro: Campanha Nacional de Material de Ensino, 1956.

⁶⁷⁶ Proc. 9.255. 2º maço; fl. 374v. Cf. Gn 35,16-20.

⁶⁷⁷ Bíblia: Tradução Ecumênica. Op. cit.

⁶⁷⁸ Bíblia Sacra iuxta Vulgatam Clementinam. Op. cit. O nome *rapax* em latim possui varias acepções: sentido próprio e figurado”1) Que leva com violência, rapace, ávido, devorador, impetuoso [...]. Daí: 2) Que arrebatava, que arrasta, que arranca [...]. Sentido particular: 3) Propenso ao roubo, ladrão”. Por *rapax* foi denominada “uma legião romana (Tac. Hist. 2,43). E daí: Rapaces, “rapaces”, os soldados dessa legião (Tac. Hist. 3,22)” In. Faria, Ernesto. Dicionário Escolar Latino-Português. Op. cit.

⁶⁷⁹ Cf. 2 Sm 21,1-14.

em Gironde, França. *Lupus* é registrado como um sobrenome judaico no século X; *Woelflin* em 1259; *De Lopa* 1262; *Lopes* 1407; *De Loppes* em 1459; *De Louppes* em 1510; *Lopis* em 1547; *Wolf* em 1558; *Lopes* no século XVI; *Wolf* em 1718 e *Woulfe* em 1750. Entre os distintos portadores deste nome encontramos o corretor inglês Manasseh Lopes.⁶⁸⁰ Mas o réu não apenas vai em direção de suas raízes familiares; sua busca vai sempre em direção ao sentido místico do seu messianismo. Ele finalmente encontrará em seu próprio nome, ou melhor dizendo prenome, uma prova cabal de ser o mesmo messias. Na sessão com o qualificador, Pe. Manuel Ribeiro em 23 de novembro de 1724, “lhe disse o dito clérigo que se chamava Manuel (cujo nome lhe nomeou para combinar o texto *vocatur nomen eius Emmanuel*⁶⁸¹)”. Afirmava que “o verdadeiro Messias disse se chamar Manuel como disse Isaías capítulo 7, versículo 14: *Ecce virgo concipiet et pariet filium, et vocabitur nomen eius Emmanuel*⁶⁸²: e como Jesus filho da Virgem Maria nunca se chamou Manuel, se não somente Jesus, como consta de São Lucas capítulo 5 versículo 12: *Vocabis nomen eius Iesum*⁶⁸³ e no capítulo 2º versículo 21: *Vocatum est nomen eius Iesus*⁶⁸⁴; e segue se que não foi ele o verdadeiro Messias não sendo pois Jesus o Messias, eu é que o hei de ser por me chamar Manuel.⁶⁸⁵ O nome *Emanuel*, do qual *Manuel* é a forma abreviada em português⁶⁸⁶ vem do hebraico *imm(a)-nu-El*, que significa “Deus está conosco”. Nome mencionado primeiramente pelo profeta Isaías⁶⁸⁷ no reinado de Acáz. A profecia de Isaías serviu de sinal para a identificação do messias esperado, uma vez que os judeus piedosos sempre tiveram grande expectativa Messiânica como uma manifestação da presença divina em seu meio⁶⁸⁸ daí o significado do nome “Deus conosco”. E ainda que esta profecia fosse eminente para Isaías nos dias do profeta, permitindo que muitos comentaristas bíblicos o

⁶⁸⁰ Museum of Jewish Diaspora. Ref. B353. 08. aug. 95. Esta família de origem *sefaradi* dispersou-se em vários países e continentes. Cf. Faigundoim, Guilheme & Valadares, Paulo & Campagnano, Anna Rosa. Dicionário Sefaradi de Sobrenomes. Rio de Janeiro: Fraiha, 2003; pp. 310.

⁶⁸¹ Seu nome será Emanuel. Proc. 9.255. 2º maço; fl. 185v.

⁶⁸² Eis que a Virgem conceberá e dará à luz um filho e será chamado Emanuel.

⁶⁸³ E lhe paras o nome de Jesus.

⁶⁸⁴ E foi lhe dado o nome de Jesus.

⁶⁸⁵ Proc. 9.255. 2º maço; fl. 185,186.

⁶⁸⁶ Em alemão: *Mannel*, esp., fr. e ingl.: *Manuel*; galego: *Manoel*; it. *Emanuele*.

⁶⁸⁷ “Pois bem, o senhor mesmo usará um sinal: eis que um virgem está grávida e dará à luz a um filho e lhe dará o nome de Emanuel”. Cf. Is. 7,14.

⁶⁸⁸ Cf. Gn. 28,10-20; Êx. 3,12; Js. 1,5,9; 5,13-6,2; Sl. 46,5-7; Jr. 1,19.

identificassem o “Emanuel” entre a prole do profeta, como em seu segundo filho, Maer-Salal-Hás-Baz ou mesmo em Ezequias filho do rei Acaz, o fato é que o nome “Emanuel” passou a ser um sinal messiânico ao longo da história judaica.

A influência do ambiente baiano vai determinar suas leituras nas Gerais “pelo que vai em algumas questões da *Clavis Prophetarum* do padre Antonio Vieira, que vim nas Minas em um papel que tinha o padre Antônio Correia da Companhia de Jesus”⁶⁸⁹ uma das características desta literatura é o apocalipsismo cujas raízes remontam ao período do Segundo Templo. Como vimos, na escatologia carvalhiana, são numerosas as profecias recolhidas nos textos apócrifos, o que evidencia não somente a acessibilidade desta literatura em alguns círculos mas também uma eminente expectativa messiânica. Estas idéias permaneceram vividas na mente do sacerdote baiano e em sua chegada ao Reino, onde pode relacionar com pessoas como o advogado Francisco Tringueiro de Góes de quem o inquisidor Thomas Feio Barbuda referiu juntamente com o Padre Carvalho como líderes de uma nova heresia: “E estando estes reinos por suma infelicidade deles, contaminados tão geralmente com o judaísmo, não podia vir para mais castigo nosso outro heresiarca mais perverso que este; pois o seu principal fim é introduzir os preceitos da Lei escrita, ou já mortos ou mortíferos, ajuntando a sombra ao sol, a Sinagoga com a Igreja, como dizem os Doutores o que grassará miseravelmente em Espanha, mais que em qualquer outro estado por achar os ânimos tão bem dispostos a esta novidade, para que concorre o advogado Francisco Trigueiros de Góes, que já abjurou em forma culpas de judaísmo nesta Inquisição com quem o dito padre delato tem grande comunicação o que diz testemunha e a ele se atribuiu ou tudo ou parte desta grande máquina”.⁶⁹⁰ Tais contatos fortaleceram suas idéias entretanto essa expectativa messiânica é frustrada pela indiferença do rei a quem o réu enviou um volumoso tratado teológico intitulado “Memorial a Sua Majestade”,⁶⁹¹ com todas as razões para sua gigantesca reforma da Igreja Católica da qual ficaria somente a raiz⁶⁹², e por último frustrado e oprimido pela Inquisição.

⁶⁸⁹ Proc. 9.255. 1º maço; fl. 139v.

⁶⁹⁰ Proc. 9.255. 1º maço; fls. 111v, 112.

⁶⁹¹ Proc. 9.255. 1º maço; fl. 63.

⁶⁹² Ibid. fl. 178v.

Sua personalidade, ainda que revelando traços de bondade, como em seu ofício sacerdotal em Ouro Branco, Minas Gerais, onde demonstrou ser muito caridoso socorrendo os moribundos escravos ou livres vitimados por atroz epidemia, ou no trato com as pessoas como depôs o alcaide inquisitorial que após tirar-lhe os “anilhos”⁶⁹³ no mesmo lugar em que lhos havia posto o dito preso se mostrou muito agradecido daquele benefício e lhe deu um abraço e com o mesmo sossego persevera no seu cárcere até á presente hora”,⁶⁹⁴ do ponto de vista social o messianismo de carvalho reveste de um profundo anseio de harmonia e justiça social. Reivindicação da emancipação humana, uma demanda que requer a humanidade que constantemente fora negada pela sociedade estamentária da época, fortemente marcada por preconceitos raciais e de ofício denominados: “defeito de sangue” e “defeito mecânico”. Seus ideais de justiça e solidariedade com as minorias especialmente com os cristãos-novos e judeus, e sua religiosidade prática o impelira a postular uma nova ordem social descrita em seu projeto (Memorial, Tratado Teológico e depoimentos). O realismo histórico desse projeto passará a ser para o Padre Carvalho um instrumento eficaz de libertação social: nele os excluídos da história serão incluídos e uma era de paz confraternizaria, a partir de Portugal e do Brasil, toda a humanidade. Se por um lado o caráter do réu era humano e solidário por outro sua personalidade seria marcada por um humor deprimido, talvez mesmo pela angústia e pela ansiedade. Após sua prisão estes traços teriam-se acentuados em função da precariedade das condições físicas das celas do Santo Ofício. Um depoimento do autor das Notícias Recônditas sobre o modo de proceder da Inquisição com seus presos”, escrito anônimo do século XVII por um penitenciado da Inquisição, revela as péssimas condições em que viviam estes presos: “Bem parecera, pois, que um inquisidor entrasse em um imundo e escuro cárcere para visitar ao preso e enfermo e lhe assistir, só a fim de o desenganar e salvar-lhe a alma [...]. Nestes cárceres estão de ordinários quatro e cinco homens, e as vezes mais, conforme o número dos presos que há; e a cada um se lhes dá seu

⁶⁹³ Anilhos. S. m. Argola para enfiar corda; anel de ferro com que se prendem os polegares. In. Carvalho, Antonio José de & Deus, João de. Dicionário Prosódico de Portugal e Brasil. Porto: Lopes & C^a _ Sucessor, 1911.

⁶⁹⁴ Ibid 2º maço; fl. 402.

cântaro de água para oito dias (e se acaba antes, tem paciência), e outro mais para urina, com um serviço para as necessidades, que também aos dias se despejam; e sendo tanto os em que conservam aquela imundícia, é incrível o que nele padecem estes miseráveis; e no verão são tantos os bichos, que andam os cárceres cheios, e os fedores tão excessivos, que é benefício de Deus sair dali homem vivo.”⁶⁹⁵ A gravidade desta situação física reflete indiscutivelmente no estado psico-emocional dos presos, não raro levando-os ao desespero. Soma-se ainda a condição de estigmatizado que irremediavelmente era imposto aos réus, situação esta que os colocavam inseguros em relação ao modo como os “normais” isto é, os inquisidores e a sociedade os identificariam e os receberiam⁶⁹⁶, o contexto sócio-religioso do período inquisitorial promoveu uma aproximação entre heresia e a doença mental tornando-as “crimes de pensamento, e não crimes de ato ajuda a explicar os métodos asquerosos usados em sua averiguação. Com uma nota de esplêndido sarcasmo, Lea observa que ‘Não devemos ficar admirados com o fato de o inquisidor se livrar das exigências de processo judicial que (...) tornariam inúteis os seus trabalhos’. Por isso, ‘o herético, reconhecido ou simplesmente suspeito, não tinha direitos (...) não havia hesitação ao empregar quaisquer meios, que fossem mais rápidos para salvar e propagar a fé’.”⁶⁹⁷ Era exatamente esta situação que exerceria sobre os presos do Santo Ofício extrema vulnerabilidade. Assim sendo, o desequilíbrio emocional de Carvalho poderá ter desencadeado sua intransigente atitude de auto proclamar-se Messias, contradizendo assim suas proposições teológicas anteriores ajustadas dentro de um arcabouço menos heterodoxo do ponto de vista cristão. Ao analisar o processo como um todo e mais especificamente a conflituante estadia do réu nos cárceres inquisitoriais, temos duas suposições conclusivas: a primeira é que havia em Padre Carvalho, a partir de sua formação teológica como estudante seminarista, nas leituras de caráter apocalíptico e apócrifo, certa predisposição messiânica a qual seria manifestada no momento “adequado” quando do apoio do rei a execução de

⁶⁹⁵ Notícias Recônditas do modo de proceder da Inquisição com seus presos. In. Obras Escolhidas do padre Antonio Vieira. Lisboa: Editora Sá da Costa, 1951; Vol IV, pp. 148,151.

⁶⁹⁶ Ver Goffman, Erving. Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

⁶⁹⁷ Szasz, Thomas. A fabricação da loucura: um estudo comparativo entre Inquisição e o movimento de Saúde Mental. Rio de Janeiro: Editorial Guanabara, 1984; p. 76.

seu projeto; a segunda são as condições psico-ecomocionais, exercidas pela Inquisição teria finalmente pela deteriorização da personalidade do réu, forjado uma identidade messiânica sobre o “réu-vítima”. Sua obstinação em lutar até o fim por sua causa encontraria os limites físicos do ambiente mórbido em que se encontrava, somando à saúde debilitada manifestará atitudes de profundo desespero. Seus companheiros de cela deporaram que o réu não dormia bem por causa da tosse “que muitas vezes o persegue”⁶⁹⁸. Nas prolongadas audiências com os inquisidores por quatro vezes desespera ao ponto de dar em seu rosto grandes bofetadas⁶⁹⁹. Na sessão de 20 de outubro 1725 em audiência com o Inquisidor João Álvares Soares ao bofetear-se dizia: “Quem sou eu meu Deus para fazer tanto caso de mim criatura tão vil e pecadora: por isso tenho razão para afirmar e perseverar”⁷⁰⁰. Seu aspecto físico revela seu sofrimento: “é de proporcionada estatura, rosto comprido macilento, pálido, magro que representa ter 40 anos”⁷⁰¹. Quando no final de seu processo perde a esperança de sair livre do Tribunal da Inquisição, pede aos inquisidores que levem sua causa ao Rei para que ele o julgue de forma independente; ao ser negado seu pedido pelos verdugos do Santo Ofício sente-se abandonado e um forte desespero o leva a tentar atirar-se da janela da sala de audiências: “ e dando resposta assim escrita com vozes muito altas e desentoadas batendo com as mãos sobre o missal da mesa [do inquisidor] se enfureceu muito mais com extraordinários ditos e arremeteu a janela da mesa que estava fechada para a querer abrir, e com efeito a abriu correndo-lhe ambos os fechos pedreiros inferior e superior, chegou a lançar meio corpo fora da janela sem embargo de já neste tempo estar o solicitador Carlos Nunes que serve de porteiro, que acudiu chamado ao toque da campainha abraçado com o dito preso que o impediu a dar mais passos adiante juntamente com o alcaide e guardas que também acudiram e o recolheram para a casa da mesa tornando-se lhe a fechar a janela, e o réu continuou com os mesmos gritos fazendo ações de quer investir ao senhor inquisidor João Álvares Soares sem embargo de terem pegado nele todos os ditos ofícios.”⁷⁰² A priori suas teses não podem ser consideradas como

⁶⁹⁸ Proc. 9.255. 1º maço; fl.211v.

⁶⁹⁹ Ibid. 2º maço; fls. 320v, 341, 416-13.

⁷⁰⁰ Ibid. fl.. 320.

⁷⁰¹ Ibid. fl.. 324.

⁷⁰² Ibid. fl. 398.

um caso de patologia, a exemplo do juízo formulado por João Lucio de Azevedo, que considerou-o como um caso de “aberração mental”⁷⁰³. Não nos parece que Padre Carvalho fosse um louco desvairado, suas preposições era fruto de um pensamento lógico, sistematizado com variada e rica fonte documental. Aliás, o parecer dos qualificadores que o entrevistaram e dos companheiros de cela, foi unânime em afirmar que o “Sempre teve o dito padre em conta de pessoa de boa capacidade.”⁷⁰⁴ Considero estes testemunhos suficientes para crer como alegou o réu que da mesma forma que a “Inquisição fabricava judeus”, acabará como antítese forjando, no âmago de sua função um messias muito mais subversivo que místico.

⁷⁰³ Azevedo, João Lúcio de. História dos Cristãos-Novos Portugueses. Lisboa: Clássica Editora; p. 333.

⁷⁰⁴ Proc. 9.255. 2º maço; fl. 401v.



Anjos Tocheiros da Matriz de Santo Antônio de Ouro Branco, Séc. XVIII. Ouro Branco, MG. In: Museu Arquidiocesano de Mariana. MAM. *Fonte*: Marezza Photo. Mariana, 2004.

Conclusão

A história da vida e das idéias do Padre Manoel Lopes de Carvalho, constituiu o objeto desta tese. Sua vida marcada por uma atitude questionadora frente as principais instituições do seu tempo, o Estado, a Igreja e a Inquisição; constituiu-se uma verdadeira saga que nos transporta a uma época obscura onde o conceito de liberdade e consciência eram privilégio de poucos. Viveu na Bahia do final do século XVII e início do século XVIII. Nasceu em Salvador em 1682 de uma família de homens de negócios, foi estudante do Colégio da Companhia de Jesus onde fez seus estudos teológicos. Por Dom Sebastião da Vide foi ordenado sacerdote em 1707⁷⁰⁵, trabalhou por dois anos na Freguesia de São Miguel do Cotegipe, no Recôncavo Bahiano e foi pregador. Em seguida motivado pelo grande movimento gerado pela descoberta das Minas Gerais, dirigiu-se para estas minas, onde foi pároco por mais de três anos na Freguesia de Santo António de Ouro Branco. Neste período a partir da leitura da *Clavis Prophetarum*, desenvolve o embrião de suas idéias heterodoxas. Dirige-se ao Rio de Janeiro com o propósito de alcançar Roma a Cidade Eterna, e propor ao Papa Clemente XI, seu projeto de reforma da Igreja à luz do judeu-cristianismo. Daí por diante considera-se o 2º profeta Jonas a anunciar a conversão da 2ª Nínive, Roma, e por extensão a Igreja. Sua analogia rica em conteúdos bíblicos, tem raízes no pensamento do Padre Vieira ou mesmo no de Bandarra, como bem afirmou Padre Carvalho ao referir-se ao “Encoberto”:⁷⁰⁶ Engolido por uma baleia, todos deram Jonas por morto, “mas que importava que Jonas estivesse morto no conceito dos homens, se ele estava vivo (ainda que encoberto) no ventre da baleia! Que coisa era aquela grande baleia no seio do mar senão uma ilha errante em que ninguém podia tomar porto, que já aparecia, já desaparecia?” Encoberto nesta ilha Encoberta, “com o passar dos dias e das noites da profecia de Cristo, ele desembarcará vivo, e com assombro, nas praias de Nínive.”⁷⁰⁷ A apropriação e personificação desta

⁷⁰⁵ Proc. 9255. 2º maço. Apêndice, fl. 7.

⁷⁰⁶ O grande e venerável padre Antônio Vieira da esclarecida Companhia de Jesus alumiado ou do seu revelado Espírito ou do do Bandarra...”. In Proc 9255, 1º maço; fl. 64 Memorial à Sua Majestade.

⁷⁰⁷ Sermão de são Sebastião que pregou o Pe. Antônio Vieira, na Igreja do mesmo santo do Accupe, termo da Bahia, no ano de 1634. In Coleção dos principais sermões que pregou o P. Antônio Vieira, da Companhia de Jesus, dedicada a santo Antônio de Lisboa, e oferecida a Antônio Martins, homem de negócio nesta corte por

analogia vieiriana, apresentava-se ao Padre Carvalho como o anteparo imediato ao Quinto Império; é dentro desta atmosfera que o réu dirige ao Reino com um projeto cujo precursor, inicialmente, era ele e Dom João V, o escolhido divino para a execução do mesmo.

Padre Carvalho, através de seu “Memorial a Sua Majestade, dedicado a El Rey Dom João V, apresenta então uma solução para a Coroa portuguesa tendo em vista “evitar as ruínas e destruições de patrimônios imóveis, financeiros e espirituais” perpetrados pela perseguição da Inquisição aos cristãos-novos prejudicando a economia do Reino de Portugal: “... evitarem tantas ruínas e destruições em fazendas, créditos, corpos e almas, como as que a cada passo se estão vendo em os castigos dos Tribunais do Santo Ofício, com que cada dia se vem castigados os que seguem os ritos judaicos da Lei de Deus, que a Igreja dá a tempos extintos, funda-se no Tribunal do Santo Ofício não mais...”⁷⁰⁸ O mesmo parecer defendido pelo Padre Antônio Vieira em sua *Clavis Prophetarum* e por Dom Luís da Cunha em sua *Instruções Políticas*. Mas Padre Carvalho vai mais longe, não considera suficiente a extinção deste violento aparelho burocrático, a Inquisição que “causava a sangria mais perigosa ao corpo do Estado”.⁷⁰⁹ Profundamente influenciado pelo pensamento do Padre Vieira, que havia prognosticado “no Terceiro Estado no qual o uso das cerimônias judaicas seria permitida, a Igreja reverteria suas proibições e concedendo aos judeus convertidos ao catolicismo, o uso de seus ritos, pelo menos no Templo de Jerusalém”,⁷¹⁰ recupera um sistema teológico onde judeus e cristãos tornariam um só povo em uma só religião no Reino de Portugal e suas possessões. Este sistema que apresentava marcado por idéias milenaristas foi o judeu-cristianismo. Seu princípio de síntese fonte do filosemitismo arraigado no ambiente em que viveu Padre Carvalho na Bahia, século XVIII e princípio do XVIII.⁷¹¹ A união da Igreja com a Sinagoga associada com o fim da Inquisição, seria a solução por excelência: “E pelo abatimento

Dionísio Teixeira de Aguiar, familiar do Santo Ofício (1754). Apud. Hermann, Jacqueline. No reino do Desejado. A construção do sebastianismo em Portugal séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; p. 229.

⁷⁰⁸ Ibid. fl. 170.

⁷⁰⁹ Cunha, D. Luís da. Instruções Políticas. Lisboa, 2001; p. 235.

⁷¹⁰ Clavis Prophetarum. In. Padre Antônio Vieira, Obras Escolhidas, Vol. IX. História do Futuro (II). Lisboa: Editora Livraria Sá da Costa, 1952; pp. 215 e 1.

⁷¹¹ Azevedo, João Lúcio de. História dos cristãos-novos portugueses. Lisboa: Clássica Editora, 1989; p. 333.

em que hoje se vê este império bem está mostrado que por isso é figurado nas pernas da dita estátua, que sendo de ferro acabavam em fundamentos de barro, e muito melhor o cristianismo nele radicado por nele estar a cabeça da mesma cristandade, o qual cristianismo constando de duas paredes, uma de judeus com o nome de Judá, e outra de gentios com o nome de Israel como o afirma Santo Agostinho no livro *18 de Civitate Dey cap 28 ibi = recolatur tamen lapis ille angularis, et duo illi (188) parietes, unus ex Judaéis, alter ex Géntibus; ille nómine filiórurum Juda, iste nómine filiórurum Ísrael eidem úni principátui suo in idipsum innitentes*⁷¹² [ilegível] como nunca estas bem se combinassem entre si pela oposição de suas leis, forma que dizia o profeta = *femen non potest misceri teste*⁷¹³ = (como assim diz ele declarante, que são as suas pernas por uma queixa do fígado que padece = *ita ut cutis et caro misceri non possunt*⁷¹⁴ em sinal de que ele declarante há de ser a destruição da dita estátua).⁷¹⁵

Entretanto seu arcabouço religioso tão bem analisado e sustentado no “Memorial a Sua Majestade”, entregue a El Rey, haveria de cair nas mãos do Santo Ofício de Inquisição, a qual categoricamente, na pessoa do Inquisidor Thomás Feio Barbuda, o descreveu como uma perigosíssima ameaça a Igreja e ao Estado e por extensão ao Reino: “E estando estes reinos, por suma infelicidade deles, contaminados tão geralmente com o judaísmo, não podia vir para maior castigo nosso outro heresiarca mais perverso que este; pois o seu principal fim é introduzir os preceitos da Lei escrita, ou já mortos ou mortíferos, ajuntando a sombra ao sol, a sinagoga com a Igreja, como dizem os Doutores...”⁷¹⁶ O “Memorial a Sua Majestade” constitui um documento singular pela logicidade com que o réu sustentou suas proposições teológicas, entretanto sua teologia reportava aos primeiros séculos da comunidade cristã, quando acuradas leituras relacionadas à história eclesiástica como as obras Eusébio de Cesárea, Tertuliano e César Barônio permitiram-lhe tomar conhecimento do judeu-cristianismo e de questões afins como a observância da Lei Mosaica e a data da Páscoa de acordo com o calendário judaico. Outras questões serão diferenciadas

⁷¹² Entretanto, recorde-se aquela pedra angular e aquelas duas paredes, compostas: uma de judeus e outra de gentios; aquela sob o nome dos filhos de Judá, esta sob o nome dos filhos de Israel, as duas apoiando-se num só e mesmo chefe seu.

⁷¹³ A coxa não pode misturar-se com o testículo.

⁷¹⁴ Assim como a pele e a carne não podem misturar-se.

⁷¹⁵ Proc. 9255. 2º maço. fl. 113.

⁷¹⁶ Ibid., 1º maço, fl. 111v.

em um segundo momento quando o réu, aparente sem perder sua lucidez, deixa de jurar em nome de Santíssima Trindade e passa a jurar em nome do Deus de Abraão, Isaque e Jacó. Ou seja passa a considerar o judaísmo ou as práticas judaizantes, de uma forma menos sincrética, como no judeu-cristianismo, passa a negar a Santíssima Trindade. “É que não havia mistério da Santíssima Trindade por dele não falarem coisa alguma os profetas e outras coisas que constam de seu primeiro testemunho a que se reporta.”⁷¹⁷ Desde então, seis meses após sua prisão nos cárceres do Santo Ofício se autodenomina o Messias. Neste segundo período, sua argumentação teológica em relação à pessoa de Jesus Cristo, passa a fundamentar-se em proposições sustentadas por correntes heréticas de seitas marginais ao próprio judeu-cristianismo como os ebionitas ou mesmo gentio-cristãos como o gnosticismo. Neste período, para sustentar sua messianidade em detrimento da de Jesus, afirmará que o messias cristão não tivera humanidade real, como exigia as profecias bíblicas, mas que foi espécie subalterna de homem porque não foi propagado *ex sêmini Adâmi*⁷¹⁸ [...] mas espécie subalterna de homem, porque o seu suposto constava de duas naturezas a saber humana e querubina qual era o verbo divino que como tem dito era pura criatura.”⁷¹⁹ Estas afirmações reportam a uma literatura apócrifa como os *Testimonia*, o Livro da Dormição de Maria e o Testamento de Salomão, composição anônima que circulava em Jerusalém nos séculos II e III, que identificavam os anjos com potências divinas e descreve Jesus como Jesus-Anjo.⁷²⁰ Noutro momento faz referência a crença judeu-cristã dos anjos da guarda maus, descrita no texto apócrifo Carta de Barnabé,⁷²¹ afirmando “que o Messias não há de ser justo, senão pecador e que o demônio Lúcifer é o anjo da guarda de Cristo, destinado para esse efeito, antes mesmo que o mesmo Lúcifer pecasse”.⁷²²

Apesar do desvio de parte considerável de suas primeiras proposições sistematizados no “Memorial a Sua Majestade”, Padre Carvalho mantém o núcleo principal de suas teses que era a crítica rigorosa à Inquisição e à postura indiferente

⁷¹⁷ Ibid., 2º maço; fl. 273v.

⁷¹⁸ Provindo do sêmen de Adão.

⁷¹⁹ Proc. 9255. 2º maço; fl. 237.

⁷²⁰ Ver Bagatti, Belarmino. Op. cit., p. 191.

⁷²¹ Confira página 182 desta tese.

⁷²² Proc. 9255. 2º maço; fl. 40v.

senão conivente da Igreja frente às atrocidades do Tribunal do Santo Ofício em Portugal, assim como a não observância por parte da Igreja Romana da Lei Judaica. Padre Carvalho, à semelhança de Padre Vieira, constituiu-se um ardoroso defensor dos judeus e judaizantes, como bem afirmou o qualificador, Fr. João de Santo Agostinho: “Perguntou-me se descuidava eu do futuro império de Cristo de que escrevera o Padre António Vieira de que o povo de Israel houvesse ainda de ser muito florescente do que antes fora.”⁷²³ Sua veemência à Inquisição chegava ao ponto de chamá-la de um “tribunal de ladrões”,⁷²⁴ seu humanismo e filosemitismo incomodou tanto aos juízes inquisitoriais que acabaram de condenar-lhe à pena maior. Foi relaxado à justiça secular e queimado vivo no Auto de Fé de 13 de outubro de 1726. Sua história e seu processo ainda que *sui generes*, não estão por demais isolados, mas representam de certa forma a corrente de pensadores, leigos e religiosos, como Padre António Vieira e Valentin Stancel, entre outros que, através de suas idéias milenaristas, defendiam uma transformação radical da ordem social estabelecida, para uma sociedade mais justa e tolerante. Também é um elucidário que “a filosofia, a inimiga das ilusões e das falsas esperanças, nunca é realmente popular, sendo sempre suspeita aos olhos dos que apóiam qualquer dos extremos que estejam no poder.”⁷²⁵

⁷²³ Ibid., 1º maço, fl. 81v.

⁷²⁴ Ibid., 2º maço, fl. 397v.

⁷²⁵ Bloom, Alan. O declínio da cultura ocidental. Rio de Janeiro: Bestseller, 1995, p. 11.

Bibliografia

Fontes Primárias Manuscritas:

ANNT IL. Proc. 9255. Padre Manoel Lopes de Carvalho. Ano de 1726.

Fontes Primárias Impressas:

ASCENÇÃO DE ISAÍAS.

BEN ISRAEL, Menasseh. Esperanza de Israel, Introducción, Edición y notas de Henry Méchoulan y Gérard Nahon. Madrid: Ediciones Hiperión, S.L. 1987.

BÍBLIA de Jerusalém. 6ª Edição. São Paulo: Edições Paulinas, 1993.

BÍBLIA. Tradução Ecumênica (TEB). São Paulo: Edições Loyola, 1994.

Bíblia Sacra iuxta Vulgatam Clementinam. Biblioteca de Autores Cristianos. La Editorial Católica, S. A. 1956.

CARTA DOS APÓSTOLOS (Texto etiópico).

Cartas de Diogo Mendonça Corte Real para o Conde de Tarouca: 1720-1736 – “Carta de 05 de novembro de 1720”, [s.n.]. In. BNL (Biblioteca Nacional de Lisboa). Reservados, Códice 8.550.

CESÁREA, Eusébio de. História Eclesiástica. Introducción de Luis Aznar. Buenos Aires: Editorial Nova, 1950.

CHABOT, Paris. Corpus Scriptorum Christianorum Orientalium, 1903 ss.

DIÁRIO do 4º Conde de Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes (1731-1733). Biblos, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1941, v. XVII.

ENCHIRIDION ASCETICUM. Barcelona. Rowet de Journal, M. J & Dutilleul, J. 1947.

ENCHIRIDION FONTIUM HISTORIAE ECLESIASTICAE ANTIQUAE, Friburgo. Edid. Kirsch, C., 1960.

ENCHIRIDION PRATRISTICUM, Barcelona. edid. Rovet De Journal, M. J., 1946.

EPISTULA JACOBI APOCRYPHA. Testo copto e trad. a cura de M. Malinne, H. Ch. Puech, G. Quispel, Zürich, 1968. Trad. italiana in Gli Aprocritti Del Nuovo Testamento, a cura di M. Erbelta, III: Lettere e Apocalissi, Torino, 1969.

EVANGELHO ÁRABE DA INFÂNCIA. In. Apócrifos: os proscritos da Bíblia. Compilados por Maria Helena de Oliveira Tricca. São Paulo: Mercuryo, 1992, pp. 141-176.

EVANGELHO DE NICODEMUS E DESCIDA DE CRISTO AO INFERNO. In. Apócrifos: os proscritos da Bíblia. Compilados por Maria Helena de Oliveira Tricca. São Paulo: Mercuryo, 1992, pp. 221-276.

EVANGELHO DE PEDRO. In. Apócrifos: os proscritos da Bíblia. Compilados por Maria Helena de Oliveira Tricca. São Paulo: Mercuryo, 1992, pp. 303-314.

EVANGELHO DE TOMÉ O DÍDIMO. In. Apócrifos: os proscritos da Bíblia. Compilados por Maria Helena de Oliveira Tricca. São Paulo: Mercuryo, 1992.

EVANGELHO PSEUDO-TOMÉ. In. Apócrifos: os proscritos da Bíblia. Compilados por Maria Helena de Oliveira Tricca. São Paulo: Mercuryo, 1992, pp.125-140.

EVANGELIUM VERITATIS, testo copto e traduzione a cura di M. Malinine, H. Ch. Puech, G. Quispel, Zürich, 1956; trad. it. in I Vangeli Apocriti, a cura di M. Craveri, cit.

EXCERTOS DO EVANGELHO ARMÊNIO DA INFÂNCIA. In. Apócrifos: os proscritos da Bíblia. Compilados por Maria Helena de Oliveira Tricca. São Paulo: Mercuryo, 1992, p. 177-184.

EYMERIC, Nicolau. Manual dos Inquisidores. Brasília. Ed. Universidade de, 1993.

GARCIA, Rodolfo. Cartas do Padre Antonio Vieira. São Paulo, 1932.

_____. Introdução às Denúncias de Pernambuco. São Paulo, 1929.

GOMES, Cirilo Folch (Org). Antologia dos Santos Padres. Páginas seletas dos antigos escritores eclesiásticos. São Paulo: Edições Paulinas, 1980.

GRAFFIN, R. & NAU, F. Paris. *Patrologia Orientalis*, 1907 ss.

GRAFFIN, R. Paris. *Patrologia Syriaca*, 1894 ss.

HORCH, Rosimarie Erika. *Sermões impressos dos autos da fé: bibliografia*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969.

JOSEFO, Flavio. *História dos Hebreus*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 1990.

L'ÉPÎTRE DE BARNABÉ I-XVI ET SES SOURCES. Par Pierre Prigent. Paris: Librairie Lecoffre J. Cabalda et C^{ie}, Éditeurs, 1961.

LE TALMUD DE JÉRUSALEM, trad. SCHWAB, M. Paris. 11 vols., 1878-1890, 1960.

LIVRO DA ASCENSÃO DE ISAÍAS. In. *Apócrifos: os proscritos da Bíblia*. Compilados por Maria Helena de Oliveira Tricca. São Paulo: Mercuryo, 1992, pp. 65-100.

LIVRO DA INFÂNCIA DO SALVADOR. In. *Apócrifos: os proscritos da Bíblia*. Compilados por Maria Helena de Oliveira Tricca. São Paulo: Mercuryo, 1992, pp. 185-194.

LIVRO DOS SEGREDOS DE ENOCH. In. *Apócrifos: os proscritos da Bíblia*. Compilados por Maria Helena de Oliveira Tricca. São Paulo: Mercuryo, 1992, pp. 19-64.

MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana*. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1759.

MIDRASH RABBAH. Ed. Soncino Press, London, 1983.

MIGNE, J. P. *Patrologial Cursus Completus, series graeca*, 161 vols., Paris, 1857-1866.

_____. *Patrologie Cursus Completus, series latina*, 221 vols., 1844-1855.

_____. *Patrologia Cursus Completus, series latina, Supplementum A*. Hamman, Paris, 1958, ss.

NOTÍCIA DO ARCEBISPADO DE SÃO SALVADOR DA BAHIA. Cândido da Costa e Silva (org.). Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 2001.

NOVINSKY, Anita W. Inventário dos Bens Confiscados aos Cristãos-Novos no Brasil. Lisboa: Ed. Nacional Casa da Moeda, 1976.

_____. Los judios de España. Historia de una diaspóra. 1492-1992. In. Méchoulan, Henry. (Org.) Madrid: Editorial Trotta, 1993. pp. 607-24.

_____. Rol dos Culpados. Fontes para a História do Brasil. Século XVIII. Rio de Janeiro: Ed. Expressão e Cultura, 1992.

_____. Uma devassa do Bispo D. Pedro da Silva. São Paulo: Anais do Museu Paulista, 1968.

O Portugal de D. João V visto por três forasteiros. 2. ed. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1989.

ODES DE SALOMÃO.

ORÁCULOS SIBILINOS.

PROTO-EVANGELHO DE TIAGO. In. Apócrifos: os proscritos da Bíblia. Compilados por Maria Helena de Oliveira Tricca. São Paulo: Mercuryo, 1992, pp.101-124.

REGIMENTO do Santo Ofício da Inquysição dos Reynos de Portugal, ordenado por Mandado do Ilmº e Rmº, Snor. Bispo Dom Francisco de Castro, Inquisidor Geral do Conselho d'Estado de S. Magde. Lisboa, por Manoel da Sylva, MDCXL.

RUSSEL-WOOD, Fidalgos e filantropos: A Santa Casa de Misericórdia da Bahia. 1550-1755.

SEFER HÁ-AGGADAH. Legendes from the Talmud and Midrash (The Book of Legends). Bialik, Hayim Nahman & Ravnitzky, Yohosua Hana (ed). Translated by Willian G. Broude.

TEIXEIRA, Marcos. Segunda visitação do Santo Ofício as partes do Brasil, 1618, denúncias da Bahia. Rio de Janeiro. Anais da Biblioteca Nacional. Vol. LIX, 1927.

TESTAMENTO DOS XII PATRIARCAS.

THE BABYLONIAN TALMUD IN ENGLISH, Londres, 1935-1953 (sob a direção de I. Epstein).

THE MISHNAH. London: Ed. Oxford University Press, 1954.

TORAH, Nebiim, Qetubim. Hebrew Old Testament. Londres: The British and Foreign Bible Society, s/d. (texto em hebraico)

VANGELO DEGLI EBIONITI, in E. Preuschen, Antilegomena, Giessen, 1905. Trad. italiana in I Vangeli Aprocriti, a cura di M. Craveri, Torino, 1969.

VANGELO DEGLI EGIZIANI, in E. Preuschen, Antilegomena, cit., pp. 135-136.

VANGELO DEGLI EBREI, in E. Preuschen, Antilegomena, cit., pp. 3-9, trad. it. in I Vangeli Apocriti, a cura di M. Craveri, cit.

VARNHAGEN, Adolpho F. Cartas de Inquisição. Rio de Janeiro. Revista Trimestral de História e Geografia ou Jornal do IHGB, 1845. t. 7, n.25; pp. 54-86.

VASCONCELOS, Simão de. Crônica da Companhia de Jesus. Petrópolis: Vozes, 1972.

VIEIRA, António. Clavis Prophetarum: Chave dos Profetas. Livro III. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000.

_____. História do Futuro. Introdução, actualização do texto e notas por Maria Leonora Carvalhão Buesco. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982.

_____. Obras Escolhidas. Lisboa: Ed. Sá da Costa, 1951.

Bibliografia Específica:

ABREU, Capistrano de. Prefácio à primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil, pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça – Confissões da Bahia, 1591-1592. Rio de Janeiro. F. Briguet, 1935.

AZEVEDO, J. Lúcio de. Notas sobre o judaísmo e a Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro. RIHGB, 91 (145): 679-697, 1922.

- _____. História dos Cristãos-novos Portugueses. Lisboa: Clássica Editora, 1989.
- BAGATTI, Belarmino. A Igreja da Circuncisão. História e Arqueologia dos judeus-cristãos. Petrópolis: Vozes, 1975.
- BETHENCOURT, Francisco & CURTO, Diogo Ramada (org.). A memória da nação. In. Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia. Fundação Calouste Gulben Kian. Lisboa: Sá da Costa, 1991.
- CARVALHO, Rômulo de. A astronomia em Portugal no século XVIII. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa Ministério da Educação, 1985.
- CHARLESWORTH, James H. Jesus dentro do Judaísmo. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- DANIÉLOU, Jean. La teologia del giudeo-cristianesimo: Società editrice il Mulino. Bologna, 1974.
- DARNTON, R. Intellectual and Cultural History. In. Kammer, M. (org.) The Past Before Us: Contemporary Historical Writing in the United States. Ithaca Cornell University Press, 1980, p. 337.
- DAVIS, Natalie Zemon. Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- Dossiês de Tombamento – Município de Ouro Branco. Informe Histórico. Igreja de Santo Antônio. Itatiaia. Ouro Branco-MG.
- DIAS, J. Sebastião da Silva. Correntes de sentimento religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII). Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960.
- ENCYCLOPAEDIA JUDAICA. Jerusalém, Keter Publishing House Jerusalem Ltd., 1978.
- FALBEL, Nachman. Heresias Medievais. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- FILHO, João Dornas. O Padroado e a Igreja Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, s/d.
- FLUSSER, David. El Cristianismo, una religión judía. Barcelona: Riopiedras Ediciones, s/d.

- HAMMAN, A. Os Padres da Igreja. São Paulo: Paulinas, 1980.
- HANSON, John S. & HORSLEY, Richard A. Bandidos, profetas e messias: movimentos populares no tempo de Jesus. São Paulo: Paulus, 1995.
- HAUCK, João Fagundes et alii. História da Igreja no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. A Igreja no Brasil-Colônia:1550-1800. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- HERCULANO, A. História das Origens e Estabelecimento da Inquisição em Portugal. Lisboa: Livraria Bertran, 1852.
- HERMANN, Jacqueline. No reino do Desejado: A construção do sebastianismo em Portugal séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- IDEL, Moshe. Cabala: Novas Perspectivas. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- INSUELAS, João Batista Lourenço. Curso de Patrologia. História da Literatura Antiga da Igreja. Braga. Escola Tipográfica das Oficinas de S. José, 1943.
- LIMA, Lana Lage da Gama (org.). Mulheres, Adúlteros e Padres. Rio de Janeiro: Dois Pontos Editora, 1987.
- LINS, Ivan. Aspectos do padre Antônio Vieira. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1962.
- LIPINER, Elias. Santa Inquisição: Terror e Linguagem. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1977.
- MACK, Burton L. O evangelho perdido: O livro de Q e as origens cristãs. Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Inquisição: Os cristãos-novos da Bahia no século XVIII. Salvador: FFCH – UCSAL, 1972.
- MEIER, John P. Um Judeu Marginal. Repensando o Jesus histórico. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- MELLO E SOUZA, Laura de. Inferno Atlântico: Demologia e colonização: séculos XVI-XVIII. São Paulo: Companhia Das Letras, 1993.

_____. O Diabo na Terra de Santa Cruz. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

MELO, Evaldo Cabral de. O Nome e o Sangue. Uma Fraude Genealógica no Pernambuco Colonial. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

MENDONÇA, José Loureiro de. & MOREIRA, Antônio Joaquim. História dos Principais Atos e Procedimentos da Inquisição em Portugal. Lisboa: Ed. Nacional Casa da Moeda, 1980.

NOVINSKY, Anita W. Cristãos Novos na Bahia. São Paulo: Perspectiva, 1970.

_____. “Padre Antônio Vieira e os Judeus”. São Paulo. Novos Estudos CEBRAP, nº 29, março/1991, pp. 172-181.

_____. Anita & Kuperman, Diane. Ibérica Judaica. Roteiros da Memória São Paulo, 1996.

PIZARRO E ARAÚJO, José de Sousa A. Memórias Históricas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

ROMEIRO, Adriana. Um visionário na corte de D. João V: revolta e milenarismo nas Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

REVÁH, I. S. Spinoza et Juan do Prado, ed. Mouton & Co., Paris, 1959.

ROSSI, Luiz Alexandre S. Messianismo e modernidade: repensando o messianismo a partir das vítimas. São Paulo: Paulus, 2002.

ROST, Leonhard. Introdução aos livro Apócrifos e Pseudepígrafos do Antigo Testamento e aos Manuscritos de Qumran. São Paulo: Edições Paulinas. 1980.

RUSSEL, D S. Desvelamento Divino. Uma introdução à apocalíptica judaica. São Paulo: Paulus, 1997.

SARAIVA, Antônio J. Inquisição e Cristãos-novos. Coleção Civilização Portuguesa. Porto: Inova, 1969.

SCARDELAI, Donizete. Movimentos messiânicos no tempo de Jesus: Jesus e outros messias. São Paulo: Paulus, 1998.

SCHLESINGER, Hugo & PORTO, Humberto. Crenças, Seitas e Símbolos Religiosos. São Paulo: Paulinas, 1983.

_____. Geografia Universal das Religiões. São Paulo: Paulinas, 1988.

SCHOLEM, Gershom. A Cabala e seu Simbolismo. São Paulo: Perspectiva, 1988.

_____. A Mística Judaica. São Paulo: Perspectiva, 1972.

SICROFF, Albert A. Los Estatutos de Limpieza de Sangre: Controversias entre los siglos XV y XVII. Madrid: Taurus, 1985.

SIMON, Marcel & BENOIT, André. Judaísmo e Cristianismo Antigo. São Paulo: Pioneira, 1987.

TREBOLLE BARRERA, Julio. A Bíblia judaica e a Bíblia cristã: introdução à história da Bíblia. Petrópolis: Vozes, 1995.

VERMES, Geza. A religião de Jesus, o Judeu. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

YERUSHALMI, Yosef Hayin. De la Cour d'Espagne au ghetto italien. Paris: Fayard, 1987.

Bibliografia Geral e Auxiliar:

ANTONIL, André João. Cultura e Opulência do Brasil. São Paulo: Melhoramentos - MEC, 1976.

ARENDT, Hannah. Origens do Totalitarismo. Rio de Janeiro: Documentário, 1975.

BEREZIN, Rifka. Dicionário Hebraico-Português. São Paulo: Edusp, 1995.

BERGER, Peter L. O Dossel Sagrado – elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1984.

BIHLMAYER, Karl & Tuechle, Hermann. História da Igreja. São Paulo: Paulinas, 1963.

BOURDIEU, Pierre. Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1976.

BOXER, Charles R. O Império Colonial Português. Textos de Cultura Portuguesa. Lisboa: Edições. 70, 1969.

BURKE, Peter. Cultura Popular na Idade Moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1992

_____. A Escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CHANTAL, Suzanne. A vida quotidiana em Portugal no tempo do terramoto. Lisboa: Edição Livros do Brasil, s. d.

CHARTIER, Roger. A História Cultural entre Práticas e Representações. Lisboa: Difel, 1990.

COHN, Norman. Na senda do milênio: milenaristas revolucionários e anarquistas místicos da Idade Média. Lisboa: Presença, 1981.

COMAS, Juan. Mitos Raciais. Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, 1964.

DURKHEIM, Émile. Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse. Paris: PUF, 1968.

ECO, Umberto. Interpretação e Superinterpretação. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

ELIADE, Mircea. O Sagrado e o Profano: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ENCICLOPEDIA, Portuguesa Ilustrada. Dicionário Universal. Publicado sob a Direção de Maximiliano Lemos. Porto. Lemos & Cia. Sucessor, s/d.

FEBVRE, L. Martín Lutero: um destino. México. Fondo de Cultura Econômica, 1956.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

_____. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1991.

Ginzburg, Carlo. A micro-história e outros ensaios. DIFEL, 1991.

- _____. O Queijo e os Vermes. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. Os Andarilhos do Bem. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- _____. Mitos, Emblemas e Sinais. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). São Paulo. História Geral da Civilização Brasileira. DIFEL, 1977.
- HOORNAERT, Eduardo. Formação do Catolicismo Brasileiro, 1550-1800. Petrópolis: Vozes, 1978.
- _____ et alii. História da Igreja no Brasil. Tomo II/I Petrópolis: Vozes, 1992.
- LE GOFF, Jacques & outros. A História Nova. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- _____ & NORA, Pierre. História: novos problemas, novas abordagens, novos objetos. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1988.
- LIPINER, Elias. As letras do Alfabeto na criação do mundo. Contribuição a pesquisa da natureza da linguagem. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- MARQUES, A.H. Oliveira/ & SERRÃO, Joel (dir.) O império luso-brasileiro. Lisboa: Estampa, 1986.
- MARTINS, J. P. Oliveira. História de Portugal. Lisboa: Livraria Editora Parceria Antônio Maria Pereira, s/d.
- MATTOSO, José (org.). História de Portugal. Lisboa: Estampa, 1992
- MAURO, Frederic. Nova História e Novo Mundo. São Paulo: Perspectiva, 1969.
- MENDONÇA, Nadir. O Uso dos Conceitos. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MORAIS, Rubens Borba de. Bibliografia Brasileira do Período Colonial. São Paulo, 1969.
- _____. Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos Editora S.A. , 1979.
- NEUSNER, Jacob. Judaism in the Beginning of Christianity. Philadelphia: Fortress, 1984.
- OTTO, Rudolf. O Sagrado. São Paulo: Imprensa Metodista, 1985.

POLIAKOV, León. Causalidade Diabólica I: Ensaio sobre a origem das perseguições. São Paulo: Perspectiva, 1991.

_____. Causalidade Diabólica II: Do jugo mongol à vitória de Lênin. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. De Maomé aos Marranos. São Paulo: Perspectiva, 1984.

POPKIN, Richard. História do ceticismo: de Erasmo a Spinoza. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000.

REHFELD, Walter I. Tempo e Religião. São Paulo: Perspectiva, 1988.

SARTRE, Jean-Paul. Reflexões sobre Racismo. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

SCHOLEM, Gershom G. A Cabala e seu Simbolismo. São Paulo: Perspectiva, 1988.

SIMONSEN, Robert. História Econômica do Brasil (1500 - 1820). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

SOMMERVOGEL, C. Bibliothèque de la compagnie de Jesus. T. I. Paris/Bruxele, 1900.

STAROBINSKI, Jean. As Palavras Sob as Palavras. Os anagramas de Ferdinand de Sanssure. São Paulo: Perspectiva, 1974.

SWIDLER, Leonard. Ieshua, Jesus Histórico. Cristologia-Ecumenismo. São Paulo: Paulinas, 1993.

SZASZ, Thomas S. A Fabricação da Loucura - Um Estudo Comparativo entre a Inquisição e o Movimento de Saúde Mental. Rio de Janeiro: Guanabara, 1972.

VOVELLE, Michel. Ideologias e Mentalidades. São Paulo: Brasiliense, 1987.

WEBER, Max. Sociologia de la Comunidad Religiosa (Sociologia de la Religion). Economía y Sociedad I. Mexico – Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1964.

WEST, D. C., Zimdars-Swartz, S. Joachim of Fiore: A study in spiritual perception and history. Bloomington: Indiana University Press, 1983.

YATES, Frances A. La Filosofía Oculta en la Época Isabelina. México. Fondo de Cultura Económica, 1992.

YERUSHALMI, Y. H. Zakhor, História Judaica, Memória Judaica. São Paulo: Imago, 1992.

Periódicos:

LEITE, Serafim. O padre Antônio Vieira e as ciências sacras no Brasil: a famosa Clavis Prophetarum e seus satélites. Separata da Revista Verbum, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, tomo I, n. 3-4, 1944, pp. 257-279.

MARMORSTEIN, A. Judaism and Christianity in the middle of the third century. Hebrew Union College Annual-HUCA. Cincinnati, USA. Vol. 10. pp. 223-63.

NOVINSKY, Anita & Amilcar, Paulo. "The Last Marranos". New York: Commentary, 1967.

_____. A Igreja no Brasil Colonial. Ascensão da Inquisição. São Paulo: AMP. Tomo XXXIII pp. 17- 34, 1984.

_____. A Tradição Erética do Clero Brasileiro. São Paulo. Revista Leia. Ano VIII, nº 72. Outubro/1984 p.6

_____. A pesquisa Histórica sobre o Cristão-Novo no Brasil. Revista de Historia. São Paulo: USP, 1971.

_____. A Historical Bias: The New Christian Collaboration with the Dutch Invaders of Brazil (17th Century). The Fifth World Congress of Jewish Studies. Jerusalém, s/d.

_____. Anti-semitismo ideologia. O estado de São Paulo 5/11/79. Suplemento Cultural. Nº 105/ ano III p. 11

_____. A Inquisição no Brasil. Judaizantes ex-alunos da Universidade Coimbra. Universidade(s). Historia. Memória-Perpectivas. Coimbra. Actas do Congresso "Historia da Universidade", 1991.

_____. Cristãos-Novos no Brasil uma nova visão de mundo. Lisboa: Ed. Lisboa – Paris, 1995.

_____. Fontes para a História Econômica e Social do Brasil. Inventários dos Bens de condenados pela Inquisição. São Paulo: RUSP. nº 5, 1987.

_____. Sistema de Poder e Repressão Religiosa. Para uma interpretação do fenômeno cristão-novo no Brasil. São Paulo: AMP, 1979.

_____. Una Nueva Visión de lo Femenino: La Mujer Marrana. Coleção Nuestra América. São Paulo: USP, 1991.

_____. La Inquisición y la burguesia brasileña (s. XVIII). Cuadernos para la historia de la evangelización en América Latina, 1989.

_____. Padre Antônio Vieira, a Inquisição e os Judeus. Lisboa: Novos Estudos, 1991.

_____. Impedimento ao Trabalho Livre no Período Inquisitorial e as Respostas da Realidade Brasileira. São Paulo. Separata dos Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, 1973.

_____. Os Judeus na Bahia. São Paulo. Encarte especial da Revista Shalom. Nº 296, s/d.

_____. Reflexões sobre o Anti-Semitismo (Portugal séculos XVI - XX). Sociedade Portuguesa de Estudos do Séc. XVIII. Lisboa: Universitária Editora, 1991.

_____. Studies on the History of Portuguese Jews from Their Expulsion 1497 through Their Dispersion. New York: Sepher-Hermon Press, Inc. 2000. pp 107-18.

_____. The Inquisition and Mythic Word of Portuguese Kabbalist in the Eighteenth Century. Jerusalém. Eleventh Word Congress of Jewish Studies, 1994.

SÉRGIO, Antônio. Interpretação não Romântica do Sebastianismo. RIHGB. Vol. 145.

Varnhagen, Adolpho F. Cartas de Inquisição. Rio de Janeiro. Revista Trimestral de História e Geografia ou Jornal do IHGB, 1845. T. 7, n.25; pp. 54-86.